



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**“SOLIDÁRIOS NOS DEMOS AS MÃOS”: AS ASSOCIAÇÕES
MUTUALISTAS DE TRABALHADORES NA PARAHYBA DO NORTE
(1881-1910)**

Márcio Tiago Aprígio de Figueirêdo

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: História Regional

JOÃO PESSOA – PB
AGOSTO – 2016

**“SOLIDÁRIOS NOS DEMOS AS MÃOS”: AS ASSOCIAÇÕES
MUTUALISTAS DE TRABALHADORES NA PARAÍBA DO
NORTE (1881-1910)**

Márcio Tiago Aprígio de Figueirêdo

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História do
Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da
Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em
cumprimento às exigências para obtenção do
título de Mestre em História, Área de
Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: História Regional

JOÃO PESSOA – PB
AGOSTO-2016

F475s Figueirêdo, Márcio Tiago Aprígio de.
Solidários nos demos as mãos: as associações mutualistas
de trabalhadores na Parahyba do Norte (1881-1910) / Márcio
Tiago Aprígio de Figueirêdo.- João Pessoa, 2016.
248f.
Orientador: Paulo Giovani Antonino Nunes
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA
1. História regional. 2. Mutualismo. 3. Cultura associativa.
4. Classe trabalhadora - Paraíba.

UFPB/BC

CDU: 981.422(043)

**"SOLIDÁRIOS NOS DEMOS AS MÃOS": AS ASSOCIAÇÕES
MUTUALISTAS DE TRABALHADORES NA PARAYBA DO
NORTE (1881-1910)**

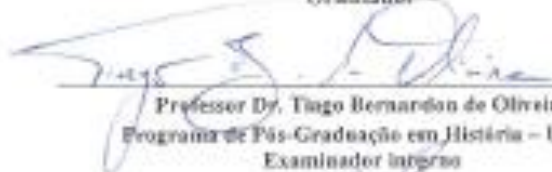
Márcio Tiago Aprígio de Figueirêdo

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/____/____ com conceito _____

BANCA EXAMINADORA



Professor Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
Orientador



Professor Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
Examinador interno



Professor Dr. Severino Cabral Filho
Programa de Pós-Graduação em História – UFCG
Examinador externo



Professor Dr. Elói Chaves Flores
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
Suplente interno



Professor Dr. Cristiano Luis Christillio
Programa de Pós-Graduação em História – UFPE
Suplente externo

A Deus, aos meus pais, a minha
irmã, ao meu amor, Jessyca, e aos
sujeitos dessa história.

AGRADECIMENTOS

Nessa parte poderei declarar para todos (as) que tiveram um papel decisivo nesses anos que se passaram, entre a minha entrada no programa até a defesa, o meu eterno sentimento de gratidão. Esse não foi um trabalho construído na trilha da minha individualidade, e sim, na coletividade; olhar para ele depois de uma longa jornada é perceber as pegadas e as vozes de diversas pessoas que me apoiaram. Então, hoje e sempre serei grato a todos (as).

O passar desses anos reforçou dentre as minhas certezas, a existência de um Deus que me guarda das tempestades. Esse foi um período de tribulações de diversas ordens, consegui passar por todas, talvez eu esteja mais forte diante dos fatos, mas uma coisa é certa, contornar a montanha dos acontecimentos desagradáveis como se estivesse contornando uma pequena pedra só foi possível com a mão protetora de Deus. Logo, ao Senhor agradeço pela minha vida e pelas de todos que entrei em contato nessa caminhada.

Aprendi a lutar com duas pessoas: minha mãe Mariana e meu pai Moises. O que sou hoje advém de ambos. Com eles aprendi a não desistir, a entender que existe tempo para tudo, que sorrir e chorar fazem parte do processo e que a vida pode ser doce, mesmo diante das amarguras. Na fase mais difícil do trabalho, meu pai esteve sempre atento aos meus silêncios e minha mãe sempre disposta a enxugar as lágrimas. Aos dois sou eternamente grato por tudo. Declaradamente, os amo.

Agradeço a força e os pensamentos positivos de minha amada irmã Márcia, que mesmo distante fisicamente sempre esteve comigo mentalmente. Seus telefonemas diários com certeza contribuíram para amenizar as incertezas. Também não posso esquecer-me da nova integrante da família, Mariana a filha da minha irmã. Declaradamente, as amo.

Bom, amar é um verbo difícil de ser praticado, mas com certeza tenho a oportunidade de dizer que o pratico com o amor da minha vida, Jéssyca Brena. Esteve comigo desde o início do processo, sua atenção, cumplicidade, amor e orações tornaram o trabalho mais leve. O seu apoio foi essencial, nos momentos de dificuldade lá estava ela me erguendo com gestos e palavras. Como não só de trabalho vive o homem, também lá estava ela nos momentos de descontrações, as suas risadas destruíram as inseguranças. Declaradamente, a amo.

Agradeço de maneira particular ao professor e orientador Paulo Giovani. Lembro-me como se fosse hoje quando educadamente aceitou me orientar, mesmo diante de uma agenda recheada de compromissos. Em vários momentos da produção do trabalho contei com a sua disponibilidade e confiança de que tudo daria certo. Então, sou grato por todos os incentivos.

Sempre serei grato ao professor Tiago Bernardon. Desde a graduação conto com o seu apoio na trajetória acadêmica. Desde o primeiro passo dado em direção ao mestrado esteve presente, com ele desabafei algumas vezes as minhas inseguranças e contei com suas palavras, que me deram força para poder prosseguir. Agradeço a leitura atenta na qualificação. Sem sombra de dúvidas, o professor e pesquisador que busco ser todos os dias advém do seu exemplo de profissional. Então, sou grato por tudo.

No processo de qualificação, contei também com a leitura comprometida do professor Osvaldo Batista Acioly Maciel. As suas indicações foram de extrema importância para chegarmos ao resultado final deste trabalho. Desta maneira, sou grato por sua disposição em fazer parte desse processo.

Agradeço ao professor Severino Cabral Filho por aceitar compor a banca avaliativa da dissertação. Desde já, sou grato por sua educada disponibilidade.

Agradeço aos professores do programa da pós-graduação ao qual estou ligado. Em particular aos professores que tive a oportunidade de ter aula: Carla Mary, Claudia Cury, Raimundo Barroso, Serioja Mariana, Solange Rocha e Telma Fernandes.

Não posso esquecer-me dos meus professores da graduação (UEPB). Mais uma vez, agradeço em particular aos professores (as): Alômia Abrantes, Carlos Adriano, Carla Oliveira, Eltern Vale, Fabricio Moraes, Mariângela Nunes, Marisa Teruya (em memória), Martinho Guedes, Mayrinne Wanderley e Waldeci Chagas. Foi nesse espaço, na companhia dessas pessoas, que aprendi o sentido de se estudar história, no caso, uma história humana.

Agradeço, aos eternos amigos: Tiago Alves e Marinaldo Lira, pela confiança de suas amizades. Também agradeço às amigas Cássia e Sabrina. No quadro de amigos e companheiros de jornada também agradeço a minha turma da pós-graduação.

Sou grato à professora Monique Cittadino por ter permitido realizar a pesquisa no arquivo de Maurílio de Almeida. Nesse arquivo, não posso esquecer-me da ajuda de Graça, a sua presença tornaram as manhãs e tardes no arquivo mais leves. No que tange a pesquisa,

agradeço ao senhor Rosildo Junior, atual presidente da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, por ter concedido a documentação sobre a posse da associação.

Agradeço, por fim, a CAPES por ter me proporcionado a ajuda financeira no último ano do mestrado.

Como pronunciei no primeiro parágrafo, esse trabalho é fruto de todo um esforço coletivo. Por isso, sou grato a todos (as).

RESUMO

Este trabalho visa analisar o associativismo mutualista dos trabalhadores na Parahyba do Norte no período compreendido entre 1881 e 1910. Estes sujeitos históricos que viveram o período do fim do século XIX e os primeiros anos do século XX na capital da Parahyba se organizaram politicamente por meio de sociedades que previam o auxílio mútuo. A partir dessa análise buscamos compreender como a classe trabalhadora desenvolveu a identidade de classe em meio as suas relações, tendo em vista a cultura associativa presente na formação desse processo. Para isso, ainda na introdução fizemos um breve percurso da historiografia do trabalho, salientando a necessidade de estudar a vida associativa. Nos outros momentos da dissertação, apresentamos como a política econômica e estética exercida no processo de modernização da capital afetou as condições de vida da classe trabalhadora, onde também mapeamos as sociedades fundadas no período trabalhado. Em seguida, inserimos as associações no cenário apresentado e observamos os seus funcionamentos. Por último, analisamos o caso da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, onde destacamos o seu processo de institucionalização, a relação com o mundo da política e o Estado. Como fundamentação teórica, utilizamos o referencial da História Social Inglesa e utilizamos diversas fontes como: livro de atas, relatórios de governos, almanaque e jornais. A documentação selecionada permitiu compreender como o associativismo marcou efetivamente a vida da classe trabalhadora na capital da Parahyba.

Palavras-chave: Mutualismo; Cultura associativa; Classe trabalhadora; Estado; Parahyba do Norte.

ABSTRACT

This study seeks to analyze the workers' associations in the Parahyba do Norte in the period between 1881 and 1930. These workers who lived through in the period the end of the 19th century and the first decades of the 20th century in the capital of Parahyba organized politically through mutual aid associations. From this analysis we seek to understand how the working class developed its class identity through relationships, through the associative culture present in the formation of this process. For this, in the introduction, we made a brief overview of the history of work, highlighting the need to study the associational life. At another time of the dissertation, we show how the economic policy and aesthetic exercised in the process of modernization of the capital has affected the living conditions of the working class, we also did the mapping of the associations founded in the period. Then we insert the associations in the scenario presented and observe its workings. Finally, we analyze the case of the Sociedade de Artistas e Operarios Mechanicos e Liberais, where we highlight the process of institutionalizing the relationship with the world of politics and the state. As theoretical foundation we used the referential of Social History English, we use various sources such as: book of minutes, government reports, almanacs and newspapers. The selected documentation allowed to understand how the associations effectively marked the life of the working class in the capital of Parahyba.

Key words: Mutualism; Associational culture; Working class; State; Parahyba do Norte.

LISTA DE FIGURAS

Figura I. Forma gráfica que o jornal <i>A União</i> anunciava as notícias da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais.....	187
Figura II. Brasão da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais. Está presente na fachada do prédio, localizado à Rua 13 de maio.....	188
Figura III. Brasão presente nas correspondências e circulares da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais.....	188
Figura IV. Imagem de Manoel Luiz Dias Paredes.....	214

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I. Número de estabelecimentos fundados no Brasil entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX.....	34
Gráfico II. Situação industrial na Parahyba do Norte entre 1889 e 1919.....	44
Gráfico III. Investimentos das indústrias da Parahyba do Norte entre 1889 e 1919.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela I. Estabelecimentos fundados no Brasil até 1919.....	35
Tabela II. Quantidade de indústrias têxteis entre 1870 e 1919.....	40
Tabela III. Quadro de trabalhadores dos setores industriais da Parahyba do Norte em 1920.....	46
Tabela IV. Mutuais existentes no Brasil entre 1882-1942.....	62
Tabela V. Sociedades mutuais e beneficentes (1881-1931).....	63
Tabela VI. Primeira direção da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais.....	144
Tabela VII. Administrações da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais (1885-1889).....	150
Tabela VIII. Candidatos aceitos como sócios após a sessão pública do dia 26 de janeiro de 1890.....	175
Tabela IX. Comparação entre componentes da diretoria da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais e a administração das Lojas Maçônicas.....	190

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – “NAS PROMESSAS DO INCERTO PORVIR”: A PARAHYBA DO NORTE NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX E O MUNDO ASSOCIATIVO.....	32
1.1 Processo de modernização econômica da Parahyba do Norte.....	34
1.2 A modernização da cidade da Parahyba em meados do século XIX e início do XX: processo do sonho de uns e do pesadelo de outros.....	50
1.3 O mundo associativo na Parahyba do Norte.....	61
CAPÍTULO II – “ASSIM NOSSAS VOZES JUNTANDO, FORÇA ALGUMA NOS PODE OPRIMIR”: ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES NA CAPITAL DA PARAHYBA.....	76
2.1 Associações.....	77
2.2 Ser associado.....	88
2.3 A dinâmica interna das associações.....	98
2.4 Proteção.....	117
CAPÍTULO III – “DE OLHOS FITOS NA GRATA ESPERANÇA, CONJUREMOS NUM VOTO DE IRMÃOS”: A SOCIEDADE DE ARTISTAS E OPERÁRIOS MECÂNICOS E LIBERAIS.....	136
3.1 A fundação.....	136
3.2 A SAML: classe, fim da escravidão e política.....	154
3.3 Dinâmica política e social na Parahyba nos anos de 1910: posições e relações.....	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
REFERÊNCIAS.....	216

INTRODUÇÃO

Onze de setembro de 1891, a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais completava dez anos de vida social, na cidade da Parahyba¹. Nesse ano, foi a primeira vez que a associação comemorou o aniversário de sua fundação. A respeito da data dizia o secretário Vicente Ferreira dos Santos: “[...] a commemoração da data de sua fundação pois fizemos hoje dez annos de socialismo e durante sua existencia ainda não houve uma lembrança de solennizar o seu aniversario [...]”(LIVRO DE ATAS, 08/09/1891, p. 65). Em suas palavras, o secretário expunha que há dez anos um grupo de homens com interesses semelhantes uniam as suas forças em prol de um destino menos incerto; prosseguindo o orador Lourenço Pereira da Silva disse que a passagem deveria “[...] ficar arquivada na acta e gravada nos corações de todos os Irmãos a data de sua commemoração” (LIVRO DE ATAS, 08/09/1891, p. 65); o pedido do orador reverberou, e o projeto de proteção baseado na solidariedade e companheirismos entre os envolvidos no processo tornou-se realidade, como veremos.

A comemoração da data de fundação tinha um tom muito especial, foi a primeira vez que associação realizou um dos atos de sua tradição associativa, que se tornou data certa no calendário da associação a partir de então. Ao pensar a data anualmente, a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais estava construindo e expondo a sua identidade de classe, principalmente nos primeiros anos do século XX, onde a solenidade era amplamente coberta com notícias publicadas nos dias que antecederiam a data, no dia do próprio aniversário e posteriormente a ele. Desta forma, na ocasião a memória existencial era fortalecida entre os membros, o que contribuiu para a formulação de um sentimento de pertencimento, de união, coletivismo, solidariedade e companheirismo. Assim, a simbologia da data tinha o papel de compartilhar essa memória para os que estavam dentro da associação e para os que desejavam adentrar, configurando como uma estratégia para estabelecer a sua representatividade no seio da classe trabalhadora artística da capital.

Dada essa apresentação, como podemos ver, o nosso objeto de pesquisa são as sociedades mutualistas na Parahyba do Norte no período de 1881 aos anos de 1910. A complexa organização mutualista² é uma das experiências vivenciadas e praticadas pela classe

¹ No decorrer do período Imperial e da Primeira República, o território estadual da Paraíba, chamava-se de Parahyba do Norte, mesmo nome recebia a capital. Escolhemos preservar no decorrer do trabalho a grafia da época, porém utilizaremos a nomenclatura Parahyba do Norte para nos referirmos à província/estado e, cidade/capital da Parahyba para remetermos a cidade de João Pessoa, atual capital da Paraíba.

² É possível encontrar associações do tipo mutualista no Brasil a partir das primeiras décadas do século XIX. Entretanto, não é um fenômeno tipicamente brasileiro, foi organizada em diversos países, a respeito dessas

trabalhadora, que funcionou como espaço de sociabilidade e permitiu aos sujeitos históricos envolvidos criarem estratégias de sobrevivência, laços de solidariedade estruturados por relações horizontais e por uma gestão democrática, como também compartilhar projetos políticos de atuação, entre outras práticas.

Os laços de afetividade criados foram fortalecidos por todo um conjunto de atividades desenvolvidas no interior das mutuais, que tinham como principal objetivo o auxílio financeiro aos associados e aos seus familiares. Os serviços prestados, simbolicamente nunca eram esquecidos pelos membros da associação, tanto por aqueles que recebiam, como por quem via a ação ser efetuada (HALLE, 1999, p. 27), isso permitiu criar entre os associados um censo de responsabilidade uns com os outros, corroborando para a construção de uma cultura associativa³.

Diante dessa breve apresentação do nosso tema, trataremos de realizar algumas considerações até um pouco simplista da historiografia da história do trabalho. Após o pequeno percurso, traremos para o cenário da discussão alguns pontos sobre o mutualismo presente na historiografia. Passando por esse caminho, destacaremos a nossa posição teórica e metodológica, o que nos levará a falar das documentações trabalhadas. Por fim faremos a apresentação dos capítulos.

O primeiro estudo, não sobre as sociedades de socorro mútuo, mas que trata pela primeira vez acerca do tema no Brasil, foi realizado na década de 1960 quando foi criada uma tradição de análises acadêmicas por sociólogos preocupados em formular grandes sínteses explicativas sobre o movimento operário e suas opções ideológicas. Tais produções tinham características generalizantes e buscavam mostrar a falta de condições para a classe operária se constituir; essa dificuldade estava relacionada ao fraco processo de industrialização. Esses estudos concentravam-se nos centros industriais do país, mas tinham como prerrogativa representar todo o território brasileiro. Desta maneira, a produção sociológica está carregada de polêmicas, mas a historiografia desde a década de 1980 já inqueriu as certezas estabelecidas e a imagem da classe operária construída por essas representações.

experiências, ver: LINDEN, Marcel Van der. *Social Security Mutualism: the comparative history of mutual benefit societies*. Berna: Peter Lang European Academic Publisher, 1996. (Citado por diversos autores que estudam o tema no Brasil). HALLE, Michel. A fundação da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910). *Cadernos AEL*, n. 10/11, v. 6, 1999.

³ BATALHA, Claudio H. M. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90. Porto Alegre*, n. 8, dezembro de 1997. _____. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, n. 10/11, v. 6, 1999.

No entanto, em meio às diversas obras que foram produzidas, nos interessa nesse momento, para compor a nossa consideração acerca do mutualismo, destacar o livro *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil* (1968), de José Alberto Rodrigues, para enfatizar a sua proposta de divisão cronológica da história do movimento operário sindical brasileiro em cinco fases, que há muito a historiografia refuta. No entanto, não queremos colocar a sua obra aqui em debate para realizarmos uma crítica ao que ele não estava se propondo a fazer, nem muito menos defender, mas apenas tê-lo como ponto de partida. Devemos salientar que a sua obra é uma ação do seu tempo, e não queremos desenquadrá-la, pois caso não fizéssemos assim, estaríamos por criticar uma realidade ignorada pelo autor, ou seja, faríamos um julgamento ao que não estava sendo proposto.

Na tentativa de compreender a realidade em que estava mergulhada a classe trabalhadora na década de 1960 marcada pelo problema de desenvolvimento industrial, José Alberto Rodrigues, enquadrou temporalmente o movimento operário brasileiro até aquele período, nos seguintes momentos: o primeiro período seria o do mutualismo (antes de 1888), o segundo foi um período de resistência (1888-1919), seguido pelo ajustamento (1919-1934), o de controle (1934-1945) e o competitivo (1945-1964). A sua análise buscava explicações para a dificuldade de organização da classe operária brasileira⁴; a hipótese que sustenta a sua argumentação é que, não diferente de outros países, o movimento político-sindical brasileiro até aquele instante tinha passado por um processo de evolução dentro de um contexto estruturado nas bases rurais da sociedade para uma nova estrutura urbana-industrial em formação, dentro desse processo estrutural estava inserido a classe operária e seu movimento político-sindical.

Desta maneira, a análise do autor coloca a classe operária como retrato da estrutura social, política e econômica do país e não como agente social. Claro que a sua referência para a reflexão das condições necessárias para a organização da luta da classe trabalhadora estava relacionada à imagem de um tipo ideal de classe operária, ligada à industrialização que daria um grau de maturidade necessária para a manifestação sindical. Essa perspectiva era

⁴ Seguindo essa perspectiva temos: HARDMAN, Foot e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Ática, 1982.

compartilhada pelos intelectuais da época e baseou o pressuposto explicativo da suposta limitação das organizações da classe operária no Brasil⁵.

Os sociólogos pressupunham construir em suas interpretações explicações sobre o problema organizacional da classe trabalhadora no Brasil (BATALHA, 2005, p. 148). Na mesma medida, buscavam realizar uma crítica aos trabalhos feitos até então sobre a classe trabalhadora fora das universidades, pelos não-acadêmicos⁶. A história, produzida pelos militantes deram atenção primordial aos grupos dos militantes, estava em foco à legitimidade política para o movimento e a importância da história para a avaliação de estratégia para o presente⁷.

Assim, a pretensão dos sociólogos era de apresentar, segundo as suas teorias, os limites do movimento operário no Brasil. Contudo, a partir dos anos de 1970, a história acadêmica entrou no campo de estudos operários, onde foram decisivas as contribuições dos chamados *brasilianistas*. Temos também nesse período os trabalhos pioneiros de brasileiros, como Cecília Baeta Neves (1973), Boris Fausto (1976), também as dissertações de Lúcia O. Silva (1977), Sílvia Magnani (1978) e Ferreira (1978) (BATALHA, 2005, p. 150-151).

A partir da década de 1980, a história do trabalho passou efetivamente a ter espaço como objeto de pesquisa. Sobretudo com a abertura de programas de pós-graduação que

⁵ Segundo Claudio Batalha (2010), apesar dessa visão o autor é o pioneiro na ampliação da temporalidade analisada, uma vez que admite pensar a organização da classe trabalhadora em um recorte anterior à Primeira República, inserindo o mutualismo na história das atuações dos trabalhadores no Brasil.

⁶ Para compreender melhor a historiografia do trabalho produzida no Brasil, ver: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e continuidade; In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: 6 ed. Contexto. 2005. _____. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. Anos 90 - **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. Nº 8, p. 91-99. Porto Alegre, 1997. GOMES, Ângela de Castro. "História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões". In: SOHIET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, pp. 22-23. LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Revistas Eletrônicas da PUC-SP**. Nº 16, p. 25-38. São Paulo, 1998. PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. As pesquisas Regionais e a História operária Brasileira. Anos 90 - **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. V. 3, Nº 3, p. 129-153. Porto Alegre, 1995. _____. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados e de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo. **Cadernos AEL**. V. 14, N. 26, p. 257-344, 2009. HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. **Coleção de Ramate de Males**. Nº 5, p. 95-119, 1985. HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário?. **Revista Brasileira de História**. V. 5, Nº 10, p. 208-321. São Paulo, 1985. Publicado: "Por que a história do movimento operário?". **História e Perspectivas**. V. 23, Nº 43, p. 41-70. Uberlândia, 2010.

⁷ Como mostra E. Hobsbawm (2000, p. 15 -18), a história do trabalho desde a sua origem transita pelo mundo da política, o que implica que as primeiras produções realizadas sobre a classe trabalhadora, foram realizadas fora do âmbito institucional do conhecimento, as universidades, por militantes não acadêmicos ligados ao movimento operário. No Brasil não foi diferente, as primeiras obras produzidas também foram realizadas pelos militantes como já citamos, sobre esse assunto ver: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e continuidade; In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: 6ª ed. Contexto. 2005.

passaram a apontar caminhos para os estudos da classe operária. O enfoque das novas abordagens influenciadas pela história social - com base em E. Hobsbawm e E. P. Thompson - estava em todos os aspectos da vida da classe operária, porém os estudiosos tenderam a valorizar os momentos cotidianos do dia-a-dia da classe, em detrimento das organizações políticas.

A historiografia da classe operária produzida antes de 1980 esteve centralizada no eixo econômico do país, no Rio de Janeiro e em São Paulo, havendo assim, uma tendência em estender as análises produzidas sobre a classe operária nesses dois polos para o conjunto do país (PETERSEN, 1995, p. 130). Logo, estas análises percebiam a classe dentro de um restrito espaço de singularidade, como se o operariado se enquadrasse da mesma forma nas diversas regiões do país, correspondendo a um modelo idealizado do que se esperava ser a “típica” classe operária, ligada a bandeiras e organizações revolucionárias⁸. Assim, em particular ao Nordeste, as análises sofrem limitações com a generalização ou simplesmente por serem desconsideradas ou tratadas secundariamente.

Mas, na década de 1980, com a ampliação teórico-metodológica e abertura de cursos de pós-graduação no país, como já foi dito, foi permitido desfazer a ideia de singularidade da classe operária e pensar a diversidade existente em cada região. A desigual conformação do desenvolvimento industrial nas diferentes regiões do país, sua desigual relação com o setor agro-exportador e com as oligarquias de base rural detentoras do poder político, por exemplo, abrem diferentes possibilidades para análise do movimento operário no Brasil (PETERSEN, 1995, p. 133).

Segundo Silvia Petersen (1997) e Cláudio Batalha (1997), o frescor da nova abordagem não indica que as antigas questões levantadas não devam ser retomadas de forma a pensar as lacunas que acompanharam. Os autores alertam para o perigo de um novo reducionismo. As instituições criadas pela classe trabalhadora fazem parte das experiências dos sujeitos históricos, nelas eles compartilharam elementos de sua época que o faziam identificar-se entre si. Podemos tomar como exemplo as associações mutualistas, onde os membros compartilhavam as mesmas condições de vida: insegurança, moradia, trabalho, desemprego, entre outros elementos significativos das relações sociais. Então excluir das análises esses espaços é perder de vista a vida cotidiana da classe trabalhadora.

⁸ Sobre, ver: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?. **Revista Brasileira de História**.V.12, Nº 23/24, p. 111-124. São Paulo, 1991/1992.

A historiografia já reviu a reflexão sociológica que colocava o mutualismo como uma espécie de “pré-história” do movimento operário criado na Primeira República⁹. Apesar de não ser vasta, a historiografia mostrou nesses últimos anos que o fenômeno do mutualismo compõe a tradição associativa da classe trabalhadora, onde as experiências construídas no século XIX ultrapassaram a barreira temporal, fazendo parte do processo ativo da formação da classe, principalmente na constituição de uma cultura associativa (BATALHA, 2009, 2010; MACIEL, 2011; MATOS, 2009). Assim, esse é um tema relativamente recente na historiografia brasileira, que vem suscitando importantes debates em torno das experiências desenvolvidas pelos agentes históricos que se organizaram mutualmente, principalmente no que concerne a aspectos de rupturas, permanências e compartilhamento de valores com outras formas organizacionais.

Entretanto, o debate fundamenta-se em um estado de não acordo em relação ao tratamento do mutualismo na historiografia, no que concerne ao seu campo de atuação. Alguns autores já assinalaram que a divergência em termos de abordagem, não significa um total desacordo entre as perspectivas, apenas são abordagens distintas que, em uma análise mais generalizante das mutuais no Brasil, constituem-se como complementares (BATALHA, 2010, p. 13-14; MACIEL 2011, p. 27-28).

Isso nos indica que a experiência mutualista não admite apenas uma interpretação nem a homogeneização, pois é um movimento complexo e não uniformizado. E, como movimento presume deslocar-se em direção a algo, as ações desenvolvidas pelas mutuais foram distintas em cada espaço; onde ocorreu foi marcada com suas próprias particularidades na forma de atuação e definição. Diante da heterogeneidade dessas organizações, existiam também práticas coletivas comuns às diversas mutuais, como: auxílio funeral, assistência médica, farmacêutica, jurídica, entre outros socorros. Daí, concluímos que as abordagens historiográficas mesmo com horizontes teóricos distintos são complementares, principalmente quando a proposta é caracterizar o mutualismo no Brasil.

A primeira corrente analisa o fenômeno como organizações da classe trabalhadora, enfocando o caráter classista, entre os que a defendem estão Beatriz Loner, Cláudio Batalha, Marcelo Badaró, Marc Cord, Osvaldo Maciel e Silvia Petersen, entre outros autores. Na outra perspectiva, temos um enfoque à própria lógica do mutualismo, com destaque ao aspecto

⁹ Um dos primeiros trabalhos a questionar com profundidade essa reflexão, foi o: LUCA. Tânia Regina de. **O sonho do futuro assegurado (o mutualismo em São Paulo)**. São Paulo, Editora Contexto, 1990.

previdenciário, nesse caminho, temos Tânia de Luca, Adhemar Lourenço, Cláudia Viscardi, Ronaldo de Jesus, entre outros (BATALHA, 2010, p. 13-14). Segundo Osvaldo Maciel (2011),

O fenômeno do mutualismo pode ser recortado, heurísticamente, tomado como mote a si próprio ou a um outro objetivo relativo mais ou menos distinto com o qual possua algum tipo de relação orgânica ou circunstancial. Para o caso da relação entre mutualismo e história operária, mesmo os autores que apontam para a análise daquele a partir de sua especificidade, reconhecem a forte ‘atração’ que há entre os dois fenômenos (MACIEL, 2011, p. 29).

Desse modo, ambas as abordagens são legítimas, pois mesmo com seus enfoques diferenciados revelam as estratégias adotadas pelos agentes sociais inseridos em um contexto de exclusão em que vivia a maioria da população brasileira. Diante da negligência social dos governos, as mutuais apresentavam-se como alternativa de superação das carências sociais.

Segundo Cláudia Viscardi e Ronaldo de Jesus (p. 24-26), ao analisar a experiência do mutualismo no decorrer do século XIX e as primeiras décadas do século XX, deve-se ter alguns cuidados com as particularidades desse fenômeno social para não confundir com outras estruturas organizacionais da sociedade civil, como: as irmandades, as corporações de ofício, com a filantropia, as seguradoras e por fim com os sindicatos. Esses cuidados devem permear as investigações sobre o mutualismo, visto que não é fortuita a confusão entre as formas de atuação, mas não podemos negar que o estabelecimento de fronteiras rígidas que demarquem o campo de ação entre essas organizações não contribui para o entendimento do fenômeno. É necessário saber que existem diferenças, mas também notar que em alguns casos esses movimentos compartilharam os mesmos valores. Se as mutuais têm ou não relação com as corporações de ofícios, com as irmandades, com os sindicatos ou até se exerceram funções filantrópicas só a investigação pode mostrar; a historiografia já mostrou que em alguns casos existem o compartilhamento de valores, em outros não.

Segundo Claudio Batalha (1999, p. 47), as novas sociedades de resistência não substituíram as sociedades mutualistas na República, o processo foi lento, ocorrendo inclusive a incorporação de funções de resistências nas mutuais e de auxílio nos sindicatos. O autor salienta que em alguns lugares, como no Rio de Janeiro, algumas sociedades anteciparam funções próprias das associações sindicais. Osvaldo Maciel (2011) mostrou empiricamente para o caso de Maceió que as sociedades mutualistas de caixeiros também desempenharam atividades de cunho classista.

Outro aspecto presente nas observações de Claudio Batalha (1999, p. 49-50) refere-se sobre as continuidades e rupturas entre as mutuais e outras agremiações, como irmandades e corporações de ofício. A sua hipótese parte da concepção de que as sociedades de socorro mútuo configuravam-se após 1824 como a única forma legal viável de organização da classe trabalhadora livre. Isso porque a Constituição do Império de 1824, promulgada por D. Pedro Primeiro, aboliu das relações sociais as corporações de ofícios, seus juízes, escrivães e mestres. Diante dessa lei, os trabalhadores de ofícios (artistas ou artesãos) desprovidos de qualquer amparo social, numa sociedade monárquica excludente, buscaram organizar um novo tipo de sociedade com fins de defesa mútua e acabaram por incorporar nas mutuais antigas tradições presentes nas corporações de ofícios. A diferença mais perceptível entre essas organizações dá-se no campo institucional, sendo inegável que existiram rupturas, mas também existiram continuidades.

Ao analisar a partir de um aparato documental a Sociedade de Artes Mecânicas e Liberais de Pernambuco, Marcelo Mac Cord (2009) visualizou que muitos dos costumes das corporações de ofício permaneceram presentes no Recife oitocentista. Os mestres de ofício continuaram praticando e valorizando: o trabalho bem feito, honra no ofício executado, treinamento, perícia, inteligência e a busca por controlar alguns setores do mercado de trabalho da construção civil.

No geral, os estudos têm levado em consideração a função principal das mutuais que era o socorro aos sócios em necessidade, buscando perceber em particular o modelo organizativo, as características dos sócios e a representatividade. A vertente que trabalha na perspectiva de uma sociedade classista vai além dessa perspectiva, observando as relações sociais presente no meio, as disputas internas, enfim, considera os interesses de classe, e por consequência o conflito.

As experiências vivenciadas dentro das organizações mutualistas corroboraram para a formação da classe trabalhadora, constituindo um espaço que permitiu aos trabalhadores se organizar para melhorar algumas questões pertinentes a vida de uma classe historicamente excluída.

É importante ressaltar que a classe operária na Paraíba ainda não foi plenamente estudada, principalmente no período da Primeira República. A historiadora Silvia Petersen, no texto *Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo* (2009), realizou um

levantamento da produção da história da classe operária fora da centralidade do Rio de Janeiro e São Paulo. No levantamento sobre a Paraíba, a autora identificou que os primeiros trabalhos foram realizados a partir dos anos de 1980, o mapeamento totalizou 43 bibliografias, dentre elas 22 são dissertações na pós-graduação de Sociologia, 3 publicações em revista de sociologia e 3 livros, 11 trabalhos apresentados em encontros de História, 2 trabalhos da área de Comunicação, 1 dissertação na pós-graduação de Ciência Política e 1 na área de Arquitetura e Urbanismo. Como podemos ver a maioria das abordagens se concentram na área da sociologia. Entre os diversos trabalhos no campo da sociologia citado pela historiadora, estão as seguintes dissertações defendidas na UFPB: a de Roberto Vêras de Oliveira, “*A CUT somos nós...*” (*a experiência- CUT e a questão da participação e o imaginário dos militantes que atuam na Paraíba*) (1994), a de Paulo Giovani Antonino Nunes, *A questão democrática no sindicalismo cutista no Estado da Paraíba* (1996) e a de Severino Cabral Filho, *Entre a arte e a tecnologia: velhos padeiros, sua memória, seu trabalho, sua história* (1996)¹⁰.

Não consta no mapeamento produzido por Silvia Petersen (2009) a dissertação de Maria T. C. Madeira (1986), *O novo sindicalismo e o movimento dos Professores de 1º e 2º Graus da Paraíba*, produzida na pós-graduação de Educação e outra no programa de pós-graduação em Psicologia Social de Vanderley A. Amado (1988), *Engajamento nos Movimentos Sociais: A origem do “Zé Pião”, movimento de oposição sindical dos trabalhadores da construção civil de João Pessoa*. Podemos ver que as produções realizadas entre 1970 e 2006 sobre a temática da classe operária na Paraíba não são extensas, mas também não é inexistente.

Apesar da produção na área de história não ser tão extensa, comparada a do campo da sociologia, temos as dissertações de Waldeci Ferreira Chagas (1996), *Prática Política e Transformações no Cotidiano dos Trabalhadores em João Pessoa na Década de 1930*, e de Eltern Campina Vale (2008), *Tecendo Fios, Fazendo História: A Atuação Operária na Cidade - Fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*; a historiadora Silvia Petersen faz menção aos dois autores, mas a trabalhos apresentados em eventos¹¹. Temos também os artigos publicados em revista de história, de Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1997), *Educação e Trabalho na Paraíba: A Escola de Aprendiz e Artífices*, e o de Paulo Giovani Antonino Nunes (2000), “*O surgimento de uma nova força social: o sindicalismo cutista*”. A título de

¹⁰ Colocamos como anexo I as referências completa do mapeamento realizado pela historiadora Silvia Petersen.

¹¹ A referência completa está no anexo I.

informação temos a dissertação do Valdenisio Alves Cabral (2014), *Comerciários de João Pessoa: novo sindicalismo, conflitos de classe e cultura política*, defendida no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o doutorado em História em andamento pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), do Eltern Campina Vale, cujo título da futura tese é *Relações de trabalho, cotidiano e formação de classe: A experiência dos têxteis da cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1924-1950)* e ainda a tese de Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (2016), *O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar (1964-1985)*, defendida no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Desta maneira, a partir desse restrito panorama traçado da historiografia da classe operária, podemos perceber que mesmo diante da ampliação teórica e metodológica ocorrida no interior da historiografia a partir da década de 1980, a produção na Paraíba ainda é bastante limitada, diversas lacunas existem a ser preenchidas. Então, se existe muito a ser estudado, por que analisar um tema clássico da historiografia da classe operária, como as instituições? A razão não está apenas na lacuna historiográfica sobre a classe operária na Paraíba, uma vez que essa lacuna é ampla e poderia ser estudada qualquer fase da vida da classe como salientamos, e sim, porque o alvorecer das novas propostas analíticas da historiografia que permitiram redimensionar, a partir da década de 1980, os estudos sobre a cultura operária priorizando “o trabalhador comum aos militantes ou aos dirigentes, a classe às instituições, e em alguma medida, o dia a dia aos momentos excepcionais de greves e revoltas” (BATALHA, 2005, p. 91), não são um indicativo de que as antigas questões levantadas não devam ser retomadas de forma a pensar as lacunas que as acompanharam. Assim, as formas de organização e manifestação coletiva da classe operária, continuam a ser válidas e são importantes para a compreensão da história da classe operária e da dinâmica social como um todo, pois não

[...] se pode perder de vista que a história operária é a história da formação de uma classe, história, portanto, de experiências e ações comuns e coletivas. Associações, partidos, greves, formas mais ou menos institucionalizadas do movimento são, pois, elementos constitutivos deste objeto e não podem ser simplesmente descartada da historiografia (PETERSEN, 1997, p. 63).

Portanto, esse objeto clássico permanece atual. Neste sentido, buscaremos problematizar as organizações mutualistas na capital da Parahyba, sendo essa experiência marcada por estratégias de ações e debates em meio a realidade excludente que vivia a classe

trabalhadora. Para tanto, enveredaremos por uma tendência historiográfica inglesa que privilegia as temáticas e metodologias na perspectiva da história social, que passou a ser desenvolvida a partir das décadas de 1960 e 1970 como uma nova prática historiográfica em todo o mundo, tendo por principais referências E. Hobsbawm (2000) e, principalmente, E. P. Thompson (1987).

O conceito de experiência é central nas análises de E. Thompson, pois permiti evidenciar os fenômenos da vida de homens e mulheres comuns; revelando como eles agiam, pensavam, comportavam-se, manifestavam seus ritos e criavam mecanismos de sobrevivência. A proposta é fazer emergir nas abordagens o papel da ação humana e não apenas o desenrolar e o embate de estruturas. Vale ressaltar que E. Thompson em *A Formação da classe operária inglesa* (1987) buscou compreender o processo de formação da classe operária, demonstrando que a classe ocorre historicamente num processo ativo das ações humanas, não como estrutura ou categoria estática, mas das efetivas relações entre os sujeitos históricos dentro de uma realidade dotada de interesses antagônicos em conflito.

Pensar a história da classe trabalhadora em suas diversas esferas é pensar a complexidade das relações humanas, composta por conflitos, lutas, embates, mas também de estratégias e relações de dominação, encontros, posições, oposições e também conformismo à realidade. Toda essa relação é forjada essencialmente no conflito de classes.

Portanto, a história da classe trabalhadora é antes de tudo, uma história das *relações de classe*. E por somente existir *em relação* à(s) outra(s) classe(s), só pode ser percebida em processos dinâmicos, históricos, jamais em categorias estáticas, como afirma Thompson (1987). Essa dinâmica acha-se no cotidiano desorganizado e organizado politicamente e se manifestam e redimensionam em seu movimento coletivo organizado sobre inúmeras formas, que por sua vez, também incidem sobre o cotidiano e a própria *consciência* que a classe tem de si. Entender isso é perceber as forças que compõem a dinâmica da sociedade, organizada centralmente no conflito de classes.

O que está em questão é o processo ativo da ação humana de fazer-se classe construída a partir das relações sociais. Como mencionamos, o espaço da experiência é central na análise de E. Thompson; perceber as ações humanas através da amplitude das instituições é observar como as “[...] experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais [...]” (THOMPSON, 1987, p. 10). Pensar no movimento organizado da classe trabalhadora, nesse sentido, é buscar compreender um

complexo conjunto de relações sociais. Tal pressuposto é completamente pertinente para a nossa questão básica, o associativismo mutualista da classe trabalhadora na capital da Parahyba, isso implica compreender que as relações de classe, “[...] qualquer que seja a natureza da classe, são relações entre classes ou camadas que não podem ser adequadamente descritas se analisadas isoladamente, ou apenas em termos de suas divisões ou estratificações internas” (HOBBSAWM, 2015, p. 30).

Os sujeitos históricos com suas ações e reconhecimento dos nós definem-se historicamente na luta de classes, inseridos num campo de interesses. A classe não é uma categoria estatística, engessada e solidificada, nem muito menos uma entidade independente agindo isoladamente na sociedade. Partimos do pressuposto da prática de Thompson, em que a classe é “[...] uma categoria *histórica*, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista” (THOMPSON, 2012, p. 270). A análise de classe é indispensável para compreender as relações entre sujeitos históricos, em seu contexto social, político e econômico. Desta forma, o conceito de classe e experiência permitirá demonstrar as práticas de uma classe explorada, que dedicou-se pela busca de dias melhores, como também nos permitirá entender o Estado como um campo de disputa entre as classes.

Ainda segundo Thompson, a classe é “[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto da matéria-prima da experiência como na consciência” (1987, p. 9). A mesma se delineia segundo as suas experiências, vividas dentro de seu contexto real. Para compreender a classe que se forma, na medida em que vivência o seu dia a dia, as condições em que está inserida e executa as suas atividades, ou seja, vive as experiências, temos que entendê-la a partir do conflito de classes, uma vez que:

[...] não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe (THOMPSON, 2012, p. 274).

As pessoas se reconhecem enquanto classe na medida em que compartilham os mesmos interesses, e isso por si só não basta, devem-se tratar esses interesses coletivamente,

onde a experiência seja comungada. Tal processo dá-se no decorrer da luta, pois é o momento em que as pessoas se descobrem como classe diante da consciência que vai se formando durante todo o processo. Na dinâmica histórica real da vida a classe e a consciência de classe são os últimos acontecimentos do processo conflituoso, não no sentido literal do termo, no entanto, não se pode pensar em classe, se as pessoas não agem desta maneira. A relação de classe é sempre conflituosa e é do seio desse conflito que surgem as posições e a convergência de interesses entre si, em oposição a outro interesse antagônico ao seu. Deste modo, a classe “[...] não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é ‘algo’ ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica” (THOMPSON, 2012, p. 279), e a consciência de classe não “[...] pode ser nem ‘verdadeira’ nem ‘falsa. É simplesmente o que é” (THOMPSON, 2012, p. 280).

Nesse sentido, os pressupostos da história social inglesa (experiência, luta de classe, consciência de classe e classe) serão essenciais para a nossa análise sobre o associativismo mutualista da classe trabalhadora na capital da Parahyba, no período do final do século XIX e início do XX.

Para compor a nossa análise a partir do que observamos nas páginas acima, tivemos que lidar durante boa parte da pesquisa com a escassez dos registros produzidos pelos próprios trabalhadores. Alerta E. Thompson (1987, p. 57), que a dificuldade de encontrar esses registros está intimamente ligada ao obstáculo da classe trabalhadora em deixar registros sobre suas ações e pensamentos por não possuir uma linguagem articulada. Mas essa dificuldade não significa a total impossibilidade de estudar o tema, pois existem fontes produzidas por outros grupos, a exemplo dos jornais, que mesmo diante dos filtros editoriais revelam as dificuldades de existência e as formas de luta da classe operária. Então, a partir dos jornais buscamos as primeiras evidências das ações, relações e luta de classes; os indícios encontrados apresentavam fragmentos da vida associativa da classe trabalhadora.

O quadro de associações que formamos no primeiro capítulo, só nos foi possível por esses vestígios. Encontramos nas folhas dos jornais diversas notícias, como: chamadas para sessões, convites para participar das festividades da data de fundação e do Primeiro de Maio, cobrança de quotas e mensalidades aos sócios, nomes de pessoas admitidas e eliminadas, fragmentos e estatuto completo, formação de diretoria, os momentos iniciais de fundação da instituição, posições diante da realidade, enfim, podemos perceber toda uma conjuntura de

atividades desenvolvidas pelas sociedades. Devemos ressaltar que a cultura associativa fazia parte do cotidiano da cidade da Parahyba, além das associações mutualistas, existiam diversas irmandades, lojas maçônicas, empresas que ofereciam serviços previdenciários, grêmios literários, musicais, entre outros.

Utilizamos diversos jornais¹² avulsos: *A Pinça*, *Diario da Parahyba*, *GAZETA ARTISTICA*, *O ARTISTA*, *O BRADO ARTISTICO*, *O PARAYBANO* e *UNIÃO TIPOGRAPHICA*¹³. Como também usamos *O Norte*, *A Imprensa* e *A União*¹⁴. Desses três, utilizamos com maior profundidade o jornal *A União*; por isso achamos importante salientar alguns pontos sobre o mesmo.

Para o período da nossa pesquisa, no que concerne aos anos da Primeira República, *A União* era o jornal de maior circulação. Esse jornal nasceu no alvorecer da República em meio à crise política que o país estava mergulhado. Poucos meses depois de ser eleito constitucionalmente presidente do Brasil, Deodoro da Fonseca sofreu um golpe e renunciou ao cargo, e quem assumiu interinamente a presidência do país ainda em 1891, foi o seu vice, o marechal Floriano Peixoto. Ao assumir a presidência, Floriano Peixoto nomeou como governador da Parayba do Norte, o major Álvaro Machado, a quem foi incumbido o dever de implantar a “ordem e o progresso” da República no estado. Para tal Álvaro Machado, criou em 1893, o jornal *A União*, composto pelos elementos da sociedade que apoiavam o seu governo e em particular o Partido Republicano da Paraíba (PRP), fundado em 1892, pelo próprio governador. Segundo Martins, a intenção do órgão era “garantir a ordem pública, apoiar a administração e fundar, pelo sistema federativo, o império da lei neste do Estado” (MARTINS, 1978, p. 25-26).

Como podemos perceber, a organização do jornal tinha puros interesses políticos, pois servia como órgão de publicidade do PRP, que tinha a provável intenção de instalar as ideias republicanas no estado através da “união” da sociedade. Nesse sentido, as suas publicações tinham a finalidade de transmitir o ponto de vista do governo do estado. Um dos seus diretores, Carlos D. Fernandes, nomeado para o cargo pelo governador Castro Pinto, expôs claramente os objetivos deste órgão oficial, que integrado a:

¹² Os jornais: *A Pinça*, *GAZETA ARTISTICA*, *O BRADO ARTISTICO*, *O ARTISTA* E *UNIÃO TIPOGRAPHICA*, foram produzidos pela classe trabalhadora.

¹³ Todos esses jornais podem ser encontrados no seguinte site da UFPB: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html>

¹⁴ O jornal *O Norte* foi pesquisado no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (HIGP); o jornal *A Imprensa* foi pesquisado no Arquivo da Arquidiocese da Paraíba, como também no site da UFPB mencionado; quanto ao jornal *A União*, pesquisamos no Arquivo Privado de Maurílio de Almeida.

[...] Constituição Republicana, cumpria-lhe esta triplicidade nem sempre harmoniosa de atribuições: exteriorizar a opinião do governo, emitir e vulgarizar as idéias políticas do partido e finalmente expressar, em média precisa, os sentimentos e opiniões da coletividade (MARTINS, 1978, p. 32).

Enquanto meio de comunicação introdutor de notícias na Parayba do Norte, o jornal *A União*, que em seu próprio título denota o caráter político, tinha entre seus objetivos publicar notícias polifônicas, ou seja, de várias opiniões, inclusive da coletividade, na tentativa de unir a sociedade paraibana por meio de suas páginas, estabelecendo assim, a “ordem e o progresso” da República. Essas vozes que circulavam pelas edições do jornal como salientou o diretor Carlos D. Fernandes, nem sempre eram harmoniosa entre si, uma vez que representavam interesses antagônicos. Em certa medida, o jornal sedia espaço para os que não tinham uma linguagem articulada publicamente, como a classe trabalhadora; obviamente os interesses da classe que o jornal divulgava passavam pelo filtro editorial, pois acima de qualquer coisa esse órgão representava os ideais do PRP.

Assim, em meio às páginas do jornal *A União*, encontramos diversas atividades desenvolvidas pela classe trabalhadora, em particular da Sociedade de Artistas e Operária Mecânicos e Liberais. Frequentemente, para não dizer diariamente, a associação realizava publicações no periódico, não só ela, mas outras sociedades também, como: Centro Artístico e Operário, Sociedade União Operária Beneficente, Sociedade Instrutiva e Beneficente União Caixeral, União Gráfica Beneficente Paraibana, entre outras instituições.

As diversas experiências da classe trabalhadora podem ser percebidas nas folhas dos jornais que utilizamos, em particular, a vida associativa. Além dos periódicos produzidos pela própria classe trabalhadora, utilizamos os Relatórios de Província¹⁵, o Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial (1899)¹⁶ e dispomos de uma documentação privada pertencente à Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, que tem como atual presidente o senhor Rosildo Luís da Silva Junior. O senhor Rosildo Junior gentilmente concedeu para a nossa pesquisa a documentação sobre o seu poder¹⁷. Entre os documentos

¹⁵ Podem ser encontrados, no seguinte site: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>

¹⁶ O almanaque também pode ser encontrado no site da UFPB: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/diversos.html>

¹⁷ Desde a graduação, quando analisei as comemorações do Primeiro de Maio na Paraíba (1913-1930), buscava encontrar esses registros, porém só no mestrado isso foi possível. Não foi um processo fácil entrar em contato com a documentação da associação. Quando descobrimos a fonte, eu já estava quase no final do primeiro ano do mestrado; entre a descoberta e o primeiro contato foram quase quatro meses, com o primeiro contato averigui que a documentação precisava ser higienizada e catalogada, pois estava armazenada em uma dispensa, de maneira entulhada juntamente com outros materiais. Então, após essa constatação lá se foram mais de dois meses para conseguir ter um acesso mais efetivo às fontes, o que só foi possível diante da gentileza do senhor Rosildo Junior de nos confiar a documentação; a partir daí pude fazer a higienização e a catalogação. Hoje os

encontramos: livro de atas dos primeiros anos de existência da sociedade (1881-1892), circulares de diretorias dela e de outras associações (inclusive de lojas maçônicas), o estatuto da Sociedade União Operaria Beneficente e a União Beneficente de Artistas e Operários, entre outras. A documentação que se encontra na posse do presidente da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais é bastante diversificada, cobre principalmente o período posterior a Primeira República. Sem dúvidas, esse conjunto de documentos nos deu a argamassa necessária para a execução do trabalho, que junto aos jornais nos possibilitaram perceber as movimentações da classe trabalhadora por dias melhores.

Como exemplo da importância dessa documentação, sem a qual dificilmente poderíamos compreender a cultura associativa da classe trabalhadora na capital da Parahyba, são os livros de atas da associação (1881-1892) que nos possibilitou perceber as ações de sujeitos reais que com suas experiências sociais e históricas se organizaram dentro de uma instituição de proteção diante das dificuldades da vida em uma sociedade escravista e excludente, e que tinham como critério de definição dos sócios o pertencimento a classe trabalhadora artística. Permitiu-nos visualizar as dimensões funcionais e estruturais da associação, como também a posição da classe trabalhadora representada pela associação em relação a assuntos inerentes as suas vidas cotidiana e institucional.

Devemos ressaltar, que a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, fundada em 11 de setembro de 1881, enquanto organização definida por critérios de pertencimento a classe trabalhadora artística mecânica e liberal, manifestou uma força de enfrentamento às questões inerentes as condições de vida dos associados, realizando práticas de benefícios de diversas esferas aos seus membros, de instrução à pensão aos familiares dos

documentos se encontram envelopados em papel madeira, dentro de caixas de arquivos, que estão sinalizadas pelo tipo de documento e ano. Fizemos essa nota explicativa, para poder salientar que as informações de boa parte das associações advirão do: livro de atas, das circulares de diretorias de diversas instituições (inclusive das lojas maçônicas), dos estatutos da Sociedade União Operária Beneficente e União Beneficente de Artistas e Operários, pedidos de auxílios e ficha de inscrições da União Gráfica Beneficente Paraibana, como também outros tipos de documentos como balancetes, pedidos de subvenção ao governo e listas das associações registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, esses documentos estão restritos ao período posterior ao nosso recorte temporal, mas nos deu a compreensão da permanência das atividades de muitas associações. Então, a partir de agora o leitor toma conhecimento de onde tiramos boa parte de nossas informações, isso nos isenta de fazer uma nota explicativa toda vez que citarmos essa documentação. Por fim, o leitor que tiver interesse pela documentação, a mesma se encontra ainda sobre a posse do senhor Rosildo Juíni, que tem um comércio no prédio onde a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais por muito tempo desenvolveu a suas atividades, que fica no centro de João Pessoa-PB, na Rua 13 de Maio, nº 235. Hoje o prédio serve como espaço para diversas lojas comerciais e os membros da associação se reúnem em outro lugar. O leitor que porventura não ler a nota encontrara a informação sobre onde encontrar a documentação nas páginas finais do trabalho, reservada as referências.

sócios falecidos. Desta maneira, funcionava como espaço de interesse coletivo, como artistas de uma nova experiência organizacional na capital da Parahyba.

Assim, a Sociedade de Artista e Operários Mecânicos e Liberais, configura-se como uma das primeiras formas de movimento coletivo da classe trabalhadora do estado, formada no período oitocentista como possibilidade de superação do contexto histórico de sua fundação, que criou uma nova perspectiva social de solidariedade com horizontes de cooperação entre os membros da associação por dias melhores. Por fim, antes de apresentarmos os capítulos, resta salientar três pontos: o primeiro é que buscamos dialogar com a literatura nacional sobre o mutualismo; o segundo diz respeito às práticas desenvolvidas pelas sociedades mutualistas que perpassam o processo de formação da classe trabalhadora. As ações em prol da cooperação e solidariedade entre os sujeitos envolvidos não ficam restrito a temporalidade do século XIX, ao contrário, os impactos dessa experiência organizacional, influenciou as práticas políticas pelos direitos na sociedade brasileira (VISCARD e JESUS, p. 23). O terceiro refere-se à justificativa temporal, o recorte inicial é o ano de 1881, por ser o ano de fundação da Sociedade de Arstistas e Operários Mecânicos e Liberais, o marco temporal final é a década de 1910, por ser um período de maior fundação de sociedades mutualistas na Parahyba do Norte. Apesar do recorte temporal final ser a década de 1910, em alguns momentos foi necessário avançar na temporalidade para melhor compreender a configuração das sociedades mutualistas e as ações dos agentes nelas envolvidas.

Como vimos no decorrer da introdução, o nosso tema central são as associações mutualistas na capital da Parahyba entre os anos de 1881 e a década de 1910. Por isso, iremos fazer uma análise dos sujeitos sociais envolvidos nas associações mutualistas, o que nos interessa, são as suas escolhas, posições, relações, ou seja, a esperança que os envolvidos compartilhavam de por meio da experiência associativa garantir um futuro menos incerto com garantia de direitos, mesmo que mínimos. Dividimos este trabalho em três capítulos¹⁸. No primeiro, apresentamos o cenário onde os protagonistas de nosso trabalho desenvolveram as suas atividades organizacionais, que foi a cidade da Parahyba entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX. A ideia que norteou foi: apresentar a cidade da Parahyba, a partir das ideias modernizadoras que permearam o período, mostrando as transformações

¹⁸ Tanto o título da dissertação, como os títulos de cada capítulo foram inspirados pelo *Hino do Trabalho* da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais. O hino foi encontrado na publicação do jornal *A União* (03/05/1922, p. 2) sobre as comemorações do Primeiro de Maio de 1922.

urbanísticas e o mercado de trabalho com base nas características econômicas e industriais da Parahyba do Norte. Na medida em que seguimos esse trajeto, apresentamos as condições de sobrevivência da classe trabalhadora, destacando as condições precárias de habitação, alimentação e de oferta de emprego, para mostrar a configuração de vida desses sujeitos.

Além disso, apresentamos as associações que foram fundadas na Parahyba do Norte durante os anos de 1881-1931. Damos particular atenção às associações definidas por critérios étnicos, no caso encontramos apenas a constituída pelos italianos, que foram: Sociedade Italiana de Beneficência XX de Setembro e a Sociedade Italiana de Beneficência Amor Reciproco.

No segundo capítulo, propomos analisar de maneira ampla as atividades desenvolvidas pelas associações formadas pela classe trabalhadora, registradas na tabela que elaboramos na primeira parte. A ênfase circunscreveu na intenção de mostrar a dinâmica interna das associações. Primeiro, apontamos a constituição das associações, onde fizemos ligações com o contexto da capital da Parahyba apresentado no primeiro capítulo. Depois, buscamos compreender o que a classe trabalhadora compreendia por ser associado, e o que isso implicaria na vida dos sujeitos. Na terceira parte desse ponto, analisamos a dinâmica interna da associação, para mostrarmos a estruturação administrativa, os direitos e deveres dos associados, critérios de admissão e eliminação, entre outros pontos. Por fim, no quarto ponto procuramos observar as sociedades mutualistas como espaço de proteção.

No último capítulo, abordamos exclusivamente a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais. A análise partiu do princípio de mostrar o processo de fundação da associação, como foram dados os primeiros passos na construção de uma cultura associativa que reverberou por toda a sua trajetória social nos anos em questão. Logo depois, buscamos ver como os membros da instituição se percebiam a partir da definição de classe trabalhadora artística, onde apresentamos brevemente como os associados e a própria associação compreendia a abolição da escravidão. Continuamos problematizando a percepção da participação política em *stricto sensu* e como as elites políticas passaram a observar a classe trabalhadora representada pela associação no processo eleitoral. Por último, enfatizamos a relação entre Estado e a classe trabalhadora nos primeiros anos do século XX.

CAPÍTULO I – “NAS PROMESSAS DO INCERTO PORVIR”: A PARAHYBA DO NORTE NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX E O MUNDO ASSOCIATIVO

Iniciamos com algumas perguntas que buscamos responder no decorrer desse capítulo com base na leitura que selecionamos sobre o tema e documentos da época. Quais as condições estruturais da capital da Parahyba no final do século XIX e início do XX? A partir dessa pergunta surgem as seguintes: Qual era a configuração econômica desse período? Qual era o plano de modernização urbana das elites? Como a população pobre, em particular, os trabalhadores estavam inseridas nessa realidade? E o mundo associativo, como estava constituído?

No início da República, a cidade da Parahyba passava por diversas transformações no campo econômico, social e urbano. A população não chegava a 19.000 habitantes, que era distribuída na cidade de acordo com o seu poder econômico. As áreas mais valorizadas como o centro era ocupada pelas elites, à população pobre habitava os locais mais afastados desse centro (DINIZ, 2004, p. 172). Essa geografia social deu os contornos de um processo de exclusão planejada e executada pelo ideal modernizador das elites, com alvo na população pobre que vivia em condições bastante precárias.

Como veremos nos tópicos que seguirão, essa condição precária estava presente: nas suas habitações, que geralmente eram construídas com taipa e palha; na maneira de se alimentar, tendo como base, muitas vezes, aquilo que conseguiam colher em seus quintais; nas vagas oferecidas pelo mercado de trabalho, que até o final do século XIX constituía-se de carregadores de água, acendedores de lampião, vendedores ambulantes, carregadores de mercadoria, trabalhadores ocasionais, artistas, do comércio e da pouca indústria existente, atividades essas que serviam para dar-lhes a sobrevivência. Essas condições se acentuaram na medida em que a população crescia, em 1920 a capital já contava com 32.990 habitantes, consequência em grande parte do fenômeno da seca que assolava o interior e fazia a população do campo ir para cidade. As possibilidades de vida da capital não acompanhava o crescimento populacional, de modo que aumentava o número de desempregados, os aspectos de higiene pública pioravam inferindo no aumento de epidemias, além disso, ficava mais difícil possuir habitações, mesmo que em condições precárias (DINIZ, 2004, p. 173; KOURY, 1986, p. 135).

Esse contexto provocava nas elites o aguçamento pela modernização dos espaços urbanos e indústrias, sentimento que desde meados do século XIX fazia parte da mentalidade

desses grupos dominantes. No entanto, a capital da Parahyba entrou o século XX com uma paisagem provincial, que mostrava pouca transformação em sua estrutura urbana.

Essa era a visão de cronistas, viajantes e moradores da época. Nos primeiros anos do século XX, o francês J. A. Thorll realizava a seguinte descrição da cidade da Parahyba:

[...] a cidade é triste, quasi inanimada, construida irregularmente sobre as partes altas e baixas do sólo; na embocadura do Rio Parahyba tem um aspecto mais pitoresco que imponente; o progresso não passou ainda por aquellas regiões, alguns lampiões denegridos pelo fumo allumiam mal com as suas tremulas luzes as ruas e praças; pesados bondes, mediando entre o carro e o tramway sacodem os viandantes nas ruas daquela cidade morta; tudo ali é calmo, tranquilo como o espirito dos habitantes, não se sentem essa alegria exuberante, essas manifestações ardentes; um silencio quasi religioso pesa sobre este conjuncto original; os crimes, as malfeitorias, as faltas graves, mesmo, ahi são quasi desconhecidos e a alma d'esse povo feliz em sua inalterada quietação, parece, alheia aos tormentos, as tribulações, ás asperas ambições da vida moderna, pairar serenamente em regiões fora do alcance das más paixões; é o Landernau do Brazil; como nesta pequena cidade bretã, a herva cresce á vontade nas vias publicas, os raros passeantes resvalam como sombras, conversa-se á meia voz, os gestos são lentos, calculados e o vae-vem das relações necessárias não perturba a calma geral; logo que sôam as 8 horas, todos se retiram e se recolhem; ás 9 horas os lampiões publicos se apagam, a vida desaparece; parece estender-se um manto sobre a cidade adormecida e as estrelas brilhantes do firmamento luminoso velam o santo repouso d'esse povo de costumes austeros e patriarchaes (A UNIÃO, 1907, p. 2).

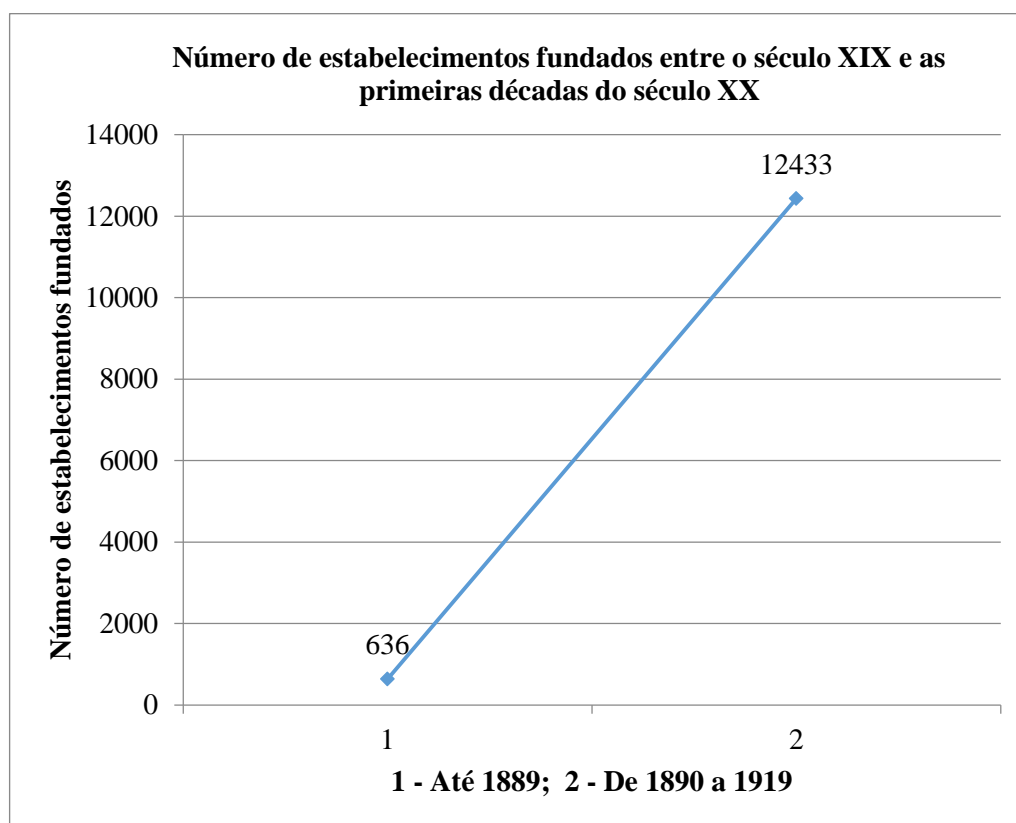
O viajante não cita as condições de vida da numerosa população pobre, apenas relata as suas impressões acerca do pouco desenvolvimento urbano da capital, interesse esse das elites que buscavam modernizar a capital com investimento na infraestrutura. Diversas coisas ditas no relato – como os lampiões que iluminavam a cidade e o transporte com base na força animal – mostram uma cidade sem modernização ainda em 1907. E porque dizemos ainda? Porque as elites e as administrações públicas desde meados do XIX vinham planejando e executando algumas obras e leis para a modernização dos espaços do perímetro urbano, medidas essas que de sobremaneira atingia a vida da população pobre da cidade. A modernização não passava apenas pelo vícios estético, mas também econômico, ocorreram diversos investimento em favor desse interesse.

Sairemos dessa introdução para adentrar com um pouco mais de profundidade nas questões já levantadas e de certa maneira já salientadas. A nossa proposta segue a seguinte sistematização: construiremos algumas das características da economia da Parahyba; depois passaremos para a modernização urbana, assim, na medida em que formos pensando esses aspectos colocaremos em cena a classe trabalhadora; acabamos por encerrar o capítulo com o mundo associativo que se forma diante dessa realidade.

1.1 Processo de modernização econômica da Parahyba do Norte

As regiões do Brasil no limiar do século XX passaram por um processo de industrialização, estimulado pelos proeminentes lucros derivados da agro-exportação. O crescimento econômico alicerçado no mercado de exportação dos produtos agrícolas lançou as bases para o aumento e melhoramento dos empreendimentos fabris no país.

GRÁFICO I
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS FUNDADOS NO BRASIL ENTRE O SÉCULO XIX E
AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.



Fonte: IBGE, Censo Industrial de 1920, p.160-161.

O gráfico I demonstra um crescimento relevante no número de estabelecimentos no país nos primeiros anos do século XX. Esse fenômeno está relacionado à efervescência exportadora dos produtos agrícolas e a política dos governos da Primeira República de estímulo industrial, como a isenção de impostos. Até 1849, o país contava com uma tímida indústria composta por 250 estabelecimentos espalhados principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Nesse cenário,

a Tarifa Alves Branco (1844) deu um impulso ao processo de industrialização no século XIX, apesar das dificuldades de valorização desse setor da economia brasileira, já que os grupos dominantes do capital enfatizavam os seus interesses na agro-exportação, deixando em segundo plano a indústria.

Segundo Pedro Fonseca (2004, p. 4), os efeitos protecionistas da Tarifa Alves Branco visavam controlar o déficit do Estado, proteger as indústrias fabris já existentes, como também estimular a fundação de outras. O aumento tarifário entre 20% e 60% para produtos importados pretendia complementar as atividades primárias da nação que estavam atreladas à agricultura. As indústrias que nasciam tinham base de sustentação na política agroexportadora da nação.

Os padrões agroexportadores de cada região criaram uma divisão territorial circunscrita em sua regionalização econômica (GURJÃO, 1994, p. 17). Dessa forma, as estruturas da industrialização do país foram sentidas nos diversos estados de maneira distinta, as mais de 13 mil indústrias registradas pelo censo de 1920, seguiram a seguinte transformação quantitativa:

TABELA I
ESTABELECIMENTOS FUNDADOS NO BRASIL ATÉ 1919

ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			
	NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS FUNDADOS ATÉ 1919	ATÉ 1889	DE 1889 A 1914	1914 A 1919
Alagoas	352	10	126	213
Amazonas	69	-	46	22
Bahia	491	35	197	235
Ceará	294	25	193	76
Distrito Federal	1.541	138	632	771
Espírito Santo	75	1	31	41
Goiás	16	-	2	14
Maranhão	89	9	36	36
Mato Grosso	19	-	13	6
Minas Gerais	1.243	46	533	641
Pará	168	15	83	70

Paraíba	251	9	149	93
Paraná	623	34	313	276
Pernambuco	442	32	233	170
Piauí	55	-	25	30
Rio de Janeiro	454	39	204	194
Rio G. do Norte	197	8	125	62
Rio G. do Sul	1.773	82	910	720
S. Catarina	791	42	453	294
São Paulo	4.145	94	2.685	1.867
Sergipe	237	17	114	99
Ter. do Acre	10	-	4	6

Fonte: IBGE, Censo Industrial de 1920, p. 160-161.

A tabela I evidencia dois pontos: primeiro, o deslocamento do eixo econômico do país, que até a primeira metade do oitocentos esteve ligado à região Nordeste, para as regiões Sudeste e Sul que passaram a apresentar uma superioridade industrial. O segundo é que o desenvolvimento industrial não ficou preso às duas principais regiões, a sua representatividade deu-se nos diversos estados do país. Na região Sudeste e Sul destacaram-se os seguintes centros: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; no Nordeste: Bahia, Pernambuco e Alagoas.

Estruturado nos pressupostos de produção capitalista¹⁹, o desenvolvimento industrial determinou mudanças nos setores produtivos e nas relações de trabalho. O aparecimento das indústrias fabris representou a vitória do sistema de fábrica manchesteriano, caracterizado pela concentração de trabalhadores expropriados e assalariados submetidos à arrumação de grandes unidades produtivas, onde a tecnologia figurava como instrumento de acumulação de capital e, estratégia de controle e disciplina de um mercado de trabalho assalariado em formação composto por homens pobres, livres e libertos (DINIZ, 2004, p. 34).

Tal avolumamento industrial expandiu as atividades de bens de consumo relacionadas à abundância de matérias-primas existentes, principalmente nos setores têxtil e alimentício.

¹⁹ Segundo Ariosvaldo Diniz, podemos “[...] afirmar que o tipo de sociedade-economia que se desenvolveu no Brasil foi, desde o início de natureza capitalista. Isto porque o capital comercial aqui penetrou na esfera de produção, estruturando a própria economia colonial, ao dar-lhe, desde o princípio, um caráter mercantil, organizando unidades de produção de mercadorias para o capitalismo europeu [...] se tratava de colonizar para o capitalismo [...]. Nesse sentido, a economia metropolitana e a economia colonial ‘são faces da mesma moeda’, são formas complementares de um único processo” (2004, p. 42-43).

No caso do Nordeste, em particular a Parayba do Norte, autores como Celso Mariz (1978), Linda Lewin (1993), Eliete Gurjão (1994) e Ariosvaldo Diniz (2004) já salientaram que as principais atividades produtivas da economia eram a lavoura canavieira, algodão e pecuária, outros produtos que não tinham a mesma vultosa importância desses faziam parte da necessidade industrial do estado, como o tabaco. Em pesquisas nos jornais da época pode ser percebida a importância dos gêneros agrícolas para a indústria paraibana, além desses já citados, para a confecção de óleos, era essencial a produção de coco e mamona. Nesse sentido, a indústria da Parayba do Norte, como a do restante do país, dependia da agricultura e de sua exportação para estimular a sua fundação.

Uma parte da historiografia paraibana percebe a industrialização como produto do comportamento externo, comandado pelas seguintes demandas: Guerra de Secessão, mercado mundial, oscilação de preços e transferência de tecnologia dos países centrais para os periféricos. Segundo Ariosvaldo Diniz (2004), essa análise ao buscar as suas explicações para as mudanças verificadas no setor industrial, principalmente no têxtil, em acontecimentos históricos externos, reduzem o processo a um mero reflexo estrutural do capitalismo. O que autor aponta é que o surgimento do parque industrial deve ser percebido por meio de fatores externos e internos (dentre os quais as questões inerentes à organização social do trabalho).

A aproximação dos fatores externos e internos foi primordial para o desenvolvimento econômico do estado. A conjuntura mundial favoreceu a exportação do algodão que era a sua principal atividade produtiva desde o século XIX. Durante a Grande Guerra (1914-1919) a sua exportação sofreu um abalo, o que fez pela primeira vez a produção atender aos interesses internos do estado e de outras regiões do país que tinha sua base no setor mais dinâmico da indústria brasileira, a têxtil. O dinamismo do setor têxtil caracterizava-se pela sua organização estrutural: relações de trabalho, o meio de produção e inovações tecnológicas (GURJÃO, 1994, p. 27).

O mercado transatlântico na segunda metade do século XIX tornou-se o alvo da produção algodoeira da Parayba do Norte, a Guerra de Secessão (1861-1865) impossibilitou os Estados Unidos de produzirem o algodão e de atenderem as demandas do mercado, assim a Paraíba desponta no processo de exportação. Como demonstra Waldecir Chagas (2004, p. 36), de 1900 até 1930, o algodão despontou na exportação de produtos agrícolas da Parayba do Norte. O lugar natural e social de sua produção foi o agreste, cariri e o alto sertão. A partir desse período a divisão colonial do território paraibano sofreu alterações, a antiga separação

entre litoral e interior, foi substituída por cinco zonas geográficas: litoral, caatinga-agreste, brejo, cariri e alto sertão, cada qual com sua especialidade econômica (LEWIN, 1993, p. 40).

Cada zona geográfica possuía características próprias, a:

[...] zona litorânea estendia-se para o interior numa distância que variava de 20 a 68 quilômetros no mar. A sua paisagem, além de suas praias brancas repletas de coqueiros, contiveram uma zona de desmatamento coberta de floresta, a zona da mata, explorada inicialmente por pau-brasil. Após séculos de deflorestamento, a zona da mata tornara-se uma extensa planície de aluvião coberta de verdes canaviais. Mas para o interior, a zona litorânea transformava-se numa meseta arenosa antes de segundo lugar a uma segunda zona, intermediária, conhecida como a caatinga-agreste (agreste cattingado). Essa segunda zona consistia em uma faixa de terra agricultável muito fértil, de 26 quilômetros de largura, conhecido como o agreste, cercado por um cinturão mais seco da caatinga. [...] Esta zona abrangia o território entre o litoral e o sertão. [...] O agreste, o pequeno bolsão sub-úmido no canto nordeste da caatinga, possuía as condições ideais para a agricultura [...].

[...] a caatinga, [...] mais seca [...] desenvolvera-se como zona pecuária [...]. Elas forneciam carne-de sol e os bois e cavalos que serviam como força-motriz para os engenhos de açúcar do litoral [...]. A relação de complementariedade econômica entre caatinga e a zona litorânea começou a mudar no fim do século XVIII. A agricultura – cereais e algodão – começou a roubar os recursos forrageiros da economia pecuária [...] como uma zona de policultura [...]. Cereais, tabaco e uma notável variedade de algodões, tanto herbáceos como arbóreos, contribuíam para a fervilhante produtividade do agreste.

O brejo, ou ‘brejos’, era uma segunda zona intermediária, ao noroeste do agreste. Circulando pela caatinga a leste e ao sul, o brejo situava-se nas erodidas ramificações nordestinas do maciço da Borborema, estendendo-se por quase 200 quilômetros de norte ao sul e cerca de 100 quilômetros de leste a oeste. As vantagens da altitude fizeram da região uma zona ainda mais fértil para a policultura. O algodão e os cereais tinham criado o brejo na segunda metade do século XVIII, mas quando da chegada da República Velha, a zona já ultrapassara seu auge de produção dos anos de 1860 e 1870, e começava a caminhar para um declínio [...]. Durante a República Velha, a riqueza econômica do brejo vinha do tabaco, café, aguardente e rapadura.

O sertão começava nos contrafortes da Borborema, onde a rude vegetação da caatinga estendia-se para o interior em direção a condições de sequeidão ainda maior [...] a região compreendia duas zonas interiores [...] o sertão do cariri [...] cobriam todo o elevado planalto da Borborema. Sua paisagem acidentada incluía os municípios mais secos da Paraíba, na verdade os mais secos do país. A segunda zona sertaneja era o alto sertão, além da Borborema, [...] começava onde os contrafortes ocidentais do planalto deixava o sertão do cariri e desciam para a vastidão da bacia do Rio Piranhas. Região de elevações menores, o alto sertão recebia mais chuva do que o sertão do cariri. Uma umidade moderada e um solo arenoso e retentor de água ao longo das margens dos rios proporcionavam condições naturais ótimas para o cultivo do algodão arbóreo, fazendo do alto sertão o maior produtor de algodão de fibras longas durante a República Velha (LEWIN, 1993, p. 40-42).

Das cinco zonas geográficas e econômicas, apenas uma não produzia algodão, nesse caso, a litorânea. Durante o período da Primeira República, as zonas do agreste e sertão tomaram a posição de importância na produção algodoeira. As exigências do mercado capitalista inevitavelmente obrigou o aumento da cultura algodoeira, estimulando a expansão para o interior do estado. Sendo o alvo das exportações desde 1855, movimentou as iniciativas empresariais e estimulou a fundação de cidades no interior de grande relevância na praça comercial paraibana. Até 1890, a cidade de Areia, situada no brejo, era a mais desenvolvida cidade mercantil com diversas praças comerciais.

O brejo, por sua posição geográfica privilegiada e por ser uma zona intermediária cortada pela parte oriental da Borborema, deu origem aos principais polos comerciais, como: Guarabira, Bananeiras e Alagoa Nova. A partir de 1890, Campina Grande tomou posição de destaque na economia do estado, como o grande centro de descaroçamento de algodão da caatinga-agreste (LEWIN, 1993, p. 41-42). As zonas intermediárias por realizarem a intercessão entre o interior e o litoral destacaram-se na comercialização dos produtos agrícolas, beneficiando a circulação do algodão.

O incremento da produção do algodão nestas áreas exigiu uma ação para facilitar o seu escoamento, assim, foram construídas vias férreas, com o objetivo de ligar o litoral aos polos comerciais da Paraíba do Norte. A primeira iniciativa para facilitar o comércio foi realizada pelo Conde D'Deu Railway Company Limitada com subsídios do governo imperial, que ligou a capital a Alagoa Grande, Ingá e Guarabira. No período Republicano, tais iniciativas continuaram com o prolongamento das estradas de ferro, favorecendo em particular a cidade de Itabaiana e Campina Grande. A dinâmica do processo destacou-se mais na segunda cidade, dando-lhe proventos econômicos para o seu desenvolvimento urbano²⁰ (GURJÃO, 1994, p. 22-23).

Desta maneira, a expansão da produção do algodão nas áreas do interior contribuiu para o desenvolvimento industrial da Paraíba do Norte no final do século XIX e início do XX. Por ser o elemento econômico mais dinâmico, dos 250 estabelecimentos industriais registrados no estado no Censo Industrial de 1920; pertenciam à indústria beneficiadora do algodão, nesse caso a têxtil, 169 indústrias. Segue abaixo o quadro de fundação da indústria têxtil:

²⁰ Segundo Eliete Gurjão, a evolução urbana de Campina Grande deve ser creditada à sua função comercial, que está relacionada à sua posição geográfica, e não por causa da estrada de ferro, pois a mesma só foi estalada mediante a estrutura da cidade que permitia o ligamento comercial (1994, p. 23).

TABELA II
QUANTIDADE DE INDÚSTRIAS TÊXTEIS ENTRE 1870 E 1919

ANO	NÚMERO
1870-1874	1
1875-1879	2
1885-1889	1
1890-1894	2
1895-1899	5
1900-1904	13
1905-1909	28
1910-1914	55
1915-1919	62

Fonte: IBGE, Censo Industrial de 1920, p. 401-402.

As 169 indústrias do ramo têxtil estavam divididas da seguinte maneira: 1 fábrica de tecido de malhas, 1 fábrica de mantas para montarias e 167 estavam ligadas ao ramo de vassouras, escovas e espanadores (IBGE, Censo Industrial, 1920, p. 317-318). Os dados registram um crescimento significativo nos anos de 1910: dos 169 estabelecimentos 117 foram criadas nesse período, sendo que a maioria das empresas foi fundada no contexto da Grande Guerra. O crescimento desse ramo relacionou-se com o aumento da produtividade do algodão, o mesmo que deu a capacidade financeira para a implantação de maquinários a vapor para o seu beneficiamento e a construção das estradas de ferros que começavam a atuar no escoamento do produto (GURJÃO, 1994, p. 20). Segundo Celso Mariz (1978, p. 26), alia-se a avultosa produção, os favores fiscais do governo estadual que tinham o objetivo de estimular a implantação de estabelecimentos.

O governo estadual passou a adotar uma política de industrialização, diante de uma realidade de difícil situação comercial exportadora do algodão durante os anos da Primeira Guerra Mundial. Analisando a seção de cotação de gêneros agrícolas do jornal *A União* entre os anos de 1910 e 1916, observamos uma queda no valor do algodão na praça comercial. A situação era vista da seguinte maneira:

De dois anos a esta parte o nosso ouro branco tem estado com inexplicáveis e desarrazoadas cotações, com variantes de assombrar os seus possuidores e sem plausíveis explicações.

Já tivemos em época remota – em 1865, na guerra de secessão dos Estados Unidos, preços mais altos que os actuaes, porém naquella occasião havia motivos justificativos de sua alta, como se fosse, estar em guerra o paiz por

excellencia productor do artigo. Entretanto, agora o que vemos? Os principais Estados da Europa central, fechados para o seu consumo, enquanto que, os grandes centros produtores se acham em franca actividade de cultivo, podendo dizer mesmo, ter-se generalizado a quase todos os agricultores das zonas mais ou menos produtoras, devido ao seu extravagante preço. Estas cotações, sem explicações plausíveis, como disse acima, estão sujeitas, de um momento para outro, á surpresas muito desagradáveis para os estagnadores do rico produto.

Aqui mesmo na Parahyba, desapareceram rapidamente fortunas respeitáveis, naquella época citada, em que o algodão atingiu os altos preços de agora. Não obstante ponderamos aos interessados principaes propulsores da riqueza conterrânea, desde que são os grandes produtores do ouro branco, que não predam, uma vez que têm preços tão compensadores, os quaes não se reproduzem se não, de raro em raro, ou para melhor dizer de meio em meio seculo.

Do mesmo modo como tivemos altas tão sensíveis e sem explicações, vamos ter baixa que já se accentua de modo assustador (A UNIÃO, 17/12/1916, p.1).

O valor do algodão que durante a Guerra de Secessão tinha atingido altos valores na cotação internacional, sofreu o inverso com a eclosão da Grande Guerra em 1914. Os estoques de algodão aumentavam e os preços desabavam. O produto que chegava a fechar na sua principal praça de exportação, a de Liverpool, num valor entre 12\$000 reis e 12\$500, baixou para 7\$000. No entanto, a partir de 1916, o produto retornou a alcançar preços altos na praça de exportação, contribuindo para uma fase de equilíbrio financeiro do Estado (GURJÃO, 1994, p.26; MARIZ, 1978, p. 51).

A Companhia de Tecidos Parahybana, fundada em 1892 na cidade de Santa Rita, foi uma das primeiras indústrias beneficiadora dos altos lucros de algodão a existir no estado. A companhia tinha por fim a indústria fabril de tecidos, fios e óleos. Por sua instalação ficar localizada em Tibiri, a fábrica ficou conhecida como a Fábrica de Tecidos de Tibiri. No seu edifício existia uma fábrica de tecidos com base em maquinismo com 150 teares, funcionava na mesma área um setor de produção de óleos com base no caroço de algodão. O seu terreno era vigiado por uma casa de gerência e sub-gerência, ao seu redor existia a vila operária, armazéns, depósitos e uma casa de bazar (A UNIÃO, 20/12/1914, p. 2).

A Fábrica de Tecidos de Tibiri foi o grande empreendimento industrial do estado, mesmo até durante o crescimento fabril na década de 1910. A partir desse período passou a funcionar no estado outros estabelecimentos beneficiadores do algodão.

Em 1918 [...] uma prensa hidráulica em Cabedelo, sob a direção de Júlio Von Shosten. Dois anos depois, em Campina Grande, Heronides de Holanda cria a Companhia Paraibana de Prensagem e Beneficiamento, com

instalações e maquinários modernos. Em 1922, começa a funcionar a suíña Santa Luiza, empreendimento inédito no sertão além Borborema. No mesmo ano, em Sapé é fundada a usina da Empresa Trajano Medeiros, com beneficiamento, prensagem e fábrica de óleo [...] ‘a primeira prensa hidráulica do Estado, com a indústria conexas de fabricação de óleo de semente, fora a da firma Kroncke & Cia., constituídas de alemãs. Os negócios da casa Kroncke, depois Comércio e Indústria Kroncke, eram feitos com os mercados da Inglaterra. Sua prensa, fundada em 1905, na Capital, ainda funcionava com alta capacidade e perfeitos resultados, sob a propriedade da Companhia Comércio e Prensagem de algodão’.

Em Campina Grande, no ano de 1919, foi fundado o Cotonifício Campinense. Na mesma cidade, em 1928, foram instaladas as fábricas de tecidos Fundação Marques de Almeida & Cia e da S^a Indústria Têxtil (Fábrica de Bodocongó) (DINIS, 2004, p. 81-82).

A partir da ampliação das exportações do algodão na conjuntura posterior a Primeira Guerra Mundial, diversas empresas foram fundadas no estado e as existentes passaram por um processo de consolidação. Aliam-se à boa fase das relações econômicas, os já salientados favores fiscais do governo estadual que estimulava com a isenção de impostos a movimentação comercial das indústrias. Destacam-se nesse contexto os incentivos concedidos aos irmãos Lundgren, para expandir seus negócios em terras paraibanas. Os governadores Camilo de Holanda (1916-1920) e João Suassuna (1924-1928) concederam isenção fiscal de trinta anos para a família Lundgren implantar a Fábrica de Tecidos Paulista (VALE, 2008, p.30). A Fábrica - cidade foi inaugurada em 1924 em Rio Tinto, a sua edificação seguiu a seguinte distribuição:

A seção de fiação conta com 1.200 teares movimentados por 20 dínamos acoplados à tecelagem, quatro engomadeiras para tratamento dos fios, energia elétrica para a movimentação das máquinas da usina elétrica de propriedade da companhia, oficina de fundição (com produção de peças de bronze, ferro, cobre e aço, em substituição de peças danificadas, olaria (com capacidade para produzir diariamente 30 mil tijolos), padaria, três escolas masculinas e seis femininas (nos turnos diurno e noturno); serviços sanitários, 960 moradias operárias, já habitadas. Na praça principal recém-construída, a banda de música anima quintas e domingos dos trabalhadores, a esta altura para mais de dois mil. (VALE, 2008, p. 37)

A descrição da cidade-fábrica deixa nítido o tamanho do empreendimento, que foi planejado com vilas operárias, escolas para as crianças, farmácia, olaria, entre outros espaços. Essa estrutura criou as circunstâncias necessárias para a fundação de uma cidade que pudesse manter em particular os trabalhadores preso à sua geografia, na intenção de controlar as suas vidas privada e pública.

É comum encontrar a partir desse período, em jornais da época, notícias acerca da isenção de impostos aos desejosos em abrirem estabelecimentos industriais. A isenção ocorria por meio de decretos leis, que eram publicados na imprensa oficial. Essa ação do governo que visava desenvolver a indústria no estado não ficou restrita ao mercado beneficente do algodão; outros setores usufruíram dessa política. Em 1907, o governador Monsenhor Wafredo Leal por meio da Lei de nº 144 de agosto de 1899, publicou o decreto nº 342 de julho, que concedia “isenção de impostos aos cidadãos Francisco Honorato Vergara e Manoel Soares Londres, para fundar nesta capital uma Fabrica para a manufatura de óleos, pelo prazo de cinco anos” (A UNIÃO, 13/07/1907, p. 3).

A fábrica de Francisco Vergara e Manoel Londres tinha como matéria prima para a produção do óleo, não só as sementes de algodão, mas a de mamona, coco e outros produtos apropriados para a confecção. Segundo o Censo Industrial de 1920 (p. 145), existia 7 estabelecimentos de produção química, dos quais 2 eram fábricas de produtos com especialidades farmacêuticas; 1 era de refinação de sebo, óleos e gorduras de procedimentos animal; 2 de sabão; 1 de velas de sebo e estearina; 1 de óleos vegetais. A única fábrica de óleos vegetais existente no estado até 1920 foi à fundada pelo decreto nº 342 de julho de 1907, durante gestão do Monsenhor Leal. Em 1922, começou a funcionar em Sapé a usina da Empresa Trajano Medeiros, com beneficiamento do algodão, trabalhando na prensagem e fabricação de óleo (MARIZ, 1978, p. 41).

Podemos perceber uma diferença acentuada entre os benefícios concedidos aos Lundgren e a Francisco Vergara e Manoel Londres. Apesar do Estado manter uma política de isenção de impostos para os empresários que desejassem abrir estabelecimentos, fica notória a preferência pelos grandes empreendimentos, principalmente os do ramo têxtil.

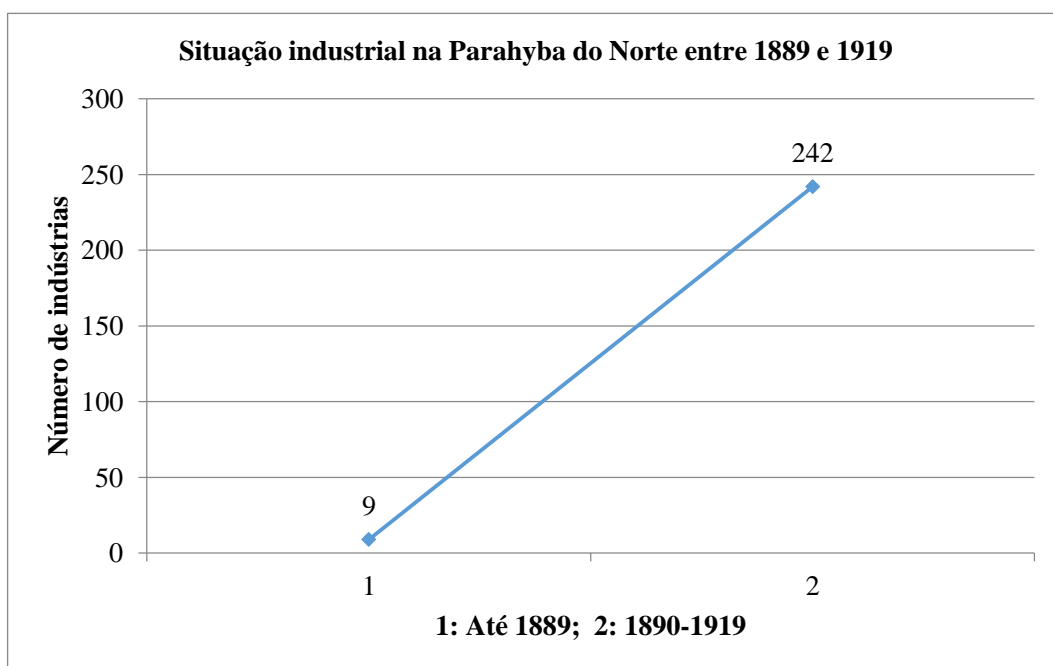
O segundo setor de maior importância no parque industrial da Parahyba era da área de alimentos. Em 1920, existiam 31 estabelecimentos de produção alimentícia, onde as fábricas eram divididas nos seguintes ramos: 8 de vinho e licores; 8 de torrefação e moagem de café; 6 refinaria de açúcar; 4 de bebidas alcoólicas e xaropes; 4 de cigarros, charutos e outros preparados do fumo e 1 de moagem de cereais e fabricação de farinha de mandioca, trigo e polvilho (IBGE, Censo Industrial, 1920, p. 147).

Seguindo o parâmetro quantitativo das indústrias paraibanas entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, temos o seguinte panorama representativo: a indústria de vestuário e toucador era composta por 22 firmas, sendo 1 de camisas e roupas brancas; 1 de

cintas, polainas, pastas, carteiras, bolsas e peneiras, 20 de calçado de couro. Na área da edificação, encontravam-se 9 indústrias de cal e cimento. No ramo da cerâmica existiam 4 empresas: 2 de olarias – tijolos, telhas e manilhas –, 2 de ladrilhos hidráulicos. No ramo das indústrias de couros, de peles e de outras matérias duras do reino animal, registraram-se 4 estabelecimentos: 1 de costumes, 1 de beneficiamento de couros e peles, 2 de fabricação de malas e artigos para viagem. Os outros setores eram os das indústrias de madeiras com 2 serrarias; indústrias do campo mobiliário, fabricação de móveis; e 1 uma empresa de construção de aparelhos de transporte, que fabricava arreios e artigos de selarias (IBGE, Censo Industrial, 1920, p. 299-311).

No geral, todos os setores industriais da Parayba do Norte dependiam da matéria-prima advinda da agricultura e pecuária. A industrialização que ocorria nas várias partes do Brasil no início do século XX, com a introdução de novas máquinas no processo de produção das grandes e pequenas fábricas, fez-se presente na Parayba do Norte. A modernização do setor industrial, ocorreu principalmente com investimentos de capitais de empresários de outras regiões e países (FERREIRA, 2002, p. 42). As 251 empresas registradas estavam divididas no seguinte caráter social: 197 eram firmas individuais, 44 em sociedade coletiva, 5 em sociedade comandita simples e 1 em outras (IBGE, Censo Industrial, 1920, p. 115). Para termos uma ideia do crescimento industrial e do investimento realizado, vejamos os gráficos:

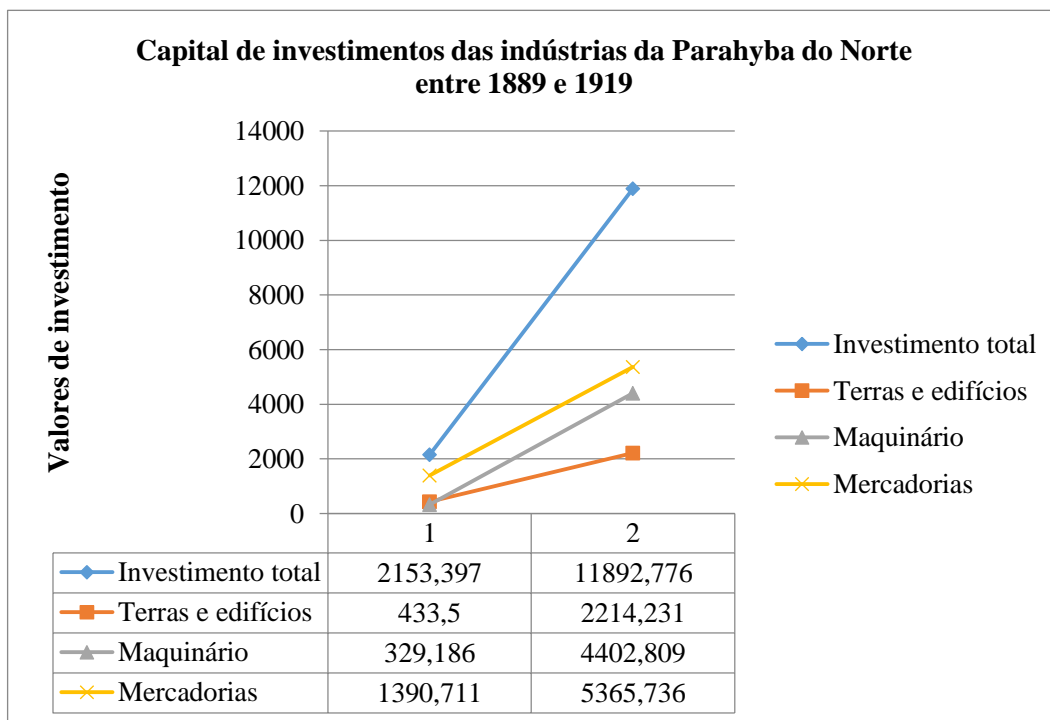
GRÁFICO II
SITUAÇÃO INDUSTRIAL NA PARAHYBA DO NORTE ENTRE 1889 E 1919



Fonte: IBGE, Censo Industrial de 1920, p. 158.

GRÁFICO III

INVESTIMENTOS DAS INDÚSTRIAS DA PARAHYBA DO NORTE ENTRE 1889 E 1919



Fonte: IBGE, Censo Industrial de 1920, p. 158.

Os gráficos mostram de maneira comparativa o crescimento industrial e os investimentos no período do final do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Durante o período da Primeira República registrou-se um crescimento industrial bastante expressivo, onde ocorreu um aumento de 2.700% no número de estabelecimentos fundados. A mesma coisa é observada no investimento realizado pelas empresas nos dois períodos demarcados. Os dados demonstram que ocorreu um aumento de 452,3% no valor total de capital investido nas 242 empresas, divididos em: aplicações de terras e edifícios (alcançou 410,8%), maquinismos e utensílios diversos (alcançou 1237,5%) e mercadorias, estoque em transformação, matéria prima e combustível (alcançou 285,8%). O cenário industrial da Parayba do Norte que começava a tomar corpo na Primeira República apresentava um maior investimento na área de maquinismo e utensílios diversos.

As indústrias passaram a investir na renovação tecnológica para melhorar o processo produtivo. De modo geral, os investimentos visavam aumentar a eficiência da produção com o melhoramento dos equipamentos (maquinários). Das 251 indústrias que compunham o parque

fabril da Parayba do Norte, 175 tinham força motriz 2.349 H.P., que era gerada por motores a vapor, a combustão de gás, benzina, petróleo e etc., rodas de água e eletricidade acionada fora e dentro do estabelecimento (IBGE, Censo Industrial, 1920, p. 166-167).

Segundo Diniz (2004, p. 85), o desenvolvimento industrial além de residir na expressão da produção agropecuarista e do mercado consumidor em expansão, estava relacionada à farta mão de obra barata existente. Mesmo diante da modernização alguns estabelecimentos mantinham o caráter artesanal da produção. Nesses estabelecimentos semi-artesanais, predominava os trabalhadores artistas que detinham o conhecimento e o domínio do processo. O conhecimento e a prática desses trabalhadores permeavam todas as etapas da produção. Esses homens pobres, livres e libertos desde o século XIX exerciam diversas atividades no mundo do trabalho paraibano. Exerciam as atividades de sapateiro, seleiro, curtidores, lavramento de sola, carpinteiros, marceneiros, entalhadores, serradores, torneiro de madeiras, pedreiros, ladrilhadores, caiadores, lagiadores, tecelões, cardadores, ferreiros, latoeiros, tanoeiros, funileiros, oleiros, louceiros, alfaiates, costureiras, cigarreiro, etc.

Tais funções com o processo de modificação da indústria paraibana vão sendo alteradas, evidenciando um momento de perda da autonomia dos artistas no seu trabalho, formando o trabalhador fabril assalariado. As 251 indústrias empregava-se um total de 3.589 trabalhadores (as) – 2.708 homens e 881 mulheres – que exerciam diversas atividades. Segue abaixo o quadro de trabalhadores (as):

TABELA III
QUADRO DE TRABALHADORES DOS SETORES INDUSTRIAIS DA PARAHYBA DO
NORTE EM 1920

GRUPOS DE INDÚSTRIAS	PESSOAS EM SERVIÇOS NAS FABRICAS								
	TOTAL			PROPRIETÁRIOS E MEMBROS DAS FIRMAS COMERCIAIS			ADMINISTRADORES, ENGENHEIROS E EMPREGADOS TÉCNICOS		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M
1- INDÚSTRIAS TÊXTIS	2.098	1.559	539	183	179	4	70	70	-
2- INDÚSTRIAS DE COUROS, DE PELES E DE OUTRAS MATÉRIAS DO REINO	202	201	1	6	6	-	11	11	-

ANIMAL									
3- INDÚSTRIAS DE MADEIRAS	36	36	-	5	5	-	2	2	-
4- METALURGI CA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5- CERÂMICA	58	58	-	5	5	-	5	5	-
6- PRODUTOS QUÍMICOS E ANÁLOGOS	291	267	24	10	10	-	23	23	-
7- ALIMENTOS	534	256	278	53	53	-	19	19	-
8-INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO E TOUCADOR	178	139	39	26	26	-	1	1	-
9- INDÚSTRIAS DO MOBILIÁRIO	85	85	-	4	4	-	4	4	-
10- INDÚSTRIAS DE EDIFICAÇÃO	106	106	-	9	9	-	1	1	-
11- CONSTRUÇÃ O DE APARELHOS DE TRANSPORT E	1	1	-	1	1	-	-	-	-
12- PRODUÇÃO E TRANSMISSÃ O DE FORÇAS FÍSICAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13- INDUSTRIAS RELATIVAS AS CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES E LUXO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.589	2.708	881	302	298	4	136	136	-

Continuação do quadro:

												DE 1.000 PESSOAS EM SERVIÇO NAS FABRICAS			
ESCRITURÁRIOS, ESTENÓGRAFOS, VENDEDORES E OUTROS EMPREGADOS NÃO JORNALEIROS			OPERÁRIOS JORNALEIROS									OPERÁRIOS JORNALEIROS	AS DEMAIS CLASSES	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO
			MAIORES DE 14 ANOS			MENORES DE 14 ANOS			TOTAL						
T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M				
27	27	-	1.713	1.218	495	105	65	40	1.8818	1.283	535	867	133	743	257
11	11	-	174	173	1	-	-	-	174	173	1	861	139	995	5
1	1	-	26	26	-	2	2	-	28	28	-	778	222	1.000	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1	1	-	47	47	-	-	-	-	47	47	-	810	190	-	-
25	25	-	228	204	24	5	5	-	233	209	24	801	199	918	82
42	42	-	393	128	265	27	14	13	420	142	278	787	213	479	521
7	5	2	139	107	32	5	-	5	144	107	37	809	191	781	219
2	2	-	69	69	-	6	6	-	75	75	-	882	118	1.000	-
-	-	-	90	90	-	6	6	-	96	96	-	906	94	1.000	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
116	114	2	2.879	2.062	817	156	98	58	3.035	2.160	875	846	154	755	245

Fonte: IBGE, Censo Industrial de 1920, p. 262-263.

Os dados do quadro são bastante explicativos, levam em consideração todos os setores industriais. Partindo de cada área de atuação do capital, esquadrinha a quantidade de trabalhadores, detalhando o número de homens, mulheres e menores de 14 anos empregados em cada setor. Tratando também em cima do percentual de mil pessoas empregadas, para dar uma noção do número de homens e mulheres em cada espaço produtivo. Percebe-se que o maior número de pessoas empregadas exercia a função de jornaleiros²¹, chegando a ser 84,6% do total. Segundo Maria Medeiros e Ariane Sá (1999, p. 82), o aumento do número de

²¹ Jornaleiros eram os que recebiam um jornal, no caso, um salário por dia trabalho. Segundo Maria Medeiros e Ariane Sá (1999, p. 83), o valor do jornal entre 1801 e 1805, girava entre de 160 e 240 reis.

jornaleiros na Parayba do Norte deu-se pelo crescimento da população pobre, composta por livres e libertos. As indústrias que maior apresentavam a proporção de mulheres em relação aos homens eram as têxteis e alimentícias.

Além dos jornaleiros, exerciam atividades no mundo do trabalho da Parayba do Norte os tipógrafos, os funcionários de escritórios, os trabalhadores do transporte, da força e administração pública, dos serviços domésticos, os profissionais liberais, os vendedores, os barbeiros, os esteiros, os sapateiros, os alfaiates, os carpinteiros, os fotógrafos, os pescadores entre outros. Existiam também os que trabalhavam de biscate em serviços ocasionais e os que não tinham profissão determinadas. Algumas profissões no decorrer da modernização urbana como a dos cacimbeiros, dos carregadores de água e os acendedores de lampião se tornaram ultrapassadas e outras foram criadas, como os cinematográficos, os choferes e outras que já foram citadas.

O pequeno porto do Varadouro criado às margens do rio Sanhauá abria possibilidades de ocupação para os trabalhadores ocasionais, como a de carregadores de mercadorias que chegavam da Europa e dos produtos exportados. Era possível também encontrar outros empregos, pois na redondeza do Varadouro foram criadas diversas casas comerciais e o Hotel Globo (1928). Por efeito dessa dinâmica circulava por essa área um grande número de gente, contexto que contribuía para o comércio ambulante. Além do destaque das atividades portuárias e comerciais, salientava-se também o funcionalismo público. Como podemos ver o mundo do trabalho era bem heterogêneo.

Entre o final do século XIX e início do século XX a dinâmica populacional da cidade ficava cada vez mais intensa, fatores como o fim da escravidão, a formação de um predominante mercado de trabalho assalariado e as repetidas migrações dos flagelados da seca – fenômeno climático constante na Parayba do Norte -, aumentava a demografia. Essa densidade demográfica salientou os problemas existentes, entre eles: a falta de habitação, desemprego e as epidemias. Essa situação passou a preocupar as elites desejosas pela modernização urbana da capital.

Num cálculo de percentual simples com base na densidade demográfica e no número de habitantes que estavam empregados em 1920, podemos inferir que 87% da população encontravam-se desempregadas. Esse porcentual pode ser um pouco para menos, uma vez que não levamos em consideração os trabalhadores que não foram registrados pelo censo, pela óbvia impossibilidade de dados. Mas isso não tira a dimensão de uma sociedade que vivia um

processo de inchamento, assim, diante da falta de trabalho, se tinha fartura de mão de obra barata pelas próprias condições da época.

Na movimentação econômica da Parayba do Norte assentada na estrutura do comércio de exportação dos produtos agrícolas e da gerência dos negócios internos, processou-se a formação do mercado de trabalho assalariado, como exigência do capital burguês em circulação. Isso significou para a dinâmica do mundo do trabalho uma heterogeneidade de ofícios ligados às atividades urbanas, que foram exercidos pelos homens e mulheres pertencentes à população pobre da sociedade, esses que muitas vezes se conheciam e compartilhavam as mesmas circunstâncias que a vida lhes proporcionava. A pergunta que surge nesse momento é: como se encontrava essa população pobre diante do processo de modernização urbana? Diante dessa questão, traçaremos o panorama dos planos de transformação da capital, que foi colocado em prática para anteder o desejo das elites de vê-la moderna.

1.2 A modernização da cidade da Parahyba em meados do século XIX e início do XX: processo do sonho de uns e do pesadelo de outros

Relembrando as impressões do viajante francês J. A. Thorll acerca da cidade da Parahyba que ainda nos primeiros anos do século XX, era vista como uma cidade inanimada e pitoresca pela falta de embelezamento urbano, a sensação que temos é de estar falando de sua configuração em meados do século XIX, que apresentava um pequeno aglomerado urbano e populacional de feições coloniais praticamente sem nenhum equipamento urbanístico (ALMEIDA, 1994, p. 27; DINIZ, 2004, p. 154). No entanto, estamos falando de uma cidade que até o limiar da República (1889) tinha sofrido poucas mudanças estruturais, no seu desenho urbano.

A paisagem colonial da cidade na segunda metade do século XIX destacava-se pela presença marcante da natureza entrelaçada com as edificações existentes, organizada em dois planos: cidade alta e cidade baixa²². Essa divisão era sinalizada por diferenças arquitetônicas e de relações sociais. Na parte elevada, ou seja, na cidade alta concentravam-se os prédios que exerciam funções administrativas e religiosas. Na parte baixa, conhecida como Varadouro

²² Tomamos como referência para a descrição da cidade alta e baixa, os seguintes autores: Gervácio Aranha (2003), Arioslvaro Diniz (2004), Waldecir Chagas (2004), José de Almeida (2005), Agra de Oliveira (2006) e Edna Araujo e Joedna Meneses (2010).

achava-se as edificações comerciais de diversas atividades, como a alfândega, o porto e os armazéns. As poucas ruas que existiam não eram calçadas, com a exceção da Rua Nova e da Rua Direita, ambas sendo as principais vias da cidade alta, que por meio de becos, travessas e ladeiras ligavam essa área à parte baixa. Os prédios religiosos, como as igrejas do Rosário, da Conceição, da Misericórdia, a Matriz e, os conventos de São Francisco e São Bento, encontravam-se nessas duas ruas.

Além dos prédios administrativos e eclesiásticos, a parte alta também concentrava o maior número de habitações (casas e sobrados). O comércio que se concentrava na parte baixa da cidade, no Varadouro, desenvolvia atividades de diversas naturezas, principalmente portuária. Nessa parte desenvolvia-se a circulação de produtos, onde fez surgir às ruas comerciais, como a Rua Maciel Pinheiro.

Os viajantes, como o J. A. Thorll revelavam em suas impressões o que viam. Ainda no início do século XX via-se uma cidade com ruas descalçadas, cortadas por valas que levavam o que os moradores não desejavam dentro de suas residências, a água corria a céu aberto, servindo de bebedouro para os animais que viviam soltos nas ruas e dificultando o trajeto dos sujeitos que habitavam o perímetro urbano ou daqueles que tinham que passar, por ser o caminho do trabalho. Segundo o próprio Thorll “[...] o progresso não passou ainda por aquelas regiões [...] um silencio quasi religioso pesa sobre este conjuncto original; [...] a alma d’esse povo feliz em sua inalterada quietação [...]”, percebemos em suas palavras que o conjunto inicial de criação da cidade permanecia quase inalterado, o núcleo populacional permanecia atrelado à origem da cidade baixa e alta.

É consenso na literatura que abarca a questão da estrutura urbana da cidade da Parahyba, que no final do século XIX a mesma continuava pequena como outras Capitais de províncias de seu porte (DINIZ, 2004; ALMEIDA, 2005; AGRA, 2006; ARAUJO, MENEZES, 2010). Além das ruas descontínuas, o estado sanitário era bastante problemático, diversas epidemias assolavam a população. O quadro epidêmico era consequência do ambiente insalubre da cidade. As doenças que proliferavam atingia toda a população sem distinção de classe.

Até a segunda metade do oitocentos a cidade não contava com nenhum plano arquitetônico de alinhamento, nivelamento e padronização de edificações, cada habitante edificava à sua maneira (ARAÚJO, MENEZES, 2010, p.18). Pela falta de padrão, as casas eram construídas sobre os limites das ruas, que combinado com a falta de calçadas, dificultava

a realização de trajetos, dando aos transeuntes apenas a opção de passar nas ruas, e assim lidar com todo um panorama de empecilhos. Como a maior parte da área territorial existente servia para as construções particulares, as mesmas serviam como habitação para os funcionários públicos, trabalhadores de diversas atividades, comerciantes e proprietários rurais, onde cada um construía a sua vontade e com as condições financeiras que detinham.

A forma irregular e sombria da cidade começou a ser criticada em meados do século XIX, pelas elites que deixavam o campo para habitar na zona urbana. É configurado como a primeira tentativa para tentar contornar a situação em que se encontrava a cidade, as ações praticadas pelo presidente Beaurepaire Rohan (DINIZ, 2004, p. 160; ARAÚJO, MENEZES, 2010, p. 18). O mesmo, em 1857 mandou os engenheiros Bless e Polema²³ realizarem um levantamento cartográfico da província, para tomar conhecimento de sua estrutura interna e limites territoriais com outras províncias (RELATÓRIO DE PROVÍNCIA, 1857, p. 50).

A proposta de levantamento cartográfico circunscrevia em atualizar o mapa da cidade que remontava o século XVII, para assim providenciar leis de nivelamento da cidade (DINIZ, 2004, p. 160; AGRA, 2006, p. 58). A iniciativa do Beaurepaire Rohan advinha dos interesses das elites em modificar a feição da cidade, através de códigos disciplinadores da paisagem urbana. As elites já estavam mergulhadas pelas ideias de modernidade propagada pela França que já havia passado por diversas transformações e passara a ser espelho para outras cidades que almejavam o progresso civilizatório.

O mapa levantado por Beaurepaire Rohan continha a quantidade de ruas, praças, travessas, becos, chafariz, comércios, casas e sobrados existentes no perímetro urbano. Essas informações apresentada pelos engenheiros, o possibilitou iniciar uma política de controle do ambiente, na busca da padronização através da disciplina. Segundo o próprio Beaurepaire Rohan, a culpa da desorganização urbana era dos habitantes que:

[...] construía suas casas sem se preocupar com alinhamentos e nivelamentos; isto convertia a cidade num verdadeiro ‘labirinto’; ou seja, em um intricado de ruas, travessas e becos que contrariavam a imagem de civilização e modernidade já tão propagada na Europa; a exemplo de Paris, cujas reformas, realizadas por Haussman funcionaram como modelo para todo mundo ocidental (ARAÚJO, MENEZES, 2010, p. 19).

A visão do presidente representava as elites defensoras de um ideal civilizatório; que segundo as historiadoras Edna Araújo e Joedna Meneses (2010, p. 14-17) a época significava

²³ Não encontramos os seus nomes completos.

copiar padrões europeus, no caso da cidade de Paris. A prática da civilidade se manifestava na ação regularizadora dos espaços urbanos, que se aproximava do ideal de modernidade na medida em que se buscava o melhoramento da iluminação, do abastecimento de água e de um sistema de esgoto sanitário, atitudes que vão ser percebidas com mais ênfase no século XX.

Ainda seguindo a linha de pensamento das historiadoras, o projeto de modernidade que começava a tomar fôlego, efetivava-se através de uma realidade autoritária, não importando a necessidade do coletivo, mas de viabilizar a tão sonhada e desejada modernização da cidade, pelas elites. Assim, a política de controle do presidente provincial Beaurepaire Rohan buscou colocar em prática o “sistema de nivelamento com fins de organizar o sistema de esgoto sanitário, demoliu edificações que dificultavam o trânsito entre a cidade alta e baixa e abriu novas ruas” (ARAÚJO, MENESES, 2010, p. 21), como também corrigir ruas desalinhadas e becos tortuosos. Estava impregnado nas medidas o tom autoritário da modernização da cidade.

Ao analisarmos os relatórios da província no setor de obras públicas, observamos o empenho da administração pública em realizar serviços de melhoramento da cidade. É notória a dificuldade que se tinha em colocar em prática os projetos por falta de recursos, como também dar continuidade. Diversas obras eram interrompidas no percurso de sua execução.

As obras passaram a ser sinônimo de modernidade, nas palavras do presidente da província Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, o “desenvolvimento dos melhoramentos materiaes tem sido sempre em todos os Paizes um dos synthomas mais caracteriticos da vida e progresso dos povos civilizados” (RELATÓRIO DE PROVÍNCIA, 1874, p. 45). Várias atividades foram realizadas para melhorar as áreas urbanas da cidade, a exemplo das seguintes: o presidente Felisardo Toscano de Brito realizou obras de pavimentação, como de remoção de ladeiras tortuosas, dando a elas um caráter mais regular, principalmente as que ligavam o Varadouro ao rio Sanhauá; o presidente Teixeira de Vasconcelos calçou o beco que ia do Varadouro em direção à igreja de São Frei Pedro Gonsalves; o presidente Assis de Carvalho terminou de construir a ponte do rio Sanhauá, que ficou pronta em 14 de fevereiro de 1868. A mesma foi feita em várias empreitadas e custou aos cofres uma quantia de 215:000\$000 reis, fora isso foi investido mais 60:000\$000 reis para desobstruir o rio. As medidas da ponte foram de 30 palmos de largura e 450 de comprimento, compartimentada em cinco blocos de 81 palmos cada um deles. (RELATÓRIOS DE PROVÍNCIAS, 1866, p. 27; 1867, p. 17; 1868, p. 16-17). Fora essas obras outras tantas foram realizadas.

Acabamos salientando as obras que tinham como o alvo o Varadouro, para mostrar que além do interesse de tornar a cidade mais aprazível com os melhoramentos, existia uma preocupação econômica. Na tentativa de resolver o problema de circulação dos produtos da província, o presidente Assis de Carvalho apresentava a conclusão da ponte do Sanhauá como solução para a necessidade de facilitar a entrada de produtos e a sua saída para o interior. Para complementar a obra, o mesmo fez a pavimentação da estrada da Gameleira, que seguia do Varadouro para a ponte. Ou seja, circulava dentro das propostas de embelezamento da cidade a necessidade de abrir caminhos para a circulação de produtos.

No geral, as ações dos governantes tentavam racionalizar os espaços públicos com obras e leis que determinavam a padronização das construções privadas. Nesse sentido, em 1866 foi implantada uma lei de intervenção na edificação de casas na cidade, conforme a regra deveria ser:

[...] construídas conforme as posturas em vigor, terão cornija e calçada e serão rebocadas e caiadas. Os muros terão doze palmos de altura, [...] A calçada ou passeio que nas fronteiras e muros, quer nas casas que se houverem de levantar ou reedificar será feito de conformidade com o nivelamento desta cidade (Colleção das Leis Provinciaes da Parahyba do Norte, 1866 apud ARAÚJO, MENESES, 2010, p. 26).

A partir do regulamento as edificações passaram a ser ordenadas por um padrão de construção a ser seguido. O cumprimento da lei seria obrigatório para o convívio social na cidade, as casas teriam um perfil da calçada ao limite final da casa, demarcada por um muro. As casas teriam que ser construídas de alvenaria, o material seria tijolos e telhas, e não mais de palha e taipa (que era o caso da maioria das casas da população pobre como veremos adiante). A questão em voga ia da estética à sanitária. As habitações passaram a ser alvo de um novo significado, que estava atrelado ao discurso de higiene e ordem pública.

Apesar de todas as intervenções realizadas pelo presidente Beaurepaire Rohan e os outros que seguiram depois dele até o final do século XIX, o ritmo do “desenvolvimento urbano [...] continuava lento” (ARAÚJO, MENESES, 2010, p. 13), as reformas e as leis de padronização da trama arquitetônica foram bastante pontuais, causando a impressão de poucas mudanças. Sem contar que o principal símbolo da modernidade no discurso das elites ainda não se fazia presente, que era a luz elétrica e a água encanada.

Nesse contexto, a cidade da Parahyba entrou o século XX com uma cara do século XIX, como o próprio viajante francês J. A. Thorll revelou em suas impressões. O empenho em estabelecer melhoras na estrutura urbana da cidade seguiu um ritmo acelerado nos anos de

1910 e 1920, nos governos de João Lopes Machado (1908-1912), João Pereira de Castro Pinto (1912-1915), Camilo de Holanda (1916-1920), Sólon Barbosa de Lucena (1920-1924), João Suassuna (1924-1928) e João Pessoa (1928-1930) (DINIZ, 2004; CHAGAS, 2004). Esses governos se encarregaram de realizar transformações,

[...] nos transportes e comunicações (sistemas telegráfico, telefônico, ferroviário, etc.), na adoção de equipamentos de higiene e/ou conforto (sistemas de água encanada e/ou esgotos, sistemas de iluminação pública e privada etc.), na construção de prédios ou logradouros públicos destinados a lazer (parques, praças ou passeios públicos), dentre outras (ARANHA, 2003, p. 79).

As intervenções realizadas por essas administrações visava uma nova aparência para cidade, e a materialização dessas novidades representavam conquistas simbólicas para a vivência de experiências modernas na Parahyba²⁴, que independente do porte da conquista a possibilitava ser “considerada moderna [...] em sintonia com o mundo civilizado” (ARANHA, 2003, p. 80). Assim, a proposta desses políticos era de acabar com os ambientes insalubres e infectos que tornavam feia a área central da cidade e pôr em prática os paradigmas da modernidade (CHAGAS, 2004, p. 44).

O alvo de modernidade aspirado pelas elites era o já evidenciado nas estruturas urbanas da região Sudeste, no caso Rio de Janeiro e São Paulo, e no Nordeste, em especial a cidade de Recife. A orientação modernizante que permeava as ações de mudanças na paisagem arquitetônica estava atrelada a um caráter estético e higienista. Em síntese, o que se pretendia era instalar na cidade da Parahyba novos hábitos e costumes inspirados nesses lugares.

Segundo Waldeci Chagas (2004, p. 37), as transformações experimentadas pela capital da Parahyba do Norte nos anos de 1910 e 1920, foram efetivadas pelos interesses das elites, principalmente dos proprietários rurais, que dispor de uma renda favorável do algodão passaram a adquirir casas na capital e financiar juntamente com os comerciantes os serviços de modernização. Além do fortalecimento das elites, o algodão também robusteceu as finanças do Estado. Desta maneira, o projeto de modernização atendeu aos interesses das elites, que por meio de obras públicas e decretos leis (na esfera Municipal e Estadual), colocaram em prática o processo de embelezamento e saneamento da cidade.

²⁴ Sobre os limites e perspectiva da experiência do ideal de modernidade, ver: ARANHA, Gervácio Batista. *Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925)*. In: Ó, Alarcon Agra do. **A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural**. João Pessoa, ed: Idéia, 2003, p. 79-132.

O que não podemos perder de vista dessa realidade é que na medida em que o projeto modernizador era pensado e executado para o bem estar das elites paraibanas, excluía-se uma parcela da população formada por homens e mulheres pobres. Logo, o processo de modernização mantinha em sua base uma estrutura de exclusão, montada na tradicional divisão entre ricos e pobres. Desta maneira, o que nos resta perguntar é: qual o lugar dos sujeitos pobres, em particular dos trabalhadores das diversas atividades no contexto de modernização da capital da Parahyba?²⁵ Ao falarmos da população pobre, definida pela instância das categorias de pobreza e trabalho, estamos evidenciando:

[...] os artistas assalariados ou em processo de assalariamento (gráficos, sapateiros, alfaiates, pedreiros, marceneiros, funileiros, costureiras, entre outros), os operários (de fábricas de bebidas, alimentares, de cigarros; da Great-Western, entre outros) comerciários, funcionários públicos, trabalhadores das docas, empregados domésticos, lavadeiras e biscateiros (leiteiros, carregadores de água, vendedores de frutas e doces, entre muitos e diversificado vendedores ambulante (KOURY, 1986, p. 137).

Esses sujeitos foram isolados dos locais centrais da cidade, para os arrabaldes, formando bairros como o de Jaguaribe, Cruz das Armas, Ilha do Bispo e Roger, uma vez que “[...] a condição social e econômica dos moradores constituiu um item relevante na definição dos espaços no perímetro urbano, pois morar na área central significou cumprir as indicações do Código de Postura, necessárias à manutenção do aspecto citadino” (CHAGAS, 2004, p. 212).

Desde o século XIX o Código de Postura agia sobre as edificações que fugiam ao padrão, estas eram julgadas impróprias para ficar no centro da cidade. Por essa busca pela regularidade, diversos sujeitos históricos pertencentes à população pobre viram as suas casas serem demolidas por não atender as exigências de salubridade. Waldecir Chagas (2004; 2015) mostrou diversos casos de casas demolidas pelos agentes da modernização por não estarem compatíveis com o Código de Postura.

As autoridades médicas responsáveis pela salubridade da cidade enxergavam a população pobre como um perigo ao projeto de modernidade. O discurso dos médicos acusavam os hábitos e a vida desses sujeitos pertencentes aos grupos menos favorecidos

²⁵ Estudos como: o de Waldecir Ferreira Chagas “As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930” (2004), “Cotidiano de trabalhadores urbanos na Parahyba moderna” (2015); o de Mauro Guilherme Pinheiro Koury “Trabalho e Disciplina (Os homens Pobres nas Cidades do Nordeste: 1889-1920)” (1986); o Ariosvaldo Da Silva Diniz “A Maldição do Trabalho” (2004) e Almiro de Sá Ferreira “Profissionalização dos excluídos: A Escola de Aprendiz Artífices da Paraíba, 1910-1940” (2002), já construíram em suas narrativas a posição dos trabalhadores no processo de modernização da Parahyba.

financeiramente como um problema a ser resolvido. As suas ações estavam inseridas dentro da perspectiva higienista de profilaxia. Assim, compreendiam as condições de moradia e alimentação dos mais pobres como propícias ao aparecimento de doenças, que se espalhavam por toda a cidade. E qual era a condição de moradia da população pobre e sua alimentação? As residências feitas muitas das vezes de palha e taipa, apresentavam condições precárias, a alimentação era baseada em raízes como (mandioca), leguminosas (feijão) e cereais (milho e arroz), deficiente em proteínas tornava o sistema imunológico baixo, o que facilitava o contágio por doenças respiratórias e epidêmicas (KOURY, 1986, p. 135).

Desta maneira, os médicos passaram a sugerir aos governantes estaduais e municipais medidas para solucionar o quadro epidêmico da cidade. Dentre as medidas, estava a demolição das casas precárias, campanha de vacinação contra a varíola, reorganização dos serviços de saúde, a manutenção de ruas, dentre outras questões que condiziam com o Código de Postura. As práticas desenvolvidas pela campanha de higienização coibiram a existência de habitações dos sujeitos pobres nas mesmas ruas que residiam às elites. Com a desapropriação de suas casas, essas pessoas foram deslocadas para áreas distantes do centro da cidade, formando os bairros citados²⁶, ou para ruas predeterminadas, valendo salientar que não existia uma política de deslocamento, os desabitados deviam por suas próprias iniciativas construir um novo lar (CHAGAS, 2004, p. 170).

Os trabalhadores de diversas atividades foram deslocados para as ruas da Raposa e do Melão e com seus

[...] próprios custos puderam erguer uma casinha de porta e janela, mas de tijolo e coberta de telha. Outro trecho do perímetro urbano se destacou no cenário urbano como espaço destinado às classes pobres, o final da República, onde a partir de 1922, alocaram-se operários, principalmente aqueles especializados, a exemplo dos mecânicos, eletricitistas, operadores de máquinas, condutores de bonde e maquinistas. Das imediações da central de polícia até a Ponte do Baralho, as residências erguidas possuem o mesmo aspecto: são casas geminadas, simples que compõem o mesmo padrão, contudo sem se tratar de uma vila operária. A paisagem do arruamento demonstra que a construção das casas obedeceu a uma determinada legislação, todas são iguais e foram erguidas com recursos dos operários, supostamente especializados, pois possuíam condições para isso (CHAGAS, 2004, p. 176).

Ao estabelecer lugares específicos para os trabalhadores construir as suas casas, os agentes da modernização não estavam preocupados em dar um lugar para esses sujeitos

²⁶ Sobre a formação do bairro de Jaguaribe, ver o capítulo 5 da tese de Waldeci Ferreira Chagas, 2004.

residirem, até porque não houve uma política de indenização que desse as condições mínimas para que os mesmos se instalassem em outros lugares, na verdade, a preocupação era ter sobre os seus olhos controladores os hábitos desses que circulavam diariamente pelas ruas da capital, fazendo os trajetos de casa ao trabalho. A busca pela disciplina permeava as iniciativas modernizantes na cidade, que para ser bela tinha que afastar dos olhos das elites a pobreza que se manifestava nas condições de vida dos trabalhadores. Assim, quando esses saíssem dos seus locais de trabalho deveriam seguir em direção as suas moradias no subúrbio, e só saírem no dia seguinte, de volta ao ofício (KOURY, 1986, p. 140).

A fiscalização das habitações da população pobre ficou mais latente no governo estadual de Sólton Barbosa de Lucena e municipal de Walfredo Guedes Pereira. Trabalhando juntos, fizeram uma gestão de controle dos espaços urbanos da capital. Em 04 de janeiro de 1921, o prefeito da capital Guedes Pereira promulgou o decreto de nº 32 que estabelecia os perímetros urbanos e a regularização das construções/reconstruções de edifícios na capital (A UNIÃO, 11/01/1921, p. 2-3).

O decreto configurou-se como instrumento para demarcar os perímetros urbanos e suburbanos da capital, tratando ainda de outros assuntos de importância ao projeto modernizador referente à higiene das ruas e a estética das construções. Vejamos alguns artigos do decreto:

Art. 3- Nas ruas compreendidas no actual perimetro urnbano fica prohibida a construção de casas de palha.

Art. 4 – Fica marcada o prazo de três annos, a contar da presente data, para serem retiradas do perimetro urbano as casas de palha que estiverem construídas no mesmo perimetro.

Unico. As actuaes casas de palha que estiverem em ruina, desapreciadas em mais da metade do seu valor, não poderão ser, desde esta data, reconstruidas nem cobertas, e em hypotese alguma, de acordo com o que vem sendo estabelecido há tempos nas ruas centraes da cidade.

Art. 5- Dentro do perimetro urbano serão prohibidas as construcções de casas de palha e da taipa, e toda qualquer construcção rural (A UNIÃO, 11/01/1921, p. 2-3).

A regulamentação possuía um objetivo claro: afastar do perímetro urbano da capital todos aqueles que não podiam consumir a materialidade da modernidade em direção ao subúrbio. As construções que permanecessem no centro da cidade deveriam se enquadrar nos preceitos arquitetônicos estabelecidos, ou seja, as casas de palhas e taipa teriam que ser reformadas com tijolos e telhas. A administração dava um período de 3 anos para a execução da reconstrução, com a ressalva de que se as casas não estivessem em boas condições não

poderiam ser reformadas, já estavam condenadas à demolição. A perspectiva era apagar os resquícios rurais que ainda permaneciam.

O que aconteceria com quem descumprisse o decreto? Os que, por ventura, não pudessem cumprir a nova lei de construção ficavam sujeitos à multa de 50\$000 (cinquenta mil reis) e mais o embargo administrativo da obra. Deu-se a incumbência de vigiar as obras em andamento ao alinhador municipal, o mesmo que fornecia aos construtores o guia de alinhamento e nivelamento a ser seguido (A UNIÃO, 11/01/1921, p. 2-3).

Um dia após a publicação do decreto no diário oficial, o governo teve que fazer uma nota explicativa, com o título “Esthetica da Cidade” para justificar o pacote de medidas. Segue uma parte da explicação:

A nova lei de construcções, que ontem estampamos, é um dos serviços indeleveis do sr. dr. Guedes Pereira, prefeito municipal, á nossa *urbs*, já desde muito carecida de uma severa regulamentação apropriada em tudo ao surto cotidiano dos nossos progresso.

Aquelle estatuto municipal occupa-se, antes de tudo, de delimitar as zonas urbana e suburbana, onde se erguem as actuaes e deverão erguer-se as futuras habitações.

[...] no escopo de evitar o máo aspecto das ruas tortuosas e irregulares e o dispendio inevitavel das desapropriações, que se fazem mister, quando os traçados ulteriores vêm corrigir defeitos preexistentes.

Sejam vistas a capital do paiz e a vizinha metrópole do Recife, na qual o arrazamento de um bairro se tornou necessário para as obras do porto, e no Rio de Janeiro a construcção da Avenida Central implicou a demolição de um trecho da cidade, tudo pago a peso de ouro, apesar da lei especifica das desapropriações.

Em a nossa Parahyba o caso não é de tanta monta, porque o bairro antigo do Varadouro se compõe de poucas ruas, não tendo ainda a propriedade predial adquirido ali extraordinaria valorização. Mesmo assim, as obras do porto precisam de desapropriações, que atingem a mais de 1.500:000\$000.

Os pontos preferentemente habitaveis da Parahyba, por mais aprasiveis e hygienicos são: todo o planalto das Trincheiras, a planicie de Tambiá, até Tambaú, com zona intermedia do Jaguaribe.

Nessa enorme área as habitações são na sua maioria desvalorizadas e transitórias, pela natureza da sua construcção: umas de taipa e a grande maioria de palhas de palmeira.

[...] A lei do sr. dr. Guedes Pereira vem pôr cobro a essa edificação arbitraria, que todos fazem em terrenos proprios ou afórados, dando o aspecto de rotundas á casaria de Jaguaribe, Tambaú e Cruz de Armas.

Já se vê que serão respeitados os direitos adquiridos, ficando que m já construiu a sua casa ou palhoça como se encontra, durante um longo prazo, que o município estabelece para a transformação de semelhantes habitações (A UNIÃO, 12/01/ 1921, p. 1).

O governo realizou uma comparação entre as suas medidas e as executadas na capital do país e Recife, para mostrar que a sua decisão partia de um padrão de modernização.

Salientando que algumas áreas da cidade, como o Varadouro, não sofreriam tanto com o empreendimento por não ter tantas ruas com casas de palha, e que seriam respeitados os direitos dos que possuíam casas com esse material no perímetro urbano, mas que deveriam no período estipulado modificá-las. A necessidade dessa explicação estava no descontentamento da população pobre que se via pressionada por não ter as condições necessárias de modificar as suas casas, correndo o risco de perdê-las.

A situação posta demonstra que as elites estavam preocupadas em viver os signos da modernidade. Permeadas por esse sentimento desenvolveram práticas de exclusão dos indesejados do projeto, tornando agudos os problemas de classe que a sociedade paraibana na época tinha que lidar. Enquanto as elites criavam as suas estratégias de controle e disciplina, a classe trabalhadora tinha que lidar com as imposições, buscando caminhos de solidariedade para sobreviver em uma sociedade desigual e injusta.

E meio as posturas disciplinadoras da arquitetura da cidade os trabalhadores tinham que lidar com falta de moradia, aluguel de casas e terrenos altíssimos, escassez de trabalho, proliferação de doenças, perseguições das elites que os viam como um corpo a ser vigiado e a alta nos preços dos gêneros básicos da alimentação. Mauro Koury (1986, p. 139) mostra através de um artigo publicado no Diário do Estado em 1918, intitulado *Aluguel de terras à pobreza (um roubo ao proletário)*, que os aluguéis de choupanas e terras tinham preços extorsivos. O artigo, no geral, denunciava os problemas pelos quais passava a população pobre diante da modernização e expansão da cidade. A vulnerabilidade desses sujeitos estava na condição de ser pobre numa sociedade tradicionalmente elitista, que realizava a sua “submissão a um grau maior de exploração [...] por entre as malhas disciplinares [...]” (KOURY, 1986, p. 139). Chama-nos atenção dentro do processo de exclusão, que por si só já é injusto, o aproveitamento de grupos detentores das terras na cobrança do aluguel extorsivo. O clima de insegurança e incerteza a que esses sujeitos estavam inseridos era uma constância, uma vez que o contrato de aluguel não garantia a permanência na terra ou na casa (KOURY, 1986, p. 139).

Nos jornais da época encontramos constantes publicações de iniciativas privadas para melhorar à urbanização da cidade, tendo como alvo a classe trabalhadora. O anúncio realizado pelo senhor Paschoal Fiorillo no jornal *A União*, com o título “Melhoramentos da capital”, é uma dessas ações. A notícia avisava a classe trabalhadora que o senhor Paschoal Fiorillo pretendia abrir em sua propriedade, no bairro de Cruz das Armas, duas avenidas (com uma

dimensão de 250 m²) destinada à construção de vilas operárias. O trabalhador que quisesse comprar uma casa na vila pagaria o preço de 150\$000 reis, em prestações de 10\$000 reis mensais. A divulgação do empreendimento foi encerrada num tom de agradecimento à iniciativa de acolhimento público a classe trabalhadora (A UNIÃO, 25/03/1917, p. 1).

O discurso oficial nos mostra o empenho das elites em afastar os trabalhadores do centro da cidade. As medidas adotadas durante o processo de modernização acentuaram uma relação social excludente existente há muito tempo entre os marginalizados dos direitos sociais e as elites. Diante da exclusão – que não era só de habitação - a classe trabalhadora teve que criar espaços de solidariedade, para poder sobreviver em meios as mais variadas demandas da vida. Os governos preocupados em atender os interesses das elites negavam a classe trabalhadora o mínimo para sobreviver numa sociedade capitalista.

Em decorrer das carências materiais pela qual passava a classe trabalhadora, diante do contexto de transformações, sujeita a um sistema político e econômico de exclusão, aparecia como estratégia de sobrevivência à institucionalização das relações sociais por meio de organizações associativas. Desta maneira, adentraremos o mundo associativo da Parahyba entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX.

1.3 O mundo associativo na Parahyba do Norte

As transformações orientadas por uma ordem liberal capitalista pelas quais passou o Brasil entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, atingiram de sobremaneira às condições de vida da população pobre. Essa circunstância expressava-se pelo

[...] impacto social causado pela abolição da escravatura; pela transição política engendrada pela proclamação da República, sem falar das mudanças econômicas derivadas de um período de introdução das relações capitalista de produção. Marca também o período a reafirmação e/ou emergência das doutrinas sociais do século XIX europeia em solo brasileiro, dos diferentes evolucionismos, do socialismo, que tentavam dar resposta ao advento da chamada ‘questão social’, caracterizada pela intensificação da pobreza e da marginalidade (VISCARDI, 2008, p. 194).

Esse contexto de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, marcaram as relações sociais do país com a emergência e o crescimento de espaços de sociabilidade. A experiência associativa no Brasil materializou-se em diversas formas de associação, dentre as quais a mutualista, autores (as) como a própria Cláudia Viscardi, Claudio Batalha, Silvia

Petersen, Marcelo Cord, Osvaldo Maciel, Tânia Luca e Adhemar Jr., já observaram a constituição dessa prática para os seus lugares de estudos, no caso de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Recife e Alagoas. Mediante o aprofundamento das modificações pelas quais passavam o país, foram organizados na Parahyba do Norte diversos tipos de associações, como: clubs, lojas maçônicas, sociedades recreativas, previdenciárias e mutuais (o interesse desse estudo).

As mutuais eram entidades que mediante contribuições mensais, previamente estabelecidas em suas leis estatutárias, garantia aos seus sócios serviços previdenciais de diversas naturezas, desde o auxílio funeral, tratamento médicos, auxílio doença, até pensões e formação profissional (LUCA, 1990, p. 7). No entanto, o “[...] mutualismo não se esgotava na assistência. Os seus sócios eram também atraídos por se identificarem com valores e práticas, rituais e festividades promovidas por essa modalidade de organização social” (VISCADI, 2014, p. 195). Certamente o mutualismo extrapolava a esfera da assistência, contribuindo para a formação de um mundo associativo, construído por relações de significados próprios aos associados que se revelavam como sujeitos reais do mundo social que experienciavam à medida que viviam.

Em meio à realidade de um Estado excludente, desinteressado para com a maior parte da população, o fenômeno mutualista de característica urbana apresentou-se em diversas partes do território brasileiro (LUCA, 1990; PERTESSEN, 2001). Os dados levantados por Adhemar Silva Junior (2004) sobre as mutuais existente no Brasil no período entre 1882-1942, mostram estatisticamente o número de associações desse tipo no país. A tabela segue abaixo:

TABELA IV
MUTUAIS EXISTENTES NO BRASIL ENTRE 1882-1942

UF	MUTUAIS 1882	%1882	MUTUAIS 1917	% 1917	MUTUAIS 1942	% 1942
DF	171	56,07	816	23,28		
AL	7	2,30	57	1,63	49	4,68
AM			35	1,00	16	1,53
BA	40	13,11	165	4,71	87	8,30
CE			87	2,48	78	7,44
ES	4	1,31	19	0,54	17	1,62
GO			28	0,80	6	0,57
MA			73	2,08	18	1,72
MT			26	0,74	3	0,29
MG			790	22,54	105	10,02
PA			50	1,43	40	3,82

PB			39	1,11	20	1,91
PR	3	0,98	81	2,31	43	4,10
PE			103	2,94	106	10,11
PI			13	0,37	15	1,43
RJ	46	15,08	144	4,11	68	6,49
RN			37	1,06	11	1,05
RS	33	10,82	104	2,97	149	14,22
SC	1	0,33	52	1,48		
SP			744	21,23	197	18, 80
SE			36	1,03	17	1,62
AC			6	0,17	3	0,29
TOTAL	305	100,00	3505	100,00	1048	100,00

Fonte: ADHEMAR JUNIOR, 2004, p. 53.

Devemos ponderar que a análise estatística é uma ferramenta importante para visualizar não o fenômeno em si, mas a sua presença. Considerando as próprias observações do autor, o quadro nos dá uma dimensão matemática quanto à existência das mutuais, configurando-se como um retrato panorâmico de sua distribuição pelo território brasileiro. Em particular, a estimativa percentual do ano de 1882 é falha quanto às informações da Parahyba do Norte, pois não foi considerada na análise a capital do estado (ADHEMAR JUNIOR, 2004, p. 52). Essas observações nos explica o porquê do quadro dá uma quantificação das mutuais na Parahyba do Norte apenas em 1917 onde, em sua estimativa, o estado tinha 39 associações do tipo mutualista e beneficente.

Comumente as associações existentes na Parahyba mantinham entre si relação de diálogo, principalmente informativo. As entidades faziam convites umas as outras para participarem de comemorações como a data de aniversário de sua fundação, enviavam circulares informando a posse das diretorias e convidando a participar da solenidade. Como também, nos jornais da época, é possível encontrar estatutos, diretorias, convocação para reuniões e publicações a respeito do pagamento da conta mensal estipulada pelo Estatuto da Sociedade. O levantamento desse material nos possibilitou criar um quadro das associações de caráter mutual ou beneficentes existentes na Parahyba do Norte entre os anos de 1881-1931 que diverge dos dados levantados por Adhemar Junior (2004). Segue abaixo a tabela:

TABELA V
SOCIEDADES MUTUAIS E BENEFICENTES NA PARAHYBA DO NORTE (1881-1931)

DENOMINAÇÃO	DATA DE FUNDAÇÃO	LOCAL
Sociedade de Artista e Operários Mecânicos e Liberais	11 de setembro de 1881	Capital

Sociedade Italiana de Beneficência XX de Setembro	15 de novembro de 1890	Capital
Sociedade Italiana de Beneficência Amor Reciproco	-	Capital
Centro Artístico e Operário	5 de março de 1893	Capital
Associação dos Empregados do Comércio da Paraíba	1906	Capital
Sociedade Comercial Beneficente dos Mercieiros	1907	Capital
Sociedade Instrutiva e Beneficente União Caixeral	15 de abril de 1910	Capital
Sociedade Predial Beneficente	10 de setembro de 1911	Capital
Sociedade Auxiliadora de Senhoras	1911	Capital
Sociedade a Salvadora Paraibana	10 de julho de 1914	Capital
União dos Reporters	1914	Capital
Associação dos Empregados no Comércio da Paraíba	11 de março de 1915	Capital
Sociedade União B. Operários e Trabalhadores	8 de dezembro de 1915	Capital
União dos Retalhistas	18 de julho de 1917	Capital
Sociedade dos Professores Primários da Paraíba	1918	Capital
União dos Barbeiros da Paraíba	5 de maio de 1919	Capital
Sociedade União Operária Beneficente	12 de outubro de 1919	Capital
Sociedade Postal Beneficente da Paraibana	1921	Capital
Sociedade União Beneficente das Senhoras	14 de maio de 1922	Capital
Centro dos Chauffeurs da Paraíba	15 de agosto de 1922	Capital
União dos Alfaiates	18 de novembro de 1925	Capital
Liga Protetora dos Sapateiros Paraibanos	26 de novembro de 1926	Capital
União Gráfica Beneficente	1º de janeiro de 1927	Capital

Paraibana		
Liga Protetora dos Pintores	1 de maio de 1927	Capital
Liga Protetora dos Metalurgicos	1 de maio de 1927	Capital
Liga Protetora dos Pintores	1 de maio de 1927	Capital
Associação dos Carteiros da Paraíba	4 de abril de 1927	Capital
Sociedade Beneficente dos Operários do Saneamento da Paraíba	1928	Capital
Sociedade “União Beneficente dos Proletários”	6 de abril de 1928	Capital
Sociedade Beneficente dos Proletarios Infantis	3 de maio de 1928	Capital
Associação Beneficente dos Sargentos do Exército	25 de janeiro de 1929	Capital
Associação dos Guarda-Livros da Paraíba	23 de junho de 1929	Capital
Sociedade Beneficente “Providência do Lar”	1929	Capital
União Beneficente dos Trabalhadores Ambulantes	1930	Capital
Centro Proletario Alberto de Britto	1930	Capital
Sociedade Beneficente Dois de Setembro	-	Capital
Sociedade Beneficente de Artista	Século XIX	Areia
Sociedade Beneficente e Propaganda Artística	Século XIX	Mamanguape
Sociedade Beneficente de Mamanguape	1921	Mamanguape
Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais Sucursal	1903	Alagoa Grande
União Operária Beneficente	25 de fevereiro de 1928	Alagoa Nova
Sociedade Artística Mecânica Livre-Campinense	1903	Campina Grande
Associação dos Empregados no Comércio de Campina Grande	1930	Campina Grande
Centro Protetor do Operariado de Cabedelo	1903	Cabedelo

União Beneficente dos Estivadores	18 de abril de 1927	Cabedelo
União Beneficente das Classes Trabalhadoras de Itabaiana	30 de janeiro de 1916	Itabaiana
União de Artistas e Operários de Itabaiana	-	Itabaiana
Sociedade Beneficente Familiar Barreirense	1º de janeiro de 1919	Santa Rita
Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos S. José	1 de junho de 1925	Cajazeiras
União Beneficente dos Artistas e Operários	25 de agosto de 1931	Patos

Fonte: Livro de Atas (1881-1892) das sessões da Sociedade de Artista Mecânicos e Liberais; Circulares de diversas Sociedades enviados à União Gráfica Beneficente Paraibana, entre os anos de 1928-1929; A UNIÃO, 1903, 1906, 1907, 1910, 1911, 1914, 1915, 1916, 1917, 1919, 1921, 1922, 1925, 1927, 1928, 1929, 1930.

Como podemos observar na tabela V²⁷ a maioria dessas sociedades foram criadas a partir da década de 1910, o que confere a essa manifestação social um caráter republicano. No entanto, a experiência mutualista no estado remonta ao período Imperial, algumas associações foram fundadas nos últimos anos dos oitocentos, como a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, a Sociedade Beneficente de Artista e a Sociedade Beneficente e Propaganda Artística.

Essas entidades se organizavam a partir de diversos critérios classificatórios²⁸. As suas composições seguiam uma variedade de interesses expressados em uma complexa formação institucional constituída por diversas identidades (de classe trabalhadora, étnica, de bairro, entre outras). Os elementos formadores das associações de caráter mutual revelam as distinções entre elas, não no campo institucional, e sim nas identidades que deram a base de sustentação à iniciativa associativa. Essas substâncias definidoras de suas fundações e vidas devem ser compreendidas em meio aos interesses da associação.

Logo, o mutualismo dever ser entendido como um horizonte de experiências aglutinadoras de solidariedades entre os sujeitos envolvidos, independente da demanda que os levam a associarem-se uns aos outros. Devido às poucas informações que temos acerca da maioria das associações, optamos por não tecer grandes comentários a respeito de suas definições, pois o olhar que temos sobre algumas se configura no plano dos dados presentes

²⁷ No anexo III está estruturado a diretoria de algumas dessas associações.

²⁸ Acerca das classificações das mutuais, ver: Tânia de Luca (1990).

em algumas circulares sobre a formação de suas diretorias e pequenas notícias nos jornais. Assim, concentraremos a nossa análise nas associações formadas voluntariamente por trabalhadores, e nesse caso como podemos ver no quadro existia uma grande variedade, algumas se definiam abertas para diferentes categorias de trabalhadores e outras se fechavam em ofícios. No entanto, antes de partir para esse ponto realizaremos algumas observações a respeito da Sociedade Italiana Beneficente XX de Setembro e Sociedade Italiana de Beneficência Amor Recíproco, associações definidas por princípio étnico.

No contexto social da cidade da Parahyba do início do século XX, a colônia italiana avultava como o maior elemento étnico advindo da imigração. Os primeiros italianos começaram a chegar aqui no final do século XIX por meio da imigração espontânea constituída por um processo migratório proveniente do Sul da Itália da região de Ponteza (MELLO, 2006, p. 27). Essa localidade trata-se um “de uma parte do Apenino meridional, onde o fenômeno da emigração para as Américas manifesta-se de forma precoce, já a partir da década de 1860, estimulando uma ativa experiência de mobilidade [...]” (CAPPELLI, 2007, p. 10), fundamentado no processo de migração, os que chegavam ao continente preferiam “[...] os pequenos centros urbanos [...]” (CAPPELLI, 2007 p. 10), e dentro desse centro de predileção estava a Parahyba do Norte.

Segundo a literatura paraibana disponível sobre o tema, os primeiros italianos a se fixarem no estado foram os primos: o ourives Domenico Grisi e o mestre de obras Vincenzo Ferraro. No momento próximo da unificação italiana de 1870, os dois foram para a Península Ibérica em busca de trabalho, mas em algum momento de suas estadias na Espanha foram acusados de conspirar contra a coroa, diante de tal circunstância fugiram para o Brasil. Após desembarcarem em Pernambuco vieram para a Parahyba (MELLO, 2006, p. 66-67).

Os dois italianos se integraram ao mercado de trabalho da capital, o mestre de obras Vincenzo Ferraro exerceu sua atividade na construção civil, sua melhor oportunidade veio em 1898 quando foi contratado para construir a chaminé do Engenho Central, na Várzea do Rio Paraíba. Enquanto Domenico Grisi se enveredou pelo comércio com a loja Victória do Norte, localizada na Rua da Ponte, nº 48. Em sua loja comercializava produtos para festas, como: luvas, gravatas, meias, ceroulas, chapéus, calçados, popelinas de seda e lã, entre outros produtos, o seu alvo era homens e mulheres (MELLO, 2006, p. 67).

Com o passar do tempo Vincenzo Ferraro fundou uma Fabrica de Tintas e Domenico Grisi transformou a sua pequena loja na Alfaiataria Grisa. Depois transferiu o

empreendimento para a principal rua comercial da capital, a Maciel Pinheiro, nº 60, onde ganhou a denominação Alfaiataria Zaccara, de Griza Zaccara & Cia no momento que o artesão Matteo Zaccara assumiu o estabelecimento. Os negócios de Domenico Grisa prosperaram de tal maneira que passou a ditar a moda masculina na Parahyba (MELLO, 2006, p. 68).

Após esses dois italianos outros aqui chegaram, destacando entre eles as seguintes famílias: “Ponzi, Cozza, Petrucci, Ritondalle, Lauria, Iorio, Rattacazo, Troccoli, D’ Andrea, Scarano, Marsicano, Picorelli e Carbone, aportaram os Cahino, Canstisiani, Florentino, Porto, Chiachino, Grilo e Lombardi” (MELLO, 2006, p. 26), essas são algumas das famílias que se instalaram na capital. A chegada dos italianos na Parahyba do Norte deu-se:

[...] sobre ligações familiares e parentais, valendo-se da proteção de redes de amizade e de vizinhança, evocando a identidade de sua aldeia, tende a concentrar os fluxos migratórios de cada um dos seus pais de origem sobre uma ou poucas destinações, onde fosse possível, de alguma forma, reproduzir os laços de solidariedade que oportunizaram o projeto migratório, para proteger e tornar produtivo o investimento inicial (CAPPELLI, 2007, p. 12).

O processo migratório dos italianos na Parahyba entre o final do século XIX e início do XX ocorreu por iniciativas próprias e através do estímulo solidário de algumas famílias que aqui chegaram primeiro. Diante do cenário que começava a se formar de uma pequena colônia italiana na capital, os laços de solidariedade que marcavam as relações se institucionalizou por meio da criação da Sociedade Italiana de Beneficência XX de Setembro, fundada em 1 de novembro de 1890 e a agência do Consulado. Esses sujeitos vivenciaram todas as transformações sofridas pela Parahyba do Norte como: o fim da escravidão, mudança política, a ressignificação do sentido de trabalho realizada pelas elites burguesas para a formação de um mercado de trabalho assalariado, modernização da indústria e urbanização. Segundo José Octávio de Arruda Mello (2006, p. 75) a maioria dos italianos que aqui aportaram tinham natureza de pequenos burgueses, assim, vinham em busca de ascensão individual e familiar.

O interesse em prosperar levaram os imigrantes italianos a investirem no comércio de tecidos, miudezas, perfumarias, farmácias, armazéns, no mercado ambulante, nas feiras, além de montarem estabelecimentos de natureza artesanal (alfaiataria, camisaria, sapataria, fundições, entre outras), a exemplo dos citados Vincenzo Ferraro e Domenico Grisi, bem como

na área civil (MELLO, 2006, p. 26), modalidade essa que foi estimulada pelo projeto de modernização das estruturas urbanas da capital, invocado pelo discurso estético.

Essa tendência está inserida na própria origem desses imigrantes italianos que traziam consigo a experiência de qualidade relacionada à habilidade de vendedores ambulantes, de artesãos articulados a prática de douradores, artífices em estanho, cobre e prata, ourives, caldeireiros, tintureiros, alfaiates, sapateiros, entre outras atividades comuns na parte do Apenino meridional. (CAPPELLI, 2007, p. 10)

Desta maneira, os italianos adentraram não só os mundos do trabalho na capital da Parahyba no limiar do século XX, mas também o cultural, construindo diversas experiências associativas. Participaram de clubes de dança, música, teatro, ligas esportivas, lojas maçônicas como a Branca Dias e as mutuais. Nesse caso, a Sociedade Italiana de Beneficência XX de Setembro, servia para difundir a língua italiana entre os seus filhos que aqui nasciam através de aulas, livros, entre outras atividades, como também auxiliar com socorro os que aqui estavam e chegavam. Essas práticas formavam as experiências associativas da população italiana.

Entraremos agora especificamente na vida associativa, não na intenção de proferir certezas, ao contrário, acabaremos mais por deixar questionamentos quanto à Sociedade Italiana de Beneficência XX de Setembro. Como um dos principais fins da cultura associativa italiana era disseminar os valores de sua pátria-mãe, vejamos uma de suas principais comemorações (daqui surgirá nosso questionamento).

Em 22 de setembro de 1903, o jornal *A União* publicou um artigo intitulado “20 de Setembro”, onde comentou os festejos realizados pela Sociedade Italiana União XX de Setembro em lembrança ao seu país. A Introdução do texto original descrevia que se revestiram “[...] do maior brilho e ordem as festas promovidas pela sociedade italiana, recentemente creada nesta cidade com o titulo de <<União 20 de Setembro>> em comemoração á grande data de 20 de Setembro data gloriosamente festejada pelo grande paiz italiano”. O primeiro ponto a ser salientado foi à indicação do jornal do pouco tempo de vida existencial da associação, isso nos leva a crer que a mesma não foi criada em 1º de novembro de 1890; o segundo ponto circunscreve na condição que a entidade se apresentava, como espaço de valorização da cultura italiana na capital da Parahyba. A notícia prossegue descrevendo como ocorreu toda a comemoração:

A's 5horas da manhã a excelente banda de musica do Batalhão de Segurança tocou alvorada em frente ao palacio presidencial, executando o hino patrio da nação que então se commemorava, seguindo dahi á cumprimentar as redações dos jornaes e altas autoridades do Estado.

Ao meio dia rompeu uma enorme gyrande de foguete e salvas de 21 tiros, em frente ao edificio da sociedade <<União 20 de Setembro>>.

A's 6 horas da tarde, estando postada a banda do Batalhão de Segurança em frente ao edificio da referida sociedade, executou diversas peças, enquanto iam chegando os convidados que tinham de tomar parte nas festas.

A's 7 horas em ponto o sr. José Griza, assumindo a presidencia da sociedade, abriu a sessão precidida de algumas palavras confortáveis aos seus companheiros, declarando o fim daquela sociedade, que era commemorar com todo entusiasmo a gloriosa data que dera logar a criação da sociedade dando em seguida a palavra ao orador official, o inteligente subdito italiano Zacharia Laurisio, que leu um longo discurso historico em italiano, no qual, enalteceu em bellas phrases os efeitos dos heroes da revolução de 1870.

O orador terminou o seu discurso, dando vivas á Italia, a Republica dos Estados Unidos do Brasil e á Parahyba. Ao terminar foi o orador saudado por muitas palmas, tocando nesta ocasião a banda da policia o hymno Italiano.

Como Representante da << Societá Italiana de Beneficenza Amori Reciproco>>, pronunciou em italiano um discurso o talentoso moço Nicola de Belli. O orador analysou o character da questão que dera lugar a tão fremente revolução referindo-se detalhadamente, ao valor das principaes figuras que nella tomaram parte. [...] tambem um bem feito discurso o subdito Antonio Iorio. Fallou por ultimo em italiano o sr. Tobias di Pace que historiou, em bonitas phrases, a grande revolução de 1870, da qual resultou a victoria da Italia livre.

O orador terminou dando vivas a seu paiz, ao Brasil, á Parahyba e ao Exm. Presiedente do Estado.

O sr. Presidente encerrou a sessão, agradecendo ás pessoas que se dignaram tomar parte naquella festa.

A musica da policia executou os hynos da Italia e Garibalde.

Foi servido a todos um copo de cerveja.

Esta folha fez-se apresentar por um dos seus redactores.

O salão do edificio da sociedade estava bem enfeitado e honrando com os retratos dos primeiros personagens da grande revolução, sendo que a sua faxada achava-se embandeirada e bastante iluminada, tendo no centro da rua um grande fóco de luz a acelynene (A UNIÃO, 22/09/1903, p. 3).

Como podemos ver as comemorações iniciaram logo no nascer do sol do domingo de 20 de setembro de 1903. A programação principiou às 5 horas da manhã com a banda tocando o hino da Itália na frente do palácio do governo, tornando públicas as comemorações do dia, que se referia a recordação histórica da incorporação de Roma à Itália como sua capital em 1870. Os fatores lembrança e orgulho de ser italiano, mesmo em terras distantes, eram essenciais para os vínculos de solidariedade, desta maneira, as comemorações tomaram como roteiro as principais horas do dia e em seu decorrer o hino da Itália foi tocado várias vezes, juntamente com a citação a Garibalde e outras peças que evocavam o sentimento de sua identidade nacional. Diversas pessoas tomaram a palavra, as mesmas proferiam sobre a

história de seu país, um dos convidados a realizar um discurso foi Nicola de Belli, orador da Sociedade Italiana de Beneficência Amor Reciproco, que analisou em italiano o caráter da data, isso revela duas coisas: o que já falamos sobre a importância da sobrevivência dos aspectos culturais e o aparecimento para nós de outra associação.

Ao que nos parece a Sociedade Italiana de Beneficência Amor Reciproco tinha em sua definição um caráter mais assistencial (nossa hipótese partiu do seu nome social, pois não tivemos acesso ao Estatuto, nem conseguimos rastrear nos jornais algo mais concreto sobre o assunto), que levava em conta a reciprocidade entre os seus membros, categoria atrelada à prática de solidariedade. No mesmo ano da comemoração da União XX de Setembro, no dia 30 de outubro, encontramos uma publicação no jornal *A União* realizada pela Sociedade Italiana de Beneficência Amor Reciproco, informando a sociedade à proximidade do dia 1 de novembro, data de aniversário de sua fundação, onde iria realizar uma cerimônia para comemorá-la. A imprensa divulgou a seu pedido a seguinte nota:

Società Italina di Beneficenza Amore Reciproco.

Esta Sociedade solemnizando o 13º anniversario de sua fundação, concede á comissão abaixo o prazer de convidar essa Redacção para fazer-se representar na sessão magna, que terá lugar no dia 1º de Novembro proximo futuro, ás 6 horas d tarde, agradecendo desde já, o concurso que abrilhantará esta solemnidade. (A UNIÃO, 30/10/1903, p. 3)

Geralmente, só os títulos das notícias realizadas pelos italianos eram em sua língua natal, o corpo do texto tomava como expressão a língua portuguesa. Mas o que nos interessa nessa publicação são os indícios de sua existência remontar há 1 de novembro de 1890. A associação divulgou para a sociedade paraibana a solenidade que tomaria forma no dia 1 de novembro às 6 horas da tarde, para comemorar a data de sua fundação e convidava a redação do jornal *A União* a fazer parte da cerimônia. Ao fazer o convite, a associação salientou que existia a 13 anos no seio da sociedade paraibana, ou seja, as suas atividades propriamente ditas iniciaram em 1 de novembro de 1890. Por dificuldade de documentação não tivemos como saber de que maneira ocorreu a comemoração. Os membros da associação que assinaram a publicação foram: Nicola de Belli, Antonio Iorio, Giovanni Petrucci, Magliano Giuseppe, Trocoli Bartolomeo e Vito Cozza.

A partir daqui os questionamentos acerca da Sociedade Italiana de Beneficência XX de Setembro aumentaram, não quanto a sua existência, mais a respeito de sua origem de fundação. No outro dia, após a notícia da Sociedade Italiana de Beneficência Amor

Reciproco, a União XX de Setembro propagou que a sessão do dia 18 de outubro de 1903 havia elegido a diretoria para reger o ano social de 1903 a 1904 da mesma data. A diretoria foi composta pelos seguintes sócios: Presidente: Grisa Giuseppe; Vice-presidente: Sinza Giliberto; Secretario: Lauria Zacaria, Vice-secretario: Rettacas Vincenzo; Orador: Zanchetta Antonio; Thesoureiro: Gabriel Francesco; Vice-tesoureiro: Pucci Vincenzo; Zelador: Cunto Salvatore; Conselheiros: Grisa Michele, Gozza Nicola, d' Andrea Domenico, Sabella Michele (A UNIÃO, 31/10/1903, p. 3).

As informações publicadas pelas duas associações nos da a certeza de suas existências, no entanto é aqui que temos as dúvidas no que concerne a Sociedade Italiana de Beneficência XX de Setembro. A respeito da origem dessa associação levantamos duas hipóteses com base no seguinte argumento: a Sociedade Italiana de Beneficência Amor Reciproco, provavelmente tenha sido criada para auxiliar os seus membros e os italianos que chegavam à Parahyba no final do século XIX e início do XX. Lembrando Vittorio Cappelli (2007), as redes de amizades, as ligações familiares e parentais foram essenciais para o fluxo migratório espontâneo dos italianos para áreas marginais da América, ao trazermos essa afirmativa para o nosso caso, a institucionalização desses laços de solidariedade por meio dessa associação juntamente com o Consulado contribuíram para a vinda dos italianos para o nosso território, pois servia de espaço de proteção diante da nova realidade.

Assim, as atividades desempenhadas pela sociedade eram definidas por tais características de auxílio (de diversas demandas) aos que aqui estavam e os que queriam migrar, sejam para visitar os seus parentes ou para ficar de vez. Diante disso, é possível que a União XX de Setembro tenha surgido para fortalecer os laços de solidariedade com a valorização da data da anexação de Roma à Itália, e com isso lembrar também de outros momentos históricos em suas reuniões.

Diante disso, as conjecturas almejadas são as seguintes: a primeira refere-se à vida social da União XX de Setembro, que pode não ter sido longa, sendo assim a Sociedade Italiana de Beneficência Amor Reciproco para continuar fortalecendo a cultura italiana na Parahyba do Norte tenha realizado alterações em seu estatuto, passando a denominação Sociedade Italiana de Beneficência XX de Setembro, por isso a sua data de fundação é marcada em 1 de novembro de 1890; na segunda, aludimos à suposição de fusão das duas, e como a Sociedade Italiana de Beneficência Amor Reciproco era a mais antiga, a sua data de fundação ficou como referência da Sociedade Italiana de Beneficência XX de Setembro.

Não temos material para avançar nas hipóteses, mas o que nos interessa aqui não é a nosso questionamento diante dos dados, mas a existência dessas associações de caráter étnico que movimentavam a cultura associativa da Parahyba. Para encerrarmos a alusão a Sociedade Italiana de Beneficência XX de Setembro, vejamos a comemoração realizada por ela em 20 de setembro de 1926.

O dia de hoje assignala mais um anniversario da unificação italiana, sendo, portanto, a grande efeméride nacional daquele paiz.

Em comemoração á gloriosa data, a Sociedade Italiana de Beneficencia XX de Setembro, desta capital, hasteará o seu pavilhão e fará como se de costume, em sua sede á rua Barão do Triumpho n. 412, ás 19 1/2 horas, a comemoração da historica data, para cujo brilhantismo está convidada a colônia italiana, os socios e os agentes consular da Italia.

A ordem do dia é a seguinte: Abertura da sessão pelo presidente; comemoração da data pelo orador official da casa; palestra em geral; encerramento da sessão (A UNIÃO, 10/09/1926, p. 3).

A maneira a qual a associação propôs nesse ano comemorar a data 20 de setembro de 1870 foi bem mais simples do que a forma como se festejou em 20 de setembro de 1903. Porém, a publicação demonstra que a data continuava viva na memória da população italiana na Parahyba, servindo como reduto do não esquecimento em concordância com a valorização dos aspectos históricos de sua nação. Para isso, a associação possuía um curso de idiomas lecionado pelo Guarda-livros italiano Antonio Ioro, matinha uma biblioteca na Rua da Areia, que continha revistas de propaganda da Itália, convertida ao fascismo em 1922 (MELLO, 2006, p. 132).

A associação servia como reduto que apregoava valores de proteção cultural e social, por isso, quando o Brasil declarou guerra às potências do Eixo em 1942, as suas atividades foram interrompidas, pois além da divulgação cultural, contribuía com joias enviadas para Itália continuar no conflito, atividade que também fez durante a Primeira Guerra Mundial (MELLO, 2006, p. 132).

Pela falta de documentação não conseguimos avançar mais no assunto. Por essa mesma causa não se tem como comprovar a existência de outras associações organizadas pelo caráter étnico. No entanto, existiam na capital da Parahyba de 1920, 379 estrangeiros das mais diversas origens, como alemães, dinamarquês, francês, espanhóis, portugueses, russos, poloneses, italianos, uruguaios, argentinos, norte americanos, e desses, 145 eram italianos (91 homens e 54 mulheres) (IBGE, Censo Demográfico, 1920, p. 728-729). Portanto, há possibilidade de outras organizações étnicas, mas não podemos afirmar.

Quanto às sociedades formadas por trabalhadores encontraram-se, como mostra o quadro, uma grande diversidade, as mesmas apresentando sede em distintas cidades da Parahyba do Norte. Portanto, delimitaremos o estudo nas que apenas foram fundadas na capital da Parahyba, nesse caso o número ainda continua grande, pois existiam aquelas que se constituíram de maneira compulsória por pertencerem ao funcionalismo público, porém essas não são o nosso alvo. Houve também aquelas organizadas voluntariamente por trabalhadores, que serão o nosso objeto de análise.

Entre 1881 e 1931, foi verificada a existência de vinte e cinco associações de trabalhadores organizadas voluntariamente na capital Parahybana. Das quais, nove eram associações do tipo pluriprofissional, aberta aos trabalhadores de diversas atividades, e quinze fechadas em ofícios, onde trabalhadores de ramos específicos definiam em seus estatutos a categoria de trabalhador a qual seus objetivos deviam atender. A análise que faremos terá como foco compreender a experiência associativa desses trabalhadores, partindo de seus movimentos complexos de organização, mediante um esforço estrutural e institucional que dão a dimensão da cultura associativa desses sujeitos históricos, que no processo real de suas vidas estabeleceram relações associativas entre si, a partir de experiência de solidariedade e reciprocidade.

A cultura associativa presente nas sociedades mutualistas formadas pelos trabalhadores na capital da Parahyba exibiam disposições semelhantes, como a formação das diretorias, as leis estatutárias com determinação a socorro, pagamento de mensalidades, valor de joias, critérios de admissão (estipulação de idade mínima e máxima para entrada, a situação física do pretendente, entre outros), os direitos e deveres dos associados, a busca por uma sede própria, as representações simbólicas como escudo e bandeira, as apresentações públicas nas comemorações do 1º de Maio e data de aniversários da fundação, entre outros elementos. O que estava em consonância com todas essas práticas eram os interesses comuns estabelecidos pelo vínculo da reciprocidade, que reúne sentimentos de solidariedade e de pertencimento, ou seja, estão presentes no fenômeno as experiências de classe.

Nesse sentido, trataremos dessas características nos próximos capítulos, onde buscaremos perceber através da comparação entre as sociedades que conseguimos entrar em contato, por ter deixado os seus vestígios em forma de estatuto, atas, pedidos de auxílios, circulares de diretorias, convites e jornais da época, parte da vida associativa das mesmas. Acreditamos que os dois primeiros tópicos desse capítulo nos deu a dimensão panorâmica da

modernização da economia e da estrutura urbana da cidade da Parahyba, mas sobretudo nos mostrou os interesses das elites nesse processo. Interesses esses que exerceram influência na vida dos sujeitos históricos que buscavam se associar como estratégia de classe, em meio aos conflitos de uma vida precária por diversas circunstâncias. Sem mais delonga, passaremos agora para a vida associativa da classe trabalhadora na Parahyba entre o final do século XIX e início do XX.

CAPÍTULO II – “ASSIM NOSSAS VOZES JUNTANDO, FORÇA ALGUMA NOS PODE OPRIMIR”: ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES NA CAPITAL DA PARAHYBA

No capítulo anterior analisamos o processo de modernização industrial e urbana pela qual passou a capital da Parahyba entre o final do século XIX e o início do XX, e na medida em que nos foi possível, buscamos trazer para o cenário a população pobre, em particular os trabalhadores, para então auferir alguns comentários acerca do mundo associativo no estado. Esse panorama teve como propósito preparar o terreno para a análise das sociedades mutualistas formadas por trabalhadores nesse capítulo que se segue. Para adentrar a esse campo de observação recorreremos ao que já foi exposto, na tentativa de melhor compreender a dinâmica do fenômeno histórico do mutualismo, enquanto experiência da classe trabalhadora.

Diversos grupos com interesses próprios criaram sociedades de auxílio mútuo na capital da Parahyba. As que nos interessa nesse momento são as entidades organizadas pelos trabalhadores, na tentativa de compreender como a experiência associativa foi compartilhada entre esses sujeitos históricos e como essa vivência influenciou a sua formação de classe.

Antes de partir para as análises, devemos esclarecer alguns pontos: comumente os trabalhos realizados sobre o tema têm como documentação principal os estatutos, atas, balancetes, relatórios anuais e pedidos de auxílio. Esse arcabouço documental auxiliado por jornais da época possibilita ao pesquisador acompanhar as atividades desenvolvidas pela associação, como a estrutura administrativa, a democracia nas relações estabelecidas, os deveres e direitos dos sócios, os benefícios prestados com mais frequência, se conseguiam colocar em prática o que estava no estatuto, as dificuldades, as estratégias políticas, em particular, no que concerne a relação com as elites políticas da localidade, a sua influência no seio da classe social que representava, as alterações nos estatutos para atender as demandas, enfim, essa documentação permite ao estudioso do tema ter acesso à experiência associativa desenvolvida pela classe trabalhadora.

No geral essa documentação nos faltou, registramos a presença de diversas associações formadas pelos trabalhadores, no entanto, a documentação encontrada apesar de ser diversa – pois temos algumas atas, estatutos, circulares e pedidos de auxílio –, é

incompleta e lacunar, na medida do possível complementamos os dados colhidos nessa documentação com os jornais da época. A partir de alguns cuidados e esforços, a organização dessas fontes possibilitou analisar a dinâmica das ações associativas dos trabalhadores dentro de suas lógicas históricas.

Ao ser combinada as fontes foi possível ter informações esparsas de diversas associações, diante disso ocorreu uma seleção inevitável das que foram fundadas na capital do estado, devido a grande quantidade de dados. Apesar dessa escolha, fez-se necessário no decorrer desse capítulo chamar para a discussão a sociedade União Beneficente dos Artistas e Operários, fundada em Patos²⁹, pelo motivo de termos encontrado apenas três estatutos completos, um deles referente à mesma, os outros dois são os da: Sociedade União Operária Beneficente e União Gráfica Beneficente Paraibana. Essa documentação somada às notas no jornal *A União* que traziam alguns fragmentos dos estatutos de outras sociedades nos permitirá ver, por exemplo, como ocorria à organização administrativa, quais categorias de sócios existiam, o ritual de entrada dos sócios, entre outros aspectos que nos parece comum às associações, dando-nos uma dimensão comparativa. Salientamos, por último, que não temos informações suficientes para acompanhar esses critérios em todas as associações, nem as mudanças nos estatutos e o número de sócios de cada uma delas.

Aglutinando as leis estatutárias utilizou-se o livro de atas da Sociedade de Artista e Operários Mecânicos e Liberais (1881-1892), que possibilitou conhecer como se dava o expediente das sessões, a democracia interna e os benefícios concedidos. Também utilizamos em nossas análises os pedidos de auxílio realizados pelos associados à União Gráfica Beneficente Paraibana e as notas que constam no jornal *A União* de outras associações, como as anunciadas pelo Centro Artístico e Operário, cobrando o pagamento de quotas aos seus pares. Após esses esclarecimentos adentraremos agora nos aspectos da vida associativa da classe trabalhadora na Parahyba.

2.1 Associações...

No decorrer da pesquisa encontramos, como mostra a tabela V, diversas associações mutualistas formadas por trabalhadores na cidade da Parahyba entre os anos de 1881 e 1930. Foi-nos possível encontrar o ano de fundação de boa parte das associações, mas não

²⁹ Cidade do sertão paraibano que fica a 317 km de distância da capital.

conseguimos qualificar a data de encerramento de suas atividades com precisão, os dados que possuímos nos permite considerar a forte presença republicana dessas associações, onde a sua maioria foi fundada a partir de 1906 e a grande parte permaneceu atuando após a Primeira República.

Em depoimento à historiadora Eliete Gurjão (1994) o presidente Saturnino Ribeiro Alves da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, em 20 de setembro de 1984, declarou que a associação:

[...] congregava, no seu início, todos os operários da Paraíba. A partir de 1915 ocorreram dissidências, que, acarretaram a criação de outras associações: 1915 – Sociedade União Beneficente de Operários e Trabalhadores; em 1919 – ‘época de grande luta’, houve nova dissidência que resultou a União Operária Beneficente. Em 1927, elementos da Mecânica fundaram a Sociedade 2 de Setembro (GURJÃO, 1994, p. 96).

O testemunho do presidente Saturnino Ribeiro exibe que a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais reunia em seu seio social até a década de 1910 diversas categorias de trabalhadores, e que a partir desse período divergências internas geraram o surgimento de outras associações. Não sabemos quais os motivos que levaram a dissidência, mas o que nos interessa aqui é apontar para o crescimento do número de associações formadas por trabalhadores de categorias específicas e também pluriprofissionais a partir da década de 1910. A tabela V, mostra que das vinte e cinco associações formadas por trabalhadores na capital, sete foram fundadas nos anos de 1910 e quatorze nos anos de 1920.

É interessante notar que essas associações foram fundadas num período de maior agitação no âmbito do desenvolvimento econômico e de transformações urbanas pelas quais passava a capital da Paraíba. Assim, é provável que o número de associações criadas nesse contexto esteja relacionado entre outros fatores, com esses aspectos pertinentes a realidade da capital. Pretendendo melhor orçar sobre o contexto de instalação das sociedades mutuais, convém lembrar aspectos já tratados no primeiro capítulo.

A estrutura econômica da Paraíba do Norte terçava um relativo desenvolvimento com a prosperidade da produção e exportação do algodão. Complementando esse setor, ocorreu um crescimento no número de indústrias em diversos ramos, mais especificamente no têxtil e alimentício³⁰. A maioria dos 251 estabelecimentos exibia caráter artesanal, que em

³⁰ Sobre esse processo, ver: DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho**. João Pessoa, Editora Manufatura, 2004. FERNANDES, Irene Rodrigues. *A Economia Paraibana da fase do Isolamento relativo*

certa medida estava sendo transformada com a modernização da indústria. No jornal *A União*, podemos encontrar diversas notícias de estabelecimentos que foram fundados nas primeiras décadas do século XX, bem como notícias sobre as transformações nos equipamentos das indústrias. Com esse relativo dinamismo, o comércio aparece como grande possibilidade de trabalho, juntamente com as atividades portuárias.

Não podemos deixar de ressaltar o reduzido mercado de trabalho e o volumoso número de mão de obra disponível, isso reverberava nos valores dos salários, principalmente dos trabalhadores que não tinham profissão específica. A situação do inchamento do mercado de trabalho piorava nos períodos de secas, onde a maioria das pessoas que moravam no interior era obrigada a migrar para a capital. Como mostramos, o contingente de trabalhadores registrado pelo Censo Industrial de 1920 era bastante reduzido, apenas 3.035 pessoas estavam empregadas nas 251 indústrias, onde a média por estabelecimento era de 12 trabalhadores. Apenas cinco estabelecimentos tinham entre 50 e 99 funcionários, e mais cinco ultrapassava a fronteira dos 100 empregados. Claro que existiam mais pessoas em atividades, principalmente artesanais, nas oficinas de serraria, mecânica, alfaiataria, entre outras. Existiam atividades como o dos chouffes, os vendedores ambulantes, os barbeiros, etc. que não eram registradas pelo censo, mas compunha a heterogeneidade da classe trabalhadora. O que podemos auferir nesse instante é que uma parte considerável de homens pobres que pertencia à classe trabalhadora ficava de fora das sociedades mutualistas por não poderem cumprir as demandas onerárias da instituição.

A economia paraibana estava voltada para entender aos interesses do capital burguês, ou seja, das elites. As classes dominantes passavam por uma alteração em sua composição, emergia em seu seio novas frações, a economia mais tradicional apoiada nos engenhos se enfraquecia, fortalecendo o poder local dos coronéis do algodão e pecuária. As mudanças preservaram as estruturas agrárias, logo os diversos setores do comércio estavam ligados à demanda desse esqueleto (GURJÃO, 1994, p. 36).

Nesse contexto, a classe trabalhadora vivia uma duríssima realidade, com jornada de trabalho prolongada por mais de 10 horas, salário deficitário para suprir as necessidades básicas da vida, acidentes de trabalho, ou seja, os direitos faltavam aos trabalhadores. Os

(1585-1930). In: BARACUHY, Laura Helena, FERNANDES, Irene Rodrigues (orgs.). **Atividades Produtivas na Paraíba**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1999. GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das Oligarquias**. João Pessoa, Editora Universitária/ UFPB, 1994. MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. João Pessoa, Editora A União, 1978.

poderes públicos não estavam interessados em assisti-los, abandonados à própria sorte tinham que lidar com a estrutura excludente da modernização e da política oligárquica do estado.

Além das questões referentes ao mundo do trabalho, os trabalhadores eram afetados pelas transformações urbanísticas projetadas pelas elites. Sendo obrigados a deixarem o centro da cidade, passaram a instalar suas residências nas áreas afastadas e em ruas predeterminadas pelas ações implementadas pelo Estado na busca de controlar de maneira autoritária a infraestrutura. Pode-se encontrar nas páginas do jornal *A União* várias notícias sobre as intervenções do governo influenciadas pelas elites na infraestrutura da cidade. Como exemplo, vejamos essa notícia:

Começam a desaparecer de nossas vias publicas, por demolição alguns sórdidos pardieiros que de muito tempo as afeiavam, sem determinar a menor providencia de quem de direito.

Compreendendo a situação, o sr. dr. Camillo de Hollanda, presidente do Estado, percorreu em pessoa algumas ruas da *urbs*, na companhia dos srs. director e delegados de hygiene, determinando a interdicção das casas que não satisfizessem certas condições sanitarias e não estivessem de accordo com as posturas municipaes.

E' resultado dessa feliz iniciativa a derrubada [...] de casebres inestheticos e sem segurança para os moradores, os quaes vão cedendo espaço a contruccões modernas e de relativo conforto.

Mas aquella deliberação não trouxe apenas o referido beneficio, como também a hygienização d' outros predios, em numero avantajados, em cujos quintaes guardava-se lixo e construíram-se fossas á flor da terra, para pestilenciar o ambiente.

A permanecia – sem distincção de classe das pessoas que lhe soffram os effeitos – de medidas dessa natureza muito concorrerá para a mudança de aspcto de nossa capital, o que é, aliás, uma das preocupações maximas do chefe do govêrno (A UNIÃO, 12/06/1917, p. 1).

A comunicação relata as iniciativas do governo de Camilo de Holanda para modificar a estética da cidade, sendo uma delas o exame das construções indesejadas. A verificação era feita sem distinção de classes, no entanto atingia de sobremaneira os pobres que viviam em habitações precárias. Quando a inspetoria acusava a casa como um espaço propício a propagação de doenças, a política modernizadora a colocava abaixo. Como a maioria dos trabalhadores não tinham as condições necessárias para construir uma residência nos moldes estabelecidos tinham que sair para as localidades periféricas da cidade, e como já tratamos no capítulo acima, esse fenômeno piorou no governo de Sólon de Lucena.

Dentre outros problemas, tinham que lidar com diversas doenças respiratórias e epidêmicas, como a febre amarela. As doenças se apresentavam para a classe trabalhadora como um grande risco, diversas incertezas brotavam dessa questão, dentre elas: a morte

inesperada por qualquer epidemia, podendo deixar a família desamparada; a demissão do emprego, por conta de faltas; a dificuldade diante dos irrisórios salários que recebiam para comprar medicamentos, consultar-se com médico ou em caso de internação. Esse é um período também em que os preços dos produtos de primeira necessidade sofreram um aumento por causa da Primeira Guerra Mundial, sem contar que ainda tinham que contar com a possibilidade da invalidez. Isso tudo tornava a vida desses sujeitos históricos, difícil e incerta.

Logo, os trabalhadores buscavam se organizar para diminuir os riscos da vida, provenientes de todo esse contexto. As sociedades mutualistas operárias significavam para esses trabalhadores a possibilidade de um futuro menos incerto para si e seus familiares, pois a mesma tinha o papel de representá-los nos diversos momentos da vida. Dessa maneira, o crescimento das mutuais na década de 1910 pode estar relacionada com todas essas questões de exclusão, o que permitia aos trabalhadores viver com mais intensidade a cultura associativa presente na capital. Acreditamos que as necessidades de organização própria da classe trabalhadora surgem como respostas as suas condições objetivas e subjetivas.

O historiador Osvaldo Maciel (2011, p. 33) apontou que as sociedades de auxílio mútuo em Maceió se caracterizaram por ter atingido sua expansão nos primeiros anos do século XX, configurando-se como um fenômeno relativamente novo. Essa peculiaridade fornece base para crítica à historiografia recente que coloca em descrédito a hipótese que tais entidades seriam características dos oitocentos e que não ocorreria num suposto momento plenamente capitalista. Mediante conclusões parciais inferiu que o fenômeno mutualista em Maceió persistiu numericamente no decorrer do século XX por mais tempo do que o ocorrido no restante do país. Longe de chegarmos de maneira confiável perto de suas conclusões, acreditamos numa proximidade dos nossos resultados com os seus, uma vez que das vinte e cinco associações existente entre em 1881- 1930, vinte e três foram fundadas nas primeiras décadas do século XX, e algumas permaneceram atuando com alterações em seus estatutos até pelo menos a década de 1980.

Demarcar com precisão o tempo de vida social de todas as associações não é uma tarefa que podemos executar nesse momento, principalmente porque não avançamos nas pesquisas nos jornais no que concerne à temporalidade do estudo, mas podemos auferir alguns comentários sobre parte delas. Pelo que analisamos nos estatutos encontrados, as sociedades previam em suas leis que em caso de dissolução deveria ser convocada uma Assembleia Geral

Extraordinária, com a presença da maioria dos sócios que ainda existiam para todos tomarem conhecimento da decomposição da instituição. Podemos tomar como exemplo o caso da União Gráfica Beneficente Paraibana: no art. 87 e capítulo 1º de seu estatuto, instituía que a mesma só poderia ser dissolvida quando o número de seus sócios em dias com as obrigações fossem inferior a seis e que estes depois de empregarem todos os esforços possíveis, não pudessem manter as atividades sociais; aí então deveria realizar convocação de uma assembleia geral extraordinária. O procedimento deveria seguir o seguinte princípio:

§ 2.º – A assembléa de que trata o § anterior tomará conhecimento do activo e passivo da sociedade, deliberará sobre a liquidação de todos os compromissos sociaes e o saldo ou bens que, porventura houverem, serão divididos equitativamente entre os socios quites.

§ 3.º – Extincta a sociedade, o livro de actas, assim como os livros da escripturação e demais documentos existentes serão depositados no archivo de qualquer instituição publico, se fôr possível encontrar-se um estabelecimento desse genero que possa reccebel-os, juntamente com exemplar destes Estatutos, do que se lavrará uma declaração datada no livro de actas, com as assignaturas de proprio punho dos socios dissolventes, sendo, depois, publicado na imprensa a acto desse archivamento.

§ 4.º – A convocação dessa assembléa geral terá a mais ampla divulgação pela imprensa da capital (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A UNIÃO, 27/08/1927, p. 3).

O regimento orientava que caso essa sociedade chegasse ao fim de suas atividades, deveria convocar uma Assembleia Geral Extraordinária através de uma ampla divulgação no meio jornalístico, para decidir a divisão dos bens se, porventura, a instituição os tivesse. Assim, as associações, ao encerrarem as suas atividades, provavelmente divulgariam nas páginas dos jornais. Apesar de não sabermos precisar o encerramento das ações de todas as organizações, os dados da pesquisa apontam que uma minoria das associações não conseguiu ultrapassar os limites temporais da Primeira República.

Nas leis da sociedade a assembleia geral extraordinária sobre o fim da instituição deveria ser divulgada nos jornais, configurava-se como prática da cultura associativa a divulgação de reuniões nos meios publicitários, em forma de avisos. Sessões com esse caráter provavelmente foram anunciadas, mas não encontramos notícia desse tipo. Encontramos como veremos mais abaixo, relatos do surgimento de associações formadas por um mesmo grupo de pessoas que faziam parte de instituições anteriores, onde em seus momentos iniciais faziam referência a sua dissolução e as iniciativas das sociedades primeiras, mesmo assim não teremos como precisar a data de encerramento das atividades. No entanto, podemos inferir algumas considerações sobre o tempo de vida dessas instituições.

No que concerne a um tempo de vida curto, temos como exemplo a Associação dos Empregados do Comercio, fundada em 1906. A primeira vez que encontramos registros sobre essa sociedade formada pelos trabalhadores do comercio, foi quando a mesma convocou os seus membros para participarem da sessão de Assembleia Geral, a fim de discutir assuntos inerentes à formação do Estatuto (A UNIÃO, 24/01/1906. p. 3). As notícias sobre reuniões permaneceram por alguns meses no decorrer do ano de 1906, mas perdemo-la de vista e não mais encontramos notícias sobre as suas atividades. No entanto, acreditamos que antes de 1910 tenha encerrado suas atividades, pois em 15 de abril desse ano encontramos o registro de outra associação formada pelos trabalhadores do comércio que acabava de ser fundada, através da seguinte chamada:

Communico aos interessados pela fundação dessa sociedade beneficente e instructiva, de que a reunião marcada para ter logar no dia 17 do corrente, no predio n. 53 á rua d'Areia, efectuar-se-ha, no mesmo dia, na casa n. 176 á rua Maciel Pinheiro, residencia do nosso consocio Augusto Simões (A UNIÃO, 15/04/1910, p. 2).

A prática comum para a formação de uma sociedade mutualista segue o ritual feito por essa chamada: primeiro, um grupo de pessoas com interesses em comum se reunia e montava um esboço dos seus objetivos, com vistas na sua maneira de atuação e na definição das características dos possíveis sócios. Após esse procedimento, divulgavam o nascimento da instituição e convidavam os interessados a fazer parte do processo de fundação, através das sessões que se seguiam para discutirem a estruturação da sociedade. Esse foi o procedimento feito pelo grupo de trabalhadores do comércio que desejavam aglutinar as suas forças por meio da organização de uma associação mutualista.

A publicação nos expõe que a sociedade que estava em passos de fundação se propunha a oferecer instrução e benefícios aos seus associados. As primeiras reuniões foram realizadas em diversos endereços, mas todos se concentravam na Rua Maciel Pinheiro. Depois da reunião do dia 17 de abril de 1910, publicaram no jornal as decisões tomadas para dar prosseguimento ao projeto de fundação. A associação foi intitulada de Sociedade Instrutiva e Beneficente União Caixerla, sendo nas primeiras reuniões eleita e empossada a sua primeira diretoria³¹, e também foram formadas as seguintes comissões: Comissão para a confecção do Estatuto (Inocencio Rodrigues de Carvalho, Manoel Antonio de Andrade Pinto, Getulio Cavalcante, João Honorato da Silva e David Falcão), a Comissão para instalação e preparo da sede (Antonio de Mello e Albuquerque e Alcebiades Cartacho) e a Comissão de

³¹ A sua diretoria está no anexo III.

Sindicância (Manoel Vergara, José Justino Filho e Francisco Cabral de Vasconcellos) (A UNIÃO, 19/04/1910, p. 2). Essas decisões tinham papel preponderante na institucionalização da organização, sendo essa uma prática comum entre as associações mutualistas.

Com a formação da diretoria e das comissões a Sociedade mostrava publicamente que estava formando uma nova organização dos trabalhadores do comércio na capital. A diretoria era ponto legitimador para a convocação das reuniões que se seguiam. A respeito das comissões que foram apresentadas essas eram geralmente as primeiras das iniciativas para a organização das sociedades mutualistas. A comissão do estatuto devia construir as leis para reger as atividades da instituição, isso significava colocar o pensamento em palavras e depois a palavra em ação. A comissão responsável pela construção do prédio social era importantíssima, pois tinha o dever de conseguir a sede da associação, onde a mesma iria poder executar os seus projetos, o que representava um poder material importante, sem contar que essa era uma iniciativa que demandava tempo. A comissão de sindicância assumia a tarefa de inquirir sobre as atividades da mesma. A iniciativa foi vista com simpatia pelo jornal *A União* que publicou a seguinte nota:

Os moços do commercio acabam de, vencendo o espirito de indiferença do nosso meio, fundar uma sociedade de fins beneficentes e instructivos. E' um bello passo que só póde merecer encomios e incentivo, por que em todas as praças dó Brasil a solidariedade caixeiral tem feitos prodigios.

No Rio de Janeiro, em Pernambuco e no Ceará, como em Porto Alegre e Maceió, a mocidade do commercio representa um forte elemento de progresso, porque com muita dedicação tem sabido congregar-se para estudar, educando o commerciante do futuro; ao tempo que de suas proprias forças tira extraordinarios elementos que se descolloca, ou a quem a adversidade fere dolorosamente.

A *Phenix Caixeiral*, cearense, possui um rico palacete que lhe custou cem contos de rs.; fundou e mantém auspiciosamente um curso commercial; dispõe de rica bibliotheca; caixa de soccorro; assistencia do medico, pharmacia e advogado; o mausuléo; em fim reúne as condições de uma baluarte de caridade, instrucção e patriotismo.

Alli ha absoluta homogeneidade de ideias, e dessa invencivel união é que promana o valor moral da sociedade e da classe.

Na Parahyba pode-se fazer o mesmo, dado o desconto do meio.

Em quanto o empregado busca instruir-se, disciplinar-se para a profissão que abraçou, vai ao mesmo tempo fugindo ao exemplo do vicio e d'ahi decorrerá certamente uma salutar educação.

Si o caixeiro assim se manifesta, buscando aperfeiçoar-se, o patrão, por sua vez, sem prejuizo do trabalho, póde concorrer beneficemente para o bom exito do bello tentamen.

A instrucção facil ao caixeiro é a porta aberta ao progresso de todo o corpo commercial.

Estão á frente do nobre movimento moços muito prestimosos e cheios de confiança nos seus esforços, pelo que antevemos coroada de um esplendido resultado a promissora ideia (A UNIÃO, 26/04/1910, p. 2).

O projeto dos trabalhadores do comércio foi visto como uma nobre iniciativa pelo órgão. O jornal ressaltou o princípio da união como uma necessidade para a prosperidade da associação e lembrou que em outros estados do país a solidariedade caixeral havia gerado bons frutos para os associados, a exemplo da sociedade Phenix Caixeral, que possuía sede própria, oferecia curso voltado para o comércio, dispunha de biblioteca, concedia aos seus associados diversos tipos de assistência (socorro na hora de necessidade, médicos, advogados, farmácia, etc.), ou seja, a mesma possuía um grande patrimônio e, portanto, exibia prosperidade em suas atividades. O discurso presente no artigo nos indica que a Sociedade Instrutiva e Beneficente União Caixeral pretendia prestar serviços de instrução e assistências diversas aos seus sócios.

Os dados encontrados pela investigação não nos permite precisar até quando a União Caixeral atuou. A última vez que encontramos informações a seu respeito foi em 1912 quando convidou os seus sócios a comparecerem em sua sede na Rua Barão do Trinfo, nº 22, para tomarem parte da sessão de comemoração do seu 2º aniversário (A UNIÃO, 15/04/1912, p. 2). Depois dessa notícia a perdemos de vista. Mas acreditamos que as suas atividades não ultrapassaram o ano de 1915, pois nesse ano foi fundada outra associação formada pelos caixerais. O grupo social que estava organizando a iniciativa declarou nos jornal que “já duas associações congeneres se instituíram nesta capital, tornando-se inviáveis, não por falta de recursos mas por uma como indiferença dos consocios inscriptos para lhe guiarem os destinos” (A UNIÃO, 11/03/1915, p. 2). A sociedade intitulou-se de Associação dos Empregados do Comércio, as sua vida social provavelmente ultrapassou a Primeira República, pois não encontramos até 1930 nem uma notícia do encerramento de suas atividades. No próximo ponto desse capítulo trataremos mais um pouco sobre ela, mas para o que nos interessa agora a informação de sua fundação nos basta.

Como podemos ver; algumas associações não conseguiram exercer as suas atividades por muito tempo, os motivos específicos de sua vida curta não podemos analisar por falta de documentação. Quando algumas sociedades não encerravam definitivamente as suas atividades, fundiam-se com outras. Como o caso do Centro Artístico e Operário que se ligou em 1913 à Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais, mudando a sua nomenclatura, passando a se chamar de Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais (A UNIÃO, 29/01/1913, p. 3).

Na medida em que algumas tiveram vida curta, outras prolongaram as suas atividades pelo século XX, como a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, que funciona até os dias atuais. Podemos supor que boa parte dessas associações existiu até a década de 1980, podendo algumas ainda permanecer atuando pela década de 1990, pois encontramos nesse período algumas dessas associações registradas no Conselho Nacional de Serviço Social. Na documentação estavam: Sociedade Beneficente Dois de Setembro, Sociedade União Beneficente dos Operários e Trabalhadores, Sociedade União Operária Beneficente, União Beneficente de Chauffeurs do Estado da Paraíba, União Beneficente dos Barbeiros e União Gráfica Beneficente Paraibana³². Sabemos das possíveis modificações na

³² A documentação que está sobre a posse da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, não se resume apenas ao Livro de atas (1881-1892), mas compreende também as circulares de diretorias de diversas associações, requerimentos de pedido de auxílio de sócios da União Gráfica Beneficente Paraibana e aos estatutos da Sociedade União Operária Beneficente e da União Beneficente de Artistas e Operários. Existe uma vasta documentação que extrapola o período da Primeira República, como: atas, balancetes, ofícios, requerimentos, lista de sócios, plano de atividades, telegramas, relatórios, entre outras, tanto da SAOML, como de outras. Através de uma breve análise, observou-se que boa parte das associações fundadas nos primeiros anos do século XX, continuou funcionando até pelo menos o final da década de 1980. Ao analisarmos alguns desses documentos referentes aos três primeiros anos de 1980, da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais e da Sociedade União Operária Beneficente, pudemos verificar que as mesmas continuaram atuando auxiliando não só os seus associados, mas também a terceiros. Em 04 de julho de 1882, o presidente da SAOML Saturnino de Alves encaminhou um requerimento para Antônio Delfim Neto, Secretário de Planejamento da Presidência da República, pedindo recursos do governo Federal no valor de 300.000.00 (trezentos mil cruzeiros), para manter as suas atividades filantrópicas em João Pessoa-PB (OFÍCIO, 04/06/1982). Junto ao requerimento estava o plano de ação, que descrevia as atividades que a associação iria realizar. A associação previa aplicar o recurso de Cr\$300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), adquirindo os seguintes itens: medicamentos (Cr\$30.000,00), alimentos (Cr\$75.000,00), material didático (Cr\$80.000,00), calçados escolares (Cr\$30.000,00), matrícula escolar (Cr\$20.000,00), passagem (Cr\$15.000,00) e concerto de casas (Cr\$50.000,00). Os investimentos seguiam a ordem de assistência social para terceiros, mas é provável que os próprios membros da associação fossem beneficiados com a ajuda financeira, uma vez que os itens de investimento presentes no plano de ação fazia parte dos serviços prestados aos associados (PLANO DE APLICAÇÃO, 25/08/1982). O pedido feito à Secretária de Planejamento da República foi aceito. Através do ofício nº 000656, a associação recebeu a ordem de pagamento de nº 754, e o dinheiro foi depositado no Banco do Brasil. O Secretário de controle interno do órgão enviou tal ofício informando da liberação do dinheiro, que seria destinado a “auxiliar na manutenção de suas atividades de assistência social” (OFÍCIO, 14/10/1982). A ajuda financeira configurou-se nesse período como uma prática constante, não só advinda de órgãos Federais, mas também de Estaduais e Municipais. As doações estavam condizentes com o reconhecimento público da associação, que desde 1948 havia sido considerada como de utilidade pública pelas leis Municipal de nº 411 e Estadual de nº 226, como também foi nesse mesmo período registrada no Conselho Nacional de Serviço Social sob o nº 39.866. Diversos outros ofícios nesse sentido foram encontrados, alguns eram encaminhados ao governo Federal com a recomendação de políticos da época, como o Governador Wilson Braga (OFÍCIO, 16/09/1983). A SAOML continuava realizando prática de auxílio aos seus associados, que deviam pagar as suas mensalidades para garantirem os direitos estabelecidos no estatuto. Outra instituição que continuava desenvolvendo as suas atividades, era a Sociedade União Operária Beneficente. Ao analisarmos o balancete anual de 1980, observamos que a sua receita advinha ainda das mensalidades, realização de festas, bolsa de sessões, doações e alugueis; encontrava entre as suas despesas, auxílio funeral, pecuniário, medicamentos e também auxílio a terceiros (BALANCETE DE RECITAS E DESPESA, 13/12/1980). A associação tinha como bem a vila São José composta por 8 casas, a sua sede própria e tinha anexado a ela um prédio também alugado, daí adivinha a maior parcela de seu capital (RELAÇÃO DE IQUILINOS, 1980). O relatório social das atividades entre dezembro de 1980 a dezembro de 1981 mostra que a associação continuava ativamente exercendo atividades de beneficência. Esse breve esboço da vida social da SAOML e SUOB, nos mostra que algumas sociedades permaneceram exercendo as suas atividades por um período relativamente longo. As associações para continuarem atuando utilizaram como estratégia a ação filantrópica, isso muda um pouco o caráter da mesma, mas não deixa de nos indicar que

maneira de atuação, mas os dados indicam para uma permanência duradoura das associações mutuais no estado, e isso, aproxima-se das conclusões de Osvaldo Maciel para o caso de Maceió, no que tange ao caráter republicano das sociedades.

A maioria das associações tinham como ponto de localização algumas ruas da cidade alta e baixa. As ruas de maior preferência foram: a Rua 13 de maio, a Rua da República e a Rua Índio Piragibe. Chamou-nos a atenção o caso da Sociedade União Operária Beneficente, que tinha sua sede própria na Rua Índio Piragibe, nº 489, e cedia seu espaço social para quatro instituições: Sociedade Beneficente dos Proletários Infantis, Sociedade Protetora dos Pintores, Liga Protetora dos Metalúrgicos e a União Gráfica Beneficente Paraibana, não sabemos se era na forma de aluguel ou de assistência. A historiografia do tema mostra que nos anos iniciais das associações muitas delas se reuniam em locais cedidos por algum sócio ou alugavam um prédio enquanto não conseguiam angariar o capital necessário para construir ou comprar a sua própria sede. Não descartamos a possibilidade de alguns sócios dessas associações fazerem parte do corpo social da Sociedade União Operária Beneficente, uma vez que era prática comum indivíduos fazerem parte de mais de uma associação como mostra a historiografia, sem contar que a mesma tem um tempo de fundação anterior às outras.

Devemos lembrar que durante a década de 1910 e 1920 a capital da Parahyba passava por intensas transformações urbanas. As mudanças eram regidas por códigos que determinavam como deveria se proceder a construção de qualquer tipo de prédio, assim ter uma sede nas proximidades do centro não era algo muito fácil, dependia do comprometimento dos associados. As principais ruas escolhidas pelas sociedades estavam de uma maneira ou de outra, sendo vigiadas pelas autoridades higienistas. A Rua da República fica localizada na parte baixa da cidade, onde se concentravam residências de diversos trabalhadores; a Rua 13 de maio localiza-se no centro da cidade e dá acesso para a Lagoa, o que oferta caminho possível para o bairro de Jaguaribe, onde residia boa parte da população pobre excluída do centro; a Rua Índio Piragibe fica nas Trincheiras, e também possibilita o acesso ao bairro de Jaguaribe.

continuavam praticando uma cultura associativa relacionada aos princípios de solidariedade e reciprocidade, categorias de grande eco nas mutuais no início do século XX.

Os sujeitos envolvidos no processo de formação das sociedades mutualistas compartilhavam diversas práticas da cultura associativa. Para além de terem a preferência de instalar as suas sedes nessas ruas, seja por motivos de logística para as sessões ou por ser o local possível diante dos valores imobiliários, partilhavam de diversos aspectos: comumente os estatutos seguiam uma padronização, onde deveria conter os fins da associação, a categoria de sócios que representavam, os seus deveres e direitos; as reuniões eram publicadas em formas de aviso no jornal, principalmente, quando eram extraordinárias ou quando não podiam acontecer na data prevista pelo calendário da instituição por falta de coro ou por morte de algum filiado; com respeito também a reformas do estatuto, as cobranças de quotas, eliminação de associados entre outras coisas. Diante disso, abordaremos a perspectiva de ser associado que a classe trabalhadora compartilhava.

2.2 Ser associado...

A Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais realizou em 11 de setembro de 1919 as comemorações do seu 38º aniversário, entre os diversos momentos da solenidade foi realizado uma conferência sobre a ação da classe operária pelo bacharel João da Matta C. Lima, sócio honorário da entidade. Traremos para a nossa discursão algumas partes de sua fala, o mesmo dizia o seguinte para os presentes:

E' fóra de controversias que vos deveis unir; mais que unir, unificar. A associação nos fortifica e robustece, pois o homem se sente forte quando amparado, e esse amparo lhe dão as collectividades, os corpos associativos. Desenvolve-se nestes o espirito de solidariedade, de cooperação [...]
Há certos empreendimentos que só pelas associações podem ser encarados, pois, arma defensiva, também servem ellas para a estratégia e as eventualidades do ataque.
<<As classes pobres, já o disse alguém, só se emanciparão quando solidarizadas>>.
Quanto maior e mais forte a agremiação, tanto maior sua responsabilidade por seus frutos (A UNIÃO, 17/09/1919, p. 1).

A associação seria o caminho por onde os trabalhadores deveriam se enveredar para consolidar as suas ações em prol de um futuro mais digno. Ao constituir uma cultura do associar-se, assinalada pela identidade de classe operária, as pessoas envolvidas deviam compartilhar de interesses coletivos, de cooperação, de solidariedade e de responsabilidade com o campo pensado e executado pela organização. A associação previa a união entre os que viviam as mesmas condições, ou pelo menos, tinham interesses comuns, que desejassem

ajustar as expectativas de vida à possibilidade da associação. Esse é um discurso de um oligárquico presente no seio da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, mas que dá a dimensão da cultura associativa, que partia da percepção de que as ações dos associados ditavam o desenvolvimento e o reconhecimento da mesma.

Continuando com as suas palavras:

Mas é preciso attentar num ponto: é que não se pode alcançar um ideal, sem desinteresse, dedicação e enternecimentos.
 Deveis unir-vos e arregimentar-vos para a grande luta que a Historia vos reserva e que, praza aos céos, seja incruenta.
 Um dos primeiros requisitos para o exito de uma empresa é ser ella visada com ardor e fixidez.
 Esses tel-o-eis vós com resolução de animo e bravura de coração.
 Associae-vos: comparti vossos lutos e alegrias, communizae-os; tirae de vossa união o segredo de vossa força.
 Haveis de ter a força, diz Julio Guesde, quando chegardes ao entendimento e á associação.
 Cloutz dizia, ao tempo da Revolução Francêsa: <<o ponto de apoio, que Archimedes procurava para deslocar a terra, encontral-o-eis, meus irmãos, em França, para derrubar os thronos>>.
 Corrigi-lhes o mau emprego, e dizie: <<encontraremos, camaradas, em nossa união o ponto de apoio para a Força, que somos nós.>> (A UNIÃO, 17/09/1919, p. 1; 18/09/1919, p. 2).

Queremos destacar que essas palavras não seguem a ordem do seu discurso, no entanto, para o que nos interessa agora essas são palavras bastante significativas, pois passava a ideia de associação que os próprios associados tinham. Soando como tom de alerta e instrução para os que ouviam, João da Matta expõem que a indiferença dentro da luta por melhores dias não aciona a força que o associativismo propõe, a força da união. O movimento requer interesse, disposição, orientação, transformação, e não o desinteresse que gera imobilidade. A realidade em que a classe trabalhadora estava inserida, como vimos, era de exclusão em meio às transformações, assim a busca pela associação significava compartilhar lutos e alegrias da ação, era melhor, segundo o autor da palestra, “levantar neste mar uma tempestade”, ao invés de ficar na paragem da desunião.

No final João da Matta estava apresentando para ao público que assistia à sessão, que uma possível maneira de amenizar as questões sociais pertinentes à vida da classe trabalhadora, seria o caminho da associatividade composta por um campo de luta onde a solidariedade, a união, o comprometimento fazia a diferença. A extensão territorial da cidade da Parahyba não era grande, o mercado de trabalho mesmo sendo heterogêneo não tinha a amplitude quantitativa, isso fazia com que a maioria dos trabalhadores se conhecesse, em

suma, habitavam o mesmo espaço, o que levava as possíveis conversas diárias sobre os problemas comuns que enfrentavam, seja na ida ao trabalho, no seu retorno para casa, nas conversas de botequim, nas cerimônias religiosas, ou nos encontros institucionais das associações, o que permitia a construção de uma perspectiva do que era ser associado, tendo em vista os direitos e deveres.

Saindo da visão de João da Matta e adentrando a visão dos próprios trabalhadores do que é ser associado, temos um artigo publicado no jornal União Typhographica, com o seguinte título em caixa alta: “O ESPIRITO DE ASSOCIAÇÃO”, que apontava para direção da necessidade de associar-se, segundo o qual:

O phenomeno predominante e caracteristico da evolução humana é a sociabilidade.
Tudo, nas relações da especie, subordina-se á esta grande lei, que se traduz nas múltiplas consequencias da imitação.
Todo e qualquer apprehendimento, pois, na vida social, deve tender n’esse rumo aproveitar pelo esforço coletivo, reciproco e solidario, as forças de cada um, que por si sós quase nunca chegam á altura das difficuldades.
Si a parte exigua de um salario insufficiente, na media, não da ao homem do trabalho a garantia de prosperidade mesmo modesta, a reunião de todos os esforços convergentes, o recurso de todas as boas vontades num sentido determinado, supre o que isoladamente, o artista [...] não pode alcançar (UNIÃO TYPHOGRAPHICA, 14/01/1894, p. 1).

O artigo atribui como característica humana a sociabilidade, modo delineador das relações sociais. Esse comportamento permite aos indivíduos conduzir uma ação coletiva para resolver o que sozinhos a força não permite. O que estava em questão era a própria vida da classe trabalhadora, permeada por baixos salários, jornada de trabalho prolongada, acidentes de trabalho, doenças, falecimentos, problemas jurídicos, entre outras tantas dificuldades experimentadas na individualidade ou na coletividade. Por meio dessas questões, a proposta da publicação fomentada pelos artistas tipógrafos configurava-se na necessidade de combinar esforços para o bem comum, através da solidariedade e reciprocidade entre os envolvidos.

Ainda continuando na lógica do raciocínio do artigo, os redatores levantaram uma hipótese próxima de suas possibilidades, considerando que se a classe trabalhadora da capital perseverasse associativamente durante certo prazo de tempo conseguiriam dotar a classe com melhoramento (a exemplo de instrução completa para os filhos dos associados, sobretudo na área profissional), coisa que:

[...] o próprio governo empenhado em gastar em verbas de menos importancia social, não conseguiria, o espirito de associação, em uma das suas muitas modalidades, garantiria.

A economia politica é uma grande chynica, tambem utiliza as relações intimas dos elementos para lhes multiplicar a effectividade, sob o ponto de vista humano, util e progresso.

No caso que mais urgentemente nos occupa, a formula é a harmonia da classe artistica, unida e forte, perseverante e confiada na aquisição da cathegoria que lhe é devida hoje, e que, quaesquer que sejam os obstaculos, ha de alcançar, mais cedo ou mais tarde, em todos os pontos do mundo (UNIÃO TYPHOGRAPHICA, 14/01/1894, p. 1).

A possibilidade considerada tem a conquista como resultado de uma vida associativa. Ao denunciar expressamente o contexto político e econômico em que viviam, com governos desinteressados para as condições de vida de sua classe, de uma economia liberal movida pela mais valia, os trabalhadores só conseguiriam acesso às mínimas condições de sobrevivência para si e sua família por meio da luta agregada e unida. As vozes que soam no artigo fazem uma ressalva, de que para chegarem a esse “[...] ideal é preciso a luta pacifica de nossa vontade collectiva, apoiada na coesão de todos os nossos recursos e esforços, sem a mínima divergencia, luta empenhada no terreno da lei e da ordem contra os mil obstaculos que temos a vencer [...] Unamo-nos” (UNIÃO TYPHOGRAPHICA, 14/01/1894, p. 1).

Tanto João da Matta quanto o artigo publicado pelos redatores do jornal União Typhographica, facultam a necessidade de união. Em tempos diferentes, um em fins século XIX o outro no século XX, aludem à classe trabalhadora que a associação entre os indivíduos que possuem os mesmos desejos seria um caminho possível de um futuro menos conturbado. Ambas as palavras realizam a ressalva no que concerne ao perigo da desunião e desinteresse dentro da organização da classe, pois esse estado contorna os riscos da execução dos objetivos. Desta maneira, seria a convergência entre os indivíduos que sozinhos não apresentavam a força necessária para superar os obstáculos o trilha condutor da ação. É bom ressaltar que a maneira como os sujeitos históricos se comportavam dentro de uma instituição que previa a organização das ações, faria a diferença em suas conquistas, e nas sociedades mutuais isso reverberava nos benefícios prestados.

Como podemos ver a classe trabalhadora tinha sua própria impressão acerca da associação – nesse caso a de característica mutualista –, e do que era ser associado. Havia a necessidade de respostas às dificuldades implantadas pela sociedade urbana-industrial, de um Estado que se recusava a investir em direitos para a população pobre, mas investia nos interesses industriais e das elites. A organização de sociedades de auxílios mútuos se configurava para os trabalhadores como uma forma de lidar com a situação proveniente desta dinâmica. As mutuais serviam como espaço de solidariedade, visando atender aos interesses

dos envolvidos com serviços e benefícios. Dentro das associações de trabalhadores, os interesses em comum eram:

[...] estabelecidos no dia a dia, na prática de convivência social coletiva que possibilite percepções próximas e amalgamem sentimentos, propostas, projetos. Quando isso se corporifica num preceito escrito num regimento ou estatuto produzido a partir de reuniões ampliadas, debates, enfim, a partir de um consenso compartilhado, apenas se reforça aquilo que já estava acontecendo na vida daquelas pessoas (MACIEL, 2011, p. 46).

Desta forma, a consistência das relações sociais presente nas sociedades mutualista, arregimentava-se pelo sentimento de pertencimento construído no conjunto de experiências cotidianas, que perpassam pela lida no labor aos códigos de postura que ditavam os direitos e deveres dos associados. A escolha de associar-se a uma sociedade mutualista definida pelo critério de classe trabalhadora fosse ela pluriprofissional ou de um único ofício, atrelava-se aos interesses de classe. Sabemos que diversos tipos de associações surgiram na capital da Parahyba entre o final do século XIX e início do XX, a exemplo de clubs, irmandades e lojas maçônicas, como também companhia de seguros, que ofertavam pecúlios, expressados em quotas de óbitos, então o trabalhador ao escolher fazer parte de uma instituição e não de outras que poderiam oferecer auxílios, estava considerando a identidade de classe a qual pertencia. Notavelmente a escolha nunca era alheia às suas intenções, aos seus interesses e ao seu convívio (como nenhuma é).

As razões da escolha evidencia o processo de formação da identidade de classe entre os trabalhadores envolvidos nas sociedades mutuais. Nesse sentido, concordamos com historiadores como Osvaldo Maciel, Claudio Batalha, Marcelo Badaró, entre outros, que as sociedades mutualistas manifestam-se como uma das experiências associativas dos trabalhadores. Acabamos por enfatizar o sentido de associação para os trabalhadores, como também as suas escolhas, mas não podemos perder de vista que esse era um processo de mão dupla, pois na medida em que se escolhia era escolhido. As associações estabeleciam critérios para os associados, pois os agentes da dinâmica sabiam que apenas por meio do interesse comum que a associação poderia se fortalecer e prestar o que se propunha em seus estatutos.

Na compreensão do que era *ser associado*; os agentes sociais inseridos no processo compartilhavam de valores típicos das sociedades formadas por trabalhadores. A preocupação ultrapassava as fronteiras do auxílio, estavam em jogo antes de tudo os interesses de classe, alinhado à crenças e tradições. Quando a sociedade não conseguia aglutinar os interesses dos

associados em prol dos seus fins, através da união das forças, geradora de solidariedade e de reconhecimento do campo de atuação, embutia-se de crises e insatisfações entre os sócios, e essa divergência gerava o encerramento de suas atividades.

Um exemplo que a desunião levava a desintegração da associação é o caso dos trabalhadores do comércio. No início do século XX os caixeiros institucionalizaram as suas ações, por meio da Sociedade dos Empregados do Comércio da Paraíba (1906) e Sociedade Instrutiva e Beneficente União Caixeral (1910), mas as mesmas só conseguiram efetivar as suas atividades no seio da classe caixeral por um curto tempo. Nos primeiros dias do mês de março de 1915, um grupo de trabalhadores do comércio iniciou um processo de organização de uma nova associação, onde realizaram a seguinte publicação:

Já duas associações congeneres se instituíram nesta capital, tornando-se inviáveis, não por falta de recursos mas por uma como indiferença dos consocios inscriptos para lhe guiarem os destinos. A iniciativa dos actuaes propugnadores d'essa utilissima instituição já se encontra pois de sobre-aviso para estimular por uma propaganda tenaz a atenção das pessoas convidadas para comporem o gremio em perspectiva. Destinada a prestar auxilios mutuos e patrocinar os direiros individuaes e collectivos dos seus consocio, a associação dos empregados no commercio impõe-se pela sua finalidade e neste sentido recommendamol-a aos respectivos interessados, poderando-lhes previamente que ella será levada a bom termo porque se encontra confiada aos vigilantes cuidados e inegavel prestigio do sr. cel. Joaquim Coimbra. Hoje inserimos um convite aos socios do novo gremio, assignado pelo secretario Leonel Duarte, convocando os interessados para uma reunião a effectuar-se na séde social (A UNIÃO, 11/03/1915, p. 2).

Os caixeiros que estavam envolvidos no processo de fundação da nova organização salientaram que as duas iniciativas anteriores não prosperaram não por falta de recursos, mas por divergência no meio da classe, ou seja, por falta de união entre os associados. Convidou os interessados a fazerem parte da associação, destinada a auxiliar de maneira coletiva e individual os associados. A base dos trabalhadores do comércio não transcendia o nível familiar, sendo a maioria das reivindicações dos caixeiros na área da redução de horas de trabalho semanais. Nesse sentido, podemos auferir que a associação que estava se formando pretendia conquistar alguns direitos para a classe que representa. Não temos como saber quais benefícios realmente foi oferecido.

A sociedade formada depois das primeiras reuniões abertas aos interessados decidiu que se chamaria Associação dos Empregados do Comércio da Paraíba. Na tentativa de mostrar publicamente que as suas ações tomavam uma dimensão diferente de suas congêneres

que antecederam, realizaram diversas publicações no jornal *A União*. Ao terminar de redigir o projeto de seu estatuto, o orador Ildefonso Bezerra assinava a seguinte publicação:

A comissão de Redacção cumpriu galhardamente a sua missão, apresentando, no limitado espaço de 15 dias, o projecto a ser discutido.
O sr. presidente, major Joaquim Coimbra, tem demonstrado, bôa vontade possível, procurando os debates nos pontos omissos dos Estatutos e applaudindo aquelles que trazem vantagens e zelam os interesses sociaes.
Entre os consocios o zelo com que são ponderados todos os artigos e paragraphos, quer bem traduzir que elles não querem ser apenas uns simples associados e sim precisam de ter a parte saliente que lhe estar reservada na vida social.
Tudo isto significa claramente que em nossas fileiras vai crescendo o animo, vai se enraigando a convicção da nossa solidariedade.
E' um facto que enthusiasma, o da nossa franca solidariedade. É uma verdade que ennobrece, a da existencia real da nossa Associação.
Não pensem os desilludidos que o nosso trabalho está terminado, nem julguem tão pouco que elle tem se imitado apenas ás meias duzias de palavras que temos espaçadamente deixado pelos jornaes.
Não, muito mais positivo elle se tem tonado; a nossa propaganda verbal, de collega a collega, tem sido mais estafante e mais compensada.
E os trabalhadores são muitos, todos possuidos de bôa vontade, de paciencia e duma persistencia verdadeiramente belga.
E todos, sem a menor parcella de cansaço, continúam ininterruptamente o seu trabalho fecundo e bemfazejo.
Dahi esse enthusiasmo, esse zelo, esse interesse, essa calma, essa harmonia, esses sentimentos elevados que se juntam para orgulho da nobre classe dos empregados no Commercio (A UNIÃO, 04/04/1915, p. 1).

O orador Ildefonso Bezerra imprime em seu discurso o conteúdo de distinção entre a iniciativa da Associação dos Empregados do Comércio da Paraíba com as que lhe antecederam, salientando que as atividades desenvolvidas estavam sendo realizadas com o envolvimento dos associados. E o que isso significava para esses sujeitos históricos? Representava antes de tudo a união em prol dos interesses dos trabalhadores do comércio. O envolvimento dos associados com a produção do estatuto, onde podiam opinar sobre os fins, os direitos, os deveres, eleições, cargos, critérios para admissão, punições e projetos futuros, contornava a percepção de pertencimento, onde desde o início as decisões tomadas seguiam o principio dos interesses coletivos. A vida social da associação configurava-se numa experiência que devia ultrapassar o ato de se associar, a organização se fortalecia na medida em que o sujeito que se associava vivia as experiências da associação.

Após as eleições de diretoria o sócio Ildefonso Bezerra, foi eleito orador oficial da associação. Realizou na posse da diretoria um discurso voltado para o fortalecimento dos associados por meio da associação. Lembrando que os sócios estavam despertando para os

interesses da classe por meio da instituição, e que eles como filhos de Mercúrio³³, arraigados por uma habilidade incansável de atuação em favor do coletivo, com a capacidade de resistir às tempestades da vida e se esquivar das injúrias, reuniam os fragmentos de suas fraquezas individuais, para sustentar pela força coletiva os ideais da associação. E quando a futura geração de sócios olharem para o histórico da associação irá perceber que toda a prosperidade deveu-se a porção de energia coletiva desprendida para a execução das atividades dos primeiros agentes, que alicerçaram o edifício social da instituição (A UNIÃO, 05/05/1915, p. 1). O orador em sessão falava para os presentes que a fundação da associação era uma realidade por motivos da união da classe caixeral, dos que estavam inseridos no processo de planejamento inicial das atividades. Prolongando o discurso, ainda falou:

Meus senhores:

Toda aspiração de uma classe, quando é justa e nobre como a nossa, procurando nos reunir sob um templo social que abrigua nossos desejos e satisfaça nossas necessidades; encontra sempre, ao nascer, a corrente repugnante do pessimismo, do despeito ou da inveja, a tentar embargar-lhe os passos, pretendendo envolvê-la em seus tentáculos de polvo desapiedado. Os nossos prodomos encontraram essas mesmas dificuldades, esses mesmos empecilhos, formando a grande barreira só bloqueável pela indomável força da persistência, da constância, de perseverança.

Ao futuro deixemos a prova da sem razão dos nossos contendores, pois confiamos, plenos do mais santo entusiasmo, que a nossa sociedade terá de se encadear em sucessivos annos, passando de geração a geração, cada vez mais futura, cada vez mais fortalecida.

Felizmente, nessa última década, a civilização tem extendido as suas asas pelo nosso sólo patrio, trazendo-nos, de par com os seus incalculáveis benefícios, as suas grandes dificuldades, em resultado do que já vamos sentindo, nas capitais, as manifestações correlativas ao *struggler for life*, que vai desbancando a velha monotonia da existência burguesa das antigas províncias.

Dahi a necessidade da nossa congregação, do nosso amplexo paternal sob a mesma bandeira, uma vez que somos uma classe laboriosa [...]

Devemos sempre, repetir e pesar as palavras do grande pensador patricio que foi Sylvio Romero: <Já andamos fartos de discussões politicas. O Brazil social é que deve atrahir todos os esforços de seus pensadores, de seus homens de coração e boa vontade, todos que têm um pouco de alma para devotar á patria.

<E' onde pulsa a mór intensidade dos problemas nacionaes, que exigem solução, sob pena, senão de morte, do retardamento indefinito no aspirar ao progresso, no avançar para o futuro.>

Como diz ainda o mesmo auctorizado escriptor: <Falta-nos a hierarchização social, o encadeamento das classes, a solidariedade geral, a integração consensual, a disciplina consciente de um ideal commum, a homogeneidade intima.>

Mas, senhores, se por nós mesmos não formos luctando com as difficuldades que procuram embaraçar nossos passos, quando poderemos deixar no passado as justas reflexões do sabio sergipano?

³³ Na mitologia romana, Mercurio é o deus do comércio e lucro.

E' mister que nos unamos, que afastemos os obices empecilhadores da nossa marcha, sem o que continuaremos a ser o mesmo joguete das surpresas do Destino.

Que em breve passa a Associação dos empregados no Commercio da Parahyba do Norte se emparelhar com as suas congeneres de outros departamentos do nosso paiz!

Para isto basta que saibamos cumprir o nosso dever, sendo sempre TODOS POR UM E UM POR TODOS.

Avante!> (A UNIÃO, 05/05/1915, p. 1).

A entonação de suas palavras produz um eco na altura da necessidade de união da classe para superar os obstáculos inerentes à organização. Acreditamos que um dos empecilhos para a efetivação de suas atividades residia na dúvida de prosperidade da iniciativa, pois a classe caixeral havia desenvolvido duas diligências infortuna. Na medida em que conseguiam avançar no projeto, tinham que lidar com os ataques da descrença. Assim, a união de todos os membros tornava-se essencial para o fortalecimento da associação, que serviria como ponto amenizador das questões sociais presentes na vida dos trabalhadores. O Ildefonso Bezerra, atenta para os problemas sociais do estado na época de sua fundação, motivo esse que já conjecturamos como um dos possíveis para o crescimento das sociedades de auxílio mútuo a partir da década de 1910.

Podemos ver que o discurso do orador Ildefonso Bezerra converge com o do sócio honorário João da Matta da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais e o artigo publicado pelo jornal União Typhographica. As três vozes estabelecem um comum acordo referente à impossibilidade de existência da associação, se os associados não enxergassem que a união, a solidariedade e reciprocidade eram os caminhos para o fortalecimento da luta por um futuro mais esperançoso. Na última frase de sua emissão, Ildefonso Bezerra, atenta para o cumprimento dos deveres, o que significava na prática o interesse de todos por um e o de um por todos.

As sociedades mutualistas, então, formada por trabalhadores, declaravam ter como objetivo atender ao interesse coletivo, impondo na medida do possível uma crítica à situação social, mas propunha também amenizar a situação difícil vivenciada pela classe por meio da união. O trabalhador, ao escolher se associar a uma organização desse tipo, levava em consideração os interesses de classe, identificando as experiências entre si, dando sentido de classe unida. De modo geral, a sociedade mutualista definida pelo caráter de classe trabalhadora, se esforçava a fazer difundir e propagandear essa identificação, pois não bastava viver sob as mesmas condições de vida para formar a classe, era necessária a construção de uma identidade classista. Como indica Thompson (1987, p. 10) a “[...] classe acontece quando

alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si [...]”, ou seja, a consciência de classe é construída a partir das experiências comuns de trabalho, de vida, de luta, no agir da própria classe frente às suas demandas. Assim, as sociedades mutualistas constituíam uma das experiências no processo de formação da classe trabalhadora na Parahyba do Norte.

Os trabalhadores que viviam a cultura associativa na capital da Parahyba compreendiam que os associados tinham um papel preponderante no desenvolvimento da associação. O que regulamentava toda a vida social dos associados dentro da instituição era o estatuto. O estatuto era discutido, elaborado e aprovado em sessões de assembleias gerais. O regimento seguia uma estruturação comum entre as sociedades, vista que atendia de qualquer maneira a um procedimento burocrático para a instalação da instituição. A primeira legislação³⁴ a tratar sobre as questões burocráticas da formação das sociedades mutualistas foi a “lei imperial nº 1.083 de 22 de agosto de 1860, decreto 2.711, de 19 de dezembro do mesmo ano” (MACIEL, 2011, p. 36). A lei e o decreto agiam nas disposições da associação, assinalando como deveria proceder com o estatuto. O mesmo teria que ser

[...] enviados à autoridades competente especificando o nome da entidade, a sua sede, os seus fins, a duração prevista, o valor da contribuição mensal, a forma como pretendia empregar os fundos sociais, os serviços prestados, as atribuições dos administradores e da assembleia geral, o modo de administração, as condições para admissão e eliminação dos sócios [...] (LUCA, p. 1990, p. 13-14).

A legislação determinava uma lógica para a elaboração do estatuto. Ao terminar de redigi-lo a associação devia enviar para o conselho avaliativo do governo, órgão responsável para realizar o parecer legitimador do seu funcionamento³⁵. O decreto também determinava que o presidente da sociedade mutualista fosse nomeado pela esfera executiva do governo, porém a decisão passava por uma consulta à base da associação. Em 1872, o decreto nº 5112, de 17 de outubro, retirou do poder executivo o direito de nomear os presidentes. A legislação sobre o controle das atividades associativas foi revogada em 1882, com a lei nº 3.150, de 4 de novembro e o decreto nº 8.821, de 30 de dezembro, onde os estatutos das novas associações não precisavam mais de aprovação do poder executivo. Já no período republicano, o decreto nº 164, de 17 de janeiro de 1890, conserva a desobrigação do pedido de autorização das

³⁴ Segundo Adhemar Jr: “As normas legais que pautaram a organização em mutuais no Brasil foram, de modo geral, de âmbito nacional, e não regional” (2004, p. 297).

³⁵ Quando a estrutura do estatuto não condizia com a lei imperial nº 1.083 de 22 de agosto de 1860 e decreto 2.711, de 19 de dezembro do mesmo ano, o conselho avaliativo mandava a associação realizar modificações para se encaixar as regras e assim ser aprovado.

sociedades civis, e em 1893 o decreto nº 173, de 10 de setembro, permitia as sociedades de socorro mútuo o reconhecimento de pessoa jurídica (ADHEMAR JUNIOR, 2004, p. 299-301). Apesar das modificações na legislação acerca do funcionamento das sociedades mutualistas, a maneira como os regimentos de 1860 estipulavam a organização das associações reverberou para os anos posteriores a sua vigência.

A estruturação dos estatutos da União Gráfica Beneficente Paraibana, da Sociedade União Operária Beneficente e da União Beneficente de Artistas e Operários de Patos, definia em seus capítulos todo um conjunto de normas para o seu funcionamento. As leis sociais estabeleciam os seus fins, os deveres da sociedade para com os sócios, os deveres dos sócios para com a sociedade, os critérios de admissão, exclusão e readmissão de sócios, administração, as eleições e votações, os benefícios, o fundo social e as disposições gerais. Na prática associativa os estatutos davam a dimensão de como o associado deveria agir. Os sujeitos que participavam do processo de confecção das leis e os que entravam após a sua aprovação, no mínimo, deviam tomar partido das mesmas ideias.

Ser associado perpassava por diversas práticas da cultura associativa, que praticadas reverberava na execução real dos objetivos sociais, as palavras só saíam do plano das ideias quando existia uma experiência de ação, solidariedade e reciprocidade entre os membros. Esse ponto buscou salientar como a classe trabalhadora percebia a associação, pudemos notar que as palavras de ordem eram união, solidariedade e reciprocidade, os sujeitos envolvidos nessa cultura compreendiam que só o esforço coletivo poderia construir um horizonte não entregue ao destino, e sim, ao espaço de experiência que estavam construindo. Buscaremos aprimorar mais a questão do ser associado no próximo ponto, atentando para a esfera social, política e econômica da associação, tendo em vista que as associações compartilhavam entre si costumes em comum referente a esses pontos em seu cotidiano.

2.3 A dinâmica interna das associações

Os pontos permeados nessa discussão estão estritamente relacionados com o ser associado, a partir do estatuto as associações construíam uma dinâmica interna de escolhas de sócios, forma de administração política e econômica. Comumente algumas características da dinâmica eram compartilhadas pelas associações, uma vez que os estatutos como uma formalidade burocrática seguiam certo modelo sistemático como já pronunciamos, então,

inevitavelmente existiam práticas convergentes. Isso não quer dizer que as associações seguiam uma igualdade de pensamento, e sim, que estabeleciam critérios semelhantes de atuação. Desta maneira efetuaremos uma análise do que identificamos como comum no cotidiano das associações.

As sociedades estabeleciam um calendário de atividades (sessões, eleições, apresentação de balancetes, comemoração do aniversário de fundação e do 1º de maio), que obrigatoriamente deveria ser vivenciado pelos associados. Existiam no geral três tipos sessões, as ordinárias, gerais e extraordinárias; a primeira ocorria uma vez por semana, sendo a sua maioria realizada aos domingos no horário da manhã, a segunda acontecia em dias específicos do ano para resolver questões de eleições do novo corpo dirigente, para a posse da diretoria, prestações de conta e para resolver as questões da comemoração das festas de aniversário e o 1º de maio, a terceira acontecia todas as vezes que se fazia necessário. As associações registravam em seus estatutos todas as atividades previstas. Quando era sessão extraordinária os meios de comunicação torva-se o grande difusor da informação:

Centro Artístico e Operário

De ordem do companheiro Director deste Centro convido a todos os associados para assistirem a sessão de Assembléa Geral extraordinaria, no dia 19 do corrente as oito horas da noite, de accordo com as partes, I III IV, do Art.º 12º dos Estatutos (A UNIÃO, 18/09/1907, p. 3).

Sociedade Instructiva e Beneficente

UNIÃO CAIXEIRAL

De ordem do sr. presidente, aviso aos srs. socios que a 2.ª Assembléa Geral Extraordinaria, para a continuação da discussão dos Estatutos, realiza-se-á no dia 3 de maio p. vindouro, á 1 hora da tarde, na séde social, á rua Maciel Pinheiro n.º 95 e para a qual o sr. presidente encarece a presença de todos os socios (A UNIÃO, 30/04/1910, p. 3).

Sociedade Artistas e Operarios Mechanicos e Liberaes

Assembléa geral extraordinaria

De ordem do sr. presidente da meza da Assembléa geral desta sociedade convido todos os srs. socios a comparecerem no dia 18 ás 7 horas da noite na séde social afim de tomarem parte na sessão extraordinaria deste poder requerida de accôrdo com o § 20 do art. 37 dos Estatutos.

Previno áquelles que faltarem que estarão sujeitos ás penas do § 1.º do art. 74 (A UNIÃO, 11/04/1917, p. 2).

União Graphica Beneficente Parahybana

Em sessão de assembléa extraordinaria reunem hoje ás 14 horas, em sua séde social á rua Indio Piragybe, 489, os diversos membros desta aggremação, para leitura do balancete e prestação das contas da directoria que terminou o mandato a 31 de dezembro ultimo.

O presidente respectivo pede, por nosso intermedio, o comparecimento de todos os associados (A UNIÃO, 12/01/1928, p. 2).

Boa parte das associações legitimava as suas atividades através de convocações na imprensa, onde frequentemente revelava o seu cotidiano institucional. As publicações noticiavam além das assembleias extraordinárias, convocação para sessões de decisão de diretoria, comemorações, atos públicos, entre outras possibilidades de atividades. Os associados desde o primeiro momento que adentravam a associação passavam a ter conhecimento das atividades que deviam desempenhar, por isso, quando a notícia de uma reunião era publicada, geralmente vinha citando o artigo que tecia sobre o dever do comparecimento. A União Gráfica Beneficente Paraibana estipulava como dever dos sócios a presença nas sessões, no:

Art. 6º – Nenhum associado poderá se ausentar da capital ou mesmo do Estado, sem previa comunicação á <União Graphica Beneficente Parahybana>, uma vez que esta ausencia tenha de se prolongar por mais de 15 dias.

Art. 8º – Comparecer ás sessões ordinarias e extraordinarias de assembléa geral.

§ unico – O socio só poderá faltas ás sessões de assembléa geral por motivos de ordem superior, alheios á sua vontade, como sejam: molestia inesperada em sua pessoa, trabalho extraordinario, ao qual o companheiro não possa deixar de comparecer e, ainda, por motivo de molestia em pessoa de sua familia e que torne mistér a sua presença em sua residencia, comunicando, em papel official da sociedade, a sia ausencia á <U. G. B. P> naquella sessão, detalhando qual dos motivos acima citados e usando no mesmo documento o sello da sociedade (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 19/08/1927, p. 2).

As decisões tomadas nas associações se davam no campo horizontal, nas sessões se discutiam execuções de projeto, as reformas nos estatutos, forma de atuação, relações com outras classes e com os próprios sócios, até quando algum membro necessitava de auxílio, a ajuda perpassava por aprovação em assembleia. Com base nas atas (1881-1892) da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, podemos proferir que as reuniões seguiam uma esquematização, antes de dar início à sessão, era contabilizada a quantidade de sócios presentes, para ver se existia o número mínimo para abri-la, assim havendo, os membros que ocupavam os cargos administrativos ocupavam os seus devidos lugares de ordem e declaravam aberta a sessão. Dependendo se a sessão era extraordinária ou ordinária, o ritmo da sessão seguia com algumas pequenas diferenças depois de declarada aberta. No caso das sessões ordinárias, lia-se a ata anterior e a colocava em votação para a aprovação dos presentes, em seguida circulava a balsa de proposição, momento em que os sócios poderiam apresentar proposta de novos membros, depois dava-se o momento do expediente, onde os principais assuntos eram a questão de débitos, projetos em andamento, apresentação de

relatórios, pedido de auxílio e, algumas vezes, denúncias sobre a vida dos associados que não apresentavam comportamento condizente com as regras da sociedade; por fim a ordem do dia encerrava com a balsa de beneficência, momento que os sócios contribuíam com uma quantia não estipulada para o encaminhamento das atividades da associação. Já no caso das sessões extraordinárias, após a verificação do número legal de membros, o expediente partia logo para o assunto em questão.

Deve-se destacar a democracia interna, uma vez que os associados efetivos tinham permissão para expor suas ideias no decorrer da sessão, colocando a sua proposta em votação. Assim, as sessões configuravam-se como local de decisões, onde ocorria a aprovação de propostas em benefícios de todos. A participação dos associados era de fundamental importância para o desenvolvimento das ações, por isso, o associado, ao se ausentar da cidade ou do estado por um período prolongado, deveria informar de sua ausência nas atividades cotidianas da associação. A União Gráfica Beneficente Paraibana cobrava que o membro deveria notificar a sua falta por escrito num papel timbrado da sociedade, que custava no caso a importância de \$100 (cem reis), o mesmo deveria ser selado com o selo no valor de \$400 (quatrocentos reis) (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 27/08/1927, p. 2). Já a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais estipulava que o sócio que faltasse a sessão sem justificativa era multado numa quantia de \$200 (duzentos reis) (LIVRO DE ATA, 6/11/1981, p. 35).

Como falamos, o candidato a membro tomava conhecimento do estatuto, logo ao adentrar a sociedade. Essa dinâmica ocorria no processo de juramento, onde se lia o estatuto para o futuro sócio, e em seguida o mesmo, para confirmar sua entrada, jurava seguir o regimento e desenvolver ações em prol dos associados. Vejamos como isso acontecia. O conteúdo do ritual de entrada tomava a dimensão de um acordo público entre o novo membro e a sociedade. As associações estabeleciam em leis que apenas os sócios em pleno gozo de todos os direitos sociais poderiam propor candidatos. A proposta tinha que conter o nome do candidato, a idade, nacionalidade, estado civil, condições de saúde e a sua profissão.

Como praxe a proposta escrita trazia esses pontos, mas acreditamos que os dois últimos serviam como o principal balizador para a aceitação. Segundo Osvaldo Maciel (2011, p. 42), o “ritual de admissão dos sócios era um modo de depurar, proibir a entrada de membros que não estivessem totalmente estabelecidos na profissão, e que não viessem a provocar ‘prejuízo’ financeiro ou moral para entidade, em sendo admitido”. Considerando o

questo idade, a faixa etária estabelecido era entre 15 e 60 anos; no aspecto nacionalidade não temos como precisar até que ponto isso interferiu na admissão, não encontramos na União Gráfica Beneficente Paraibana, na Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais e nem na União Beneficente de Artistas e Operários restrições a esse aspecto. Podemos sugerir que o mesmo não causou muito eco na admissão, pois o mercado de trabalho assalariado da Parahyba do Norte, diferente do eixo econômico do país, foi formado por homens pobres, livres e libertos do próprio território³⁶.

Não bastava ter a idade estabelecida pelo estatuto, tinha-se que comprovar não sofrer de moléstias contagiosas, por parecer médico, pois caso o candidato a sócio tivesse alguma doença que pudessem onerar os cofres da associação a sua proposta era vetada. Por último, o candidato necessariamente teria que satisfazer o requisito profissional. Cada sociedade nesse critério estabelecia por definição a categoria de trabalhador que compunha o seu quadro social. A União Gráfica Beneficente Paraibana determinava em seu estatuto que:

Art. 3.º – Só poderão fazer parte como socios fundadores e effectivos, os operarios reconhecidamente graphics, como dispõe o § unico deste art., e que tenham mais de 16 annos e menos de 60; e, ainda, as esposas e filhos menores associados.

§ unico – São considerados operarios graphics os typographos, lithographos, zincographos, gravadores, encadernadores, pautadores, impressores, pomisadores, relevistas, photo-gravaadores, photographos, cortadores de fôrma e de guilhotina, manipuladores de enveloppes e de caixas de papelão, operadores de machinas de compôr, mechanicos de linotipo, e, em geral, todos aquelles cujas funcções se relacionem com a technica da industria gráfica (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 19/08/1927, p. 2).

A sociedade definia claramente que os membros efetivos seriam os que exerciam atividades dentro da produção gráfica. Quem avaliava todos esses critérios era a comissão de sindicância formada após a proposta. Ao verificar a verossimilhança dos dados o candidato era aprovado. Em seguida, iniciava-se a outra fase do ritual, pois o novo sócio no ato de sua inserção no meio social da instituição prestava um compromisso legal. Primeiro escutava com atenção a leitura do estatuto, para não ter dúvidas de seus direitos e deveres, logo depois prestava o juramento:

§ 3º – O socio proposto e aceito pela <U. G. B. P.>, no acto de prestar o compromisso legal, fará o seguinte juramento: <Prometto, sob minha

³⁶ Sobre a formação do mercado de trabalho na Parahyba do Norte, ver: DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho**. João Pessoa, Editora Manufatura, 2004. MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O Trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1999.

palavraa de honra, cumprir fielmente todas as determinações expostas nestes Estatutos, da <U. G. B. P.>, enquanto fizer parte da mesma como seu associado.>

§ 4º – No momento de prestar o compromisso, o socio, de pé, juntamente como toda a casa, em presença da directoria, levará a mão direita sobre o peito esquerdo e proferirá o juramento referido no § acima, assim como ouvirá a leitura, feita pelo orador, dos deveres e direitos do sócio (Art. 12º) (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 19/08/1927, p. 2).

O novo membro, na frente de todos os associados, se comprometia com os compromissos da associação. Esse juramento era realizado por todas as sociedades, cada uma dava o tom simbólico que desejava, porém o juramento tinha em comum objetivo de apresentar as leis aos que estavam adentrando, e eles ao concordarem passariam a compartilhar de suas ideais. Vejamos como o juramento se procedia na União Beneficente de Artistas e Operários de Patos. Para torna o processo mais solene, marcava-se o dia e a hora com antecedência, avisando aos sócios da ocorrência de uma assembleia geral de iniciação. No dia marcado, após aberta a sessão, a comissão de sindicância na presença dos membros da mesa regedora, falava sobre o seu parecer, tomava a mão do candidato e colocava sobre o estatuto, que em pé pronunciava as palavras do juramento:

Prometo, por minha honra e lealdade, cumprir e fazer cumprir tudo quanto estiver exagerado nos presentes Estatutos, esforçando-me, o quanto puder, pelo desenvolvimento moral e material da 'União B. de Artistas e Operários', respeitando os direitos de meus consócios, conformedo-me com as resoluções da maioria e fraternizando-me com as resoluções da maioria e franternizando-me com todos aqueles que pertencerem a êste Sodalício>> (Art. 13º) (ESTATUTO, da União Beneficente de Artistas e Operários, 8/11/1931, p. 4).

Notavelmente o que estava em questão no juramento era o sentimento de pertencimento do associado para com a associação e os seus membros. Essa identificação repercutia na ação esperada pela instituição do associado, mas também permitia ao mesmo compreender os seus direitos garantidos na medida em que vivia os deveres de sócio.

Os sócios que passavam por esse ritual específico pertenciam à categoria de efetivos. Deviam pagar a joia (valor de entrada cobrado pelas associações, à média da importância girava entre 5\$000 reis e 10\$000 reis), mensalidades (entre \$800 reis e 2\$000 reis) e quotas para óbitos. As categorias mais comuns nas associações eram a de sócios efetivos e beneméritos, mas algumas ainda definiam outros tipos: os fundadores, os honorários e correspondentes. Vamos começar a explicar as categorias: os fundadores são os que trabalharam até á ultima sessão e assinaram o estatuto, ou seja, esses são os iniciadores e

organizadores do projeto; os efetivos são os que adentraram a associação depois da aprovação do estatuto através do ritual exposto; os associados efetivos podiam chegar ao nível de sócio benemérito quando desempenhava um longo papel como sócio efetivo comprometido com as causas da associação, como também deveria apresentar uma média entre 50 e 100 propostas de candidato³⁷, que tenham efetivamente adentrado a instituição, tendo pago o valor da joia, em algumas sociedades o título de benemérito era concedido ao associado diante de uma generosa doação, as sociedades que só trabalhava com as categorias de efetivo e benemérito, utilizavam o segundo título para conceder destaque aos associados efetivos, e também a qualquer pessoa estranha à classe, que fizesse uma doação em dinheiro no valor estipulado pelo estatuto; o título de honorário seguia a lógica do benemérito, dado às classes estranha a instituição; por último a categoria de correspondente cabia ao sócio que não morava na cidade. Só identificamos a categoria de correspondente na União Gráfica Beneficente Paraibana.

É necessário ressaltar que não significava que aqueles que atendiam as exigências prévias e indispensáveis para ser sócio benemérito ou honorário receberiam o título, pois a decisão final dava-se por meio de uma sessão extraordinária onde a proposta era apresentada de acordo com os critérios estabelecidos e colocada em votação, podendo ser aprovada ou não.

Tomando como indício os estatutos encontrados, percebe-se que as associações, visando assegurar os interesses dos associados, elaboravam uma postura de sócio esperado, com base principalmente na valorização do trabalho. As regras de inclusão postulada a partir dos critérios já elencados levava em consideração a vida dos que pretendiam adentrar e os que já estavam inseridos, sinalizando valores de identificação. Além dos quesitos de pertencer à classe definida pela instituição, ter entre a idade mínima e máxima, não sofrer de doenças contagiosas, só eram aceitos como sócios os que correspondiam à moralidade identificada pela associação.

- c) não ser inutilizado para o trabalho;
- d) não ser ocioso;
- e) “ter exemplar comportamento;” (Art.14) (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 19/08/1927, p. 2).

Art. 9º - Só poderão fazer parte desta Sociedade os artistas [...] de reconhecida idoneidade, que não tenham sofrido condenação por crime

³⁷ O número de proposta variava entre as associações, cada uma estabelecia uma quantidade específica.

infamante [...] (ESTATUTO, União Beneficente de Artistas e Operários, 8/11/1931, p. 2).

Como estratégia de identificação, as associações demarcavam fronteiras morais pelo estatuto, substanciando preceitos de conduta esperados. Essa forma de atuação impedia a entrada e muitas vezes a permanência de sócios. Comungar das regras da associação era requisito indispensável, o associado devia incorporar os preceitos às suas experiências de vida (MACIEL, 2011, p. 45). A União Gráfica Beneficente Paraibana cobrava dos associados um comportamento condizente com os valores da associação, em seus estatutos deixava claro que aqueles que desviassem seriam punidos, como podemos ver no artigo abaixo:

Art. 84 – Esta aggremação, procurando por todas as fórmias elevar o seu caracter e tendo o vicio do alcool como o maior dos entraves ao progresso universal, não permitirá, por hypothese alguma, que no recinto social da mesma se reúnam socios que demonstrem estarem em estado de embriaguez, fazendo o mesmo se retirar do referido recindo com bons modos ou, se fôr possível, em caso de resistencia por parte deste, com o auxilio de auctoridades policiaes.

§ 1.º – O associado da U. G. B. P. que fôr denunciado como tendo sido visto nas ruas da cidade ou nos logares mais oubicos em estado de completa embriaguez, praticando actos que não condizem com a nossa moral, será rigorosamente punido com a pena de 3 mezes de suspensão pela primeira vez; de 6 mezes pela segunda vez e na terceira vez será eliminado.

§ 2.º – Durante o periodo das suspensões o socio não terá direito a beneficio algum.

§ 3.º – Incorrerá nas mesmas penalidades todo o associado que commetter qualquer falta que não esteja de accôrdo com a moral e os bons costumes, como sejam: roubo, desordem, defloramento, etc. (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 27/08/1927, p. 2).

Ao criar penalidades para os que acometiam contra a moral em voga na sociedade paraibana, a associação estava querendo preservar a representação pública da instituição e de seus membros. Analisando o jornal *A União*, podemos perceber o imaginário social das elites dominantes na capital da Parahyba voltado para a moralização do homem pobre, com base numa concepção de valorização do trabalho segundo os seus ideais, recriminando principalmente o ócio, a bebida e o jogo, o trabalhador devia ser ordeiro; enquanto as elites criavam uma concepção de trabalhador, coube à própria classe trabalhadora construir uma moral própria, com maneiras e princípios de pensar que guiassem as suas ações; essa moral tinha a intenção de organizar os trabalhadores em classe, sistematizando as ações.

Os associados estavam sujeitos a diversos tipos de penalidades: de retenção de direitos a exclusão da sociedade. Quando não seguiam as regras podiam ser punidos com uma suspensão de 30 a 90 dias dependendo da transgressão, sendo obrigados nesse período a

continuar pagando as mensalidades e impedidos de usufruir dos direitos e participar das decisões sociais; a punição tinha um caráter pedagógico, caso continuassem transgredindo receberiam punição mais prolongada, na terceira reincidência era encaminhado à assembleia geral extraordinária para ser julgado, podendo ser absorvido ou não. O momento do julgamento era bem delicado, considerando que estava a tratar de um sócio que compartilhava, apesar dos desvios, das mesmas condições de vida, qualquer decisão poderia influenciar de maneira negativa ou positiva na vida do membro. No último artigo do capítulo que tratava sobre a exclusão dos sócios, o estatuto da União Gráfica Beneficente Paraibana considerava uma observação: “Art. 25 – Tanto a assembléa geral como a directoria devem agir com a maior prudencia nas disposições de que trata este capitulo” (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 19/08/1927, p. 2), lembrando que as relações sociais criadas na associação estavam contornadas por laços de solidariedade, fazia-se necessário ter cuidado para não acometer em um julgamento errado.

Existiam penalidades em forma de multas por não pagar a mensalidade em dia ou as quotas de óbitos. Um dos deveres que se não cumprido comumente levava a exclusão era o atraso na mensalidade, as associações toleravam entre três e seis meses de inadimplência. Quando o associado não estabelecia um acordo com associação através de uma assembleia após o prazo tolerado, comumente era excluído; podendo requerer a inclusão em outra diretoria. Por questão de atraso de mensalidades as sociedades frequentemente publicavam na imprensa avisos de cobrança, a exemplo:

Sociedade Artistas Mechanicos e Liberaes

De ordem do Cidadão Presidente convido a todos os socios que se acham atrazados com a Sociedade em mais de 6 mezes afim de comparecerem no praso de 15 dias, contaados desta data para satisfazerem seus pagamentos, sob pena do disposto no § 2. do art. 29. De nossos Estatutos (A UNIÃO, 8/03/1903, p. 2).

Sociedade Artistas Mechanicos e Liberaes

Tendo se esgotado no dia 13 do corrente o praso marcado por esta sociedade aos seus associados incursos no § 2.º do Art. 29s do Estatutos, novamente convido-os a vire satisfazer seus compromissos dentro do novo praso de 30 dias contados desta data, sob pena de serem illiminados e seus nomes publicados pela imprensa, segundo o accordo da Assembléa geral de 2 do corrente mez. O presente convite esttende-se áquelles que depois do perdão de 30 de Junho de 1901 não compareceram mais na Sociedade (A UNIÃO, 3/08/1903, p. 3).

Sociedade Commercial Beneficente dos Merceiros

De ordem do Sr. Presidente deste gremio social, convido aos senhores socios que se acham em atraso, á liquidarem os seus debitos, no praso de 30 dias, á contar desta data, sob pena de eleminação (A UNIÃO, 10/10/1907, p. 3).

Uma das publicações é referente à Sociedade Comercial Beneficente dos Merceiros e duas à Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais. No caso da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, as notificações foram feitas em meses diferentes, a segunda publicação revela a tentativa de conseguir trazer para o seio social os membros que estavam afastados, a punição para os que não cumprissem o determinado seria a eliminação. Não encontramos notícias de sócios eliminados pela disposição do artigo nesse ano, mas quando a eliminação acontecia a associação notificava o desligamento na imprensa com a divulgação dos nomes dos sócios, como no caso a baixo:

Sociedades “Artistas e Operarios Mechanicos e Liberaes”

De ordem do sr. Presidente communico a todos os socios que, em sessão da directoria, hontem effectuada, foi eliminado desta corporação o associado Manuel Xavier, como incurso no §. ° 2.° do artigo 29 dos Estatutos sociaes (A UNIÃO, 16/11/1914, p. 2).

Sociedade Artistas e Operarios M. e Liberaes

De ordem do sr. presidente e de acordo com o art.13 dos estatutos sociaes, sientifico a todos os socios que foram excluídos desta sociedade, em sessão de 9 de janeiro os srs. José Sergio Ribeiro e João Batista de Hollanda. Outrosim, avisa aos srs. socios que estão com praso a terminar a 15 de fevereiro, a fazer os seus respectivos pagamentos aos procuradores, sob pena de cahirem no mesmo artigo (A UNIÃO, 23/01/1916, p. 2).

As sociedades utilizavam-se da prática de informar a entrada e a eliminação dos seus sócios na imprensa, como forma de instituir publicamente que alguém passaria a ser membro ou estaria sendo excluído de acordo com as normas estabelecidas pela associação. A respeito da entrada de sócios:

Beneficencia Mutua do Centro Artistico e Operario

Scientifica-se que se escreveram como socios nesta Secção, no dia 15 do corrente mez, o Snr. João Severiano Pereira da Costa, cazado, com 49 anno de idade, industrial, residente na villa de Santa Rita deste Estado, e D.^a Alexandrina de Albuquerque Costa, cazada, com 44 annos de idade, residente na mencionada Villa.

Ambas, só entrarão na effetividade, trinta dias depois de suas inscripções, se não forem contestadas (A UNIÃO, 18/10/1907, p. 2).

O tamanho e modelo da notícia variavam; a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais montava um quadro de observação e notificação de entrada de membro:

Quadro de observação

Joaquim Romão Soares, 22 annos, solteiro, capital.

(24-7-1914).

Emilia Maria da Conceição, casada, 36 annos, residente na villa do Espirito Santo.

Germano Gomes da Silva, casado, 50 annos, residente na villa do Espirito Santo.

(10-8-1914).

Aviso aos srs. socios, que entrou para o quadro de socios effectivos o sr. Joao Filgueiras Telles (A UNIÃO, 03/08/1914, p. 3).

No quadro a associação colocava a data em que o candidato a sócio entrou em observação, na medida em que passava o período de avaliação o candidato saia do quadro com a publicação do aviso de sua entrada efetiva na instituição. A lista de candidatos a sócio tanto do Centro Artístico e Operário quanto da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais apresenta nomes femininos, então, as associações aceitavam mulheres em seu quadro? Segundo Claudio Batalha, o mundo associativo regia-se por definições de critérios de inclusão e exclusão, alicerçadas na valorização do trabalho, sendo assim um mundo predominantemente masculino. As mulheres eram excluídas dessa dinâmica,

[...] não apenas em virtude da ausência de mulheres na maioria dos ofícios, mas também porque o trabalho de mulheres era visto pelos membros das sociedades operárias como uma forma de concorrência desleal, que promovia a desqualificação e rebaixamento de salários. Por conseguinte, a relação das sociedades de auxílios mútuos com as mulheres era quase sempre na condição de dependentes dos associados homens, durante a vida destes, e depois do seu falecimento, como beneficiárias de sua pensão (viúvas e filhas solteiras) (BATALHA, 1999, p. 65).

Desta maneira, frequentemente não se encontra a presença feminina nas sociedades de auxílio mútuo de maneira atuante, como sócia que poderia participar das atividades institucionais. O que sabemos sobre a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais a respeito da presença feminina no seu seio social, é que aceitava mulheres em seu quadro, se era por via de dependência não temos como afirmar, provavelmente as mulheres não participava das atividades envolvendo decisões, mas a sua presença era certa nas solenidades comemorativas, formando na sociedade o coro das senhoras para cantar, por exemplo, o hino do trabalho da instituição.

Já a União Gráfica Beneficente Paraibana aceitava como sócios efetivos em caráter de dependência as mulheres e os filhos dos associados. As mulheres tinham direito à visita médica tantas vezes quanto necessário durante a sua doença, medicamentos, 10\$000 (dez mil reis) por semana no período de necessidade e em caso de morte a família receberia 80\$000 (oitenta mil reis) para as despesas do funeral. Da mesma maneira os filhos dos associados

tinham os mesmo direitos, porém, o valor do auxílio era menor do que o da mulher (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 19/08/1927, p. 2).

Na medida em que haviam deveres a serem cumpridos pelos associados, os mesmo possuíam direitos garantidos quando estavam no cumprimento das leis. As associações ofertavam diversos tipos de assistência: funeral, médica, farmacêutica, educacional, jurídica, pensões (em caso de doença de maneira temporária, invalidez e para as mulheres dos associados falecidos) e emprego para os membros desempregados. O tema dos socorros oferecidos será mais bem discutido no próximo ponto.

O fundo social das sociedades era constituído pelos bens móveis e imóveis que possuíam ou que vinham a possuir. A base da receita principalmente nos primeiros anos da associação sustentava-se nas joias, mensalidades, multas, venda de diplomas, cadernetas, selos, donativos, juros e títulos. Já falamos no decorrer do texto acerca das joias e mensalidades, a primeira era o valor pago no ato da entrada do associado e a segunda era um valor cobrado a cada mês que garantia os benefícios sociais. Essas duas modalidades de arrecadação se configurava como o suporte de todas as associações, quanto mais membros tinham mais aumentava a receita. A historiografia do tema mostra que muitas associações na tentativa de sustentar as suas atividades no decorrer de suas vidas modelaram os estatutos para conseguir manterem-se atuantes. A União Gráfica Beneficente da Paraíba aceitava as mulheres e os filhos dos sócios, entre outros motivos, para aumentar a arrecadação da receita, os sócios pagavam uma joia de 5\$000 (cinco mil reis) e uma mensalidade de 2\$000 (dois mil reis), as esposas e os filhos não pagavam a joia, mas contribuíam com a mensalidade de 1\$000 (mil reis) e \$500 (quinhentos reis), respectivamente (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 19/08/1927, p. 2).

As associações contavam também com a venda de diplomas e insígnias no ato da entrada do associado. Cada uma estabelecia um valor específico, mas para além do valor, certificava simbolicamente que a pessoa fazia parte da associação, por exemplo, o indivíduo que andava no dia da reunião pelas ruas da capital da Parahyba com a insígnia demonstrava publicamente que pertencia a uma associação, isso o fazia diferenciar entre os demais trabalhadores. A multa era o valor agregado em cima de mensalidade atrasada ou das quotas:

Secção de peculios da Sociedade <<Artistas e Operarios Mechanicos e Liberaes>>
QUOTA ANNUAL

Convido aos srs. socios a virem ou mandarem recolher a quota annual até o dia 31 de julho sem multa, ou 31 de agosto, com multa de 20% (A UNIÃO, 4/03/1914, p. 3).

Sobre as mensalidades A União Gráfica Beneficente Paraibana urdia:

Art. 18 – Serão multados: em \$200 todos os socios que até o dia 10 do mez immediato não tenham satisfeito o pagamento de sua mensalidade do mez vencido; em \$500 quando succeda o associado se atrazar em 2 mezes seguidos; o socio se atrazando 3 mezes seguidos será, irrevogavelmente, excluido da sociedade (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 19/08/1927, p. 2).

As instituições estipulavam multas próprias para esse tipo de receita, o valor das mensalidades e das quotas girava numa média entre \$800 (oitocentos reis) e 2\$000 (dois mil reis), a importância dependia dos serviços oferecidos por cada associação. Os associados pagavam por uma caderneta de identificação social para documentar os seus créditos moral, social e financeiro perante a instituição. Além disso, cobrava-se pelo papel timbrado e o selo, esses documentos eram necessário na hora de dar entrada em requerimento de qualquer natureza, proposta, licença, dispensa de sessões, renúncia de cargo administrativo, pedido de eliminação, entre outras entradas administrativas, o papel custava \$100 (cem reis) e selos entre \$200 (duzentos reis) e 1\$000 (mil reis). Algumas sociedades praticavam empréstimos com juros para os seus associados e estipulavam valor para a compra de título de benemérito e honorário. Outra maneira de aumentar a receita da associação era através da bolsa de beneficência que circulava no dia da sessão, porém não existia um valor específico e nem a obrigação dos membros de contribuir, assim a arrecadação variava de sessão para sessão. Por último as associações recebiam doações de sócios, como também de pessoas que não pertenciam ao grêmio, a citação a seguir mostra um caso de donativo: “Sociedade Mechanica – Pediu-nos o Presidente desta distincta associação, para em seu nome, agradecermos ao pharmaceutico Manoel Soares Londres, a offerta que fez a essa Sociedade de 5 livros” (A UNIÃO, 24/04/1903, p. 2).

A maioria dos donativos representavam-se por meio de livros, cofres, cadeiras, bandeira, flores para cerimônias, publicação na imprensa de alguma notícia da associação quando a mesma não possuía condições de realizar. As ofertas podiam também ser em dinheiro. A companhia de Arte e Bioscope em sua passagem pela capital da Parahyba em 1902 realizou espetáculos no Teatro Santa Rosa, durante a sua permanência diariamente a imprensa divulgava notas convidando a sociedade paraibana a tomar parte nos eventos. Antes de deixar a capital a companhia concedeu um donativo em dinheiro a Sociedade de Artistas e

Operários Mecânicos e Liberas para ser empregado na compra de instrumental para a formação da banda da associação (A UNIÃO, 14/09/1902, p. 1; 05/10/1902, p. 2). O instrumental da banda musical foi comprado em Recife na casa do Eduardo Paiva (A UNIÃO, 14/11/1903, p. 3). A formação da banda representava a concretização de um sonho antigo da associação, que passaria então a ter mais recursos para as suas solenidades comemorativas.

Além dos donativos algumas associações contavam com subvenção do governo para complementar as suas receitas. Em 11 de setembro 1927, o jornal A União publicou, a pedido do orador da União Operaria Beneficente e sócio da União Beneficente de Trabalhadores, João Belisio, os agradecimentos de ambas as associações ao deputado Pedro Ulysses, chefe político de Santa Rita, por ter solicitado ao representante do estado na Câmara Federal, o deputado Oscar Soares, uma subvenção do Governo Federal para as duas associações. O pedido foi aceito, sendo as sociedades informadas por telegrama pelo deputado Pedro Ulysses que se encontrava no Rio de Janeiro.

O sr. João Belisio, por nosso intermedio, expressa o agradecimento daquellas sociedades operarias ao deputado Oscar Soares, pelo interesse que tomou junto ás commissões de elaboração do orçamento federal para a inclusão da subvenção pedida e também ao sr. dr. Pedro Ulysses (A UNIÃO, 11/09/1927, p. 2).

As associações buscavam por meios diversos complementarem as suas receitas. No início de sua jornada organizacional a economia da associação advinha desses proventos, que pagavam as despesas de auxílio, aquisição de material para os expedientes, conservação da sede, comemorações do 1º de maio e aniversário, publicação de notícias na imprensa, ou seja, era base da execução das atividades. A princípio nos anos iniciais, uma grande preocupação das associações estava na compra de um prédio próprio, o que permitiria oferecer aos seus membros um espaço definitivo para as atividades sociais, como: reuniões, aulas, formação, eleições e solenidade. Com o tempo após a compra do prédio próprio algumas conseguiam adquirir prédios para alugar aos sócios ou as pessoas não associadas, o capital arrecadado dessa prática permitia aumentar o volume financeiro e consolidar as suas atividades, significava prosperidade.

Nem sempre as associações contavam com um estado financeiro favorável para por em prática atividades secundárias, como a divulgação de notas na imprensa. Em 25 de agosto de 1907, o Centro Artístico e Operário realizou uma sessão de assembleia extraordinária a fim

de discutir a situação financeira pela qual passava o centro, na reunião foi proposta e aprovada mudanças no estatuto, as novas resoluções publicadas na imprensa foram:

Art. 1.º Ficam considerados quites os associados desta Sociedade que em atraso com suas contribuições mensaes, principiarem a effectuar pontualmente o pagamento das suas mensalidades correntes, do mez de Outubro vindouro, observando-se o art. 39 do Estatuto do Centro.

Tambem manda avizar aos mesmos associados, que do 1.º de Janeiro de 1908 entrarão em execução o § 7 do art. 54 e o § 2 do art. 56 do mesmo Estatuto.

Finalmente manda declarar aos mesmos socios, que por motivos de economia, os annuncios de convocação de sessão de qualquer dos Poderes sociaes, serão estampados na forma da lei que nos rege, em uma pedra para este fim destinada, na séde social (A UNIÃO, 30/09/1907, p. 3).

A publicação assinada pelo secretário do Centro Henrique de Barros deixa claro que as condições financeiras da instituição não estavam tão boas, por isso ocorreu o corte de gastos nas publicações na imprensa sobre o seu cotidiano social.

Toda essa dinâmica social passava pela esfera administrativa da associação. Encontramos características comuns na prática administrativa das associações analisadas, mesmo diante dos poucos dados. As associações possuíam dois conselhos: o legislativo e o executivo, auxiliados por comissões. Competia à diretoria da associação à gestão pública e privada, observando sempre o cumprimento das leis. A formação administrativa era composta por: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, tesoureiro, vice-tesoureiro, orador, vice-orador, arquivista, bibliotecário, hospitaleiro e procurador, existiam algumas diferenças, pois a base administrativa dependia muito das condições sociais da associação, por exemplo, a necessidade de um bibliotecário só se fazia quando a associação dispunha de uma biblioteca.

De maneira rápida descreveremos as competências dos cargos que possuíam ordem política e administrativa. O órgão supremo da associação era o conselho legislativo, nele se reuniam todos os sócios quites ou a maioria dos mesmos na chamada assembleia geral. O calendário das associações estipulavam quantas vezes no ano a assembleia se reuniria; comumente as datas previstas eram o dia da eleição, o da posse, o da comemoração do aniversario e do 1º de maio. A composição da mesa deliberativa constituía-se por um presidente, 1º e 2º secretários.

Ao conselho executivo competia a administração da associação. O presidente dirigia os trabalhos da casa, convocava e presidia as sessões com o dever de assinar as atas com o 1º secretário, autorizava ordens de pagamento, apresentava relatório anual de sua gestão e

formava comissões sempre que houvesse necessidade. Na falta do presidente e do vice, o 1º secretário presidia as sessões; realizava a leitura do expediente, assinava todas as demandas do dia e também dava publicidade a tudo que a diretoria autorizava inclusive convocando reuniões, cobrança de débitos, eliminação, quadro de observação pelos jornais; o 2º secretário assumia as atividades de primeiro quando do seu impedimento. O tesoureiro arrecadava e fiscalizava a receita da sociedade, passava por suas mãos a responsabilidade de controlar juntamente com o presidente o capital da instituição, devendo a cada três meses apresentar um balancete, comumente à imprensa divulgava a chamada de sessões para prestação de contas. O orador representava a Sociedade, expondo as posições da mesma em determinados assuntos e eventos, através de discursos oficiais, assim, tinha o dever de construir uma representação pública da associação, no caso da União Gráfica Beneficente Paraibana a letra c do artigo 39 determinava que o orador tinha a obrigação de acompanhar o corpo do sócio morto até o enterro, juntamente com os outros companheiros, em cuja sepultura, antes de ser inumado o cadáver, devia fazer o necrológico do companheiro, dando os ressentimentos da perda a associação e aos familiares. A função de arquivista e bibliotecário se confundia nas associações, ambas executava os serviços de organização dos documentos e da biblioteca. O zelador tinha sobre a sua competência o zelo com os móveis. O procurador nem sempre era um cargo elegido no dia das eleições, em alguns casos a diretoria nomeava um membro para assumir o cargo que tinha geralmente como função realizar as cobranças da sociedade, e para isso, ganhava uma porcentagem de 5%, pelo que nos consta, esse era o único serviço remunerado.

Esse corpo administrativo devia no final do mandato prestar um relatório por escrito de suas atividades. Competia à assembleia geral observar as ações da administração, responsabilizando a diretoria por todos os atos, quando encontrado irregularidade podia até destituí-la do poder, parcial ou coletivamente. A assembleia enquanto poder supremo da associação podia anular todos os atos da diretoria, desde que a mesma tenha desviado dos traçados do estatuto; quando a diretoria não conseguia resolver algum problema realizava a convocação de uma assembleia geral extraordinária para solucioná-lo. A assembleia geral era a representação mais efetiva da voz dos associados, por ele tomava-se decisões relativa aos fins e projetos da sociedade.

A administração da sociedade contava com o auxílio de comissões que podiam ser formadas de acordo com a necessidade da associação. No entanto, as associações

compartilhavam da perspectiva descentralizadora da administração com três tipos de comissões: Finanças, Sindicância e Socorro. A comissão de finanças exercia a função de examinadora das contas e dos documentos de uma gestão, para emitir um parecer à assembleia geral sobre o balanço do exercício encerrado, podia quando houvesse necessidade convocar o poder deliberativo e em casos de abandono da diretoria assumia a administração até que ocorressem novas eleições. A comissão de sindicância dava parecer sobre proposta de sócios efetivos, dirigia os inquéritos de transgressão das leis ordenadas pela diretoria. Por muito tempo a Sociedade de Artista e Operários Mecânicos e Liberais adotou a nomenclatura de comissão de sindicância, mas depois mudou o nome para comissão de justiça mantendo o mesmo propósito. A comissão de socorro objetivava o auxílio ao sócio doente, devendo visitá-lo todos os dias, mesmo que apenas um membro representasse a comissão, a intenção era ver como estava o processo de recuperação. A União Gráfica Beneficente Paraibana estabelecia no seu artigo 43 sobre a comissão de socorro, que:

§ 1.º – O não cumprimento deste artigo imposta na multa de \$500, pela primeira vez e na reincidência, será multado em 1\$000, caso não justifique satisfatoriamente sociedade a sua falta;

§ 2.º – No caso de grande numero de socios doentes, o relator da comissão solicitará, por escripto, ao presidente da directoria, adesão de membros que julgar necesarios á mesma comissão (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 26/08/1927, p. 2).

Encontramos essas comissões em várias das associações, mas algumas, como a Sociedade União Beneficente dos Operários e Trabalhadores e a União Retalhista, trabalhavam apenas com a comissão de sindicância e finanças, provavelmente as duas exerciam funções para além das descritas, ou seja, competia aos seus respeitos a atividade de socorro, a menos que a diretoria só formasse a comissão de socorro quando houvesse um membro em necessidade. Outras tinham a comissão de beneficência que na prática efetuava as atividades de socorro, como no caso da Sociedade União Operária Beneficente.

Quem podia fazer parte da administração? Como ocorria o processo de eleição? Podia concorrer para os cargos administrativos qualquer sócio com os seus direitos em dia. Os sócios que desejavam fazer parte da organização administrativa apresentava uma chapa contendo os nomes e os cargos. No dia marcado pela assembleia geral ocorria a apresentação das chapas que iam pleitear os cargos administrativos. As mesmas podiam conter membros da gestão que estava encerrando ou até mesmo ser composta por todos, isso dependeria do valor agregado na gestão.

No geral, as eleições se davam por meio de voto secreto, cada eleitor recebia da comissão organizadora do processo um papel timbrado onde escrevia o nome do candidato e o cargo, após a escolha depositava-o na urna que ficava sobre a mesa do presidente da assembleia geral. As associações tomavam o maior cuidado para que as eleições não fossem fraudulentas.

Parágrafo 1º - Não será permitido votos por procuração, nem será permitido fazer cabala dentro do recinto social no dia das eleições (ESTATUTO, Sociedade União Operária Beneficente, 1965, p. 7).

Art. 48 – Votar conscienciosamente em qualquer candidato que pelos seus actos moraes, sociaes ou intellectuaes demonstrem desempenhar as duas funcções com lisura;

§ 1.º E' irrevogavelmente prohibida, nos dias de eleição da G. G. B. P., qualquer cabala ou <truc>, por parte dos socios, actos estes que depõem contra os nossos costumes de homens livres e conscienciosos, cabendo, entretando á directoria que tiver de terminar o mandato, o direito de opinar sobre os diversos candidatos que devem ser apresentadas á eleição (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 26/08/1927, p. 2).

Desta maneira, os estatutos proibiam no dia das eleições a combinação de votos, essa atitude era incoerente com a consciência e a conduta cobrada pela associação, pois poderia gerar desunião entre os associados e a chapa que porventura não ganhasse poderia requerer avaliação das eleições. Acabando a votação, o presidente da assembleia geral realizava a contabilidade dos votos e anunciava à vitoriosa. As sociedades enviavam umas para as outras a composição da nova administração e publicavam na imprensa, por meio desses vestígios e dos estatutos, podemos perceber que as eleições eram bastante acirradas, toda uma estrutura era montada para que o processo ocorresse bem. Os leitores levavam em consideração os candidatos que comungavam dos interesses sociais da instituição, pois o que estava em jogo era o bom andamento das atividades, a prosperidade financeira e o reconhecimento de que a associação garantisse as demandas da classe que representava. Vejamos uma publicação feita pela Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais a respeito das eleições de 1903:

Bastante disputada e discutida, effectuou-se ante-hontem, nesta sociedade a eleição da nova directoria que tem de tomar a responsabilidade de seus distinos no periodo futuro de 1904, recahindo o primeiro lugar, que é do poder moderador daquella sociedade, na pessoa do mui digno e incansavel associado, o intelligente mechanico Augusto Borba, que pelos relevantes serviços materiaes e pecuniarios prestados a causa social, foi distinguido para aquelle elevado cargo, pela maioria dos seus leaes companheiros, como uma prova cabal de gratidão daquelles que procuram a estabilidade e desenvolvimento dessa benemerita sociedade.

Ao sr. Augusto Borba e aos seus demais companheiros eleitos apresentamos nossos saudaes.

Eis o resultado da eleição.

Presidente Augusto Borba, Vice-presidente Antonio Vicente Magalhães, 1.º Secretario Jorge Evangelista dos Santos, 2.º Secretario Severiano Correia Lima, Orador Honório de Freitas Feitosa, Thesoureiro Francisco José das Neves, 1.º Procurador João Gustavo do Nascimento (reeleito), 2.º Procurador Vicente Ferreira do Nascimento, 1.º Conselheiro Pedro A. Correia das Neves (reeleito), 2.º Conselheiro José Honório de Almeida, Zelador José Justino de Barros. Comissão de Justiça João Filgueiras Telles Irineu Vellozo de Figueiredo, Vicente Rattacasso João Eduardo Lins, Comissão de Finanças Manoel Maria de Figueiredo Luiz Hortencio Miguel Sabello João Guimarães, Comissão de Socorros Rodolpho Segismundo Francisco F. da Bôa Morte Augusto dos Santos (A UNIÃO, 19/09/1903, p. 2).

Verifica-se na publicação que as eleições foram acirradas, sendo a maioria das cadeiras administrativa renovada, isso revela uma circularidade bastante alta na gestão, assunto que trabalharemos melhor no próximo capítulo.

Por fim, relembramos que o corpo administrativo da associação era responsável pelo desenvolvimento de todas as atividades, então, dependia de uma gestão comprometida com a instituição e com os seus membros para o bom andamento da associação. A constituição dos capitais e do reconhecimento entre os trabalhadores da associação dependia da sua organização, e também da maneira como administrava seus recursos, auxiliava os sócios, fazia-se cumprir os códigos com cuidado para não ferir o membro, como planejava projetos futuros e as articulações sociais, tudo isso, reverberava na vida útil da instituição que podia ser prolongada ou curta. No geral as associações que tivemos contanto tinham um regimento administrativo anual; com exceção da Sociedade União Operária Beneficente que era bienal.

A cultura associativa compartilhada pelas sociedades movia-se em direção de uma experiência do ser associado, que compartilhava os sentimentos coletivos da instituição, embutindo a perspectiva de que por meio da união poderiam agir em prol de um futuro menos incerto para si e para os seus. Cada sociedade possuía sua definição social, utilizava estratégias para conseguir executar os seus objetivos, mantinha uma relação interna democrática, onde os sócios efetivos e em gozo dos direitos podiam participar efetivamente através das reuniões e do órgão supremo que era a assembleia geral, as decisões tomadas sempre passavam pela aprovação da maioria. Todas as ações desenvolvidas pelas associações fomentaram um sentimento e o comportamento necessário para a organização da classe trabalhadora.

2.4 Proteção

As sociedades mutualistas formada pelos trabalhadores agiam dentro de um contexto de completa exclusão social. Na tentativa de melhorar as suas condições de vida a mobilização coletiva através da organização associativa aparecia como pertinente para uma possível amenização das questões que enfrentavam.

A inexistência de uma legislação trabalhista e previdenciária e a necessidade de travar uma luta cotidiana contra o mal-estar social ligado ao desemprego, às doenças, os acidentes de trabalho e à velhice ou à morte foram importantes fatores objetivos no processo de constituição, de expansão e de longevidade do mutualismo no Brasil. Tantos os súditos do Império (1822-1889) como os cidadãos da Primeira República (1889-1930) viviam, e sua maioria, em quase absoluto desamparo social e marginalidade política (CASTELLUCCI, 2010, p. 42).

A proclamação da República nada trouxe em termos de melhoria para as condições de vida da população, afinal, a ruptura foi apenas com o regime monárquico, preponderando a continuidade da exclusão social dos meios econômicos e políticos, e o poder decisório permanecia estabelecido nas mãos das elites dominantes, que surgiam com o projeto de modernização inspirado no modelo europeu. A política liberal adotada pela oligarquia, “[...] condenou a classe trabalhadora e os pobres a uma total falta de proteção frente ao patronato e as sérias limitações [...]” (CASTELLUCCI, 2010, p. 42), enquanto os trabalhadores não podiam “[...] contar com o Estado brasileiro para intervir na ‘questão social’, assegurando direitos mínimos, o mesmo não poderia ser dito no caso dos patrões dos setores mais ‘sensíveis’ da economia [...]” (BATALHA, 2000, p. 13).

Assim, a exclusão social e política dos trabalhadores, juntamente com a identidade de classe ligada à categoria trabalho, levaram-os estrategicamente a se organizar. As sociedades mutualistas, então, despontam com a finalidade de prestar auxílios aos seus associados, como espaço de proteção e construção da identidade de classe.

Os poucos dados que temos dificultam uma análise ampla das prestações de serviços realizadas pelas mutuais na capital da Parahyba, no entanto mesmo correndo o risco de equívocos, observaremos algumas atividades de socorro prestadas por algumas sociedades. Ao analisar o caso do Rio de Janeiro, Claudio Batalha (1999, p. 60) averiguou que as associações mutualistas ofereciam serviços bastante similares de uma para outra. Existia um leque de serviços mínimos praticado pelas instituições: auxílio funeral; pensão para família em caso de morte do associado, pensão por invalidez; algumas socorriam os membros em

idade avançada quando não podiam exercer suas atividades profissionais, ou até mesmo em caso de prisão. Os benefícios prestados em geral atendiam às demandas existenciais dos associados.

Pudemos ver em páginas anteriores³⁸ que a fundação de uma instituição por determinado grupo de trabalhadores pressupunha a sistematização de atendimentos assistenciais para os seus membros. O projeto norteador das ações da associação previa diversos benefícios e, a sua execução dependia do seu capital financeiro, por isso alguns direitos sociais estabelecidos só saíam do papel com um determinado tempo de vida útil. Não sendo possível presumir em termos quantitativos as prestações de serviços das sociedades na capital da Parahyba, podemos auferir que existia uma prática comum no atendimento as doenças e a morte. Como um dos objetivos das associações era elevar a moral dos associados, esses dois benefícios eram essenciais. Algumas instituições prestavam os seguintes auxílios: ajudavam em casos jurídicos; garantiam o pagamento de pensão aos familiares dos sócios falecidos, que às vezes se resumia a importância arrecadada na ocasião do óbito; pensão por impossibilidade de trabalhar por questão de acidente; buscavam por colocação no trabalho para sócios desempregados e instrução.

A União Gráfica Beneficente Paraibana previa em seu artigo 49 do estatuto que o sócio em gozo de todos os direitos sociais teria, quando fosse preciso, por meio de solicitação:

- § 1.º – Visitas medicas tantas quantas precisas fôrem durante a sua doença;
- § 2.º – Medicamentos necesarios para o seu tratamento;
- § 3.º – Doze (12\$000) mil réis em dinheiro, por semana, a contar da data em que o socio requerer o beneficio até o seu completo restabelecimento, para os homens; 10\$000 para as esposas e 6\$000 para os filhos (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 26/08/1927, p. 2).

No contexto histórico do período do final do século XIX e início do XX da capital da Parahyba o atendimento voltado para saúde era primordial. Segundo Waldeci Chagas (2004, p. 163) ainda nos primeiros anos do século XX o estado sanitário da Parahyba ainda era precário e sempre pairava o risco de epidemias. Com base nos relatórios de província observa-se que diversas doenças se proliferavam pela cidade no decorrer do ano; no inverno comumente apareciam casos de gripes e de outras infecções respiratórias, no verão outros vírus se proliferavam como a bexiga, varíola e febre amarela. Fora as doenças virais, acometia ainda a população as transmitidas por protozoários como a malária/paludismo. Esse leque de

³⁸ No ponto 2.2.

doenças contribuía para o alto índice de óbitos na cidade, principalmente quando havia um caso epidêmico, coisa que era uma constância. Além das doenças associadas ao precário estado sanitário, a população pobre tinha que lidar com as que surgiam da deficitária alimentação, como o beribéri (conhecido como beri beri), provocada por uma alimentação rica em carboidratos simples e alcoolismo, é bom lembrar que a base da alimentação desses sujeitos era a mandioca.

No período decorrente de agosto de 1906 a julho de 1907 registrou-se na capital, 1.225 óbitos, dos quais 576 foram causados por varíolas e os outros por outras moléstias (RELATÓRIO DE PROVÍNCIA, 1907, p. 15). Os morbos endêmicos e epidêmicos atingia em particular a população desprotegida, ou seja, os sujeitos pobres. Como exposto no primeiro capítulo a Parahyba a partir de meados do século XIX e principalmente nas duas primeiras décadas do XX passou por transformações urbanísticas, sendo a higiene da cidade uma das preocupações das elites incentivadoras do processo, realizando assim mudanças na infraestrutura como: calçamento de ruas, proibição de entulho de lixo em frente às casas e construção de esgoto sanitário. No entanto, essas medidas ficaram restritas ao centro da cidade, os bairros que nasciam ao seu redor não recebiam esses benefícios, logo boa parte dos moradores dessas localidades sofriam com as epidemias constantes.

Os médicos sanitaristas acusavam a falta de medidas profiláticas e de higienização das áreas marginais como a grande propulsora das doenças. Para estas autoridades as condições das casas, a falta de luz, água encanada e superlotação de indivíduos com uma nutrição insuficiente favorecia a aquisição de doenças (CHAGAS, 2004 p. 167). A preocupação médica girava em torno dos interesses das elites que temiam a contaminação do centro da cidade, uma vez que os trabalhadores cotidianamente caminhavam pelas ruas centrais. A ação preventiva dos médicos se resumiu a vacinação contra a varíola. No entanto, a vacinação não representava um serviço de saúde pública eficaz, visto que as doenças se proliferavam, e existiam poucos hospitais na cidade, eram eles: o hospital Santa Izabel, o Santa Ana e a Santa Casa da Misericórdia, sendo esse último o único que atendia de maneira pública, por ser uma instituição de caridade³⁹. No movimento hospitalar divulgado no jornal *A União* sempre se encontrava em tratamento pessoas com varíola, tuberculose e outras doenças.

³⁹ “Em 1916, a cidade da Parhyba contava com quatro instituições de caridade: A Santa Casa da Misericórdia; o Azylo de Mendicidade; a Instituição de Proteção à Infância e o Orphonato Dr. Ulrico. Todas elas com o proposito de sanear a cidade, torna-la mais aprazíveis aos cidadãos.

Todavia a ala hospitalar da Santa Casa da Misericórdia que tratava de doenças infectocontagiosas nem sempre recebia os enfermos, por ser a demanda mais alta do que a sua estrutura, os pavilhões encontravam-se sempre lotados de pobres doentes. Para piorar a situação, a ala fora incendiada em cumprimento da ordem dos diretores da instituição, que temia a proliferação das doenças pela cidade, pois havia passado por ali muitos doentes. Mediante o caos da saúde a repartição da Saúde Pública criou o serviço de enfermagem em domicílio, desta maneira, o acamado ficaria em sua própria residência recebendo visitas dos especialistas da saúde. Essa situação era vista com preocupação, pois punha em risco a saúde dos moradores da cidade e dos locais próximos. Então, foi criado um hospital de isolamento para os enfermos de doenças infecciosas (CHAGAS, 2004, p. 244-250).

A varíola tonou-se foco de atuação da repartição responsável pelo estado sanitário da cidade, porque colocava em risco o projeto de modernização, que previa uma cidade salubre. Porém, ela não foi à única doença a assombrar a classe trabalhadora; a febre amarela e a malária antigiam os trabalhadores de sobremaneira, causando diversos problemas para as suas vidas. O trabalhador ao ficar doente se não estivesse inserido numa organização ficava abandonado à própria sorte, com dificuldades inúmeras, lembrando que a maioria dos trabalhadores eram jornaleiros, ou seja, recebiam por dia trabalhado, desse modo, no dia em que não fossem ao trabalho não recebiam e ainda poderiam facilmente ser substituídos. Então, o serviço de auxílio à doença prestado pelas sociedades mutualistas representava para a classe trabalhadora um meio para lidar com as possíveis enfermidades.

Em 31 de março de 1929, Analia F. Soares, sócia efetiva da União Gráfica Beneficente Paraibana realizou o seguinte pedido:

Eu abaixo assignada declaro que achando-me bastante doente e impossibilitada de meus afazeres [...] a mais de treis dias, venho muito respeitosamente pedir as beneficencias que por lei tenho direito, conforme preceitua o art. 5º combinado com o art. 49º estando em goso de meus direitos sociaes (REQUERIMENTO, 31/03/1929).

Ao receber a proposta o procedimento realizado pela administração circunscrevia em passar a responsabilidade para a comissão de socorro, a mesma competia falar com o tesoureiro para ver se a sócia estava em dia com suas obrigações sociais e diante do parecer favorável auxiliá-la segundo as leis que a própria chamava atenção no pedido. Citamos o

Todas elas, enfim, com o propósito de por a pobreza em seu devido lugar: os locais de trabalho, as colônias de trabalho, os asilos e orfanatos, buscando educa-los ou reeduca-los para o trabalho produtivo, para a moral disciplinar oferecida pelo trabalho” (KOURY, 1986, p. 141).

artigo 49º, o mesmo dava o direito à sócia de visitas médicas, medicamento e 10\$000 (dez mil reis) por semana para o tratamento e as necessidades complementares. Interessante que a associada atenta para o artigo 5º, que prescrevia como dever da sociedade elevar a moral social dos associados.

No mesmo caminho de auxílio doença a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais discutia na sessão do dia 19 de dezembro de 1881 os problemas de saúde do associado Avilino Jose dos Passos, a declaração da necessidade foi realizada pelo sócio João dos Ramos, após o pronunciamento o presidente nomeou uma comissão de beneficência composta por Manuel Tertuliano Correia, Marcial J. Antônio e Naldivino Jose Camilo para os fins de socorrer o membro. Para o benefício estipulou-se que cada sócio entraria com uma cota de \$580 reis ao mês para o tratamento do Avilino Jose dos Passos, provavelmente a sociedade ainda não possuía caixa suficiente para socorrer os seus membros, pois fazia apenas quatro meses de sua existência e o estatuto ainda não tinha sido aprovado, mesmo assim, os sócios reuniram esforços para amparar o companheiro em necessidade.

Vejamos um debate na íntegra sobre auxílio doença da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais:

[...] dada a palavra a quem quizesse tratar alguma coisa abenefício da sociedade fallaram os seguintes João Ramos Alberto Jardim Alberto pella segunda ves João Ramos pella segunda Manuel dos Anjos Joaquim Lourenço o primeiro declarou que o Irmão Jose Francisco dos Santos achando-se muito doente e precisado de auxilio da sociedade o segundo tambem declarou que o Irmão Luis Rodrigues se achava tambem doente e estando nas mesmas çircustâncias arespeito apreçizões primeiro segundo a lei elle não tinha direito algum o terceiro mostrou o artº que os socios tinha direito de serem beneficiados o quarto como tbem em lugar de orador disse que o Irmão Jose Francisco dos Santos em vista da lei não podia ter direito algum abenificiencia o seguinte deu [...] apimado no mesmo assumpto o presidente mostrou a opinião contra porem passado em voctação foi approvado para o Irmão Jose Francisco dos Santos ter abenificiencia em vista das benificiencia çerem dadas por cocta enão pelo cofre e depois odito já estando com ametade de sua joia paga e parte das mençalidades e terceiro desaprovando para não receber adita benificiencia o Irmão Luis Rodrigues visto este não ter entrado quaze sem dinheiro algum essem aomenos frequentar a sociedade [...] declarou que ficou marcada a cocta em 200 res semanalemtre acada soçio [...] (LIVRO DE ATA, 04/06/1882, p. 48).

Como podemos ver o expediente inicia com uma calorosa discussão em torno do caso de necessidade de ajuda os sócios José Francisco dos Santos e Luís Rodrigues. A primeira coisa a salientar é que quem declarou os problemas pelos quais passavam os dois membros não foram os próprios através de uma petição escrita, e sim, companheiros que sabiam de suas

lutas, isso nos mostra o grau de proximidade entre os associados, os mesmo viviam as mesmas circunstâncias de vida, às vezes trabalhavam no mesmo lugar e moravam na mesma rua; então, inevitavelmente sabiam e compreendiam quando um associado estava a necessitar do auxílio da instituição. Acompanhemos agora as ideias do debate, o fato nas palavras dos declarantes era que José Francisco dos Santos e Luís Rodrigues se encontravam doentes e precisavam de assistência, depois de declarada a necessidade averiguou-se com o tesoureiro o estado em que se encontravam os membros, e se constatou que ambos estavam em atraso com os deveres sociais, diante do regimento os dois sócios não possuíam direito aos benefícios regidos pelas leis. Apesar dos dois estarem nas mesmas circunstâncias perante a forma da lei a decisão tomadas para com eles foi distinta, enquanto José Francisco recebeu o benefício, o Luís Rodrigues não teve direito a tal.

Estando os dois associados irregulares diante das disposições legais, porque um recebeu o auxílio da sociedade e o outro não? Como vimos através do resumo da sessão feita pelo secretário, o debate foi prolongado, cada sócio declarante apresentou a sua visão a respeito da assistência, em meio aos impasses das discussões o presidente Rozendo Martins colocou para votação o expediente; conhecemos já a decisão. Os motivos da decisão circularam com base nas seguintes preposições: a opinião a favor do auxílio ao José Francisco dos Santos arquitetou-se em vista do mesmo estar em partes regularizado de acordo com o estatuto, pois havia pagado metade do valor da joia e parte das mensalidades; a desaprovação do benefício ao Luís Rodrigues se deu pelo mesmo não ter entrado com quase nenhum capital na associação e também por não frequentar efetivamente as sessões. Podemos ver que ambos estavam em débito com a sociedade, mas um havia expressado mais ações em prol da instituição, mesmo em inadimplência, José Francisco comparecia às reuniões, e a sociedade valorizava a presença ativa dos associados, isso indicava que apesar da dívida o sócio em questão tinha interesse em unir forças. O que estava em jogo era o sentimento de solidariedade construído no cotidiano, que dependia do comprometimento dos sócios, provavelmente, por conhecerem o Luís Rodrigues, os associados desejassem também assisti-lo, uma vez que o José Francisco recebeu ajuda por meio do compromisso dos sócios de doarem \$200 reis semanais e não do cofre da associação, mas diante do contexto não o puderam.

Na assistência a doenças as sociedades ofertavam serviços farmacêuticos, internação hospitalar, visita de médicos e recursos destinados a transporte para os membros fazerem tratamento em outras cidades. O sócio Roberto Moreira Soares da União Gráfica Beneficente

Paraibana em 13 de fevereiro de 1929 pediu, entre os benefícios de direitos, recursos à sociedade para ir ao Recife onde se submeteria a uma cirurgia (REQUERIMENTO, 13/02/1929). Acreditamos que o socorro a doenças era oferecido pela grande maioria das associações, por ser um requisito mínimo de auxílio, porém cada uma procedia de acordo com seus cofres.

Na mesma vertente de socorro mínimo eram oferecidos nas associações assistência na hora da morte aos associados. Autores como Cláudia Viscardi, Claudio Batalha, Osvaldo Maciel e Tania de Luca apontam para a recorrência desse serviço nos seus casos de estudo. Os funerais nas mutuais eram ocasiões onde os valores morais compartilhados entre os membros podiam ser reforçados, possuía uma forte ligação religiosa, mesmo sendo definidas como instituições leigas (VISCARDI, 2014 p. 205). Segundo Tania de Luca (1990, p. 29), os estatutos da mutuais prescreviam acerca dos funerais com uma ideia de decência, em que o associado de maneira digna faria o rito de passagem. O discurso de preservação da moral do associado sempre esteve presente nas práticas associativas. A morte custava caro para a sociedade e os familiares do falecido, a instituição cumpria o dever de um funeral digno para o membro e o pagamento de pensão ou quota estabelecida para a família.

Diante das doenças epidêmicas que se alastravam na Parahyba a morte podia chegar a qualquer momento, logo as sociedades mutuais representavam um meio de amenizar a dor e o futuro incerto dos familiares do sócio. As sociedades estipulavam um valor total a ser gasto com toda armação do funeral⁴⁰, que previa caixão, mortuária, sapato, flores e licença no cemitério, na União Gráfica Beneficente Paraibana:

§ 4.º – Pela morte do socio, estando este quite com os cofres sociaes, a sociedade fornecerá a quantia de cem (100\$000) mil réis á familia do mesmo ou aos seus legitimos representantes, para custear o seu funeral; e ainda a importancia do obito arrecadada, entre os associados, como trata o § 7.º do art. 6.º, cujas importancias serão entregues: a primeira no dia do fallecimento do socio e a segunda 15 dias depois.

§ 5.º – As esposas e filhos dos associados, considerados como socios da União Graphica, terão direito a todos os beneficios instituidos nos §§ 1.º 2.º, 3.º e 4.º do artigo 49.º, tendo para o funeral a importancia de 80\$000 para as mulheres e 40\$000 para cada menino (Art. 49º) (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 26/08/1927, p. 2).

A mesma previa que os membros da associação comparecessem ao velório e seguisse o cortejo fúnebre até o sepultamento. Diante da morte de um associado, a União Beneficente

⁴⁰ O armador era o artista responsável por toda estrutura do enterro (A UNIÃO, 5/08/1903, p. 3).

de Artistas e Operários de Patos previa um luto em sua memória, como sinônimo de respeito e importância do membro. O estatuto presumia o seguinte termo: “Art. 23.º - A Sociedade tomará luto por três dias fazendo hastear o seu pavilhão toda vez que morrer um associado, elevando-se esta manifestação de pesar por oito dias, tratando-se de membro da Diretoria” (ESTATUTO, da União Beneficente de Artistas e Operários, 1931, p. 10).

O modelo da bandeira hasteada no pavilhão de honra em luto era constituída por listras verticais pretas e brancas com o entrelaçamento de uma pena e um martelo entre as duas cores (ESTATUTO, União Beneficente de Artistas e Operários, 1931, p. 10). Também em situação de luto a Sociedade União Operária Beneficente estabelecia no único parágrafo do artigo 42º o hasteamento da bandeira social em meia verga e no funeral a mesma era colocada sobre o ataúde; a bandeira possuía as cores azul e branca, com a esfinge SUOB, no centro um esquadro e um compasso em plano baixo e a data 12/10/1919 (ESTATUTO, Sociedade União Operária Beneficente, 31/10/1967, p. 10).

No que tange aos funerais, a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais produzia todo o cerimonial, do funeral à missa de sétimo dia do sócio. No entanto, não se preocupava apenas com a morte dos associados, mas também se fazia presente no momento da dor, quando um membro havia perdido a esposa ou filhos. Na sessão do dia 16 de janeiro de 1889, foi formada uma comissão para ir à casa do associado José Gomes, por motivo da morte de sua esposa, o mesmo morava na cidade de Santa Rita, com a finalidade de que a comissão fosse representar a instituição a própria custeou a sua locomoção. A sociedade tinha um uniforme que deveria ser usado em dias de sessões, solenidades e funerais, fora proposto para compor a comissão o Joaquim Lourenço, mas o mesmo declarou que não poderia fazer parte da cerimonia, pois não estava devidamente uniformizado. O uniforme possuía uma importância simbólica para a representação da associação em atos como esse (LIVRO DE ATAS, 16/01/1889, p. 6). A sociedade também concedia pensões para as viúvas, pelo que analisamos nas atas (1881-1892), a importância da pensão era de 15\$000 (quinze mil reis) mensal. Deve-se ressaltar que os benefícios de pensão concedidos às viúvas só era prestado quando o cofre permitia, no entanto, quando a sociedade estava com problemas financeiros os membros se reuniam para ajudar a viúva, principalmente se tivesse filhos (LIVRO DE ATAS, 1881-1892).

As sociedades garantiam um pecúlio à família do sócio falecido. Esse serviço funcionava como uma previdência, a associação cobrava um valor de todos os sócios em caso

de óbito de algum membro, para ser passado a sua família. Cada sócio devia pagar uma importância de 1\$000 (mil reis) para compor o pecúlio. As associações publicavam por meio da imprensa os avisos de cobrança das quotas obituárias, abaixo segue uma publicada pelo Centro Artístico e Operário e outra pela Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais:

Convida os socios a recolherem a quota do 26 obito pelo fallecimento do socio Illuminato Coelho de Mello, occorrido a 24 de mez de Junho, até o dia 30, sob pena de eliminação (A UNIÃO, 01/07/1910, p. 3).

Convido aos srs. socios desta secção de peculios a virem ou mandarem pagar a quota correspondente ao 49 obito verificado de Antonio Vctorino da Costa Camara, ocorrido na Villa de Santa Rita no dia 17 do corrente, sem multa até 10 de abril e com multa de 20% até 25 do mesmo mez sob pena de eliminação (A UNIÃO, 25/03/1917, p. 3).

As sociedades podiam pagar de uma vez ou por partes, uma vez que dependiam do cumprimento do dever dos associados. A quantia arrecadada podia ser passada para a mulher do associado falecido ou para alguém de sua família que o mesmo deixou como beneficiário.

Entre outros direitos relacionados à saúde do associado, sociedades como a União Beneficente de Artistas e Operários de Patos e a União Gráfica Beneficente Paraibana ofereciam auxílio em caso de acidente dos sócios; seguem respectivamente as leis:

Parag. 2 – Socorrer os seus sócios em caso de penúria, acidente, moléstias e morte (Art. 2º) (ESTATUTO, União Beneficente de Artistas e Operários, 1931, p. 1).

Art. 50 – Quando o socio ficar impossibilitado para o trabalho, por accidente verificado no mesmo, a sociedade lhe dará sessenta (60\$000) mil réis por mez.

§ 1.º – O socio só terá direito a perceber o beneficio estipulado no art. Acima, enquanto preencher literalmente todas as determinações destes Estatutos;

§ 2.º – Do seu beneficio desconta-selhe-ão, parcelladamente: 24\$000 de mensalidade durante o anno social; 4\$000 de 2 quotas annuaes a que estão sujeitos todos os socios e 1\$000, adeantadamente, por cada obito que occorrer;

§ 3.º – Para a execução deste artigo necessario se tornam a exhibição do atestado medico fornecido pela junta, 3 ou 4 medicos, que julguem incapaz o serviço, e a opinião da assembléa geral;

§ 4.º – O socio entrará em goso do beneficio 15 dias após o compromisso social (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 26/08/1927, p. 2).

A União Gráfica Beneficente Paraibana detalha melhor os serviços prestados no caso de acidentes de trabalho. O sócio em necessidade teria direito a uma pensão no valor de 60\$000 (sessenta mil reis), no entanto, receberia desse valor apenas 31\$000 (trinta e um mil

reis), uma vez que seriam descontadas as mensalidades, as quotas anuais e adiantariam uma quota obituária. A historiografia demonstra que esse não era um benefício comum, não sabemos até que ponto as outras associações da capital compartilhavam do oferecimento do benefício. A falta de segurança no trabalho era uma realidade na vida dos trabalhadores e quando aconteciam acidentes os mesmos ficavam desamparados devido à falta de uma legislação trabalhista. No jornal *A União*, encontramos o caso do acidente de trabalho do litógrafo Luiz Gomes de Figueiredo, vejamos o acontecido:

Deu-se hontem nas officinas typographicas da <<Torre Eiffel>>, de propriedade da viúva Manuel Henriques de Sá, um lamentavel accidente. E' impressor lithographico daquella casa, ha mais de vinte annos, o operario de côr branca Luiz Gomes de Figueirêdo.

Hontem, ás duas horas, ao desimpedir os rolos da machina em que trabalha para o necessario funcionamento, foi attingido no braço esquerdo pelo cylindro, que lhe decepou esse membro na parte do antebraço.

Dado o alarma, accorretam ao local os seus companheiros e os proprietarios daquella firma, que providenciaram no sentido de ser enviada a victima para o hospital de Santa Isabel, afim de receber os curativos necessarios.

Os serviços de cirurgia estiveram a cargo dos drs. Joaquim Hardman e Guedes Pereira.

Hontem mesmo o sr. dr. João Franca ouviu a respeito o operario Luiz Gonzaga, ajudante de Luiz Gomes, com quem trabalhava na occasião do desastre.

Deporão hoje na subdelegacia do 1.º districto as testemunhas Paulo do Nascimento e João Velloso Filho, ambos empregados daquella casa.

Os primeiros socorros medicos foram prestados na pharmacia Rabello.

O estado de Luiz até á hora em que registamos esta triste noticia é animador (A UNIÃO, 08/06/1917, p. 1).

Como mostra a notícia intitulada “Accidente no Trabalho”, o trabalhador Luiz Gomes foi decepado enquanto executava o seu ofício. A pergunta é: como ficou a vida de Luiz Gomes após o acidente? Será que conseguiu continuar no meio produtivo? Não temos como responder nenhuma dessas perguntas, o que podemos alvitrar é que acidentes no trabalho não eram incomuns. Então, o serviço por invalidez oferecido pela União Gráfica Beneficente Paraibana se constituía de extrema importância para a categoria dos gráficos. O artigo 50º da associação era reforçado pelo 2º parágrafo do artigo 5º que para restabelecer a dignidade dos associados determinava: “Socorrer o associado doente quando este solicite os bons officios da sociedade, contribuindo com os beneficios no artigo 49º e seus paragraphos, destes estatutos e, ainda, o auxilio constante do artigo 50º” (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 19/08/1927, p. 2). Nesse sentido, não só o acidente de trabalho, mas também a impossibilidade de trabalhar por motivos de doenças, dava o direito ao associado de requerer um conjunto de benefícios expressos nos artigos 49º e 50º. Em meio

ao número pequeno de requerimentos que tivemos acesso da sociedade, encontramos duas petições em 1929 ativadas por esses artigos. A primeira:

Eu abaixo assignado estando sofrendo por mais de 2 mezes de uma inflamação na via urinaria (afetação [...] na prostata) com caracter mau e tendo exgottado os meus esforços e minhas economias venho por meio deste solicitar de V. Ex. os devidos auxílios de accôrdo com os nossos Estatutos já que acho-me em goso dos meus direitos socaes. Portanto esperando ser atendido [...] (REQUERIMENTO, 11/02/1929).

A solicitação foi realizada pelo membro Henrique Gomes de Figueiredo, no dia 13 de fevereiro de 1929 o tesoureiro Severiano Correia Lima declarou que a sociedade prestaria auxílio ao companheiro de acordo com o parágrafo 2º do artigo 5º e do parágrafo 2º do artigo 49º. Desta maneira, o associado recebeu os benefícios farmacêuticos pedidos e a pensão estipulada pelo artigo 50º. A segunda petição:

Achando-me bastante doente impossibilitado para o trabalho e estando no goso de meus direitos socaes venho muito respeitosamente, requerer com urgencia os beneficios que a lei me confere, nos seus artigos e paragraphos 49 combinado com § 2º do artigo 5º de nossos Estatutos (REQUERIMENTO, 02/08/1929).

Dessa vez o solicitante foi o José C. de Andrade, o mesmo no pedido fez referência às leis que lhe possibilitava o auxílio doença e a pensão por impossibilidade de trabalhar. Os dois casos demonstram que na medida do possível colocava-se em prática o artigo 50º. Por ser um serviço de difícil manutenção é provável que poucas associações ofertassem, pode ser que apenas a União Gráfica Beneficente Paraibana o concedesse. No artigo 62º, a sociedade declarava que tomaria todas as medidas para que, em caso de acidente no trabalho, o sócio não fosse lesado por seu patrão (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 26/08/1927, p. 2).

Acreditamos que outra particularidade da associação se manifestava também no artigo 5º nos parágrafos 1º e 4º que previam a colocação no mercado de trabalho dos membros desempregado⁴¹. Para tanto, se formava comissões na intenção de estabelecer uma conversa com os donos dos estabelecimentos gráficos e através de acordo garantir a relocação no mercado dos que estavam desempregados. Segundo Mauro Koury (1986, p. 143) ao lado do discurso modernizador do perímetro urbano da capital da Parahyba, as elites locais evidenciavam a tentativa de barateamento da mão de obra empregada com a modernização do maquinário industrial, essa ação gerou a demissão de diversos profissionais. Na medida em

⁴¹ Não sabemos até que ponto essa prática era compartilhada por outras associações.

que os setores industriais adotavam novas tecnologias, tiravam o domínio da produção dos trabalhadores artistas, como os tipógrafos, barateando o trabalho diante da oferta que existia. Citaremos uma publicação do jornal Gutenberg: Orgam dos Interesses das Classes Typographicas em 12 de setembro de 1909 que antecede a fundação da União Gráfica Beneficente Paraibana, mas que ilustra a dinâmica de modernização pela qual a Parahyba começava a passar a partir dos anos iniciais do século XX e o impacto na vida da classe trabalhadora:

‘Não! Não é possível calarmo-nos diante de tão perigosa situação. Não é possível calarmo-nos quando já estamos vendo os nosso caros colegas sendo substituídos pelas ‘Linotypo’, e ficando sem nenhum arrimo, sem nenhum recurso para subsistência!

‘Oh! é triste; muito triste, pensarmos no futuro de nossa classe! Sabemos o quanto está sendo difícil a vida em nosso país; os empregos não se acham com facilidade; e os pobres typographos, dignos pais de família, talvez amanhã, obrigatoriamente, venham a trocar o trabalho honrado pela indignidade vagabundagem!’ (GUTENBERG apud KOURY, 1986, p. 143).

Estava presente no discurso o fantasma do desemprego, o medo de perder a sua integridade e dignidade de homem pobre com trabalho, para se tornar um homem pobre sem trabalho. Uma vez que o caminho de integração do homem pobre na cidade da Parahyba dava-se por meio exclusivo do trabalho, a perda do trabalho significava a exposição a um contexto de maior exclusão social (KOURY, 1986, p. 144). Nesse sentido, a modernização industrial impactou a vida da classe trabalhadora com a incerteza do trabalho e, por consequência, a dúvida da sobrevivência. Assim, a proposta da União Gráfica Beneficente Paraibana visava conceder aos associados o mínimo de seguridade diante das condições incertas da vida. A associação ainda tinha como projeto:

Art. 59 – A sociedade creará uma officina graphica compativel com o seu estado financeiro;

§ 1.º – nas officinas só poderão trabalhar operarios pertencentes á U. G. B. P. ;

§ 2.º – os ordenados serão feitos de accôrdo com a capacidade profissional de cada operario;

§ 3.º – os operarios das officinas da U. G. B. P., quando no trabalho, se portarão como empregados e não com os ocios.

Art. 60 – Os empregados ou operarios das officinas da sociedade, quando encontrados em faltas, ficarão sujeitos ás seguintes penas:

a) – reprehensão;

b) – suspensão;

c) – perda de emprego (UNIÃO GRÁFICA BENEFICENTE PARAIBANA, Estatuto, A União 27/08/1927, p. 2).

Sobre esse ponto a associação gráfica não era a única a atuar, pelo que podemos constatar. O Centro Artístico e Operário e a União dos Retalhistas fundaram cooperativas de trabalho para os seus associados. A Cooperativa de Trabalho do Centro Artístico e Operário divulgava com certa constância convites para os associados comparecerem a sede do Centro para apresentação de balancetes e outras notícias, como:

De ordem do Companheiro Director convido os herdeiros ou herdeiras legítimas, do cooperador Manoel Rodrigues da Silva: falecido n'esta Capital, em 26 do corrente a virem documentados, a Thesouraria d'esta Secção, receber o peculio por ele deixado n'esta cooperativa (A UNIÃO, 28/07/1907, p. 3).

A Cooperativa funcionava como uma seção do Centro, no entanto, só tinha direito aos recursos da mesma quem estava inserido nela. Da mesma forma, os direitos da Cooperativa de Trabalho da União Retalhista e da oficina gráfica da União Gráfica Beneficente Paraibana só eram reservados a quem estava dentro da dinâmica.

As associações na Parahyba também prestavam assistência ao ensino, esse serviço pode ser identificado com a “[...] manutenção de aulas ou escolas e pagamento (ou desconto) em estabelecimento de ensino, bem como a constituição de bibliotecas” (ADHEMAR JUNIOR, 2004, p. 151). As observações de Viscardi (2014, p. 197) para o caso de Minas Gerais é que a educação estava entre os valores mais importantes para as associações, das 58 instituições computadas, a sua maioria oferecia educação aos sócios e aos seus descendentes, investindo na formação de bibliotecas ou construção de escolas e liceus de artes e ofícios, prevendo melhorar a qualificação dos seus membros e capacitar às gerações futuras. Podemos concluir assim, que a assistência educacional revestia-se na tentativa de criar um espaço de formação para os seus membros, diante da falta de acesso da população a esse serviço.

A educação na capital da Parahyba se estruturava de maneira deficitária, impossibilitando o acesso da população pobre em particular, as poucas escolas existentes atendiam as demandas das elites locais⁴². Na tentativa de disciplinar o homem pobre para o trabalho, com vista à normatização do comportamento desses sujeitos, o governo desenvolveu algumas iniciativas em prol da profissionalização da população pobre. Entrou em

⁴² Sobre o processo educacional na Parahyba do Norte de meados do século XIX e as primeiras décadas do XX, ver: CURY, Cláudia Engler; MORAIS, Maday de Souza; SILVA, Michele Lima da. A instrução na Paraíba oitocentista: Perspectivas acerca das instituições escolares e da cultura material escolar. **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil**. Anais. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. A Institucionalização da instrução pública e particular na Província da Parahyba do Norte (1821-1840). In: PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; FERRONATO, Cristiano (orgs.). **Temas sobre a instrução no Brasil Imperial (1822-1889)**. João Pessoa: UFPB, 2008.

funcionamento na capital em 1865 o Colégio de Educandos Artífices, instituído por lei provincial em 1859 (FERREIRA, 2002, p. 53), tendo como objetivo “[...] socorrer os órfãos desvalidos e os filhos de pais pobres [...]” (PINHEIRO, 2008, p. 16), no momento inaugural o estabelecimento:

Contava já o Collegio 9 matriculas, e tem para a bôa marcha de seus trabalhos os empregados por ora sufficientes, sendo estes, além do Director, o Professor de primeiras lettras, o Porteiro, o Medico o Mestre de musica, os dois officios de alfaiate e sapateiro, um servente e uma cozinheira (RELATÓRIO DE PROVÍNCIA, 1866, p. 6).

O Colégio previa a formação de ofícios como de alfaiate e sapateiro, pois seriam umas das artes mais necessárias para a economia no decorrer do século XIX. No início do século XX, através do decreto nº 7566 de 23.09.1909, foi fundada a Escola de Aprendizes Artífices na Paraíba (EAA-PB)⁴³, que oferecia aulas de marcenaria, alfaiataria, sapataria (instaladas em 17.01.1910), encadernação (28.02.1910) e serralharia (última oficina a ser instalada, em 21 de maio de 1910) para meninos na faixa etária de 12 a 16 anos, que faziam o curso primário durante o dia em regime de semi-internato. A partir de 1918 passou também a oferecer um curso noturno de aperfeiçoamento para os trabalhadores que já estavam no mercado de trabalho. De 1910 a 1940 houve uma movimentação de alunos correspondente a 9.228 matrículas, porém apenas 70 alunos concluíram os cursos ofertados (FERREIRA, p. 24, 32, 48)⁴⁴. Uma possível resposta para o baixo índice de formandos se encontra na própria condição de vida da classe trabalhadora.

Diante desse contexto educacional deficitário oferecido a população pobre, coube à classe trabalhadora por meio das associações mutualistas garantir instrução para si e para os seus filhos. Relembrando o artigo O ESPIRITO DE ASSOCIAÇÃO, publicado pelo jornal União Typographica, uma das preocupações das associações estava em conseguir garantir instrução, sobretudo na área profissional. Nessa perspectiva desde a sua fundação a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais desenvolveu ações em prol da educação dos seus associados (LIVROS DE ATAS, 1881-1892, p. 1-200). Encontramos diversas notícias no jornal *A União* a respeito das aulas oferecidas pela associação. Em 31 de outubro de 1902 a sociedade avisava que o professor Pereira Pacheco havia dado férias aos alunos da

⁴³ Sobre a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, ver: FERREIRA, Almiro de Sá. **Profissionalização dos Excluídos: a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba (1910-1940)**. João Pessoa, Editora eletrônica: Manoel F. Linhares, 2002.

⁴⁴ A partir de 1910 encontram-se diversas notícias sobre a Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba no jornal *A União*.

associação, e prometia que a atividade instrutiva nas áreas de língua portuguesa e física retornaria no mês de fevereiro de 1903 (A UNIÃO, 31/10/1902, p. 3).

Por motivos talvez de dificuldades financeiras as aulas não retornaram em fevereiro, no entanto no mês de março a associação publicou a seguinte notícia:

Communicou-nos esta digna sociedade que já se acham reabertas as suas aulas praticas, as quaes acham-se sob a direcção dos distinctos profissionaes drs. José Bezerra Cavalcante e Pereira Pacheco.

Pelo soberbo cabedal intellectual de que dispõem os dignos encarregados das aulas praticas da Sociedade Artistas Mechanicos e Liberaes, muitos serão os beneficios que resultarão em favor dos associados desta distincta agremiação, que tanto procuram se engrandecer por meio das lettras.

Dando esta pequena noticia, levamos os nossos cumprimentos a esta sociedade e incitamos aos seus dignos associados para continuarem sempre propugnando por tão alevantada causa, até conquistarem os louros da victoria (A UNIÃO, 08/03/1903, p. 2).

Alguns dias depois a associação realizou outra publicação avisando que as aulas ofertadas em diversas cadeiras lecionadas pelos professores já estavam em funcionamento. Reconhecendo que esse serviço era de extrema importância para a classe trabalhadora, permitiu que além dos filhos dos associados pudesse frequentar também quem desejasse (parentes dos sócios), bastando para isso se entender com os professores (A UNIÃO, 10/03/1903, p. 2). A discussão sobre a possibilidade das aulas serem oferecidas também aos parentes dos sócios esteve presente desde as primeiras atividades em prol do ensino desenvolvido pela associação. Constituía-se como preocupação da instituição garantir educação de letras e ofício para os filhos dos associados, como uma maneira de garantir a capacitação dessa futura geração de trabalhadores.

Outras associações previam a instrução por meio de cursos profissionais, como A Sociedade Instrutiva e Beneficente União Caixerai, que deixava claro no seu nome social as suas intenções, e a Sociedade União Operária Beneficente que mantinha uma escola mista e diurna, a escola Alberto de Britto. Deve-se considerar que a maioria das associações foram reconhecidas de utilidade pública por leis Federal, Estadual e Municipal, talvez isso seja um indicador que boa parte das associações oferecia ensino, uma vez que a educação era vista como dever do governo. Vejamos a visão do presidente provincial Felisardo Toscano de Britto sobre a instrução pública:

A educação e intrucção da mocidade sam sagrados deveres dos paes de família e dos Governos. Sem ellas perigam a paz domestica, a segurança do

Estado e a estabilidade da sociedade, porque a ignorancia é o caminho mais curto para chegar-se ao crime.

E' com toda razão que se aquilata a civilização e o bem estar de um povo pelo seu maior ou menor desenvolvimento moral; e aos poderes do Estado corre o dever de zelar cuidadosamente de tão importante objecto.

As discussões para saber-se a quem cabia a obrigação de educar e instruir a mocidade já pertencem felizmente ao passado. Hoje todos os povos livres e civilizados tem admitido como um dogma social, que, se os primeiros elementos da educação devem ser recebidos no seio da família, ao Governo incumbe desenvolver-la e aperfeiçoá-la, levando-a até ás ultimas classes da sociedade. Qualquer que seja a vida, a profissão, a que se destine o individuo, lhe é indispensável, para que se possa dirigir com firmeza e segurança, a educação e instrução primaria, ou antes a-educação necessária (RELATÓRIO DE PROVÍNCIA, 1866, p. 37).

Sabemos que esse discurso foge do tempo demarcado da pesquisa, mas essa visão, na nossa interpretação, também se encaixa na perspectiva de educação na temporalidade do nosso estudo. A educação apesar de ser vista como dever dos governos não era real na vida da classe trabalhadora, haja vista que se fosse as associações não precisariam oferecer o ensino como um dos seus serviços, que demandava bastante esforço para colocar em prática e dar continuidade. Quando as associações não tinham no seu pacote de benefícios o oferecimento de aulas, proporcionava aos associados instrução por meio de bibliotecas. Citamos em páginas acima a doação de livros realizada por um farmacêutico à Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais e, no decorrer da leitura das atas (1881-1892) encontramos em diversas reuniões a doação de livros pelos próprios associados para composição da biblioteca. Desta maneira, as bibliotecas eram formadas comumente por doações, mas acreditamos que quando os cofres permitiam as associações dispunham de verba para a aquisição de livros. Analisando os cargos administrativos, boa parte das associações tinham arquivistas e bibliotecários, essas duas funções dão indícios de que as mesmas tinham um acervo de livros, ou seja, uma biblioteca.

Além desses serviços as associações prestavam atendimento jurídico aos associados. Lembrando que as associações definiam em seus estatutos uma moral a ser seguida pelos membros no seu cotidiano, sendo esse o princípio da defesa. Em 1919 a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais inseriu no seu quadro social como sócio benemérito o advogado Antônio Boto, o mesmo, ao receber o diploma, declarou que a partir de então prestaria serviços jurídicos grátis a associação (A UNIÃO, 12/06/1919, p. 2). Por muito tempo a associação teve que pagar a um advogado quando um membro necessitava, como a maior parte das associações que prestava tal benefício. Assim, as instituições concediam esse direito ao associado quando estava comprovada a sua inocência no caso em questão.

A necessidade do benefício jurídico para a classe trabalhadora morava em diversos pontos, iremos destacar um deles. Diante do processo de modernização vivenciada pela cidade da Parahyba, principalmente a partir do final do século XIX, começou-se a criar leis de repressão à vadiagem, para remover da cidade a população considerada “perigosa”. Quem se enquadrava nessa categoria? Qualquer sujeito que se encontrasse desempregado ou até mesmo estando empregado, mas caminhando pelas ruas da cidade no horário da noite, estipulado pelas autoridades policiais como inconveniente. Existia por parte das elites uma pressão em torno da repressão aos comportamentos considerados imorais. Essa visão reverberava na vida da classe trabalhadora de maneira bastante negativa. Qualquer pessoa abordada pela polícia nas ruas da cidade estava sujeita a repressão, nas formas de prisão ou surra.

Encontramos entre o mês de março e abril de 1885 no Diário da Parahyba dois casos de espancamento. O primeiro foi do Antonio Victorino do Nascimento por estar andando “fora de horas” pelas ruas da cidade, o cidadão foi abordado pela ronda policial e preso arbitrariamente; na cadeia ao reclamar os motivos da prisão o delegado mandou lhe dar uma surra de cassetete, o que o deixou ferido de maneira grave na cabeça e nos braços. A notícia ainda diz: “Quando a victima não podia mais gritar, foi aberta a porta e retirado o infeliz; a roupa ficou ensanguentada – vimo-la em no escritorio, assim como o padecente”, depois de revelar a sua posição contrária ao ocorrido terminou com a seguinte frase: “Nós esperâmos justiça” (DIARIO DA PARAHYBA, 3/03/1885, p. 1). O outro caso aconteceu com o senhor de idade Miguel e seu filho, ambos foram abordados em plena Sexta-feira da Paixão pelos soldados Manoel Camillo, Antonio Camillo e Pedro Callo na Rua da Matinha, onde aconteceu a violência, ambos foram espancados pelos mesmos motivos do Antonio Victorino do Nascimento, a publicação termina: “Ignoramos se autoridade competente tomou conhecimento do facto e apellamos para sua integridade” (DIARIO DA PARAHYBA, 05/04/1885, p. 1). Fatos como esses não ficaram restritos ao século XIX, vejamos esse outro:

O amcião Joaquim Lourenço das Mercês, homem morigerado e chefe de família, residente a rua da Concordia, foi, em a madrugada de ante-hontem, ao regressar do culto na igreja evangelica, assaltado por uma patrulha de policia pertencente ao posto de Jaguaribe.

Apesar de estar acompanhado de sua familia, foi ao pobre velho arrebatada uma bengala, que trazia á guisa de bastao para se escorar.

Allegando que não era desordeiro e morava naquella rua, os policiaes não o attenderam e tornaram effectiva a apprehensão da bengala.

Apresentando queixa ao dr. Democrito de Almeida, delegado do 2º districto, esta autoridade ordenou que os soldados entregassem ao pobre velho o objecto aludido.

Não se conformaram com isso os políciaes e cortaram a bengala a facão, entregando ao dono apenas o castão e a ponteira.

Joaquim Lourenço esteve em nosso escriptorio redacional, onde nos mostrou os restos de sua querida bengala.

Estava muito queixoso, o que é justíssimo, e declarou-nos ser eleitos e exercer as profissões de carpina e marceneiro nesta cidade, há longos anos.

Registrando a queixa da victima não podemos deixar de condemnar o procediemento brutal e injusto dos políciaes do posto de Jaguaribe (A UNIÃO, 03/01/1915, p. 2).

A reportagem recebeu o título “Queixa de um operario Violencia condemnavel”. Notícias como essas revelam que os poderes disciplinadores buscavam estabelecer a “ordem e progresso” da cidade através de ações arbitrárias. Achando-se detentores da lei a patrulha de policiais do posto de Jaguaribe abordou grosseiramente o senhor de idade Joaquim das Mercês, que em depoimento disse que era eleitor e mestre na arte da carpintaria e marcenaria há muitos anos na cidade, e, portanto estava bastante indignado com a situação. Chama a atenção o fato de que ele apoia a sua insatisfação em sua experiência de trabalhador e eleitor, esse discurso está imbuído de uma negação da ociosidade, com isso o mesmo queria dizer que não era vagabundo para passar por tal injustiça. O senhor Joaquim Lourenço das Mercês era um antigo membro da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, havia ocupado o cargo de Mestre de Cerimônia (1885-1886) e de 2º Conselheiro (1887-1888) na administração da associação, então, possivelmente recebeu auxílio jurídico da sociedade para ir falar com o delegado e publicar a notícia no jornal (LIVRO DE ATAS, 1885-1888).

Por fim, a comprovação que o Joaquim Lourenço recebeu auxílio jurídico da SAOML nos falta, mas o seu caso e os outros citados demonstram a necessidade desse tipo de serviço para a classe trabalhadora, pois a qualquer momento alguém poderia ser abordado e preso injustamente. Encontramos no livro de atas da associação alguns membros pedindo auxílio jurídico, um dos quais foi o sócio Sipriano Izidrio que estava sendo processado pela polícia da província (LIVRO DE ATAS, 23/04/1882, p. 37), isso nos indica que desde os primeiros anos de existência a associação oferecia aos seus associados benefícios dessa natureza.

As sociedades mutualistas formadas por trabalhadores possuíam critérios semelhantes de organização estrutural, definiam-se pelo critério de classe e estabeleciam regras e direitos sociais, logo se apresentavam para os seus membros como espaço de proteção, movido pelo sentimento de solidariedade dos envolvidos. Apesar de não podermos precisar até que ponto cada associação oferecia os serviços de socorro aos associados, podemos afirmar que as mesmas buscavam por diversos meios elevar a dignidade dos sujeitos inseridos na dinâmica.

Foi comentado, na medida do possível, os benefícios prestados comumente pelas associações, entre eles estavam principalmente o auxílio doença, funeral e o educacional, porém outras ofereciam pensões em caso de impossibilidade de trabalho ou até mesmo se responsabilizava em empregar os membros desempregados, como o caso da União Gráfica Beneficente Paraibana.

Nesse espaço de proteção os sujeitos históricos partilhavam entre si um conjunto de valores, tradições e práticas da cultura associativa. As organizações procuravam proporcionar os meios possíveis para garantir direitos em uma sociedade excludente. As experiências formadas a partir dessas ações lhes permitiam a construção de uma identidade coletiva de classe, o que fornecia leituras muitas vezes comuns sobre as condições de vida e inspirava projetos de um futuro mais digno.

O que estava circunscrito no fenômeno mutualista era a fluída dinâmica das ações humanas, conectadas pelas relações sociais, políticas, econômicas, culturais e institucionais do processo de ser associado no termo mais amplo da palavra. Desta maneira analisaremos no próximo capítulo aspectos da vida associativa da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, com foco no período da Primeira República.

CAPÍTULO III – “DE OLHOS FITOS NA GRATA ESPERANÇA, CONJUREMOS NUM VOTO DE IRMÃOS”: A SOCIEDADE DE ARTISTAS E OPERÁRIOS MECÂNICOS E LIBERAIS

3.1 A fundação...

Em 11 de setembro de 1911, a Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais⁴⁵ comemorou o trigésimo ano de existência, na ocasião o orador oficial eleito para as atividades sociais de 1912, Joaquim Vicente Torres, pronunciou para os presentes na sessão um discurso representando a posse da nova diretoria. As suas palavras nos dará a dimensão para compreendermos o processo de fundação da associação, pois está recheada de lembranças desse momento. Então expôs que:

Foi no dia de hoje, há 30 annos, que os infatigaveis conterraneos João Ramos da Silva, Manoel dos Anjos Custodio, Carlos Francisco dos Santos, Cypriano Izidro de Lucena, João José da Cunha, Innocencio Ferreira da Costa, Rozendo Martins da Encarnação, Alberto Carneiro de Britto, João Ferreira, Avelino Ribeiro Neves, Luiz de França Torres e Marcial José Antonio – muitos dos quaes de saudosa memoria – reuniram-se em a residencia do infatigavel João Ramos da Silva, hoje nosso socio benemerito, para tratarem do reaparecimento da Sociedade ‘Esperança’, installada particularmente em 8 de Setembro de 1876 e suspensa a 20 de Agosto do anno seguinte, devido a crise terrivel que nessa epocha avassalava a então provincia da Parahyba (A UNIÃO, 15/09/1911, p. 1).

O Joaquim Torres relembra em seu discurso as pessoas que tiveram a iniciativa de organizar a associação em 11 de setembro de 1881. No processo inicial encontravam-se doze homens que exerciam, na cidade da Parahyba em 1881, atividades diversas, desses sabemos que o Alberto de Brito Carneiro trabalhava como carpinteiro, com relação aos outros não tivemos como identificar as profissões. Os mesmos realizaram um processo comum para a fundação de uma sociedade, que era de reunir um pequeno grupo de sujeitos sociais com interesses comuns para dar o primeiro passo em direção à constituição de uma associação.

Desta maneira, com base nesse procedimento, os doze homens se reuniram na casa do João Ramos da Silva para discutir a possibilidade do reaparecimento da Sociedade Esperança, fundada em 08 de setembro de 1876, mas que teve uma vida curta, não chegando nem a completar um ano, encerrando as atividades em 20 de agosto de 1877. Então, a Sociedade de

⁴⁵ Nesse capítulo adotaremos a nomenclatura Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais (SAML), nos dois primeiros pontos. No terceiro ponto, utilizaremos o nome: Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais (SAOML).

Artistas Mecânicos e Liberais não foi à primeira organização mutual da capital da Parahyba? Não, os dados demonstram que a mesma é herdeira da antiga Sociedade Esperança, que provavelmente devia cumprir atividades mutualistas. E por que a Sociedade Esperança não teve uma vida longa? O próprio Joaquim Torres mostra que a mesma não avançou pelas circunstâncias críticas que passava a província. E qual era a crise estabelecida no final da década de 1870?

As dificuldades pelas quais passavam a província estavam atreladas ao fenômeno da seca. As poucas chuvas de 1876 mostravam para a população que o ano de 1877 seria difícil, e inevitavelmente o foi, nesse ano as chuvas deixaram de vir e a estiagem persistiu até 1879. A historiografia paraibana que aborda o tema descreve como a grande seca de 1877-1879 reduziu os sertões a um local complicado para a sobrevivência. A variável do clima sempre atacou o Nordeste brasileiro, sendo a área dos sertões a mais afetada, na Parahyba do Norte “a cada século, as ‘grandes secas’ abarcavam os sertões da região do interior e se prolongavam por dois ou três invernos” (LEWIN, 1993, p. 43), a pior do século XIX iniciou em 1877, modificando as condições econômicas e sociais da província. Segundo Linda Lewin (1993, p. 43) até a área do brejo produtora de alimentos sentiu a seca desse ano, o que não era característico. Em relatório, o presidente da província Esmerino Gomes Parente expunha que:

A falta de chuvas vai reduzindo os sertões da provincia ao mais deploravel estado.

Os criadores tem soffrido immenso prejuízo em seus gados, e, o que é mais, a população pobre, exhausia de recursos, acha-se opprimida pela fome, em consequencia da secca (RELATÓRIO DE PROVÍNCIA, 1877, p. 10).

Nesse sentido, os efeitos da seca atingiram de sobre maneira a população pobre com a falta de comida e água. Logo, como medida de sobrevivência essa população passou a migrar para a região do litoral, com vistas a fugir da seca, em busca de trabalho, moradia, alimentação e água, só “no ano de 1878, calcula-se que a capital do Estado fora invadido por cerca de trinta e cinco mil retirantes” (DINIZ, 2004, p. 122). A cidade da Parahyba desde 1877 passou a receber um número elevado de pessoas, porém, não possuía a estrutura necessária para oferecer as condições de vida que os mesmos estavam buscando, isso gerava uma grande tensão social com uma enorme quantidade de trabalhadores sem alimento e emprego, uma vez que o mercado de trabalho era bastante reduzido (DINIZ, 2004, p. 122).

Esse contexto de crise econômica e social marcado pelos efeitos da seca dificultou o prolongamento das atividades da Sociedade Esperança que encerrou, assim, as suas atividades em 1877. Apesar das chuvas terem começado a dar o sinal de aparecimento em 1879, os

efeitos da estiagem foram sentidos por muitos anos, então, quando João Ramos da Silva, Manoel dos Anjos Custodio, Carlos Francisco dos Santos, Cypriano Izidro de Lucena, João José da Cunha, Inocência Ferreira da Costa, Rozendo Martins da Encarnação, Alberto Carneiro de Britto, João Ferreira, Avelino Ribeiro Neves, Luiz de França Torres e Marcial José Antônio reuniram-se em 11 de setembro de 1881 para retomar as atividades da Sociedade Esperança, ainda estavam sentindo os problemas da consequência da grande seca. Dessa reunião:

[...] resultou ficar extinta a Sociedade ‘Esperança’, aparecendo então a Sociedade ‘Artistas Mechanicos e Liberaes’, cuja proposta foi apresentada por Alberto de Brito, entre nós representando ainda hoje uma sagrada relíquia daquelles tempos. Como padroeiro teve sempre a nossa aggremação a Santissima Trindade (A UNIÃO, 15/09/1911, p. 1).

Assim, a Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais nasceu dos resquícios da Sociedade Esperança. A nova instituição, que surge da proposta de extinção da antiga associação dada por Alberto de Brito, talvez representasse mais sujeitos históricos, sua nomenclatura deixava claro que estava a construir um espaço para representar os artistas mecânicos e liberais, e tinha como padroeiro a Santíssima Trindade. No encontro discutiu-se a necessidade da fundação da associação, os motivos pelos quais iria existir, os seus objetivos e finalidades, configurando-se como estratégia de luta para sobrevivência da classe trabalhadora, em particular a dos artistas mecânicos e liberais, ou seja, a atitude não deixava de ser um ato de esperança por dias melhores. Continuando ainda no discurso de Joaquim Torres:

Agora, senhores, é ou não uma necessidade para o operariado parahybano a Sociedade ‘Aristas Mechanicos e Liberaes’?
Nós, que empunhamos o malho, o buril, a enxó, a colher, a tesoura, o maço, o componedor, o pincel, e com o seu auxilio tiramos o parco meio de subsistência, podemos tambem com sacrificio de nossas economias, fazer parte de uma sociedade beneficente, para que nos momentos afflictos da vida possamos saborear o produto dos nossos sacrificios e adiantarmos os degrãos da escada deste edificio majestoso, elevando bem alto o seu valor junto ao operariado desprotegido e sem meios (A UNIÃO, 15/09/1911, p. 1).

A pergunta do orador foi muito pertinente para os presentes na sessão, pois buscou dar a dimensão de proteção que associação representava para a classe trabalhadora nos momentos difíceis da vida. Além disso, mostra a característica das categorias profissionais presentes no seio da instituição através das ferramentas de trabalho utilizadas. Como associação pluriprofissional, aceitava trabalhadores das artes mecânicas e liberais, desta maneira podemos encontrar no quadro social: alfaiates, barbeiros, carpinteiros, cerimeiros, cigarreiros,

ferreiros, funileiros, maquinistas, músicos, marceneiros, pedreiros, pintores, tipógrafos, torneiros e sapateiros. Esses trabalhadores possuíam habilidades no manuseio dos instrumentos de suas atividades conquistadas em anos de aprendizado e labuta. Especificamente, essa categoria de trabalhadores são artífices que:

[...] se dedicava às artes mecânicas, isto é, àquelas artes que se baseavam no trabalho manual, especialmente com a utilização de ferramentas. Trata-se de um trabalho mais especializado, implicando na maioria dos casos, um aprendizado mais longo [...] (MEDEIROS; SÁ, 1999, p. 83).

Assim, os membros da sociedade eram artistas mecânicos que utilizavam a força na execução do trabalho, mas detinham o conhecimento específico sobre o seu ofício; e os artistas liberais eram os que não precisavam realizar atividades manuais. Então, ficou definido, como um dos critérios de admissão, que o candidato fosse trabalhador artista mecânico ou liberal. Na sessão do dia 29 de janeiro de 1890, ocorreu uma calorosa discussão a respeito da entrada de sócios na instituição, o presidente José Canuto de Santa Rosa apresentou:

[...] um Requerimento do Irmão Manoel dos Anjos requerendo para que a Sociedade crie uma lei de direito a entrada ao comercio e agricultura posto o requerimento a discursão [...] o Irmão Felinto Santiago [...] acha boa a medida porem acha melhor que não aceitamos outra classe [...] dis que não acha bom que aceite esta medida de forma alguma. Dis o Irmão Manoel Tertuliano que entrada de outras classes não cauza mal nenhum a sociedade defende existe um regimento e pergunta [...] o que quer dizer Liberaes R que Liberaes são os Artistas que não trabalham braçal com bem Medico e Bachareis [...] o Irmão Agostinho [...] dis que emvista da proposta do Irmão Manoel dos Anjos aprovase que cuja aceitem porem que se cri uma lei privando ocupar qualquer cargo.

O Irmão Alberto de Britto dis que tem provado de mas por onde não tem procurado adeseestrutura desta sociedade e sim sempre tem procurado medidas para engrandeceimento dela como prupus uttimamente esta medida emvista de ter aparecido hum homem que nos ajude e com relação ao requerimento do Irmão Manoel dos Anjos [...] poço dizer que não aceita apenas digo que que apenas ceja aceita desde que possa cer discutida.

Finda [...] o Irmão Prezidente submete a proposta a discursão e avoctos por uma só vez e forão aprovados [...] o Irmão Agostinho dice que estes homens quando se oferecem assim e com algum interesse [...] (LIVRO DE ATAS, 29/01/1890, p. 4).

As falas se deram em torno do requerimento do sócio Manoel dos Anjos acerca de uma emenda à constituição para entrada de outras classes na associação. As vozes não são consensuais, alguns membros não concordavam com a proposta e outros até se dispunham a aceitar, mas com ressalvas. O que estava em questão era a identidade da associação, constituída sobre o critério da classe trabalhadora, relacionada a categoria de artista mecânico

e liberal, esse nos parece ser o único ponto consensual. Os membros sabiam da importância da instituição para classe e, a entrada de outra classe, como a dos agricultores, poderia interferir nos interesses dos sujeitos envolvidos no processo organizacional da sociedade. O sócio Manoel Tertuliano para defender a sua posição a favor da emenda recorreu à definição do termo “liberais”, presente na nomenclatura da instituição, que estava relacionado aos artistas que não utilizavam a força na execução de suas atividades, como os médicos e bacharéis. No final da discussão o requerimento foi aprovado, porém chama a atenção a ressalva do membro Agostinho para a restrição no que concerne a atuação de outras classes nos cargos administrativos da associação, essa posição tinha como intenção delimitar o espaço de sócios não pertencentes à classe dos artistas.

A associação classificava três tipos de sócios, os efetivos, os beneméritos e os honorários. Os efetivos eram os associados pertencentes à categoria de trabalhadores artistas que compartilhavam os deveres e direitos sociais; entre os efetivos estavam os sócios fundadores, aqueles que deram o primeiro passo em direção à formação da instituição. Podiam chegar à condição de sócio benemérito os membros efetivos que desenvolveram uma longa vida de atuação em favor dos interesses coletivos da associação. Os sócios honorários seriam os membros que não pertenciam à classe trabalhadora, mas que poderiam participar da associação, de acordo com o que foi decidido na sessão do dia 29 de janeiro de 1890, como contribuinte para a causa. O que os sócios honorários recebiam em troca? Segundo a historiografia do tema os sócios dessa categoria passavam a adquirir um poder simbólico dentro da sociedade. Contabilizamos 187 associados classificados como efetivos e honorários entre os anos de 1881-1892⁴⁶.

Desta forma, a Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais definia como uma dos principais critérios para a entrada de associados à condição de pertencer à classe artística. Os outros critérios perpassavam pela idade do candidato, a faixa etária estipulada inicialmente era de 15 anos até os 70 anos, mas para além da idade o fator de maior peso era a condição da saúde do proponente. Esses critérios passavam pela avaliação da comissão de verificação, sendo aprovado, o candidato a sócio passava pelo ritual de juramento⁴⁷, ponto culminante de sua entrada, por ser o momento em que o novo associado era recebido pelos membros e tinha contato com as leis da associação. A sociedade estipulava como o valor da joia de entrada 10\$000 (dez mil reis) que podia ser pago de maneira parcelada, mas com um prazo específico

⁴⁶ A lista de sócios está no anexo II.

⁴⁷ Todos esses pontos já foram vistos no capítulo anterior.

entre quatro e cinco meses; a mensalidade que garantia os direitos sociais, como os socorros, custava ao associado 1\$000 (mil reis) (LIVRO DE ATAS, 1881-1892).

Ao considerarmos a comparação realizada por Osvaldo Maciel (2011, p. 49) sobre os valores das mensalidades cobradas no caso do Rio de Janeiro, que girava em torno de 1\$000 (mil reis), com o caso de Maceió, onde algumas sociedades mutualistas cobravam o mesmo valor, percebemos que a quota mensal cobrada em Maceió era um valor alto para a realidade imediata dos trabalhadores maceioense. O valor da mensalidade cobrada pela Sociedade de Artista Mecânicos e Liberais fugia dos padrões monetários de boa parte da classe trabalhadora, principalmente por causa da situação do mercado de trabalho da cidade da Parahyba. Em 1886, o jornal *Diario da Parahyba* divulgava a seguinte notícia intitulada de a “Crise financeira”:

Os artistas desta capital percorrem todos os dias as ruas desta cidade sem que nada encontrem para fazer, havendo tantas obras publicas precisas de calçamento; portanto esses infelizes vem por meio deste pedir a proteção do governo quer provincial, quer geral (DIARIO DA PARAHYBA, 06/10/1886, p. 1).

A falta de trabalho acentuava as condições precárias dos trabalhadores artista, afetando assim, o cumprimento do dever de quitação da mensalidade. Ao analisarmos o livro de atas (1881-1892) percebemos que nos anos iniciais a associação teve grande dificuldade de executar as suas atividades, uma vez que muitos sócios chegavam a dever mais de três mensalidades, o que levava os mesmos, como veremos mais adiante, a perder os direitos sociais. Talvez por isso a associação tenha utilizado como estratégia a permissão de entrada de sócios estranhos à classe artística na categoria de honorário.

Em 25 de maio de 1884, ocorreu uma assembleia extraordinária para jogar os sócios que há muito deviam dinheiro à sociedade, foram eles: Avelino Ribeiro Neves, Cipriano Izidrio de Lucena, Fernando Correia da Silva, Francisco Ribeiro, Francisco Pedro do Nascimento, João Alves da Lús Filho, João Ramalho da Silva Coelho, José Arcanjo Moróro, José Moreira da Silva, Luis Rodrigues de Souza, Manoel dos Anjos Custodio, Manuel Rodrigues de Carvalho e Salvino Lopes de Vasconcelos. Na sessão ficou decido que os mesmos teriam um prazo de mais um mês para quitem as dívidas (LIVRO DE ATAS, p. 60). A dilatação do tempo para o pagamento das dívidas foi algo constante, sendo necessário pensar que a eliminação seria algo de última instância, quando, por exemplo, em caso grave de má conduta ou infâmia de um associado para com a classe, pois a decisão de excluir um

membro do quadro social era extremamente difícil para os companheiros que viviam as mesmas circunstâncias de vida.

Os sócios estavam sujeitos a várias penalidades quando transgrediam as leis estatutárias. O desvio de conduta mais comum era a falta nas reuniões, então para tentar sanar esse problema foi imposto uma penalidade de 200\$00 (duzentos réis) de multa para os que faltassem sem justificativa (LIVRO DE ATAS, 6/11/1881, p. 12). Levando em consideração que esse valor equivalia a um quinto da taxa da mensalidade, o sócio que faltava arcava com uma multa consideravelmente alta. A intenção da associação era que os sócios participassem das decisões de diversas ordens inerentes aos interesses da classe.

Os associados tratavam-se pelo adjetivo de irmão, o que denota em certa medida o caráter horizontal das relações estabelecidas, onde as decisões eram tomadas em comum acordo através das assembleias gerais. Essa designação ao conotar uma ideia de semelhança e igualdade entre os envolvidos, no processo de organização das estratégias de luta pela sobrevivência, partia de um ponto essencial para a união das forças, que era o reconhecimento dos associados entre si, dentro das relações de produção e nas experiências comuns que viviam no cotidiano. Devemos considerar também que o valor afetivo do termo, propulsor de sentimentos como o de solidariedade, estava presente nas relações das irmandades⁴⁸. Pelo próprio nome da entidade os membros tratavam-se como irmãos de base religiosa comum. Não é novidade na historiografia a presença de sujeitos históricos dentro de ambas as instituições⁴⁹.

Os dados de que dispomos para a análise não nos dá as condições necessárias para determinar em termos quantitativos mais precisos o envolvimento dos membros da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais com as irmandades, mas não podemos ignorar essa possibilidade. Sobre esse assunto, vejamos uma parte da sessão do dia 11 de setembro de 1890, após um debate acerca das atividades da associação o:

[...] Irmão Avelino dos Passos Orador declara [...] que existe um conta de tres mil res 3000 a pagar a dois homens que carregarão o cadaver de nosso Irmão ao Cemiterio Publico [...] o Irmão Avelinio dos Passos declara que era bom nomiar se uma commissão como que secreta afim de examinar

⁴⁸ Sobre as irmandades na Parahyba do Norte ver: ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. **Irmãos de cor e de fé: irmandades negras na Parahyba do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, 2008.

⁴⁹ Sobre ver: CORD, Marcelo Mac. **Andaime, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880**. Tese (Doutorado em História) – UNICAMP, São Paulo, 2009.

uma conta que existe da Irmandade das Mercês com finado pois consta aver um saldo a favor do finado o Irmão João Ramos concorda desde que convergendo houje e com o juis da Irmandade este avia dito da entrada delle e que athe aquella datta não tinha recebido o titulo o Irmão Manoel Dias Parêdes dice alguma coiza em relação ao que se tratou [...] (LIVRO DE ATAS, 11/09/1890, p. 47).

O orador Avelino dos Passos estava falando do ritual de adeus realizado pela sociedade para o falecido membro Francisco Moura. O pronunciamento se deu a respeito de uma dívida que a associação tinha para com dois homens por terem carregado o caixão do falecido associado durante o cortejo até o cemitério público da cidade. Na ocasião, o pronunciante também lembrou que o saudoso membro pertencia a Irmandade das Mercês e que, portanto, a associação deveria formar uma comissão para averiguar a procedência da afirmação. As irmandades ofereciam os serviços funerais para o seu quadro de associados, o que Avelino dos Passos queria com a fala e a formação da comissão era que, comprovada a presença do membro na Irmandade das Mercês, a dívida existente fosse paga por tal instituição ou dividida entre ambas. Não nos custa lembrar que o funeral era um benefício bastante oneroso para a associação, pois além de pagar toda a estrutura do enterro, havia ainda a prestação de auxílio à família do moribundo. Interessa-nos para além da dívida a ser paga pelo funeral do sócio Francisco Moura, a presença do mesmo na Irmandade das Mercês, por revelar que alguns desses sujeitos históricos estavam inseridos não só na associação mutualista.

O caso citado permite pensar a probabilidade de permanência de valores das irmandades nas associações de auxílio mútuo. Ao considerarmos que não existiam mutuais anteriores à Sociedade Esperança e a Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais, os fundadores e uma parcela dos sócios possivelmente estavam inseridos nas irmandades. Então, dentro de uma nova experiência organizacional possível à classe trabalhadora, a ideia de irmão herdada das irmandades era ressignificada para possibilitar um clima de igualdade e fraternidade entre os associados.

Retornaremos agora ao pronunciamento de posse do orador Joaquim Vicente Torres. O orador seguiu falando sobre os primeiros passos em direção à fundação da sociedade, após algumas reuniões os sujeitos envolvidos no processo trataram da:

[...] sua primeira eleição, a qual teve lugar no dia 6 de Dezembro de 1881, ficando composta a sua directoria dos seguintes associados:- Rozendo Martins, director; João Ramos da Silva, 1 vice-director; Fernando Correia da Silva, 2 vice-director; Avelino José dos Passos, 1 secretario; Antonio Joaquim Ferreira das Neves, 2 secretario; José Ribeiro Guimarães, adjunto;

Luiz Vicente do Rozario e Alberto Carneiro de Brito, oradores; Vicente Gomes Jardim, thezoureiro; Avelino Ribeiro Neves e Francisco dos Santos, procuradores. A posse dessa primeira direcção deu-se no dia 1º de janeiro de 1882.

Seguiram-se, então, outras administrações, trabalhando todas para o mesmo fim, no intuito de mais tarde dotar esta utilíssima e humanitária Sociedade com um prédio próprio, onde os seus associados podessem cada vez mais tratar do seu desenvolvimento.

A' custa de milhares de sacrificios tem caminhado esta Sociedade, procurando sempre cumprir á risca aquillo que está gravado em seus Estatutos, auxiliando os seus associados quando as circunstancias da vida assim o requer, distribuindo regularmente os seus beneficios [...] (A UNIÃO, 15/09/1911, p. 1).

A exposição do Joaquim Torres buscava relembrar para os associados que a associação, que estava completando o trigésimo ano de existência, vinha há muito tempo desenvolvendo ações em prol dos membros, sendo a comemoração consequência dos árduos anos de luta travados pelos primeiros associados e as administrações. Seguiremos em parte a sistematização dessa citação.

Nos primeiros anos de vida, a sociedade teve que criar as estruturas básicas para o seu funcionamento, como: a criação do estatuto, a nomeação de uma diretoria para administrar as atividades sociais e a compra de um prédio para ser sua sede social. Boa parte dos primeiros objetos foi doada pelos membros como: os primeiros bancos, cofres, livros, escrivania, entre outros objetos necessários para o funcionamento da associação. Realizou-se no final do ano de 1881 a primeira eleição da instituição para dar prosseguimento às atividades que já estavam em andamento. Para a realização da eleição, os membros acharam de bom tom ter um espaço favorável para o procedimento, então, formaram uma comissão para pedir emprestado ao D. Abade um salão do Convento de São Bento. Um dos membros da comissão responsável foi o Luiz Vicente. Após conversarem com o D. Abade explicando a situação na qual se encontrava a sociedade, o mesmo permitiu que as eleições fossem realizadas no Convento de São Bento (LIVRO DE ATAS, 6/11/1881, p. 11). Na sessão do dia 04 de dezembro de 1881 foi divulgado o resultado das eleições.

TABELA VI

PRIMEIRA DIREÇÃO DA SOCIEDADE DE ARTISTAS MECÂNICOS E LIBERAIS

Cargo	Nome
Presidente	Rosendo Martins da Encarnação
1º Vice-presidente	João Ramos da Silva

2º Vice-presidente	Fernando Correia da Silva
1º Secretário	Avelino José dos Passos
2º Secretário	Antonio Joaquim Ferreira das Neves
Adjunto	José Ribeiro Guimarães
Orador	Luis Vicente do Rosário
Adjunto	Alberto Carneiro de Britto
Tesoureiro	Vicente Gomes Jardins
Adjunto	Avelino Ribeiro das Neves
1º Procurador	Carlos Francisco dos Santos
2º Procurador	Avelino Ribeiro das Neves
Adjunto	Manoel Tertulaino Correia

Fonte: LIVRO DE ATAS, 04/12/1881, p. 17.

Ficou a cargo dessa administração da continuidade na construção e aprovação do estatuto e de conseguir um lugar para servir de sede social. Os nomes, os cargos e a data da eleição divergem um pouco da exposição do Joaquim Torres, diante dessa situação tomamos como configuração da primeira diretoria a registrada na ata da sessão do dia 04 de dezembro de 1881. Além dos cargos administrativos a sociedade contava com diversas comissões: beneficência, sindicância, a responsável pela construção do estatuto e pela aquisição do prédio.

As leis da associação foram construídas no decorrer das primeiras reuniões, um dos membros da comissão responsável foi o Alberto de Brito, que em várias reuniões apresentou capítulos, artigos e parágrafos do estatuto para ver a opinião dos associados. Com participação ativa, os demais associados comumente também apresentavam propostas de artigos e parágrafos para o estatuto, quando isso acontecia ocorria o processo de votação que poderia ser ou não favorável. Isso nos indica que na associação os membros tinham o direito e o dever de participar e opinar sobre os diversos assuntos inerentes ao interesse coletivo. Vejamos como isso se procedia, em uma das sessões:

Dada a palavra aquém quisesse dizer alguma coisa a bem da Sociedade pedirão apalavra: Alberto propoes que os candidatos propostos approved em qualquer mez [...] só tem o direito pagando a mensalidade inteira, como se tivesse entrado no principio do mez, posta em votação approved por maioria.

O Irmão Alberto como membro da comissão de organizar o Estatuto apresentou quatro capítulos com quinze art.º sendo estes aprovados, exceto o art.º treze que declarava ser feita a escolha de Presidente para Sociedade pelo Presidente da Província.

O Irmão Antonio Ribeiro demonstrou que deverá ser feita esta escolha pela assembleia geral da Sociedade, posta em discussão e a votos aprovados (a proposta do Irmão Antonio Ribeiro) (LIVRO DE ATAS, 09/10/1881, p. 8).

Nessa sessão podemos ver que o estatuto foi construído com a participação dos associados. Apesar de o estatuto ser uma questão burocrática e seguir um padrão, representava legalmente os interesses da associação, ou seja, o que estava sendo formado era a identidade de classe da sociedade, onde os membros se reconheciam entre si e reconheciam também as leis que regiam as ações dos envolvidos no processo de organização da instituição. Esses sujeitos sociais sabiam como proceder diante dos decretos imperiais que regulamentavam o funcionamento das sociedades civis, uma vez que já haviam provavelmente realizado as mesmas coisas para a fundação da Sociedade Esperança.

Partindo especificamente para a citação, observa-se que houve a aprovação da proposta do membro Alberto de Brito que instituiu que o candidato a sócio aprovado teria que pagar, independentemente do dia do mês em que entrasse na associação, a mensalidade completa, sem desconto. Como também apresentou quatro capítulos com quinze artigos, dos quais quatorze foram aprovados pela assembleia, ficando reprovado o Art. 13º que declarava ser feita a escolha do presidente da sociedade pelo presidente da província. Segundo o sócio Antônio Ribeiro a escolha do presidente deveria ser realizada pela assembleia geral, sendo colocada em votação a sua proposta foi aprovada. A atitude de reprová-lo o Art. 13º demonstra que os trabalhadores artistas tinham conhecimento dos decretos imperiais que regulamentavam a existência das sociedades civis. A posição da associação estava dentro dos padrões legais, pois a lei imperial nº 1.083 de agosto de 1860 e o decreto nº 2.711 de dezembro do mesmo ano que, entre outras coisas, determinava que a escolha do presidente deveria ser realizada pelo presidente da província mediante uma breve consulta à instituição, fora revogada em 1872, através do decreto nº 5112 de outubro que retirou do poder executivo o direito de nomear os presidentes das associações.

O estatuto ficou pronto em junho de 1882, na sessão do dia 18 desse mês e ano o sócio Vicente Jardins “[...] declarou que o Estatuto achava-se na mão do Presidente da Província [...]” (LIVRO DE ATAS, 18/06/1882, p. 51). Após entregar o estatuto para a avaliação do poder provincial, a Sociedade iniciou uma caminhada longa até a sua aprovação. Segundo a historiografia do tema esse era um processo relativamente rápido, dava-se geralmente por

média de meses. No entanto, no caso da Sociedade Artistas Mecânicos e Liberais demorou bem mais que o comum. Nas sessões que ocorreram até a aprovação sempre esteve presente nos debates à negligência do governo emitir o parecer sobre o estatuto. Apesar da sociedade não ter conseguido a aprovação do estatuto no tempo desejado, as suas atividades já estavam sendo colocadas em práticas. Apresentaremos agora, o trajeto vivenciado pela sociedade para ter seu estatuto aprovado.

Com menos de um mês os associados começaram a se manifestar nas sessões sobre a demora na aprovação do estatuto, como no caso da reunião do dia 17 de julho de 1882, quando o adjunto do cargo de procurador Manoel Tertuliano “[...] falou a respeito a demora do Estatuto na Presidência da Província [...]” (LIVRO DE ATAS, 16/07/1882, p. 52). Em outras reuniões o assunto era sempre lembrado. A demora dificultava à associação colocar em prática algumas atividades, como as eleições para administração da associação que possuía mandato anual. A segunda eleição deveria ocorrer no mês de novembro de 1882, porém não aconteceu. Em sessão foi lido:

[...] um officio no qual pedia que se fizesse a eleições annual e o Irmão orador com apalavra em vista do officio declarava que não se podia fazer a eleição em vista do Estatuto não estar approvedo pela Presidencia da Provincia o Irmão Thesoureiro que era de acordo que se fizesse a eleição quando tivesse pronto o Estatuto [...] (LIVRO DE ATAS, 3/12/1882, p. 72).

Antes de ser tomada a decisão de que as eleições só ocorreriam após a aprovação do estatuto, o presidente Rosendo da Encarnação havia incumbido o tesoureiro Vicente Gomes de ir falar com alguém do governo para saber como andava o processo de avaliação das regras da associação (LIVROS DE ATAS, 10/10/1882, p. 62). Mesmo com essa iniciativa de ir cobrar do governo o seu posicionamento, a sociedade chegou ao mês de novembro sem resposta, então, o adjunto Manoel Tertuliano “[...] declarou que visto o Irmão Thesoureiro çer muito ocupado achava conveniente o Irmão Prezidente nomear um comissão do Prezidente da Provincia pedindo approvação do Estatuto [...]” (LIVRO DE ATAS, 12/11/1882, p. 67), a comissão foi formada por três membros. Um das principais preocupações da demora da aprovação do estatuto era a respeito das novas eleições que deveriam ocorrer no mês de novembro. Porém, como vimos, chegou o mês de dezembro e a comissão não tinha obtido êxito, o que dificultava em certa medida o cotidiano da associação, em particular a realização das eleições.

Depois de bastante dificuldade o tesoureiro Vicente Gomes conseguiu falar com o senhor Rabelo, homem ligado à máquina burocrática. Na conversa Rabelo informou que o

estatuto não tinha sido aprovado porque continha muitas cláusulas e da maneira que estava não iria gastar menos de 300\$00 (trezentos réis) para poder registrar a sua existência junto ao governo. Não sabemos o que efetivamente tinha no estatuto, mas é possível que houvesse algo que fugisse ao padrão estabelecido pelas leis do Império. Logo após a informação, o presidente Rosendo da Encarnação restituiu a comissão organizadora do estatuto para solucionar o problema exposto. No mês de fevereiro de 1883, as modificações no estatuto ficaram prontas, assim o orador Alberto de Brito declarou em sessão que:

[...] vista da precisão que se tinha do Estatuto e vendo a ocupação do Irmão Thesoureiro lembrava que o Leonçio tinha boa letra e se prestava a copiar o Estatuto porem para [...] entrar [...] com a joia delle a fim delle entra como socio nesta Sociedade visto ele ter muita vontade de entrar e as poças não dava para elle dispor logo de dez mil res e que foi logo approvada pelos os Irmãos presente [...] (LIVRO DE ATAS, 25/02/1883, p. 65).

Ao ser concluído as modificações o estatuto deveria ser escrito para então ser lido e aprovado em sessão e enviado novamente para o governo provincial, por isso, a associação aceitou o candidato a sócio Leôncio, que pagaria a sua entrada com os serviços prestados. É bom lembrar que no final do ano de 1882, a legislação sobre o controle das atividades associativas tinha sido revogada com a lei nº 3.150 de 04 de novembro e o decreto nº 8.821 de 30 de dezembro, ou seja, os estatutos das novas associações não precisavam mais da aprovação do poder executivo. Mesmo assim, após a leitura e a provação em assembleia na sessão do dia 15 de março de 1883, o estatuto foi encaminhado para o presidente da província; recebendo em julho o parecer de aprovação do governo (LIVRO DE ATAS, 15/03/1883, p.73; 08/07/1883, p. 95). Como podemos ver, a aprovação do estatuto da SAML demorou mais que o comum, sendo necessário todo um esforço para obtê-la.

Como sabemos, as primeiras reuniões foram realizadas na casa dos sócios e a primeira eleição aconteceu num salão do Convento de São Bento cedido por D. Abade. Depois da eleição, a sociedade precisava de um espaço para se reunir e desenvolver as suas atividades, mas como a maioria dessas associações nascia de empreendimentos de indivíduos muitas vezes desprovidos de condições financeiras, a aquisição de um prédio próprio demandava um esforço de alguns anos. Então, o sócio Alberto de Brito conversou com o sócio Avelino dos Passos para ver se:

[...] poderia adquirir com D. Abbade de S. Bento um quarto para a Sociedade funcionar os 3 ou 4 anos, o Irmão ficou de falar com o D. Abbade. O Irmão Avelino dos Passos como de fato que fallei e elle disse-me que dava estão pediu-me que a Sociedade tenha de manda uma commissão para tratar sob este assumpto.

O Irmão Samuel Ribeiro perguntou se não tinha inconveniente [...] o Irmão Avelino disse que não havia inconveniente algum [...] O irmão Presidente nomeou uma comissão dos Irmãos seguinte: Luiz Vicente do Rozario, Luiz Torres, João Ramalho, João Ramos, Antonio Joaquim e Avelino José dos Passos [...] (LIVRO DE ATAS, 14/02/1882, p. 32-33).

Desta maneira, a associação desenvolveu as suas primeiras atividades em um quarto do Convento de São Bento cedido pelo D. Abade. Em forma de agradecimento, a associação concedeu o primeiro título de sócio honorário ao D. Abade. A sociedade conseguiu adquirir um terreno para a construção de seu prédio social em 1885. Na sessão de 22 de novembro de 1885, ficou decidido que a sociedade iria comprar por 500\$000 (quinhentos mil réis) o terreno do Major Clementino, que ficava por traz da Igreja das Mercês, onde construiu a sua sede social, e assim, entregou o quarto concedido pelo D. Abade. O prédio foi construído e pago por meio de muito esforço dos membros, o Major Clementino dividiu o valor em cinco parcelas de 100\$000 (cem mil réis). Temos que considerar que em meados do mês de maio desse ano, a sociedade passava por uma crise financeira⁵⁰, pois a falta de trabalho que afetava não só o artista associado estava dificultando o pagamento das mensalidades. Tais acontecimentos levaram a associação a criar um aditivo ao estatuto que permitia aos sócios quitarem suas dívidas durante o período de crise da maneira mais conveniente as suas necessidades. Então, para pagar as mensalidades do terreno, a sociedade teve de lidar com as variáveis da vida; num cálculo rasteiro, a entidade tinha que ter mensalmente o recebimento de 100 mensalidades para poder arcar com as parcelas.

O aditivo ao estatuto mostra que na medida em que a sociedade ia vivenciando a sua realidade, ia modificando as leis para adaptá-las às suas necessidades. Isso permitiu aos sócios experimentarem experiências de companheirismo, solidariedade e de tomada de decisão que contribuíram para a formação da identidade de classe trabalhadora.

Algumas mudanças foram realizadas no corpo administrativo da sociedade no decorrer dos anos. Ao invés de ter dois vice-presidentes, passou a ter dois conselheiros, retirou a figura do 2º secretário, ficando apenas o adjunto, o tesoureiro passou a ser figura única, sem adjunto, e ainda, criou os cargos de: hospitaleiro, mestre de cerimônia e porteiro. Conseguimos rastrear algumas diretorias dos anos iniciais, que seguem abaixo:

⁵⁰ Sobre as causas da crise econômica da Parahyba, nos fins do século XIX, que penalizava a classe trabalhadora com falta de trabalho, salários insignificantes e alto custo de vida, ver: Eliete Gurjão, 1994.

TABELA VII
ADMINISTRAÇÕES DA SOCIEDADE DE ARTISTAS MECÂNICOS E LIBERAIS (1885-1889)

Administração (1885-1886)	
Presidente	Manoel dos Anjos Custodio
1º Conselheiro	Avelino José dos Passos
2º Conselheiro	Marcial José
Secretário	Agostinho Lima
Adjunto	José dos Santos
Orador	Luis Vicente dos Rosários
Adjunto	Felinto Ribeiro da Silva
Tesoureiro	Rosendo Martins da Encarnação
Hospitaleiro	Alberto Carneiro de Britto
Mestre de Cerimonia	Joaquim Lourenço da Mecêr
Porteiro	Umbelino Felipe Santiago

Administração (1887-1888)	
Presidente	Antonio Pereira Jurubeba
1º Conselheiro	Umbelino Felipe Santiago
2º Conselheiro	Joaquim Lourenço da Mecêr
Secretário	Leoncio Pereira da Silva
Adjunto	Antonio João das Neves
Orador	José Canuto dos Santos
Adjunto	-
Tesoureiro	Alberto Carneiro de Britto
Hospitaleiro	Felinto José Ribeiro
Mestre de Cerimonia	José dos Santos

Porteiro	José Antonio do Nascimento
----------	----------------------------

Administração (1888-1889)

Presidente	José Canuto dos Santos
1º Conselheiro	Felinto José Ribeiro
2º Conselheiro	Leoncio Pereira da Silva
Secretario	Manoel dos Anjos Custodio
Adjunto	João Ramos da Silva
Orador	Alberto Carneiro de Britto
Adjunto	Umbelino Felipe Santiago
Tesoureiro	Antonio Pereira Jurubeba
Hospitaleiro	Daldivino Serrão
Mestre de Cerimonia	Manoel Tertulaino Correia
Porteiro	Pedro Alexandrino

Fonte: LIVRO DE ATAS, 1885-1889 p. 40, 44, 43.

A data da administração demarca o ano da eleição e do mandato. Conseguimos visualizar a primeira diretoria que regeu os trabalhos da casa entre 1881-1883, a de 1886, de 1888 e 1889; no entanto, não tivemos como identificar as diretorias dos anos de 1884, 1885, 1890, 1891 e 1892. Mas, fazendo uma análise das diretorias formadas é provável que tenha ocorrido uma grade rotatividade nos nomes dos ocupantes das cadeiras administrativa. Comparando os membros presentes no primeiro e segundo quadro de diretorias, é perceptível a permanência de Alberto de Carneiro de Britto em todas as administrações observadas, ocupando os cargos de: Adjunto orador (1881-1883), Hospitaleiro (1886), Tesoureiro (1888) e Orador (1889).

Outros membros ocuparam cargos em mais de uma administração, como: Rosendo Martins da Encarnação (Presidente, em 1881-1883; Tesoureiro, em 1886), João Ramos da Silva (1º vice-presidente, em 1881-1883; Adjunto do secretário, em 1889), Avelino José dos Passos (1º Secretário, em 1881-1883; 1º Conselheiro, em 1886), Luis Vicente do Rosário (Orador, em 1881-1883, 1886), Manoel Tertuliano Correia (Adjunto do Procurador, em 1881-1883; Mestre de Cerimonia, em 1889), Manoel dos Anjos Custodio (Presidente, em 1886;

Secretario, em 1889), José Canuto dos Santos (Adjunto do Secretário, em 1886; Orador, em 1888; Presidente, em 1889), Joaquim Lourenço da Mercê (Mestre de Cerimonias, em 1886; Secretário, em 1888), Umbelino Felipe Santiago (Porteiro, em 1886; 1º Conselheiro, em 1888; Adjunto do Orador, em 1889), Antonio Pereira Jurubeba (Presidente, em 1888; Tesoureiro, em 1889), Leoncio Pereira da Silva (Secretário, em 1888; 2º Conselheiro, em 1889) e Felinto José Ribeiro (Hospitaleiro, em 1888; 1º Conselheiro, em 1889). Como podemos perceber, existia uma acentuada democracia interna na associação, a rotatividade dos cargos era alta; observando o cargo de presidente, por exemplo, nos anos de 1886, 1888 e 1889, verificamos que foi ocupado por pessoas diferentes.

A atuação dos sócios era de fundamental importância para a execução das propostas estabelecidas pela associação, que tinha por fim proteger os associados nos momentos infelizes da vida, com benefícios de diversas ordens. Ao analisarmos as atas, entre 1881-1892, observamos que alguns membros exerciam uma participação mais atuante, algumas vezes sempre estavam presentes nas sessões. Esse era o caso do associado Alberto Carneiro de Brito, que além de participar de diversas comissões e ocupar mais de um cargo na associação, geralmente opinava sobre os problemas a serem resolvidos. O associado Alberto de Brito pediu licença à associação em 31 de julho de 1890 para sair da capital em direção a Guarabira⁵¹, segue abaixo as suas palavras nesse sentido:

[...] com a palavra [...] pede huma lincencia pois tem de retirar se para o interior do Estado para a Cidade de Guarabira onde vou residir por alguns tempos visto achar cer lhe muito util neste lugar abem de ceus trabalhos e declara que athe esta data não tem queixa nenhuma da Sociedade e nem de ceus Irmãos pelo contrario retira-se muito pezorouzo de adeixa e estarei pronto sempre de onde esteja para os cerviços da mesma Sociedade e la fazer aspirar [...] na quelles artista afim de que se auxili a Sociedade e pede [...] a Santissima Trindade para que progrida mas e que devemos tomar como exemplo pelas outras mas Sociedades como bem do Rio de Janeiro e Pernambuco o Irmão Ailipio E F dos Céus com apalavra mostrou os centiementos com a retirada do Irmão Alberto C de Britto visto os ceus bons serviços prestados nesta associação e o Irmão Alberto com a palavra agradece a bondade e bôa vontade do Irmão Alipio e continuou dizendo que prometia a plantar naquella Cidade o mesmo nos Artistas e elevar esta Sociedade desde que continuava a pertencela sempre [...] (LIVRO DE ATAS, 31/07/1890, p. 44).

O tom saudoso das palavras de Alberto de Brito não era à toa, pois como já falamos, o mesmo era um dos sócios mais atuantes da sociedade. Como expomos no capítulo anterior, o sócio quando ia deixar a cidade por algum motivo tinha que informar à associação a sua

⁵¹ Sobre o desenvolvimento econômico e a urbanização de cidades do interior da Parahyba do Norte, a partir da expansão produtiva e comercial do algodão, ver: Linda Lewin (1993) e Elite Gutjão (1994).

ausência nas atividades sociais. Por esse motivo, Alberto de Brito informou à sociedade que estava deixando a capital em direção à cidade de Guarabira por questões de trabalho. Revelou em seu discurso a preocupação com o andamento da associação e pediu para os companheiros tomarem como exemplo a atuação das sociedades do Rio de Janeiro e Pernambuco. Qual o motivo de estarmos tratando o pedido de licença do Alberto de Brito? A razão reside na questão de ser criada uma sucursal da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais em outra cidade. Alguns meses após sua ida para Guarabira, Alberto de Brito enviou um ofício à associação propondo criar uma Sociedade Beneficente filiada à SAML em Guarabira, a proposta foi lida e aprovada por unanimidade pelos companheiros (LIVRO DE ATAS, 28/09/1890, p. 48).

Ao criar uma sociedade ligada à SAML, Alberto de Brito estava cumprindo a sua promessa de plantar no seio dos trabalhadores artistas de Guarabira o sentimento de solidariedade e união da classe ou, pelo menos, estava dando um passo nessa direção. A instituição criada em Guarabira não foi a única a surgir filiada à SAML. O jornal A União publicava a seguinte notícia em 1903:

Obedecendo as mesmas instruções e fins a que se destina a sociedade de Artistas Mechanicos e Liberaes desta cidade, consta-nos está se creando na prospera cidade de Alagôa Grande, sob a iniciativa do activo moço Francisco Medeiros Pimenta, uma sociedade, cujos fins são desenvolver a classe operaria, tendo também um curso primário.
Esta sociedade será filiada a dos artistas Mechanicos e Liberaes (A UNIÃO, 15/09/1903, p. 1).

A notícia avisava que na cidade de Alagoa Grande estava sendo criada uma associação por Francisco Pimenta ligada a Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais. A sociedade não influenciou a formação de associações apenas no estado, auxiliou também um grupo de operários em Natal-RN a reinstalarem o Centro Operário Natalense, em 1º de maio de 1911 (CIRCULAR DE DIRETORIA, 1929). A formação de sucursais não era tão comum entre as sociedades mutualistas, isso pode nos indicar que a SAML no decorrer de sua vida conseguiu estrategicamente a prosperidade que permitia a execução de benefícios para os seus associados. Além disso, como vimos no capítulo anterior, a SAML passou por um processo de fusão com o Centro Artístico e Operário, o que modificou a sua nomenclatura, passando a se chamar de Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais.

Por derradeiro, trazemos para o momento de encerramento da discursão desse ponto outra parte do pronunciamento do orador Joaquim Torres: “Em relação ao nosso

desenvolvimento senhores, nada preciso adiantar, deixando ao critério dos que nos têm visitado, e que vem dia a dia as transformações pela quaes vai passando a nossa benemerita corporação” (A UNIÃO, 15/09/1911, p. 1). O Joaquim Torres deixou a critério dos presentes na sessão de posse da nova diretoria, após ter proferido palavras que narraram as lembranças das primeiras iniciativas de fundação da sociedade, a visão sobre o desenvolvimento da mesma que dia a pós dia vinha lutando em prol da classe trabalhadora associada à instituição.

Por último, lembramos que a proposta desse ponto residiu em mostrar o processo de fundação da associação e suas primeiras atividades, não tivemos a intenção de tratar aqui especificamente dos benefícios concedidos aos associados, uma vez que não temos documentação para avançar nesse sentido e de certa forma já foi contemplado, mesmo que minimamente, no capítulo anterior. Buscaremos pensar agora a ideologia que permeava a estratégia de atuação da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais.

3.2 A SAML: classe, fim da escravidão e política

“Sim, hoje sei a verdade, o artista é sempre artista” (O BRADO ARTISTICO, 17/10/1883, p. 4), em uma sociedade monárquica e republicana excludente, a realidade configurava-se pela negligência no que concerne às questões inerentes a vida da classe trabalhadora. Na intenção, de divulgar as reclamações e reivindicações de uma classe que buscava uma vida mais digna em meio a esse contexto, surgiram no final do período Imperial e início do Republicano, dois jornais criados pelos trabalhadores artistas para expor as dificuldades cotidianas da vida, que tinham como principal objetivo defendê-la. O primeiro, *O Brado Artístico*, em sua primeira página expunha o seguinte programa:

Tendo ele o seu berço entre as pessoas inteiramente pobres [...] que compoem a classe artística [...] Acompanhar, porem, a marcha progressiva da civilização, e o pensamento dos homens sensatos e ilustrados; clamar contra a injustiça e opressão; pleiteiar a sublime causa do povo e da classe; sempre de lançar em punho contra a tyrania e abusos [...] (O BRADO ARTISTICO, 17/10/1883, p.1).

O segundo, *A Pinça*, evidenciava ser por “[...] demais sensível a falta de um jornal que fosse o defensor extremo da classe artistica, cujas precarissimas condições, á ninguém é dado conhecer” (A PINÇA, 07/03/1892, p. 2). Ambos os jornais publicavam os assuntos dos mais variados relacionados à classe trabalhadora em suas colunas. Tinha como principal

propósito mostrar que os trabalhadores artistas eram sempre trabalhadores artistas na sociedade excludente, sendo mecanismos de difusão de informações acerca da realidade problemática a qual esses sujeitos estavam inseridos, onde os mesmos tinham que lidar com diversos infortúnios, como: desemprego, doenças, precária alimentação e moradia, entre outras problemáticas de consequência de governos que não proviam o básico para a sua sobrevivência⁵².

Podemos encontrar no livro de atas da Sociedade de Artista Mecânicos e Liberais (1881-1892) o sentimento de uma classe desprovida de direitos compartilhada por todos os membros. Nas palavras do sapateiro associado Bento de Lucena os “artistas aqui pareciam serem maldiçoados” (LIVRO DE ATAS, 26/09/1886, p. 177), pela falta de trabalho, tendo, por consequência, uma limitada vida. A associação se configurava como o lugar de proteção para a classe trabalhadora, buscando atuar na vida dos associados com benefícios básicos para a sua sobrevivência: assistência médica, farmacêutica, pagamento de dívidas na hora do desemprego, apoio jurídico, funeral e escolar.

A base do edifício social da sociedade era formada pelos trabalhadores artistas, grupo essencialmente explorado na relação capitalista de produção. Ao realizar uma análise de classe para compreendermos as ações desenvolvidas pelos protagonistas da associação, estamos preocupados em mostrar como os sujeitos históricos eram conduzidos pelos valores e desejos de superação das dificuldades por meio de ações possíveis à realidade social. As condições possíveis de atuação são construídas dentro do processo de luta, na medida em que se vai vivenciando. Segundo Thompson (2012, p. 274) a “classe e a consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real”, o termo como o próprio historiador ressalva não pode ser tomado no sentido literal e mecânico, o que queremos entender a partir dessa preocupação é como as pessoas que estão estruturadas num determinado contexto, vivenciam as mesmas condições cotidianas, reconhecem os interesses e discutem os mesmos entre si no decorrer da luta, identificam as experiências e descobrem a si mesmas como classe.

Assim, reconhecemos que a luta promovida pela Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais no decorrer de suas atividades sociais, era uma luta de classes, estabelecida no dia a dia, na convivência cotidiana coletiva, que possibilitava cruzarem entre si sentimentos de solidariedade e companheirismo na criação de projetos de atuação em prol de todos os

⁵² Aspectos dessa vida precária já foram visto no primeiro capítulo.

envolvidos. Os dados que possuímos não nos permitiu visualizar a categoria profissional de todos os associados, nem nacionalidade, cor, idade, estado civil e onde moravam. No entanto, sabemos que boa parte desses associados se conhecia, tanto por morarem na mesma localidade quanto por trabalharem no mesmo ramo. As evidências disponíveis nos permite apreender apenas que eram sujeitos com interesses iguais buscando unir forças na busca por dias menos incertos e que eram trabalhadores artistas de diversas categorias. Porque a associação só aceitava em seu quadro social como membro efetivo os trabalhadores artistas e liberais? Qual o significado no final do século XIX de ser trabalhador, no caso artista?

Essas são perguntas que inevitavelmente temos que compreender. O período do final do século XIX e início do XX foram marcados por diversas mudanças implantadas pela sociedade urbana-industrial; nesse contexto, a Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais aparecia para os trabalhadores como um espaço de proteção diante da realidade que se configurava. Boa parte dessa conjuntura já foi contemplada em páginas anteriores, porém ainda não abordamos a questão inerente à ideia de trabalho e trabalhador presente na sociedade paraibana da época. É essa questão que nos permitirá formular uma resposta para as interrogações, por isso, faremos algumas observações sobre a questão do trabalho, para então retornar às perguntas.

Segundo Maria Medeiros e Ariana Sá (1999, p. 82) apesar da predominância do trabalho escravizado no Brasil escravista, havia os trabalhadores livres e libertos que estavam presentes também por todo o país. No caso do Nordeste, em particular da Parahyba do Norte, em época de crise de mão-de-obra escravizada os homens pobres livres e libertos passaram a ser arrematados para trabalharem no processo produtivo. A crise da mão de obra escravizada que se acentuava cada vez mais no decorrer do século XIX; diminuía o percentual de escravizados e aumentava a população pobre livre e liberta. Esse fenômeno vinha tomando fôlego desde o final os século XVIII. Assim o:

[...] declínio da escravidão reforçou a utilização do homem livre pobre em todos os setores da economia paraibana. Assim, como em todo o Norte, o morador-agregado foi a relação de trabalho mais utilizada, acompanhada pelo assalariamento e pela a ampliação do sistema de parceria. Com a crise da escravidão, o homem livre pobre, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, foi a garantia encontrada pelos proprietários rurais paraibanos de responderem às exigências e solicitações do capitalismo internacional (SÁ, 2005, p. 77).

Com base nos registros da Paróquia de Nossa Senhora das Neves, em 1801 existiam 3.385 trabalhadores escravizados e 800 livres, já em 1805 o número de trabalhadores

escravizados caiu para 3.166 e dos livres aumentou para 1071, com particular atenção para os jornaleiros que totalizavam 1000 pessoas (MEDEIROS, SÁ, 1999, p. 82). O contexto da proibição da entrada de escravos no território brasileiro e do tráfico interprovincial, com o deslocamento dos escravizados para servir de base à economia cafeeira do sudeste, elevou o número de homens pobres no processo produtivo da Parahyba do Norte. Segundo Solange Rocha (2009, p. 113) os indivíduos livres pobres ao “longo dos oitocentos, passaram a compor a maior parte da população, enquanto o número de escravos diminuía a cada década rumo ao fim da escravidão”.

Segundo Ariovaldo Diniz (2004, p. 95) na medida em que o fim da escravidão se apresentava como processo irreversível, os grandes proprietários nordestinos colocavam para si diversos questionamentos, todos relacionados ao que fazer com a população egressa da escravidão, numa sociedade de mercado capitalista. Evidentemente, o discurso modernizador que começava a tomar forma a partir da segunda metade do século XIX, passava a buscar definir a pobreza e o homem pobre enquanto categoria social para a nova ordem capitalista de produção. Pois embora o trabalho livre, de definição especializada tanto no interior dos engenhos como no mercado urbano realizado por “trabalhadores autônomos, mestres artesão e seus aprendizes, detentores de todo o processo de trabalho”, como artistas em suas atividades, convivesse com a escravidão desde o seu estabelecimento, a concepção de trabalho na mentalidade da sociedade estava circunscrita numa visão de pertencimento da mão de obra ao seu patrão, submetida à vontade alheia ao seu poder de decisão (KOURY, 1986, p. 136). Essa visão estabelecia uma:

[...] representação negativa para a sociedade livre, do papel desempenhado pelo trabalhador (escravo) e do trabalho em si no seio do corpo social. O trabalhador escravo tinha papéis claramente definidos no processo societário da época, bem como o artista, o oficial-artesão, o trabalhador livre que detinha o controle e autonomia de sua produção [...] (KOURY, 1986, p. 136).

Desta maneira, o trabalho manual possuía uma carga negativa, dada a sua relação com a escravidão. Com a ampliação da população pobre livre e liberta, os grupos dirigente passaram a se preocupar com a formação de um mercado de trabalho assalariado livre. Para isso, como expôs Ariovaldo Diniz (2004, p. 95-103), as elites dirigentes da política e economia passaram a idealizar estratégias para incorporar a população pobre à sociedade do trabalho, através do disciplinamento por meio da formação e do trabalho. Um dos primeiros empreendimentos nesse sentido foi a proposta de criação de colônias agrícolas realizada pelo

presidente da província Henrique Beaurepaire Rohan (1857), logo em seguida Ambrósio Leitão da Cunha (1859) promulgou a Lei n. 6, de 1 de abril de 1859, permitindo a criação da escola de aprendizes artífices na cidade da Parahyba, com aulas nos ofícios de sapataria e alfaiataria, visando colocar principalmente a população pobre jovem na ordem do trabalho.

O processo terçava pela ressignificação do conceito de trabalho, arquitetado na concepção do bom homem, dignificado pelo seu suor que lhe dá o sustento material. O trabalho passava a ser visto como uma necessidade humana de dignificação. Com o fim da escravidão e a proclamação da República a percepção da moralização pelo trabalho acentuou-se, não só aqui mais em outras localidades do país. Sidney Chalhoub em “Trabalho, Lar e Botequim” (2001), mostra como os legisladores no Rio de Janeiro estavam atentos a essa questão. O homem pobre configurava-se na visão das elites como um ser completamente perigoso quando estava distante do trabalho, que era visto não mais como algo degradante. Assim, o “trabalho como disciplina não mais imposta por uma ação compulsória, como na sociedade escravagista, mas, trabalho como propulsor de disciplina, encarada no seu aspecto positivo de dignificador dos indivíduos” (KOURY, 1986, p. 136).

As elites compreendiam e difundiam através do discurso modernizador a necessidades da população pobre de internalizar o hábito do trabalho como o bem supremo das relações sociais. O trabalho revelava em suas concepções a qualidade moral do indivíduo pobre, que quando estava à margem do mundo do trabalho era visto como vagabundo e desordeiro; o discurso implantado desconsiderava até mesmo as limitações estruturais do mundo do trabalho da Parahyba. O único caminho da classe pobre integrar:

[...] o quadro social na sociedade de trabalhadores livres, pós-1888 no Brasil, era o do trabalho, o da moral disciplinar possibilitada pelo trabalho. Neste sentido, a visão e a definição do homem comum pobre para o imaginário social da sociedade pós-escravocrata no Brasil é a do homem que trabalha, do homem que possui trabalho. Os que não possuem trabalho são potencialmente vagabundos, ladrões, desordeiros (KOURY, 1986, p. 137).

A população que a cada dia se ampliava tinha que lidar com essa nova concepção de trabalho, ou melhor, aprender a lidar. Enquanto as elites e o Estado criavam uma moral para os sujeitos sociais desprovidos de direitos na sociedade capitalista a partir das atividades de produção, de maneira que a educação para a civilização fosse criada dentro desses espaços, coube à própria classe trabalhadora construir uma moral própria, com princípios e maneira de pensar que guiassem as ações dos homens e mulheres que vendiam a sua força de trabalho, elaborando um sentido positivo do trabalho, mas não com os mesmos objetivos produzidos

pelo Estado: essa nova e própria moral tinha a intenção de organizar os trabalhadores em classe, sistematizando suas lutas contra a exploração do trabalho (MATTOS, 2009, p. 35).

Então, a classe trabalhadora concebia os espaços organizados para a luta como lugar de ligação dos nós entre si, em busca da superação das dificuldades que surgiam diariamente, na formulação de uma própria concepção do trabalho. Agora retornamos às questões que nos levaram a essas observações sobre a questão do trabalho. A definição societária realizada pelos agentes protagonistas da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais partia do pressuposto dos associados pertencerem à classe dos artistas mecânicos e liberais, pela diferenciação entre o trabalho feito com ferramentas que necessitavam de conhecimento e habilidade para serem utilizadas, do trabalho manual sem especialidade. Devemos compreender que estamos falando de uma associação que deu os seus primeiros passos organizativos nos últimos anos do período da escravidão, em que o conceito de trabalho já passava por transformações. Logo, a classe trabalhadora artística valorizava o trabalho feito com perícia, honraria e dignidade, adjetivos que os permitia diferenciar-se de boa parte da população pobre. Pertencer à associação significava estar dentro do mundo do trabalho, claro que a mesma, como já falamos, criou para os sujeitos envolvidos no processo a sua própria ética do trabalho com base no princípio do conhecimento específico.

Trata-se, portanto, da formação de uma associação definida pelas características do trabalhador especializado em alguns ramos das atividades econômicas existentes na capital da Parahyba no final século XIX. Na sessão do dia 4 de fevereiro de 1890, os membros discutiam entre outros assuntos sobre o trabalho do cigarreiro, se em sua prática existia arte, ou seja, se o cigarreiro era um trabalhador detentor do conhecimento e do domínio do processo produtivo. Vejamos essa parte da sessão:

[...] o Irmão Agostinho L pergunta se Sigarreiro é arte ou ofício o Irmão Avelino dos Passos declarou que se responde ao Irmão Agostinho o Orador respondeu que esta é uma couza que não se pode responder já tão depressa [...] o Irmão Manoel Luis Parêdes dice alguma couza nece centido e dice que acha que deve existir alguma couza de Artista no Sigarreiro [...] (LIVRO DE ATAS, 04/02/1890, p. 35).

Na fala do orador a resposta só poderia ser dada diante de uma avaliação da execução das atividades exercida pelos cigarreiros, dando opinião acerca do assunto o membro Manoel Paredes compreendia que nas atividades de cigarreiro existia arte, ou seja, havia um trabalho especializado. É bom ressaltar que os estabelecimentos voltados à produção do cigarro tinham características artesanais. A citação demonstra que os associados tinham a preocupação de só

aceitarem no seu quadro social os trabalhadores especializados, porém, conjecturamos que no decorrer de sua vida a associação deva ter tornado esse critério mais flexível, principalmente quando se fundiu ao Centro Artístico e Operário. Apesar de não termos como esquadrihar a profissão de cada sócio e outros aspectos de sua vida, nos é possível afirmar que existiam profissionais de diversas áreas, de carpinteiro a cigarreiro.

Os associados deixavam registrado nas sessões o interesse da associação de representar a classe artística, o membro Agostinho Lima dizia em uma reunião: “a dita Sociedade é composta por artistas, e os mesmos sempre podem dizerem alguma couza [...]” (LIVRO DE ATAS, 06/06/1886, p. 157), nesse sentido, era valorizado a participação dos companheiros nas sessões que serviam para discutir os interesses de classe. Sendo nas sessões o momento onde os associados dispunham de poder na construção do espaço de proteção. Comumente falavam da necessidade de união da classe para a concretização dos projetos que surgiam sempre em meio aos desejos de superação das dificuldades enfrentadas pelos membros. Os discursos de animação eram constantes, imaginem que estamos falando de sujeitos que passavam por problemas diversos e, por causa deles, o desânimo no projeto associativo muita das vezes se fazia presente no quadro social; no entanto, são esses mesmos problemas que circulavam no primeiro passo de identificação, o segundo perseguia a junção dos interesses em prol de uma luta por melhores dias, isso permitia aos membros se perceberem enquanto classe construtora de uma experiência organizativa. Vejamos algumas vozes na sessão do dia 06 de junho de 1886:

[...] com apalavra o Irmão Alberto ocupando o lugar de Orador este fez um discurso dando alguns exemplos dizendo que nossa Sociedade não está morta e a apresentou a Sociedade Mecanica de Recife, dando exemplo [...] Luis Vicente [...] pediu animação entre todos os artitas [...] (LIVRO DE ATAS, 06/06/1886, p. 157).

Os membros da sociedade sabiam que para alcançar os objetivos de criar mecanismos políticos e sociais, dependiam da união da classe e do seu comprometimento com os fins da associação. Em 11 de outubro de 1886, foi proposta a criação de um órgão informativo em favor da classe, na intenção de ser um dispositivo de representação pública dos artistas entre as diversas classes da sociedade paraibana (LIVRO DE ATAS, 11/10/1886, p. 170). Dias depois, no final de uma reunião, alguns sócios se pronunciaram a respeito da criação do jornal, o “[...] Luis Vicente alegou que deve ser federação artistica, Bento alegou que este jornal deveria ser criado de 12 janeiro em diante e (Agostinho apoiado)” (LIVRO DE ATAS, 24/10/1886, p. 172). Não conseguimos saber se o jornal circulou, conhecemos apenas a sua

proposta, que de maneira geral estava ligado à ideia de representação dos interesses da classe artística.

Para a formação dos seus membros e os seus filhos a sociedade oferecia aulas de português, física e disciplinas atreladas a algumas atividades profissionais. Desde o início a associação teve o interesse de colocar esse benefício em prática, sabendo que esse não era um projeto fácil de ser executado, por demandar capital e participação efetiva dos associados. Na sessão de 27 de janeiro de 1884, o presidente em exercício “[...] determinou que todos ultimos domingos de cada mez era de extruções, e pedio mais aos socios que não faltassen as sessões e também as aulas [...]” (LIVRO DE ATAS, 27/01/1884, p. 95). As aulas, as sessões e o dia estabelecido para instruções formavam o tripé educacional da associação, tendo como critério a construção de membros participativos na associação. A respeito das aulas já tecemos alguns comentários em outro momento, ficaremos restritos ao dia estabelecido para a instrução e a sua relação com a participação dos associados nas sessões.

A participação nas sessões era dever de todos os associados, nela se discutia questões inerentes às diversas esferas da vida associativa: apresentação de proposta, aditivos, emendas, reforma no estatuto, direitos e deveres dos sócios, eleições, função dos cargos administrativos e comissões, organização de eventos entre outras ações. Saber como proceder nas reuniões demandava uma apropriação da cultura associativa que se manifestava no cotidiano. Na análise das atas (1881-1892), não encontramos nenhuma sessão específica sobre o dia determinado para instrução, por isso não sabemos como se procedia, no entanto, partimos do pressuposto que esse era um momento reservado para dar noções, explicações e esclarecer os associados em suas dúvidas a respeito de como agir nas atividades da associação, sem contar que poderia ser um dia para ensinar as primeiras letras aos membros que não podiam frequentar as aulas regulares.

Qual a importância de ter a dimensão de como agir no meio social? Levando em consideração que as decisões da associação eram tomadas nas assembleias gerais por meio de votação, os membros tinham que saber o significado de algumas palavras comuns ao vocabulário associativo, como aditivo, emenda, preposição, entre outras, para poderem ter uma participação efetiva de interferência e opinião. Portanto, nos parece que a data determinada pela associação para instrução dos seus sócios estava inserida na possibilidade de formação dos membros para uma vida ativa na instituição. Citaremos uma sessão quase na íntegra para visualizarmos melhor o que estamos explanando.

[...] o Irmão Luis Vicente do Rozario dis que com relação ao Aditivo do Irmão Alberto vocto afavor porem oferece uma emenda que é o socio devendo três mezes tem direito a toudas regalias de socios e devendo çes ficará suspenço de toudos os çeus direitos unicamente terá o direito de entrar na Sociedade e comparecer toudas as sessão e como o Aditivo entende que deve çêr aguardado o art que dis que a Sociedade só pode fazer qualquer despeza depois de te çeu edfficio e Liceu de Artes posta a discussão o Irmão José dos Ramos pedi ao Irmão Prezidente para mandar ver se no Estatuto tem algum artº que manda ellimamar socios [...] encontra e sim manda elliminar em cazos de infamia praticada por qualquer soçio, pergunta o Irmão Manuel dos Anjos se quando approvo se esse projecto se o Irmão Luis Vicente não recebeu o officio de participação nesse sentido respondeu que não dis Manuel dos Anjos e se não recebeu por que não entregarão pois foi oficiado a toudos nesse sentido e [...] que o Irmão soube divia procurar sanar esse engano em que todos reponde que soube porem por cauza de ocupação não pode comparecer porem ainda mesmo que fosse aprovado não foi em tres sessão concectivas o Irmão Manuel Tertuliano disse ainda alguma couza o Irmão Luis Vicente pede a discursão na emenda o Irmão José de Souza dis que esteve presente porem ignorava tanto que se soubece que era assim não tinha dado [...] nenhum porem como deu estar dado talvez ainda agora [...] o Irmão Avilino Jose dos Passos Valdivino Serrão votão com o Irmão Luis Vicente pede apalavra o Irmão Avilino e não poude dizer o que queria apenas disse que tinha tanta pratica de soçiar que lhe faltava as expreção e que assim e que passa os projectos por cauza da innocencia entre muitos Irmãos o Irmão Joaquim Lourenço dis que se volta sem conhecimento que como elle desde ontem que houvia falar em aditivo porem não sabia o que quer dizer houje e que vem saber que adtivo é uma emenda por que lhe explicarão o Irmão Alberto ainda fallou com relação a dinheiro que o cofre emprestou o Irmão Jose de Souza disse alguma couza em relação a esse assunto o Irmão Manoel Tertuliano a acompanhou findo isso o Irmão Prezidente submeteu o adtivo ao poder de voctação e foi aprovado unanimemente porem com a emenda do Irmão Luis Vicente do Rozario [...] (LIVRO DE ATAS, 06/11/1885, p. 126).

Existia todo um procedimento burocrático na reunião que devia ser seguido pelos membros. Após o sócio Luís Vicente propor um aditivo ao estatuto, o membro Alberto de Brito, com a palavra, aduziu uma emenda ao mesmo, diversas outras falas encontraram eco na discussão sobre a aprovação da proposta. É notório que alguns associados sabiam claramente como proceder na sessão, a exemplo de quando ocorreu a reclamação por parte de um dos sócios por não ter recebido o ofício informando da ocasião da sessão, e o questionamento de ter sido aprovada ou não a proposta em três sessões consecutivas. Mas também outros membros tinham dificuldade de apreender a discussão por não saber de alguns termos utilizados, o Joaquim Lourenço em sua fala, disse que desde o dia anterior à reunião ouvia falar sobre o aditivo, porém não sabia o que isso significava, ficando apenas sabendo naquele momento e que isso o fazia votar sem conhecimento; já José Souza diz que estava presente na sessão questionada, mas votou sem saber do que realmente se tratava. A instrução que se dava no dia estabelecido, como também nas aulas e nas sessões compunham o processo de

formação da classe, resultado não no sentido sólido e sim dinâmico das experiências vividas em meio às diversas séries de acontecimentos do mundo associativo e pessoal dos envolvidos.

A compreensão dessas questões da dinâmica burocrática da instituição dava aos associados um maior poder de opinião nas decisões. O desenvolvimento da associação dependia do envolvimento dos associados, e a maioria dos que se posicionaram na sessão tinham sido eleitos para ocupar cargos administrativos no ano social de 1886: o Avelino José dos Passos (1º conselheiro), Luís Vicente do Rosário (orador), Alberto de Brito (hospitaleiro) e Joaquim Lourenço (mestre de cerimonia). Desta maneira, a instrução era imprescindível na construção de projetos de atuação em prol de uma vida menos incerta para os associados. Segundo David Montgomery (apud Petersen, 2001, p. 53), cresce dos esquemas de vida da classe trabalhadora e do seu trabalho o socialismo, que tem sua raiz de vivacidade no mutualismo ativado pela luta diária em busca do manejo das circunstâncias da vida, e este:

[...] mutualismo se manifesta em valores, lealdades e pensamentos, assim como em ações e só pode triunfar tornando-se cada vez mais consciente de si mesmo e articulado. A luta [...] só avança quando os trabalhadores conscientemente se unem e decidem o que querem e como querem fazê-lo (Montgomery apud Petersen, 2001, p. 53).

Nesse sentido, o socialismo compreendido na organização mutualista se manifesta por meio da formação dos laços solidários, compondo o caráter de união das forças em prol da luta coletiva. Em uma das sessões, o membro Manoel Tertuliano reprovando os atos de desunião diz: “quanto era bom o Socialismo, e postamente reprovou aquelles que pariculamente reprovava o Socialismo” (LIVRO DE ATAS, 28/03/1886, p. 22), assim, o termo socialismo presente em sua fala estava atrelado à concepção de união no processo de associar-se em busca de proteção às circunstâncias da vida.

O compartilhamento de uma cultura associativa foi sendo construído no dia a dia da associação através de toda a dinâmica praticada. Na medida em que os associados iam vivenciando as conjunturas associativas, dadas às condições objetivas e subjetivas iam entrelaçando os interesses e formando a classe. A sociedade tinha por fins representar os interesses da classe dos artistas, preservando a dignidade dos associados dentro uma realidade de exclusão social e política. A sessão do dia 21 de julho de 1891 iniciou com um discurso do orador João dos Ramos, que tinha como tema a união dos membros e a necessidade da presença de todos nas sessões, por motivo de ser o local de tomada de decisões, para exemplificar o seu discurso com uma situação real:

[...] fez um outro discurso animando e mostrando por exemplo o Irmão Samuel Ribeiro que sempre foi um bom socio e depois dispregou a sociedade e apouco praticou ato por cujo motivo estar na cadeia, quaze cendo proceçado o Irmão Secretario com apalavra pede a Sociedade para avaliar [...] O Irmão Bento de Lucena com apalavra declarou que a Sociedade deve dar hum passo em prol do Irmão Samuel porquanto elle tenha se tornado mau socio porem devemos mostrar hum exemplo tanto a elle com a outros que possão usar do mesmo procedimento [...] O Irmão Felinto Santiago com apalavra anuiu ao pençamento do Irmão Bento em vista de que o Irmão Presidente nomeou uma commissão dos Irmãos Bento Lucena, Felinto Santiago e Luncio Pereira para examinar o que é feito do Irmão Samuel e responder a Sociedade e se mesmo achar conveniente pedir uma sessão extraordinária no cazo de urgência [...] (LIVRO DE ATAS, 21/07/1891, p. 51).

O orador João dos Ramos buscou mostrar através de sua fala que a sociedade seria o lugar de proteção da classe artística. Fora da instituição os artistas se encontravam a mercê do seu próprio destino, o que poderia ser perigoso, para mostrar isso aos ouvintes citou o caso do companheiro Samuel Ribeiro, que enquanto estava compartilhando os códigos morais da associação se encontrava em boa situação, no entanto, ao se afastar começou a realizar atos que o levou à cadeia. Provavelmente o orador desejava que os membros pensassem o que seria de Samuel Ribeiro longe da associação e inserido nessa situação, alertando a todos do perigo de estar distante do espaço institucional. Na mesma linha de pensamento, Bento Lucena falou que deveriam dar um passo em favor do Samuel Ribeiro, para mostrar a todos que a associação era o espaço de proteção da classe artística, os presentes concordaram com o proposto e nomeou-se uma comissão para tratar do assunto. O presidente deu a comissão o poder de convocar uma reunião extraordinária diante do caráter de urgência do fato.

Após a averiguação do acontecido a comissão realizou uma sessão extraordinária no dia 28 de julho de 1891, onde Bento Lucena declarou que:

[...] como membro da commissão para agenciar a sultura do Imão Samuel Ribeiro q quando a comissão chegou já o Irmão estava solto por intermedio do cidadão José Serrano, e o Presidente emediatemente por lembrança de alguns socios ordenou amesma commissão para hir em nome da Sociedade dar os agradecimentos ao nosso cidadão Serrano o Irmão Innocencio dice alguma couza com relação ao mesmo assumpto o Irmão orador fez um importante discurso em dever de sua obrigação o Irmão João Ramos com a palavra dice alguma couza a bem da Sociedade com relação ao que se acaba de tratar (LIVRO DE ATAS, 28/07/1891, p. 52).

A notícia de que o companheiro havia sido solto por intermédio do senhor José Serrano foi bem recebida pelos associados. Depois da notificação, o presidente Agostinho Lima deu a incumbência para a mesma comissão ir agradecer em nome da sociedade a ajuda que o senhor José Serrano prestou ao Samuel Ribeiro.

O cuidado da sociedade de tomar conhecimento da situação do Samuel Ribeiro pode ser considerado um demonstrativo de sua preocupação para com a classe artística e, pela busca de sua união. As atividades coletivas desenvolvidas construía uma relação de solidariedade e companheirismo entre os membros, esses sentimentos os levavam a proteger até os associados que por algum motivo se afastavam da associação. O caso também nos permite pensar nas estratégias utilizadas pela agremiação para reconquistar os sócios afastados do seio social da organização e conquistar novos. Alguns dias depois o Samuel Ribeiro pediu a sua readmissão (LIVRO DE ATAS, 19/08/1891, p. 55).

Nas manifestações em prol dos companheiros, nas sessões, nos dias de instrução, nas aulas, ou seja, no seu cotidiano, a associação exercia ações na defesa dos interesses dos trabalhadores artistas, consolidando projetos, planejando outros e criando estratégias de luta pela sobrevivência, que contribuíram para a emergência de uma identidade de classe para os envolvidos no processo.

O livro de atas (1881-1892) nos permite visualizar em certa medida como a classe artística compreendia alguns acontecimentos sociais inerentes à sua realidade. Sabemos que a sociedade vivenciou nesse período a crise do escravismo, a ressignificação da ideia de trabalho e a transição do regime monárquico para o republicano. A primeira vez que a associação discutiu algo em torno da questão da escravidão, foi em meio à notícia da Lei Imperial nº 3.353, conhecida pelo nome de Lei Áurea, aprovada no dia 13 de maio de 1888, que punha fim aos mais de três séculos de regime escravocrata no Brasil. Através dessa documentação percebemos que a informação foi recebida pelos artistas paraibanos com divergência de opiniões, não entre os associados, e sim entre esses e os artistas não associados. O motivo do desacordo quanto ao acontecimento não nos é possível proferir, apenas acreditamos que tenha relação com o mercado de trabalho.

No jornal *Diario da Parahyba*, os artistas Manoel Rodrigues de Carvalho, Adolpho Ferreira Nobrega, Eugenio A. C. Nobrega, Manoel F. Chagas, José A. de Farias e Manoel A. Bezerras realizaram uma publicação intitulada de “Saudações artisticas”, mostrando as suas posições a respeito do fim do regime escravocrata. Saudaram da seguinte maneira:

[...] aos grandes acontecimentos que se realisam no seio da sociedade brasileira, vêm por meio da imprensa manifestar o seu enorme contentamento pelo grandioso sucesso da libertação integral do BRAZIL. A festa de hoje é [...] segundo um grande triunfo e tem seu ideal no methaphysico, a sua poesia na arte, e a sua renda na tradição [...] na historia e deve ter tambem as suas festas na vida do povo.

Nós artistas do grande lidador em prol da causa dos escravos, saudamos a aurora redentora.
Hurrah! (DIARIO DA PARAHYBA, 15/05/1888, p. 2).

Entre os que assinaram a publicação pertenciam à associação os artistas: Manoel Rodrigues de Carvalho e Adolpho Ferreira Nobrega, mas isso não quer dizer que eles estavam representando a associação. A publicação em tom comemorativo pelo fim da escravidão deixa o indício de que uma parcela da classe artística lutava contra a escravidão. Esse indício pode ser mais bem compreendido com o conteúdo da sessão do dia 20 de maio de 1888 realizado pela Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais, vejamos:

[...] o presidente propoz que vista as manifestações que tem tido o povo Brasileiro de ambas as classes sobre a abolição da escravidão, entende que a Sociedade deve também manifestar-se em fazer também uma Passeata, conjuntamente atodos da clase Artistica [...] também não passava por despercebida. O Irmão Daldivino com apalavra dice um aporte, dizendo: que dava cota por parte da Sociedade, e não por causa da clase, que elles mesmo fasiam guerra [...] não se fazer era butar-se com dificuldade. O irmão Avelino com apalavra, disse que achava bom se a Sociedade podece fazer dici só, porem contando [...] com todos os artistas não acha bom que elles mesmos eram os proprios a faserem objeção a não se fazer, por causa da Sociedade. O Irmão orador com apalavra, apresentou um exemplar oferecido pela redação do Pelicano. E em continuação disse: em quanto a Passeata devia-mos fazer, em bora emcontrase-mos barreira não devíamos deixar passar despercebido (LIVRO DE ATAS, 20/05/1888, p. 21).

Podemos enxergar, mesmo que de maneira simples, na proposta do presidente Antônio Jurubeba a posição da classe artística sobre o fim da escravidão. Primeiro devemos considerar a divergência de opinião entre os artistas paraibanos. Em segundo lugar temos que considerar que a sociedade se posicionava favorável aos acontecimentos. Não sabemos se a associação implementou alguma ação em prol da abolição, o que temos em mãos são os indícios de que a classe artística paraibana não viu o fim da escravidão da mesma forma, e essa diferença de pensamento talvez estivesse atrelado ao mundo do trabalho.

A proposta de Antônio Jurubeba foi vista com discordância pelos associados, não pelo conteúdo, e sim pela forma como foi proposto para demonstrar a posição da associação diante dos acontecimentos. A proposta circulava em torno de uma passeata organizada pela associação, onde todos os artistas paraibanos deveriam tomar parte no evento; os sócios se posicionaram a favor da passeata, mas que a mesma deveria contar apenas com os artistas associados, pois alguns que não estavam dentro da organização não concordavam com a abolição. A sessão foi encerrada e não ocorreu o procedimento burocrático comum, que era de colocar a proposta em votação. Analisando as sessões posteriores também não encontramos

menção ao assunto. Diante disso, não sabemos se a associação realizou a passeata, nos jornais do período que tivemos acesso também não encontramos notícias a respeito. É provável que a mesma não tenha acontecido, até porque a proposta não foi colocada em votação.

O novo regime político brasileiro que entrou em cena em 15 de novembro de 1889 através de um golpe; proclamou o fim da monarquia e estabeleceu a República no Brasil. Com a Proclamação, as mudanças políticas no país passaram a ser guiada por um governo provisório sob a égide do Marechal Deodoro da Fonseca. O papel do governo provisório era de organizar as estruturas do quadro constitucional na elaboração da primeira Constituição da República. O princípio da Constituição promulgada em 1891 organizou a República numa federação e deu autonomia aos estados que compunham a federação nas áreas política e econômica. Todavia,

[...] a herança do império ainda pairava sobre os contornos da nascente República Brasileira; em seus termos de consolidação o que se viu foi um intenso jogo de rearranjos de poder, longe de uma pertença conquistada. Os homens do poder do novo regime iniciaram, a partir de então, um complexo jogo político que ao longo de três décadas (1889-1930) intensificou a dominação de grupos restritos e seletos que, constantemente, revezavam-se no poder, cuja estrutura nada tinha de nova (MARTINHO NETO, 2010, p. 190).

Dentro da nova estrutura em formação, permaneciam os grupos sociais que dominaram a economia e a política do Império, ou seja, ocorreu notavelmente uma continuidade do domínio das elites na política da Primeira República. A base política dos estados personificada no governador favoreceu a consolidação de uma política clientelista, montada nas nomeações de cargos (FAORO apud Martinho Neto, 2010, p. 191); essa estrutura de interdependência solidificou a influência política dos governadores sobre o controle do Estado, que tinha como meio as eleições (o voto) (MARTINHO NETO, 2010, p. 192). Assim, a eleição passou a ser “o argumento para legitimar o poder, não a expressão sincera da vontade nacional [...] a vergonha dos chefes não nasce da manipulação, mas da derrota. O essencial é vencer a qualquer custo” (FAORO apud Martinho Neto, p. 192).

Na Parahyba do Norte, a notícia da proclamação da República:

[...] foi recebida com considerável incredulidade, os anos 1890 refletiram, mais fortemente mesmo do que ao nível nacional, uma continuidade com o final do Império. Tanto o Partido Conservador como o Liberal haviam se constituído segundo linhas de filiação familiar bastante consistentes, que se estenderam por diversas gerações. Às vésperas da República, não existia propriamente um Partido Republicano, ‘apenas, nos partidos existentes, aqueles republicanos dispersos’. Os blocos familiares que tinham controlado

o governo provincial desde a década de 1830 assumiram os rótulos dos partidos nacionais, sem subscrever suas perspectivas econômicas ou ideológicas. Assim, como na maioria dos estados brasileiros, os alinhamentos familiares na Paraíba foram os determinantes dos alinhamentos partidários, pois ‘sempre foram conservadores os Azêvedo e Cunha, liberais os Dantas’ (LEWIN, 1993, p. 204).

Nesse sentido, preservaram-se no poder, na Parahyba durante a República, as elites dominantes do Império. Tal situação advinha do poder das famílias que passaram a alinhar-se entre si na composição das oligarquias, que controlavam os ditames governamentais com a monopolização de cargos políticos, ou seja, dominavam o partido estadual. A primeira oligarquia a assumir o poder na Parahyba do Norte no período republicano foi a do Neiva-Lucena (1889-1891), no entanto, as oligarquias de maior influência e prestígio foram: a alvaristas (1892-1912) e epitacistas (1915-1930). Cada grupo estabeleceu a sua base política, derivada dos interesses das lideranças e os seus laços de parentelas⁵³.

Segundo Eliete Gurjão (1994, p. 52-56), as particularidades da economia no estado, direcionaram a composição das “oligarquias e seu posicionamento na hierarquia do poder”, que disputavam a monopolização dos meios de produção e a máquina estatal. O sistema oligárquico se cristalizou como processo de dominação do poder político, que comandava as regras da política eleitoral (LEWIN, 1993, p. 15).

No que concerne à participação política da classe trabalhadora no período da Primeira República, Aldrin Castellucio expressa que a:

[...] última década do século XIX foi fortemente marcada por um clima de otimismo, expectativa e anseio de participação política gerado na classe operária brasileira em virtude da Abolição da escravidão e da Proclamação da República, levando à fundação de organizações que se autoproclamavam operárias e socialistas em vários centros urbanos do país, muitas vezes acumulando e articulando, de forma complexa e original, funções mutualistas, beneficentes, recreativas, sindicais e político-partidárias numa época em que praticamente não existia sindicatos (CASTELLUCIO, 2008, p. 45).

A classe trabalhadora, estimulada pela conjuntura dos fins do século XIX passou a adotar estratégias de luta por meio das regras políticas do país⁵⁴ como meio de melhorar a sua

⁵³ Sobre a política oligárquica na Parahyba do Norte ver: LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso de oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro, ed. Record, 1993.

⁵⁴ Sobre, ver: CASTELLUCI, Aldrin A. S. **Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República**. Salvador, FFCH-UFBA, Tese de Doutorado, 2008. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). In. BATALHA, Claudio H. M; CORD, Marcelo Mac. **Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2014, p. 47-82. CORD, Marcelo Mac. Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: mutualismo, cidadania e a reforma eleitoral de 1881 no Recife. In. BATALHA, Claudio H. M;

condição social. Aldril Castelluci (2008) analisou em sua tese a participação da classe operária de Salvador nas eleições nas três esferas do poder, tendo como centralidade a percepção do peso dos votos operários e a ligação de suas organizações com os partidos e os políticos tradicionais. Essa é uma análise que não temos como realizar com profundidade para o nosso caso, no entanto, alvitaremos algumas considerações acerca da participação da classe trabalhadora artística nas eleições para a formação do Congresso Constituinte e das eleições de 1892.

Antes de partimos para as observações é necessário salientar que existia uma intensa disputa entre as oligarquias na Parahyba pelo poder. As eleições eram marcadas por “conflitos políticos às diversas facções oligárquicas”, onde a disputa “eleitoral era iniciada muito antes do pleito. Durante o alistamento, cada facção recrutar maior número de eleitores, recorrendo, inclusive, ao alistamento clandestino” (GURJÃO, 1994, p. 56-58). Diante dessa conjuntura de disputa política, tentaremos mesmo que de maneira simplificada pensar a posição da classe trabalhadora associada à SAML.

Após a proclamação da República, o presidente provisório Deodoro da Fonseca nomeou como primeiro governador da Parahyba do Norte o Venâncio Augusto de Magalhães Neiva. O governador tinha o dever de organizar a política do estado para realizar a eleição do Congresso Constituinte. Contudo, essa não era uma tarefa desprovida de rivalidades políticas. Apesar de Venâncio Neiva fazer parte do grupo do antigo Partido Conservador do estado, as suas alianças concentravam-se no interior; no litoral e brejo a base política pertencia ao ex-chefe do partido, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, o Barão de Abiaí. Diante da disputa, Venâncio decidiu que os representantes políticos que assumiriam como deputados federais seriam: o militar João da Silva Retumba, o advogado Antônio Joaquim do Couto Cartaxo, o médico João Batista de Sá Andrade, o pintor Pedro Amerício e Epitácio Pessoa. Para compor o senado designou: o seu irmão coronel João José Soares Neiva, o general Almeida Barreto e Firmino Gomes da Silveira (LEWIN, 1993, p. 208).

A posse do Venâncio Neiva não passou despercebida pela Sociedade de Artista Mecânicos e Liberais. Passando-se alguns dias do ocorrido a associação formou uma comissão para congratular o novo regime político na pessoa do primeiro governador da

CORD, Marcelo Mac. **Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2014, p. 153-191. Artífices, associativismo e cidadania: a reforma eleitoral de 1881 no Recife. In: **XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011, p. 1-17.

Parahyba do Norte republicana (LIVRO DE ATAS, 24/11/1889, p. 31). A associação ao cumprimentar o governador, mostrou que apoiava a nova instituição que começava a tomar corpo na Parahyba na figura de Venâncio Neiva.

Voltando ao dever do governo de Venâncio Neiva de formar o Congresso Constituinte, ressalta-se entre as suas escolhas para ocupar umas das cadeiras de deputado federal a existência de “forte conexões política com a zona sertaneja da Paraíba e com os militares” (LEWIN, 1993, p. 209), entre elas estava o Pedro Américo, famoso artista de Areia e membro da elite paraibana. O candidato a deputado federal Pedro Américo não podia desconsiderar o apoio da classe dos artistas, então enviou um manifesto à Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais, que foi lido na sessão do dia 1 de dezembro de 1889. Segue abaixo:

[...] o Irmão Presidente apresentou um manifesto vindo da cidade Areia oferecido a Sociedade [...] do Dr. Pedro Americo o qual foi lida e aplaudida por toudos e da a explicação sobre o que a caba de ler demonstrando a necessidade que tem a classe Artistica de ter um Representante tanto que o Dr. Pedro Americo Thelegraphou apresentando como candidato para representar a classe Artistica.
 Procedeu a leitura dos Estatutos e findos a leitura o Irmão Prezeidente animou muito tanto a Sociedade como aos Artiatas em geral.
 O [...] Alipio [...] da Cruz com apalavra dice alguma couza [...] e pede um voto de gratidão ao Presidente por ter apresentado um Artista para candidato depois o Irmão Umbelim Santiago com apalavra disse alguma couza no mesmo centido e animando tanto a Sociedade como aos convivas [...] (LIVRO DE ATAS, 01/12/1889, p. 32).

O presidente José Canuto leu para os presentes o documento enviado por Pedro Américo, que continha o pedido de apoio da associação para o processo eleitoral. Algumas coisas nos chama atenção no conteúdo da sessão. A primeira concerne no pedido de apoio, para tanto, o mesmo se apresentou como futuro representante no legislativo federal da classe artística. A segunda é que, após pronunciar o pedido, o presidente realizou a leitura do estatuto. Desta maneira, fica a pergunta da existência de algum parágrafo ou artigo do estatuto que tratava sobre a participação política da associação *stricto sensu*; não temos informações para fazer essa verificação, mas a leitura do estatuto no contexto da sessão nos leva a conjecturar, pelo menos, sobre o interesse da associação em participar do processo, isso vai ficar um pouco mais claro lá na frente. Terceiro, a associação percebia a candidatura do Pedro Américo como uma manifestação do interesse do governador Venâncio Neiva em colocar no cargo de deputado federal um representante da classe artística. Os associados declararam apoio à candidatura do Pedro Américo.

A busca de aproximação por parte de Pedro Américo da Sociedade de Artista Mecânicos e Liberais, pode nos mostrar que a classe trabalhadora na República provavelmente passou ser vista como necessária para a política oligárquica do estado. Os que buscavam adentrar ao poder começaram a criar um discurso de aproximação com os trabalhadores artistas, nesse sentido a sessão do dia 13 de janeiro de 1890 é bastante exemplificadora do que estamos tratando. Com a palavra o presidente José Canuto, falou:

[...] tendo o Dr. Lima tido uma conferencia com o cidadão Candido Jaime no sentido de criar se um Club Artistico então lembrou o cidadão que no Estado da Parahyba existia uma Sociedade de Artistas e que muito bem pode a Sociedade representar a classe, em vista do que disse o Dr. Lima que dezejava entender se com um dos representantes da dita Sociedade porque tem dezejos de procurar aquilo que estiver em seu alcance a bem da classe artistica desde que tendo [...] de convercar com o Governador este lhe disse que dezeja muito o engradecimento do Estado da Parahyba e ele Dr. Lima fez lembrar ao Governador que a classe Artistica é uma das classes muito abatida já mas no Estado da Parahyba. Então o cidadão disse lhe que entendese se com o cidadão José Canuto dos Santos Roza que como fazendo parte da Sociedade podia lhe esclarecer alguma coiza com relação a ella então o Dr. mandou lhe um bilhete participando que dezejava falar lhe então ao receber o bilhete dirigi se a caza do Dr. onde este lhe fez algumas perguntas e perguntou qual os fundos da Sociedade este respondeu lhe que a Sociedade não tem fundos apenas tem um Predio Proprio [...] onde funciona de que o Dr. ficou muito sastifeito e pediu para que a Sociedade em sua sessão particular delibera se convocar uma sessão publica afim de ele comparecer e tratar algumas couza a bem da classe que mesmo a Sociedade não tendo um salão proprio para a dita reunião elle se obrigaria a dar uma das chaves de um dos Theatros para o dito fim [...] (LIVRO DE ATAS, 13/01/1890, p. 29).

É perceptível no discurso do presidente José Canuto o interesse da classe política ou daqueles que nela queriam adentrar, de buscar o apoio da classe trabalhadora. O Dr. Lima, que referiu o interesse de manter uma relação com a Sociedade, era o engenheiro Adolpho da Costa Cunha Lima. Segundo Linda Lewin (1993, p. 101-102), os profissionais liberais – grupo mais heterogêneo da política –, dividia com a elite agrária as cadeiras da Assembleia. Pertenciam aos profissionais liberais: advogados, engenheiros, jornalistas, médicos, padres e professores. Contudo a maioria dos que ocupavam os assentos da Assembleia eram formados em direito ou medicina. A política oligárquica baseava-se na clientela de dependentes que os políticos construíam ao longo de sua carreira, mas nem todos os profissionais liberais tinham capital para a empreitada política. No entanto, nos parece que esse não era o caso do engenheiro Adolpho da Costa Cunha Lima, uma vez que o seu sobrenome estava atrelado aos dirigentes do Partido Conservador do Império.

O presidente José Canuto, expôs para os presentes na sessão o interesse do Adolpho da Costa Cunha Lima em manter uma relação próxima com os trabalhadores artistas por meio da instituição. O mesmo disse que desejava se entender com a associação, pois estava disposto a lutar em prol de conseguir benefícios para os artistas da capital, havendo conversado com o governador Venâncio Neiva, lembrava a ele a importância da classe artística. Com esse discurso, o Adolpho Lima queria mostrar para a instituição a sua preocupação e o seu reconhecimento da classe, e que não estava só nesse pensamento, pois o tinha exposto ao governador. A Sociedade aceitou o pedido e realizou uma sessão pública no dia 26 de janeiro de 1890. Qual o significado de uma sessão pública? Tinha o sentido de ser aberta a todos associados e não associados que se interessassem pela convocação. A primeira vez que encontramos o registro de uma reunião pública da associação, foi em favor do pedido do Adolpho Lima.

Então, as 15:00 horas da tarde do dia 26 de janeiro de 1890, teve início a sessão pública. Realizou-se o procedimento comum de abertura: primeiro verificou-se o número de pessoas presentes, em seguida, a diretoria da associação tomou seu lugar à mesa, com isso, foi declarada aberta a sessão. No início leram o estatuto para que todos os convidados entrassem em contato com as leis que regiam as ações da instituição, logo após, o orador Alberto de Britto declarou:

[...] como se regurijando muito de ver a Sociedade cercada de tantos cidadão a honrando inteiramente e não tendo os elementos percizos para desempenhar o lugar que occuppa ofereceu a cadeira ao Sr. Dr. Lima este atomando fez um emponente discurso e findou pedindo para que a Sociedade modifique a joia de entrada e cri uma aula nocturna e offerecu seus préstimos em tudo aquillo que esteja em ceus alcance de toudo coração e prometendo não nos desamparar e pedindo tambem aos Artistas em geral que se unão pelo meio da Sociedade aum so corpo e ira puder pugnar os direitos necessarios findo este Irmão Alberto de Britto pede para que se diminua a joia para cinco mil rs e a mensalidade para quinhentos rs o Dr Lima ainda pela segunda ves com apalavra emitiu um pensamento com relação ao que pediu o Orador não permitindo derogar a lei dos Estatutos porem que julgava conveniente e assim ficou organizada a emmenda e aceita e a peidido do Dr. Lima o Irmão Prezidente offereceu uma folha de papel para toudos os artistas que estivesse essas condições e quisesse assignar-se no intuito de fazer parte da Sociedade então o Dr. Lima pergutando se a Sociedade o aceitava [...] como socio e esta ocejitando foi oprimeiro assignar-se e deque fes logo sua entrada para com a Thesouraria e assim por diante assignarão se o nº 44 cidadãos.

O cidadão Dr, Lima com apalavra fez um importante discurso aplaudindo a emmenda tomada pela Sociedade de que foi motivo o cidadão Dr. Lima findo este o cidadão Dr. Lima ainda pela terceira vês fes um discurso e findou qual o cidadão que não se assignarão naquelle papel se declarem por que elle se responsabiliza por toudos e promete que em breve dias a de criar

se aqui uma escola nocturna porque se o governo não dê um Professor elle se compromete porque estar convecido que muito não se assignão uns por não saberem ler e nem querer pedir a outro para assignar e outros por não ter o dinheiro por tanto tudo isto parte da ignorancia por tanto pedi de novo que toudos assignem se [...] não souberem pessão a outros que lhe se compromete criar a escola nocturna nesta Sociedade e como tambem o cidadão Dr. D Luis ofereceu se para lecionar e continuou ainda um importante discurso animando a classe em toudos os centidos e findo este o Irmão prezidente pediu que toudos comparecessem no Domingo proximo vindouro para outra conferencia [...] não avendo mas nada a tratar o Irmão Prezidente [...] na forma da regulamento encerrou a sessão as cinco horas da tarde (LIVRO DE ATAS, 26/01/1890, p. 32-33).

A sessão teve uma duração de duas horas e a discussão traz diversos elementos da intenção do Adolpho Lima e da associação. Vamos pensar um pouco sobre as intenções de Adolpho Lima. O mesmo em diversos momentos falou sobre o pensamento de criar uma escola noturna na Sociedade para todos os artistas da capital. Para a classe artística a educação ampliava a sua participação política, principalmente na via eleitoral. E esse era o ponto específico de interesse do Adolpho de Lima em criar uma escola. Quanto maior o número de artistas alfabetizados, maior seria a possibilidade de influenciar o processo eleitoral, e o Adolpho sabia disso, por isso bateu tanto nessa tecla. A sua clara intenção era de aumentar o número de artistas eleitores para formar o seu cabedal de votos. Em contra partida, também existia o interesse da associação para o projeto escolar, pois contribuiria para superar os seus limites de atuação.

Podemos perceber que a sessão foi marcada por concessões das duas partes. De um lado, a associação propôs e aprovou uma emenda ao estatuto que alterou o valor das joias e mensalidades. A joia de entrada que custava 10\$000 (dez mil réis) passou a ser 5\$000 (cinco mil réis); e a mensalidade que custava 1\$000 (mil réis) passou a custar 500\$ (quinhentos réis), ambas foram reduzidas pela metade. A ação da associação de reduzir os valores das obrigações sociais pode ser vista como uma estratégia para conseguir benefícios por via do Adolpho Lima, como também aumentar o seu quadro social. O engenheiro e político Adolpho Lima conclamou os artistas presentes para se deixarem representar pela associação, pediu união e disse que esse seria o caminho para conseguir estabelecer os direitos que a classe necessitava. A todo instante deixava claro para os presentes a sua intenção de conseguir junto com o governo benefícios para a classe trabalhadora.

De boa oratória e argumento, pediu para passar uma lista para que os convidados da sessão pudessem assinar, marcando a sua entrada na organização. Assinou o papel 44 pessoas, um dos quais foi o próprio Adolpho Lima. Não se achando satisfeito com o número de

assinaturas diante da quantidade de pessoas presentes, realizou um discurso falando que sabia que a maioria não assinava por não saber ler e escrever, ou por não ter condições de cumprir com a joia e a mensalidade, então, disse que se responsabilizava pelos valores das obrigações e pediu para que todos assinassem, e aqueles que não soubessem assinar podiam pedir para alguém que o fizesse. Concluiu dizendo que a criação da escola era promessa sua, se o governador não pagasse o professor, ele se responsabilizava; no momento de sua fala foi apresentado como professor Pedro Luís, que provavelmente tinha acompanhado Adolpho Lima na reunião.

No outro dia após a sessão pública, os membros efetivos da Sociedade reuniram-se para estabelecer os critérios de aprovação dos candidatos a sócios que assinaram a lista. Antes de avaliá-los, apreciaram uma proposta de candidato apresentada por um sócio, que não foi aceita já que foi verificado que o candidato sofria de um mal crônico. O motivo da desaprovação desse candidato foi também o primeiro critério de avaliação da lista. Segundo o presidente José Canuto, existia uma dificuldade em aceitar associados que porventura tiveram uma moléstia, mesmo com atestado médico comprovando que estava tudo bem. Para ele essa não poderia ser uma prova plausível, para comprovar o seu posicionamento citou um caso ocorrido na cidade de Areia, onde um cidadão que sofria de asma entrou numa associação por meio de atestado médico, porém todo mês estava de cama por dois ou cinco dias, precisando da ajuda da associação. Com a observação feita, o membro Felinto Santiago perguntou se a sociedade “[...] aceita toudos quanto estão assignados na quella lista ainda mesmo não cendo Artistas nem tinha prestado cerviço a classe [...]”, o debate prolongou-se, alguns sócios não viam com bons olhos as decisões tomadas na sessão pública (LIVRO DE ATAS, 27/01/1890, p. 33-34).

O sócio Umbelino se posicionou dizendo “[...] que abandonemos o Estatuto aprovemos aquillo que estive em nosso alcance e proximo a lei [...] que achava muito bom esta baicho de joia e mensalidades porem em toudo cazo acha que se deve reformar os Estatutos [...]”, no prosseguimento da sessão discutiu-se também a questão da idade mínima e máxima para a entrada de sócios, entre outros critérios de entrada. Depois do debate, decidiu-se que a Sociedade aceitaria todos, independentemente da classe, que não precisassem de socorro imediato. O presidente José Canuto responsabilizou o orador Alberto de Britto de avisar a decisão da Sociedade ao Adolpho de Lima (LIVRO DE ATAS, 27/01/1890, p. 34). Entre os candidatos aceitos estavam:

TABELA VIII
CANDIDATOS ACEITOS COMO SÓCIOS APÓS A SESSÃO PÚBLICA DO DIA 26 DE
JANEIRO DE 1890

Dr. Adolpho de Lima
Dr. Antônio Hortencio
Dr. Pedro Luis
Marcio Nobrega
Adolpho Ferreira Nobrega
Manoel Roberto das Nevs
Francisco Junior Rodrigues
Francisco Viera
Sergio do Amaral
José Ferreira da Costa
Jeronimo Pereira de Oliveira
Amancio Ferreira Nobrega

Fonte: LIVRO DE ATAS, 31/01/1890, p. 35.

A Sociedade modificou seu regimento para poder permitir a entrada dos novos sócios: o valor das joias e mensalidade, o critério de idade, como também abriu exceção à determinação que apenas os sócios podiam propor candidatos. No entanto, não modificou o ritual de entrada; os sócios aprovados deveriam ser juramentados e pagar a taxa de adesão, para só assim serem considerados membros da associação. Provavelmente a decisão não foi unânime, alguns associados devem não ter concordado. Talvez um ponto em desacordo estivesse no valor da joia e mensalidade que os sócios haviam pagado, desta maneira, o orador Alberto de Brito propôs em sessão o perdão da dívida dos antigos associados, por não ser justa a cobrança, uma vez que os valores das taxas mensais e de entrada diminuíram (LIVRO DE ATAS, 02/02/1890, p. 36).

Interessa no caso do Adolpho Lima, a sua percepção em torno da necessidade de se aproximar da classe artística por meio da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais para conseguir votos; como também o entendimento da associação diante da situação, já que a

inclusão da classe dos artistas nas relações políticas da sociedade paraibana tinha por objetivo a conquista de direitos necessários para amenizar as condições precárias da vida.

A instituição começava a articular as suas relações políticas com o Estado independentemente de quem estivesse no poder, passando possivelmente a ganhar alguns pecúlios para a classe, como a dispensa de impostos. Com a chegada de Floriano Peixoto ao poder presidencial da República, o governador da Parahyba do Norte Venâncio Neiva foi destituído do cargo. O presidente escolheu para sucedê-lo, como segundo governador do estado, o Álvaro Machado (LEWIN, 1993, p. 213).

Diante da alteração no governo do estado, o presidente da associação Agostinho Lima nomeou uma “comissão dos Irmãos Felinto Ribeiro, João Balbino, Bento Lucena, para hirem comprimentar a junta governativa do Estado [...] acompanhado por um ofício em nome desta Sociedade” (LIVRO DE ATAS, 19/01/1892, p. 14).

A nomeação de Álvaro Machado para governador em 1892, mais uma vez foi realizada através da burla do processo eleitoral, o que era para ter ocorrido por via eleitoral deu-se pela escolha do presidente da República; a sua posse ocorreu por via de uma encenação de legitimação. Ao assumir o poder, desmontou a estrutura montada por seu antecessor, entre as medidas dissolveu o legislativo estadual para personalizar o poder do Estado e centralizar as decisões (MARTINHO NETO, 2010, p. 195-196). Álvaro Machado criou o programa do Partido Republicano da Paraíba (PRP) em março de 1892 e fundou o jornal *A União*, que circulou pela primeira vez no dia 02 de fevereiro de 1893 (MARTINS, 1978, p. 25-26).

Na reunião do Partido Republicano da Paraíba no dia 30 de março de 1892, Álvaro Machado formou uma comissão composta por: Joaquim Evaristo da C. Gouvêa, Joaquim Moreira Lima, Antônio A. da Gama e Mello, Diogo V. C. A. Sobrinho e Eugenio Toscano de Brito, com o propósito de ser organizada a chapa do partido para concorrer às cadeiras de deputados no congresso estadual. A comissão apresentou os seguintes correligionários para a formação da chapa: Ábdon Odilon da Nobrega, Padre Antônio Ayresde Melo, Antônio Bernardino dos Santos, Antônio Trindade Antunes Meira Henrique, Apolínio Zenaydes Peregrino de Albuquerque, Ascondino Candido das Neves, Alferes Augusto Alfredo de Lima Botelho, Augusto Gomes e Silva, Bellarmino Alvares da Nobrega Pinagé, Bento José Alves Viana, Chateaubriand Bandeira de Mello, Felisardo Toscano Leite Ferreira, capitão Francisco Emilio Paes Barreto, capitão Gercino Martins de Oliveira Cruz, João Lourenço Porto, João

Tavares de Mello Cavalcante, José Antônio Maria da Cunha Lima, José Fernandes de Carvalho, capitão José Joaquim do Rego Barros, Jovino Limeira Dinoá, Manoel Dantas Corrêa de Góes, Manoel Florentino Carneiro da Cunha, Miguel da Santa Cruz Oliveira, Pedro Baptista Gomes Gambarra, Pedro Velho do Rego Mello, Prudêncio Cotegipe Milanez, Rodolpho Galvão, Thomaz de Aquino Mindello, Valdevino Lobo Ferreira Maia e o Walfredo Soares dos Santos Leal (O PARAHYBA, 19/04/1892, p. 1). A comissão declarou que sem:

[...] querer de modo algum quebrar os laços de disciplina de um partido, mas procurando sobretudo pôr em execução o seu programa, baseado em uma política larga e generosa, visando acima de tudo o bem estar e prosperidade do Estado, a comissão julgou dever incluir na chapa representantes de todas as classes sociais, respeitando ao mesmo tempo as influencias locais (O PARAHYBA, 19/04/1892, p. 1).

A comissão responsável pela formação da chapa teve a preocupação de divulgar no jornal O PARAHYBA durante todo o mês de abril o nome dos candidatos do governo. Além disso, utilizou-se de um discurso de que a chapa foi composta por representantes de todas as classes sociais da Parahyba do Norte. Então, existia algum representante da classe trabalhadora? Na realidade a chapa continha um:

[...] grupo fortemente entrelaçado de antigas famílias liberais de Areia constituiu boa parte do apoio com que Álvaro contou na Assembleia estadual. Esta rede incluía também os Leites, de Piancó, e as famílias entrecasadas dos Agra, Porto e Souza Campos, de Campina Grande, que dispunham de prestígio político nos sertões. As principais famílias que apoiaram Álvaro incluíam os seus próprios parentes das famílias entrecasadas dos Machado, Milanez e Cotegipe (LEWIN, 1993, p. 215).

Assim, a base familiar da oligarquia de Álvaro Machado estava atrelada aos antigos Liberais. Responderemos a pergunta acima com mais clareza. O livro de atas de que dispomos vai da primeira reunião registrada em 1881 até o mês de fevereiro de 1892, o que de antemão nos impossibilita de ver detalhadamente a divergência de opinião no seio da sociedade com relação a sua representatividade nas eleições de 1892. Mas através do jornal O Pinça e O PARAHYBA, poderemos visualizar como a associação percebia esse processo eleitoral.

Fazia parte da chapa do PRP o Manoel Florentino Carneiro da Cunha, filho do Barão do Abiaí⁵⁵, o prestígio do bacharel advinha do seu pai, um dos políticos de maior poder no Império de base litorânea (LEWIN, 1993, p. 209). Manoel F. C. da Cunha, buscou o apoio da

⁵⁵ Conseguimos identificar que o bacharel Manoel Florentino C. da Cunha era filho do Barão do Abiaí, a partir dessa publicação: “A exma. Sra. Baroneza do Abiahy e seu filho dr. Manoel Florentino C. da Cunha tem recebido quase de todos os pontos do Estado sentidas condolencias pela morte do grande brasileiro, Barão do Abiahy. Isso é bastante para atestar o prestígio e sympathia que gosava o ilustre morto” (A PINÇA, 22/04/1892, p. 2).

Sociedade de Artista Mecânico e Liberais para as eleições ao congresso estadual. Alguns membros da associação percebiam essa aproximação como uma estratégia de estabelecer uma relação com as estruturas administrativas do Estado, e assim, conquistar alguns benefícios para os associados. Outros discutiam a possibilidade de lançar a candidatura de algum membro da associação pertencente à classe trabalhadora artística ao cargo de deputado estadual. Vejamos como isso se desenhou através das páginas dos jornais.

No dia 18 de abril de 1892, alguns membros da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais foi até a redação do jornal O PARAHYBA para publicar o seu apoio ao bacharel Manoel F. C. da Cunha. A notícia foi divulgada com o título: “Sociedade de artistas mechanicos e liberaes: Ao eleitorado parahybanos”, nela foi exposto o seguinte comentário:

A sociedade de artistas mechanicos e liberaes, representada por seu presidente e mais membros, abaixo assignados, sobrepondo-se os manejos ignobreis d’aquelles que, para satisfazerem ambições mal contidas e intuitos menos justos e rasoaveis, teem perturbado a paz interna, a normalidade da vida civil e violado os estatutos do gremio tem a honra de récommendar aos suffragios do corpo eleitoral e especialmente ao dos artistas eleitores, a candidatura do seu representante dr. Manoel Florentino Carneiro da Cunha, no congresso do estado.

A sociedade espera confiantemente que os eleitores artistas, por bem entendida solidariedade de classe e unidade de vistas primeira condição de seu deideratum, se dignarão acolher benevolmente e secundar tão legitima quanto sympathica candidatura, prestando-lhe o seu valioso apoio, afim de que ella seja coroada de brilhante êxito (O PARAHYBANO, 20/04/1892, p. 3).

Assinaram a publicação segundo o jornal: o presidente José Ferreira da Costa, o 2º conselheiro João Balbino F. de Lyra, o mestre de cerimônia Alipio Ephigenio F. da C. e os porteiros Felinto J. Ribeiro da Silva, Leoncio Pereira da Silva, Bento Pereira de Lucena, João Baptistas de Oliveira e o José Canuto de Santa Rosa. Os oitos associados diziam-se representar a Sociedade e pediam o apoio da classe artística para eleger o candidato representante da instituição, o Manoel da Cunha. Os mesmos ressaltaram o desacordo interno na associação com respeito à escolha da representação no congresso estadual, a tal ponto que estava gerando uma rivalidade e a violação das leis estatutárias. Essa observação tinha como objetivo alertar a classe artística dos possíveis comentários contrários à notícia. Dias depois, a mesma notícia circulou no jornal A Pinça, vejamos:

Estamos autorizados a declarar ao publico, especialmente a classe artistica parahybana, que o candidato da mesma classe é dr. Manoel Florentino C. da Cunha, como ficou resolvido em sessão ordinaria na S.M. e Liberais.

O nome do cidadão Vicente Gomes Jardins foi effectivamente apresentado ao ilustrado governador do Estado, porem por uma comissão clandestina sem authoriasação previa da sociedade.

[...] união coletiva de nossa classe e altivos, vão as urnas suffragare o nome do ilustre bacharel Manoel Florentino candidato da classe artistica (A PINÇA, 22/04/ 1892, p. 2).

O grupo a frente da posição claramente manifestava o seu apoio político a Manoel da Cunha. A divergência de opinião mais uma vez foi ressaltada, segundo o grupo, uma comissão clandestina, sem a autorização da associação, apresentou ao governado Álvaro Machado o nome do associado Vicente Gomes Jardins como o legítimo representante no pleito eleitoral da classe artística. Com essas publicações, a discordância entre os membros da associação tornava-se pública, passando a ser o tema das conversas entre os trabalhadores artistas, os lugares de convívio frequentados por eles passaram a ser locais de discussão acerca de quem representaria a classe artística no legislativo do estado. Como será que os artistas viam a contenda? No mesmo jornal foi apresentado um artigo com o chamativo “COLLABORAÇÃO: charo colega, expondo”:

[...] unção-se os artistas, porque da união nasce a força e a força é o poder. A desunião é a cauza primordial, se não a única, a que devem os artistas da Parahyba o abatimento da classe, e a se não vejamos: Não há muitos dias os artistas, ou a sociedade de artistas mechanicos, existente nesta cidade, tendo de dar um representante ao congresso estadual da Parahyba, não encontrou entre os artistas um só que fosse reputado pela sociedade capaz de os representar no congresso!... E’ lamentavel que os artista da Parahyba para se fazerem representar lançassem mão de um cidadão de classe completamente estranho... Tratem de reconciliar a classe, empreguem os meios e terão os artistas ocupado um lugar honroso na sociedade Parahybana. Sirvão minha humildes palavras de simples conselho que da. O collega (A PINÇA, 22/04/1892, p. 3).

A pretensão do artigo era de mostrar como a desunião da classe dificultava a sua organização política. O discurso do autor mostra que classe de artistas encontrava-se em conflitos, em particular os membros inseridos na associação. De certa maneira, o Colega deu a sua opinião contrária a posição de apoiar um representante no congresso estadual que não pertencia à classe artística, mostrando que os artistas deveriam se unir para lançar um candidato do seio da classe para ocupar um cargo de decisão na sociedade paraibana. Essa opinião é reveladora do interesse da classe artística de adentrar ao mundo da política da Parahyba do Norte.

Contudo, o grupo que desejava lançar como candidato a deputado estadual Vicente Gomes Jardins não ficou alheio às manifestações públicas dos que apoiavam o político

Manoel da Cunha, foram à redação do jornal O PARAHYBA, em 23 de abril, notificar a sua posição nas eleições de 1892. Segue a nota:

A directoria desta sociedade, tendo em vista a aproximação do dia em que terá lugar a eleição de candidato ao nosso futuro congresso constituinte, convida aos seus consocios e em geral a classe artistica, para uma sessão de predileção hoje as [...] horas do dia na sede da mesma sociedade, afim de tratar-se de interesses attinentes ao progresso da classe.

Outro sim aproveita a oportunidade para declarar que nos mantemos em franca solidariedade com o patriotico governo do exm. dr. Alvaro Machado, isentando-nos, porém, de suffragar a candidatura do sr. dr. Manoel Florentino Carneiro da Cunha, inopinadamente apresentada por oito socios que, impellidos por outrem a cujo manejo tornarão-se insensíveis, transviarão-se no cumprimento de seus deveres sociaes, incluindo o nome do nosso legitimo candidato o cidadão Vicente Gomes Jardim, para cujo suffragio fazemos um apelo ao eleitorado parahybanos, especialmente a classe artistica (O PARAHYBANO, 24/04/1892, p. 3).

A nota foi assinada pelo: presidente Agostinho Lima, 1º conselheiro Jeronymo Pereira de Oliveira, 2º dito Joaquim Luiz dos Santos, Orador Manoel Luiz D. Paredes, adjunto Felinto Santiago de Oliveira, secretario Manoel Anjo Custodio, adjunto Antinio Vicente Magalhães, tesoureiro Antonio Joaquim Ferreira das Neves, adjunto Manoel Tertuliano Correia, hospitalheiro Tertuliano José dos Prazeres, mestre de cerimonia Umbelino Felipe Santiago e porteiro Agrapito Gil Fabiano (O PARAHYBANO, 24/04/1892, p. 3). Ao observar os poucos meses que temos de registros no livro de atas do ano de 1892, podemos afirmar que essa era a composição administrativa da associação, e não o apresentado na publicação assinada pelos oito artistas. Com isso, nos é possível afirmar que a posição da Sociedade era de lançar um candidato da própria classe pertencente à instituição. Isso demonstra a plausibilidade da associação em contar com um artista legislador. O Vicente Gomes Jardins era um contratado de obras na capital da Parahyba, com escritório na Rua Pelotas, nº 127 (ALMANAK, administrativo, mercantil e industrial do Estado da Parahyba, 1899, p. 192), e preenchia os requisitos legais para concorrer ao cargo de deputado.

Ressaltamos na publicação o tom cordial, de maneira respeitosa os representantes da associação diziam-se permanecer solidários ao governador, porém, ressaltavam que a instituição não estava apoiando o candidato do governo, e sim o empreiteiro Vicente Gomes Jardins, membro da associação. Para tanto, pedia o sufrágio eleitoral dos artistas paraibanos. No último dia antes da eleição, a Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais convidava por meio do jornal O PARAHYBA os artistas para tomarem parte no pleito eleitoral, em favor do candidato Vicente Gomes Jardins. A diretoria pedia:

[...] não só aos artistas como a todos os amantes da classe, que não deixem de comparecer a eleição no dia 30 do corrente e de mencionar nas suas chapas, o nome de seu legitimo candidato Vicente Gomes Jardim, artista residente nesta capital, que além de ser candidato legitimo da classe é solidario com o governo.

Nada de abstenção: vamos provar a nossa solidariedade nas urnas (O PARAHYBANO, 29/04/1892, p. 3).

A associação pedia a não abstenção dos votos, e que os artistas se mostrassem solidários a luta por meio das urnas no dia 30 de abril de 1892. Iremos expor os resultados obtidos por Manoel da Cunha e Vicente Jardins nas cinco secções da capital e na secção de Santa Rita. Nas secções da capital: 1º secção (Manoel da Cunha teve 93 votos e Vicente Jardins teve 7 votos), 2º secção (Manoel da Cunha teve 83 votos e Vicente Jardins teve 13 votos), 3º secção (Manoel da Cunha teve 79 votos e Vicente Jardins teve 8 votos), 4º secção (Manoel da Cunha teve 66 votos e Vicente Jardins teve 7 votos) e 5º secção (Manoel da Cunha teve 52 votos e Vicente Jardins teve 2 votos) (O PARAHYBANO, 01/05/1892, p. 1-2). Na secção de Santa Rita, Manoel da Cunha teve 119 votos e Vicente Jardins teve 2 votos (O PARAHYBANO, 03/05/1892, p. 1). Os resultados nos mostra que Vicente Gomes Jardins teve voto em todas as secções da capital e da secção de Santa Rita, sendo provável que se não houvesse divergência sobre a escolha do representante da associação nas eleições, o número de votos para ele fosse um pouco maior.

E para Manoel da Cunha, o que significava ter recebido os votos da Sociedade de Artista Mecânicos e Liberais? Todos os candidatos do Partido Republicano da Paraíba foram eleitos. Levando em consideração apenas o resultado eleitoral das secções da capital, Manoel da Cunha foi o candidato que menos recebeu votos, dos 30 correligionários do PRP. Na primeira secção, ficou na trigésima posição, o candidato que mais recebeu votos foi o Alferes Augusto Alfredo de Lima Botelho (99 votos); na segunda secção, o mesmo permaneceu na trigésima posição, e o candidato mais bem voltado foi o Apolínio Zenaydes Peregrino de Albuquerque (91 votos); na terceira secção, ficou na vigésima nona posição, ficando em primeiro o capitão Francisco Emilio Paes Barreto (85 votos); na quarta secção, ele permaneceu na vigésima nona posição, ficando na primeira o João Tavares (72 votos), na quinta secção, continuou na vigésima nona posição, e na primeira ficou o Ábdon Odilon da Nobrega (55 votos). Caso o Manoel da Cunha tivesse tido o apoio da associação, teria ficado na primeira posição em quatro secções, pois o resultado ficaria: 1º secção (100 votos), 2º secção (96 votos), 3º secção (86 votos) e 4º secção (73 votos). Na secção de Santa Rita, todos os candidatos de Álvaro Machado tiveram 121 votos, com exceção de Manoel da Cunha que

teve 119, os dois votos que fizeram a diferença foram dados ao Vicente Gomes Jardins (O PARAHYBANO, 01/05/1892, p.1-2; 03/05/1892, p. 1).

A pergunta já foi respondida, mas é bom lembrar o que significava para Manoel da Cunha a primeira posição no número total de votos da capital da Parahyba. Ter um número maior de votos representava para o candidato da oligarquia uma maior zona de influência. A Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais ao lançar um candidato nas eleições estaduais de 1892, teve que lidar com os obstáculos da discordância para tornar viável a organização e a propaganda do seu candidato, claro que sua posição não conseguiu fazer frente ao partido oligárquico da classe dominante, porém a sua proposta foi ousada e de grande repercussão no seio da associação.

A cultura associativa praticada pela associação lhe deu referência para a iniciativa. Podemos ventilar que a maneira como os sócios se comportavam nas reuniões, o processo eleitoral para os cargos administrativos, as aulas oferecidas, juntamente com o dia de instrução, contribuíram para uma experiência política e organizativa nas eleições de 1892. Isso nos indica que a associação estrategicamente lutava pelos meios jurídicos legais existentes na sociedade, para viabilizar um futuro menos incerto para a classe trabalhadora. A experiência partia do pressuposto da disseminação da solidariedade entre os trabalhadores artistas, como uma posição de classe, numa sociedade marcada pelo conflito de classes.

Dessa posição, acreditamos que o movimento passou a compreender a via política *stricto sensu*, como caminho de atuação. A República possibilitou mais um caminho de ação no processo de deslocar-se em direção às mudanças: o do jogo político através da barganha. Mesmo que a classe trabalhadora estivesse fora da decisão do poder, fazia parte do jogo. Os dias de debates sobre o apoio a Pedro Américo, a aproximação do engenheiro Adolpho Lima e as eleições de 1892, no que concerne a uma representação no congresso estadual e a decisão da associação de lançar um candidato e não ser uma das bases de sustentação do bacharel Manoel da Cunha; contribuiu para a luta e consciência de classe no interior da organização. A política passou a constituir como uma nova arena de atuação, apesar de suas óbvias limitações. Diante do contexto de disputa oligárquica pelo poder no estado, a classe operária passou a ser vista pelas elites dominantes como essenciais ao processo, desta forma, a aproximação foi inevitável. Aproveitando os espaços que se formavam na conjuntura política, a associação passou, durante a Primeira República, a vê-los como possibilidade de ampliar os

direitos da classe trabalhadora. No próximo ponto continuaremos discutindo a questão das ações da associação diante do posicionamento do Estado.

3.3 Dinâmica política e social na Parahyba nos anos de 1910: posições e relações...

A Sociedade Artistas, Operarios Mechanicos e Liberaes é uma das principuas e indiscutíveis defesa do operariado em geral, vivendo até hoje na vanguarda nobilitante dos altos interesses da classe (A UNIÃO, 01/09/1914, p. 2).

Este nucleo de homens do trabalho tem a golpes de esforço e tenacidade vencido os obstaculos da sua vida social, reinando sempre entre os agremiados a mais perfeita solidariedade e harmonia (A UNIÃO, 10/09/1919, p. 1).

A Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais (SAOML), no decorrer da Primeira República configurou-se como espaços de proteção aos seus associados; benefícios de diversas esferas compunham o quadro de direitos, na perspectiva de zelar pela vida dos seus membros, amparando-os em situações de dificuldade. Essa prática notabilizava as ações da associação em prol dos seus membros. Ao considerarmos que boa parte das associações de trabalhadores fundada na capital da Parahyba deu-se a partir da década de 1910, por mais de 20 anos a SAOML representou um dos únicos núcleos de organização da classe trabalhadora, principalmente depois de sua fusão com o Centro Artístico e Operário; sem contar que boa parte das associações que foram criadas surgiu do corpo social da SAOML.

Na perspectiva de ação da SAOML, ressaltou-se a predominância dos ideais mais moderados, que viam o processo político como meio de conseguir reformas na vida da classe trabalhadora. Os espaços de experiências vivenciadas pela instituição contribuíram para a posição estratégica de aliança política com os setores da classe dominante econômica e política do estado, como forma de atuação prioritária. A posição menos revolucionária, adivinha da sua relação com os poderes governamentais, criada pelo canal de ligação que as elites políticas buscaram estabelecer com a instituição.

Essa escolha, moldada no que a realidade lhe permitia como melhor opção, pode ser vista nos momentos públicos, em particular na comemoração de sua data de fundação e no

Primeiro de Maio. As duas comemorações foram datas certas no calendário político da associação, nelas sempre se fazia presente o poder público, comumente na pessoa do governador do estado e outras autoridades, como também tomava parte das cerimônias outras associações, inclusive lojas maçônicas. Além desses momentos, podemos perceber a escolha das vias políticas em outras ações que fragmentariamente podem ser encontradas no jornal *A União*, canal de publicidade comumente utilizado pela associação, como a seguinte:

SOCIEDADE DE ARTISTAS E OPERARIOS, MECANICOS E LIBERAES: Reunem, hoje, os socios desse gremio operarios, sob a presidencia do sr. professor Joaquim Claudino Ferreira.
A sessão de hoje foi especialmente convocada para que os socios eleitores da Mechanica compareçam todos ás urnas, voltando no exmo. sr. senador Eptacio Pessoa para a presidencia da Republica (A UNIÃO, 05/04/1919, p. 1).

Por vias publicitárias, a Sociedade tornava público que estava reunindo os seus membros para tomar posição favorável a Eptácio Pessoa diante das urnas, nas eleições presidenciais. A ligação com o poder da oligarquia epitacista, montada em sua manifestação personalista e patrimonialista, foi construída no governo de Castro Pinto (1912-1915). Aliado de Eptácio Pessoa, o governo de Castro Pinto demarcou a diluição do domínio político da oligarquia comandada por Álvaro Machado. Não estamos dizendo que o Estado iniciou sua aproximação com a classe trabalhadora no governo de Castro Pinto, pois seria irreal, uma vez que a oligarquia alvarista também manteve essa relação, porém não temos como precisar até que ponto se dava essa relação em todas as administrações.

O Partido Republicano da Paraíba (PRP), que era o partido da oligarquia dominante, mesmo quando se tornou o Partido Republicano Conservador da Paraíba em 1910, ligado ao Partido Republicano Conservador, não tinha um programa político e filosófico definido, as suas ideias giravam em torno de conseguir o domínio dos votos nas eleições para eleger o maior número da facção oligárquica dominante, na intenção de fazer o Estado assumir os interesses patrimonialistas da parentela da base de apoio. Cada facção tentava:

[...] a seu modo, construir suas bases de poder oligárquico; em 1892, por exemplo, Álvaro Machado montou sua base de sustentação político-partidária com a criação do Partido Republicano da Paraíba (PRP) e, por meio desse, alijou do cenário político estadual os correligionários do também recém-criado Partido Autonomista, antigo Partido Republicano Conservador (PRC), que congregava os venancistas [...] (MARTINHO NETO, 2010, p. 197).

As manobras políticas das oligarquias em busca de garantir o domínio do poder, caracterizaram o período da Primeira República. A conquista do domínio na esfera estadual

significava para as oligarquias ter em suas mãos uma máquina eleitoral a serviço da esfera federal, o que lhes permitia barganhar recursos para os seus próprios interesses. Foi no seio da reorganização de Álvaro Machado, diante dos desdobramentos do êxito da campanha de Hermes da Fonseca, em 1910, que o chefe da política paraibana teve que conformar os alinhamentos políticos ao novo partido do governo federal, onde o Partido Republicano da Paraíba foi incorporado ao Partido Republicano Conservador, gerando o Partido Republicano Conservador da Paraíba; que “acabou por trazer para as suas hostes um considerável número de ex-vanancistas, antigos membros do Partido Conservador da Paraíba, do qual também fazia parte Eptácio Pessoa” (MARTINHO NETO, 2010, p. 199). Essa posição de Álvaro Machado aumentou o acirramento dentro de sua base oligárquica, uma vez que a máquina burocrática passava a estar agora a beneficiar os antigos rivais. Álvaro Machado vinha sofrendo dissensões há algum tempo, quando em:

[...] 1908, a candidatura de João Lopes Machado, irmão mais moço de Álvaro, ao governo do estado desencadeou uma luta pelo poder no interior da coalização dominante. Sob a liderança do ex-governador Gama e Melo, vários políticos importantes retiraram permanentemente o seu apoio à oligarquia no poder. Tais políticos justificaram sua revolta numa linguagem altamente personalista, acusando seus companheiros de ‘traição’ ou de terem sido desleais quando Gama e Melo tinha atingido, ao lado de Álvaro, o pináculo do poder oligárquico. Mais do que o simples descontentamento de diversos promissores candidatos potenciais a governador, o cisma poderia ser mapeado ao longo de linhas zonais, delineando blocos familiares primordiais no interior. Ele demonstrou a escalada de ressentimentos dos grupos de base familiar situados primordialmente nas zonas sertanejas e, secundariamente, em partes da caatinga-agreste. Os velhos liberais que desde 1902 haviam sido progressivamente privados de seu ‘prestígio’ local – seu monopólio sobre cargos municipais – declaravam agora abertamente a sua recusa a apoiar a oligarquia dirigente (LEWIN, 1993, p. 251).

O cisma dentro da oligarquia alvarista antecede a coligação dos partidos. Álvaro Machado contou, nas eleições para governador de 1908, com o apoio de Eptácio Pessoa. No acordo para apoiar o candidato de Álvaro Machado, Eptácio Pessoa conseguiu em troca extrair o compromisso para uma futura representação faccional no senado e no poder legislativo (LEWIN, 1993, p. 251). A ligação com o poder federal através do Partido Republicano Conservador da Paraíba, custou a Álvaro Machado o acirramento do poder dentro da própria oligarquia. Nessa conjuntura de disputas, elevou-se na condição de governador do estado João Castro Pinto (1912-1915), o seu governo marcou a transição do fim do domínio oligárquico alvarista e a ascensão da facção oligárquica de Eptácio Pessoa. As linhas que contornaram:

[...] o epitacismo não diferiu muito do alvarismo, mas um traço marcante do domínio de Eptácio Pessoa, na condução do seu grupo político, foi o personalismo e a incisiva ordem a que submeteu seus correligionários: ou estava com Eptácio ou estava contra Eptácio.

A base da dominação epitacista, portanto, foi colocada em um território de obediência personalista, considerando a ascensão de Eptácio Pessoa no plano federal. [...] O respeito e o respaldo conseguido por Eptácio Pessoa no plano federal significaram, para muitos, a realização dos seus interesses, daí a necessidade de se estar alinhado a quem tivesse maior prestígio (MARTINHO NETO, 2010, p. 201).

Segundo Martinho Neto (2010, p. 201), a sujeição por meio da obediência ao poder político de Eptácio Pessoa, traduziu-se em respaldo aos interesses políticos locais, constituindo uma “cultura política personalista de poder, estreitamente associado à base do apoio correligionário”. A política personalista configurou-se como prática dominante durante toda a Primeira República. Assim, a classe trabalhadora passou a ser vista pelas oligarquias que viviam em um constante clima de disputa, como um pequeno braço de sustentação, pois apesar da limitada atuação eleitoral da classe trabalhadora, as elites políticas a enxergava como um possível campo de apoio.

Como dissemos, não temos como analisar a relação da classe trabalhadora com todas as administrações, no entanto, analisaremos como os governos de João Machado e Castro Pinto, relacionaram-se com a classe operária paraibana, e como a mesma se relacionou com os dois governos. Para tanto, nos serviremos primordialmente dos discursos presentes nas comemorações de fundação da SAOML e do Primeiro de Maio. Antes de partir para as observações, comentaremos rapidamente como a associação solenizava essa duas datas de seu calendário de atividades políticas.

Ambas as datas, configuravam-se para a associação como um rito de afirmação anual de sua presença na dinâmica social da cidade da Parahyba. A primeira vez que a associação comemorou seu aniversário foi em 1891, ao completar dez anos de existência; a primeira notícia a registrar as comemorações do Primeiro de Maio na capital da Parahyba data de 1913, antes disse não encontramos notícias a respeito. Nas datas, a organização tornava público o seu campo de atuação, compondo uma das tradições da cultura associativa da instituição.

As comemorações foram amplamente divulgadas pelo jornal *A União*, sempre a associação publicava uma chamada para a solenidade dias antes do evento. O convite era estendido a todas as classes sociais da Parahyba. No dia da comemoração, noticiava-se no jornal como seriam festejadas as datas e quem eram os convidados de honra. Os editores do

jornal *A União* sempre se faziam presentes nas cerimônias, o que permitia uma ampla cobertura do ocorrido com notícias nos dias posteriores. Comumente eram publicados, além da estrutura das comemorações, os discursos dos oradores da associação e dos que representavam o governo.

As comemorações do Primeiro de Maio iniciavam-se nas primeiras horas do dia e se estendiam com vasta programação (fogos, passeatas, hasteamento da bandeira, entre outros) até o encerramento com uma sessão solene. No aniversário, estava presente a honraria de fogos e a sessão solene. Notabilizaram-se em ambas a presença do Estado, com sua interferência por meio de práticas discursivas de aproximação com a classe, principalmente a partir da apropriação do significado do Primeiro de Maio, tornando-a numa festa-cívica.

Além da presença do Estado nas comemorações das duas datas, outras associações tomavam parte nos festejos, entre elas as lojas maçônicas. Então, qual seria a relação da entidade com a maçonaria? Até que ponto a forma de atuação da instituição era influenciada pela maçonaria? Quando estudei na graduação as comemorações do Primeiro de Maio na Paraíba (1913-1930)⁵⁶, apresentei pistas da possível ligação da maçonaria e a SAOML, com base nos símbolos iconográficos e de sua presença nas comemorações do Primeiro de Maio. As notícias publicadas no jornal *A União* a partir de 1910, traziam o seguinte título em caixa alta:

FIGURA I
FORMA GRÁFICA QUE O JORNAL A *UNIÃO* ANUNCIAVA AS NOTÍCIAS DA
SOCIEDADE DE ARTISTAS E OPERÁRIOS MECÂNICOS E LIBERAIS



FONTE: A UNIÃO, 29/04/1911, p. 2.

⁵⁶ FIGUEIRÊDO, Márcio Tiago Aprígio de. *O Primeiro de Maio na Paraíba (1913-1930)*. Guarabira: Trabalho de Conclusão de Curso em História/UEPB, 2011.

Como sabemos, ao entrar na associação o associado devia comprar a insígnia da instituição, que pode ser vista ainda hoje no seu prédio, localizado na rua 13º de Maio, nº 235 no centro da cidade⁵⁷:

FIGURA II
BRASÃO DA SOCIEDADE DE ARTISTAS E OPERÁRIOS MECÂNICOS E LIBERAIS.
ESTÁ PRESENTE NA FACHADA DO PRÉDIO, LOCALIZADO À RUA 13 DE MAIO.



FONTE: FIGUEIRÊDO, 2011, p.71.

O brasão abaixo representado está em todas as correspondências e circulares da associação que tivemos acesso.

FIGURA III
BRASÃO PRESENTE NAS CORRESPONDÊNCIAS E CIRCULARES DA SOCIEDADE DE
ARTISTAS E OPERÁRIOS MECÂNICOS E LIBERAIS.

⁵⁷ Hoje funciona no prédio diversos comércio.



FONTE: CIRCULARES, da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, 1920.

O conjunto iconográfico é uma evidência da provável ligação da maçonaria com a SAOML, nos símbolos da associação estão presentes instrumentos comuns às representações maçons: nível, colher de mestre de obra, régua, compasso e disposição dos instrumentos em forma triangular. Apenas pelos vestígios dos símbolos, não podemos afirmar a ligação da maçonaria com a SAOML, pois poderiam estar unicamente representando as ferramentas utilizadas pelos sócios no exercício de suas atividades. No entanto, quando juntamos esses vestígios (a presença da maçonaria nas comemorações das duas datas certas do calendário de atividades anual da associação e o seu conjunto iconográfico) a outros podemos auferir a presença da maçonaria na sociedade. E quais seriam os outros indícios?

Entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX, existiram na capital da Parahyba, a seguintes Lojas Maçônicas: Regeneração Brasília (1865), Constância e Lealdade (1877), Lealdade e Perseverança (1882), Regeneração do Norte (1898), Sete de Setembro (07/09/1911), Padre Azevedo (1924), Bancas Dias (1926) e Simbólica Escocesa Soberana (1927). Nas documentações que dispomos da SAOML encontramos circulares de administração (referente ao mandato de 1929 e 1930) de quatro dessas lojas, foram: Sete de Setembro (data da circular, 15/07/1929), Padre Azevedo (data da circular, 10/01/1929), Branca Dias (não consta a data da circular), Simbólica Escocesa Soberana (data da circular, 18/08/1929). Isso nos permitiu fazer uma comparação, mesmo que breve, entre os componentes que ocuparam a administração das lojas maçônica com as diretorias da SAOML. Vejamos a tabela:

TABELA IX
COMPARAÇÃO ENTRE COMPONENTES DA DIRETORIA DA SOCIEDADE DE
ARTISTAS E OPERÁRIOS MECÂNICOS E LIBERAIS E A ADMINISTRAÇÃO DAS
LOJAS MAÇÔNICAS

1. Manoel Maria de Figueiredo		
Sociedade	Cargo ocupado na diretoria	Ano
SAOML	Comissão de finanças	1903-1904
	Tesoureiro	1911-1912
Loja Maçônica: Sete de Setembro	2º Vig	10 de Julho de 1929
2. Joaquim Torres		
Sociedade	Cargo ocupado na diretoria	Ano
SAOML	Tesoureiro	1902-1903
	Orador	1911-1912
	Presidente	1915-1916
Loja Maçônica: Sete de Setembro	Arquivista	10 de Julho de 1929
3. Ulysses Bonifácio de Oliveira		
Sociedade	Cargo ocupado na diretoria	Ano
SAOML	1º Secretario	1902-1903
	Orador	1910-1911
	Presidente	1912-1913
	Presidente	1913-1914
Loja Maçônica: PADRE AZEVEDO	Mest.: Cerim e CCMM GRÁOS	10 de Janeiro de 1929
4. Luiz Gonzaga de Lima		
Sociedade	Cargo ocupado na diretoria	Ano
SAOML	Arquivista	1913-1914
Loja Maçônica: PADRE AZEVEDO	2.º Vig	10 de Janeiro de 1929

Fonte: A UNIÃO, 26/11/1902, p. 3; 17/11/1903, p. 3; 16/08/1910, p. 3; 11/09/1912, p. 2; 10/09/1914, p. 2; 12/09/1916, p. 2. CIRCULAR DE DIRETORIA, Loja Maçônica Sete de Setembro 10/07/1929; Loja Maçônica Padre Azevedo, 10/01/1929.

O quadro demonstra a presença de quatro associados da SAOML nas lojas maçônicas, dois na Loja Maçônica Sete de Setembro e dois na Loja Maçônica Padre Azevedo. O quadro não é extenso, uma vez que só tivemos acesso a uma circular das lojas maçônicas citadas, referente ao ano de 1929. Diante disso temos algumas observações. A primeira: circulares de outros anos poderiam aumentar o quadro, principalmente se fosse da Loja Maçônica Regeneração do Norte, que era presença certa nas comemorações realizadas pela SAOML. A Segunda: dados mais concretos sobre as Lojas Maçônicas Constância e Lealdade (1877) e Lealdade e Perseverança (1882), nos permitiria vislumbrar se existia algum membro dessas duas entidades no processo inicial de formação da SAOML. A terceira: uma documentação

mais detalhada, como lista de sócios das Lojas Maçônicas, daria provavelmente uma quantidade maior de membros da maçonaria no quadro social da SAOML. Por último, podemos ver no quadro, nomes de sócios da SAOML que ocuparam cargos administrativos na associação e nas lojas maçônicas, como caso do artista tipógrafo Ulysses Bonifácio de Oliveira, que foi 1º secretário, orador e presidente da Sociedade, e na Loja Maçônica Padre Azevedo ocupou o cargo de Mestre de Cerimônia e CCMM GRÁOS. Por ser Grãos, Ulysses de Oliveira ocupava um cargo de influência local na maçonaria. Chama também atenção os casos de Manoel Maria de Figueiredo e Luiz Gonzaga de Lima, ambos eram segundo vigário do venerável, o que equivaleria ser segundo vice-presidente.

A presença de integrantes da SAOML nas lojas maçônicas, juntamente com os outros indícios, nos autoriza a alvitrar a aliança entre ambas. Na medida em que membros da maçonaria ocupavam cargos de decisões na associação – mesmo sabendo que o órgão supremo da SAOML era as assembleias gerais –, não podemos descartar a influência da instituição maçônica no seio da organização da classe trabalhadora paraibana, mesmo que os dados não sejam suficientes para afirmarmos até que ponto essa relação se dava. Não podemos perder de vista que grande parte dos principais dirigentes políticos do estado eram maçons – a título de exemplo, a Loja Maçônica Regeneração do Norte, foi fundada pelo governador do estado Antônio de Gama e Melo –, o que pode também ter contribuído para uma maior aproximação do Estado com a classe operária.

Depois, dessas breves considerações sobre as comemorações do Primeiro de Maio e da data de fundação, como da ligação da maçonaria com a SAOML; vamos analisar a relação da associação com o Estado.

A Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, participou do Primeiro Congresso Socialista, realizado em São Paulo, momento em que surgiu o Partido Socialista Brasileiro⁵⁸. Aderindo a princípio o programa do congresso. Em 1903, a associação divulgava:

O abaixo assignado declara que tendo adherida o convite que lhes fez amigos sociaes para tomar parte da Directoria da Federação do Partido

⁵⁸ A informação da participação da Parahyba do Norte no 1º Congresso Socialista foi retirada da dissertação de OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Mobilização operária na República excludente: Um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento Operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX**. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História, 2003, p. 111, que tem como base LINHARES, Hermínio. **Contribuição à história das lutas Operárias no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2.ª edição, 1977, p.43. HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos vinte)**. São Paulo: Globo Editora, 1992, p. 253.

Socialista Brasileiro neste Estado, em vista da aparente ligação que tinha esta fração com a Sociedade Artistas Mechanicos e Liberaes, q aqual pertence resolver desligar-se d'aquella fracção uma vez que não opina com o programa apresentado pelo respectivo Centro Socialista em S. Paulo (A UNIÃO, 18/06/1903, p. 1).

Por que a Sociedade não opinava com o programa do Centro Socialista Paulista? Será que a mesma aceitou fazer parte da diretoria da Federação do Partido Socialista Brasileiro, sem ter conhecimento? Bom, os dados que temos para analisar a sua ligação e seu desligamento à Federação do Partido Socialista Brasileiro se resume basicamente a citação. Porém, somos da opinião de que a Sociedade tinha noções do programa da Federação. No entanto, o contexto histórico ao qual estava inserido, lhe coibia o meio de atuação proposto e lhe dava outros, possivelmente mais favoráveis à conquista de direitos. A consciência de classe trabalhadora da Parahyba forjada na luta por ampliação de direitos, representada pelas iniciativas da associação, dava-lhe possibilidades de luta diferente da proposta pelas ideias socialistas presente no Congresso de 1902, ou seja, da Federação do Partido Socialista Brasileiro.

O movimento operário no Brasil sofreu a influência e a disputa de diversas correntes ideológicas, entre elas: socialistas, comunistas, sindicais reformistas, anarquistas, sindicalistas revolucionárias, e, com menos visibilidade, positivistas e cooperativistas. As principais distinções entre as correntes era a forma de se movimentar em torno das reivindicações dos trabalhadores. Segundo Batalha (2000, p. 22), os socialistas “defendiam a um programa de reformas [...] e pretendiam concretizá-lo por meio de pressões e da eleição de seus representantes”, nesse sentido, a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, não concebiam essa forma de atuação como caminho de luta. A política oligárquica na Parahyba era bastante fechada, a negociação se dava em torno de interesses de algumas famílias e parentes, o que dificultava uma ação mais direta da SAOML nas eleições, como por exemplo, concorrer a qualquer cargo da esfera estadual. As brechas da arena política, criadas nas disputas oligárquicas, possibilitavam à classe operária paraibana (nunca é de mais lembrar que estamos pensando na representada pela SAOML) conquistar direitos e algumas subvenções do Estado com seu pequeno apoio eleitoral, mas com um grande poder de legitimação pública diante da população pobre da capital da Parahyba.

O Estado aproveitava os momentos públicos da SAOML – como as datas citadas – para reforçar um discurso de colaboração entre as classes, de harmonia e solidariedade com vista à ordem e ao progresso do estado. Na comemoração do seu trigésimo aniversário, a

associação contou com a presença das diversas classes sociais da Parahyba. No evento, a Sociedade homenageou o governador João Lopes Machado e o secretário do Estado Ignácio Evaristo com a inauguração de seus retratos em sua sede social. A associação, ao inaugurar as fotografias do governador e do secretário, estava reconhecendo as ações do governo em benefícios da classe trabalhadora. Interessa-nos aqui para o entendimento da opção de luta da associação, dois discursos realizados na solenidade: o do secretário do Estado Ignácio Evaristo e do orador Ulysses de Oliveira⁵⁹.

O jornal *A União*, reforçava a atitude da associação dizendo que essa era uma: “homenagem, bem justa, tem o seu maximo valor por partir de uma classe honrada e laboriosa, que, num momento feliz, deixa o seu intermino labor para voltar as suas vistas para os que trabalham sem treguas pelo engrandecimento e felicidade da Parahyba” (A UNIÃO 12/07/1911, p. 1). A visão de um governo atento para o bem estar da sociedade paraibana também era compartilhada pelos membros da associação, como também foi ressaltado em ambos os discursos que iremos tratar. O secretário do Estado Ignácio Evaristo, iniciou a sua fala pedindo desculpas pelo não comparecimento do governador, que não pode estar por um compromisso marcado anteriormente ao convite da associação; porém ressaltou que se faria representante do mesmo. Continuou dizendo aos presentes:

Vejo nessa homenagem simplesmente a prova de que na vossa classe, de independentes obreiros do progresso, pelo trabalho e pela paz, reside o cunho da sinceridade por quem sabe sentir as vossas alegrias e as vossas tristezas.

Sinto nessa festa o carinho por quem sabe pôr acima de todos os interesses, o de ser util aos seus amigos e a solidariedade na obra do eminente concidadão que preside os destinos do nosso Estado, da qual sou um dos mais humildes colaboradores.

Pensando sempre de que os Governos adiantados não podem dispensar a colaboração efficaz e patriotica da classe operaria, jamais recusei o meo esforço ou o meo apoio para que a sua incorporação á sociedade politicamente organizada fosse uma realidade e os seus fructos surgissem em beneficio da communhão social, a que todos nós pertencemos, desde o mais humilde cidadão até o mais alto magistrado.

Contando com o apoio dos homens livre pelo trabalho honrado, nenhum cidadão, seja qual fôr a sua posição politica ou social, poderá olvidar os vossos testemunhos tributados com escrupulo e feitos sem interesses.

S. Exc. si aqui estivesse, outras expressões para a vossa sociedade não teria, senão de testemunhar a gratidão sincera e leal por esse preito, que no meo modo de pensar, solidario com o vosso, é um dos mais justos e um dos mais bem intencionados entre os muitos que tem recebido, conquistados pelas suas preclaras virtudes de cidadão e admiraveis qualidades de administrador (A UNIÃO, 12/09/1911, p. 1).

⁵⁹ É bom lembrar que ele era maçom.

Nas palavras de Ignácio Evaristo, podemos visualizar o interesse do governo de manter uma relação de colaboração com a classe trabalhadora. A partir de uma política de colaboração entre as forças, o governo buscava preservar a ordem proferida pelas ideias republicanas na Parahyba do Norte. As ideias de ordem e progresso, estampados na bandeira do país e no conteúdo do hino, foram inspiradas pelo pensamento positivista, e dentro dessa perspectiva a ordem e o progresso estavam nas mãos do governo e dos industriais⁶⁰. Não foi à toa que o Ignácio Evaristo proferiu que a associação, sendo solidária ao Governo, desenvolvia uma útil ação colaborativa para o destino do estado. Como já sabemos, João Machado ascendeu ao cargo de governador em meio às contestações, a facção oligárquica alvarista não era de comum acordo de sua candidatura, a falta de legitimação por seus pares levava o mesmo a se aproximar da classe trabalhadora com um discurso de colaboração entre as classes.

Vejamos agora o discurso de Ulysses de Oliveira, sócio responsável pelo pronunciamento da associação com respeito à homenagem realizada a João Machado e Ignácio Evaristo. Disse:

Vozes maledicentes procurarão talvez proclamar que ha de nossa parte um impulso de lisonja collocando aqui o retrato do exmo. sr. dr. João Lopes Machado. Mas a consciencia dos que resolveram este preito está certissima da justiça do acto que commetem.

E' um facto imponente por sua eloquencia e luminoso por sua alta velocidade o apoio que s. exc. tem prestado á classe dos artistas durante a sua fecunda administração. Seria mentir á luz da razão e da consciencia desconhecer a importancia desse apoio que se manifesta por essa quantidade enorme de trabalho fornecido aos membros das classes operarias pelo honrado governo do Estado.

Os olhos de toda gente enxergam, por toda a cidade e nos suburbios, essas tantas obras em que os nossos artistas tomam parte em que os nossos artistas tomam parte, trocando dignamente pelo salario a sua constante actividade, tão lucrativa e tão necessaria ao desenvolvimento de nossa capital.

E tudo isso – pergunta-se por quem foi movido e activado? Foi, não ha negal-o, pelo espirito altamente emprehendedor e pratico que se tem revelado o exmo. dr. João Lopes Machado, a quem esta homenagem, estamos certos, longe de parecer uma demonstração de inferior lisonja, chegará, antes, como o echo da mais sincera e da mais justa gratidão, traduzindo, com a maxima fidelidade, o sentir verdadeiro da alma do artista parahybano (A UNIÃO, 13/09/1911, p. 1).

⁶⁰ Sobre o pensamento positivista na Primeira República, ver: BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 273-307, onde é discutido como as idéias positivismo vão influenciar no processo de modernização do Brasil, na lógica da ação intervencionista do poder público.

O Ulysses Oliveira revela em seu discurso que algumas pessoas podiam ver o ato da associação como uma bajulação ao governador. Quem seriam essas pessoas? Podiam ser integrantes da classe trabalhadora ou as elites em disputa pelo poder. Contudo, ressaltou que o ato era demonstrativo da consciência da associação perante os benefícios do governo à classe trabalhadora. Quais seriam os benefícios? Compunha o quadro social da associação, trabalhadores que exerciam diversas atividades no restrito mercado de trabalho da cidade da Parahyba, entre eles tinham empreiteiros, pedreiros, carpinteiros, entre outros, que trabalhavam na área da construção civil. O orador Ulysses de Oliveira deixou registrado em sua fala um dos benefícios concedidos à classe trabalhadora: a garantia do trabalho nas obras do governo. Como esse foi um período de intensas transformações nas estruturas urbanas da cidade, nos parece que os trabalhadores da associação conseguiam na relação de colaboração com governo trabalhar nas obras públicas. Não temos como afirmar até que ponto os acordos eram feitos, mas nos parece por esse discurso que a classe trabalhadora no seio da associação conseguia trabalho junto às iniciativas do governo.

A política de governo do Estado apresentava à classe trabalhadora uma luta mais moderada, sem contornos revolucionários. cremos que os dois discursos nos permite perceber que a estratégia de colaboração delineou os caminhos de atuação da SAOML. A via do acordo com os poderes públicos passou ser a figura da agenda política da instituição. Notoriamente, a classe trabalhadora representada pela associação foi influenciada por tendências menos radicais, isso reverberou na fundação de um Partido Operário da Paraíba. O partido foi fundado em 1912, chama atenção que o ano de fundação do partido foi o ano do IV Congresso Operário Brasileiro, assim o mesmo foi criado para representar a classe trabalhadora paraibana no congresso operário. Para validar a nossa afirmação vejamos o contexto histórico de organização do congresso.

Com o patrocínio federal, o IV Congresso Operário Brasileiro de 1912 ocorreu no governo do Marechal Hermes da Fonseca, organizado pelo seu filho Mário Hermes, deputado federal da Bahia, o mesmo disponibilizou o palácio *Monroe*, sede do Senado Federal, para a realização do congresso. Foram convocadas todas as associações do país que tinham como bandeira de luta as conquistas por direitos pelas vias legais. Notoriamente, o poder público tentava se mostrar como entidade que queria ajudar os operários brasileiros, através da organização do congresso. As associações que participaram do congresso compreendiam a via de vinculação com a política, sem nenhuma perspectiva revolucionária, como o caminho para a conquista de melhorias de vida para classe operária a partir da solução de alguns problemas

pertinentes à condição da classe, no que tangia principalmente a esfera legal (OLIVEIRA, 2003, p. 103-104; 2012, p. 48-49). A Parahyba do Norte enviou delegados do Partido Operário para o congresso realizado no Rio de Janeiro, em 07 de novembro de 1912.

Os anarquistas combateram a realização do IV Congresso, acusando o caráter “pelego” da manifestação patrocinada pelo governo federal. Um dos princípios do Congresso foi o de combater as atividades ditas revolucionárias do movimento operário; na resolução da tese, intitulada de “Organização do proletário” foi desenhada por várias resoluções à maneira de atuação que a classe trabalhadora devia adotar, distante de métodos radicais que segundo os membros só conseguiria conquistas locais. Propunham uma ação com base nas disposições políticas e jurídicas do país, com base na criação de leis necessárias para a construção e solidificação de direito para a classe (OLIVEIRA, 2012, p. 49). Ainda segundo Tiago Bernardon Oliveira (2012), os integrantes do Congresso vislumbravam para conseguir alcançar os objetivos:

[...] o poder de influência, através do voto, do operariado brasileiro ‘seja elegendo para os cargos públicos pessoais toradas do seu seio, seja concorrendo para a eleição de pessoas de outros quaisquer partidos que previamente tenham se comprometido a trabalhar com denodo e perseverança em favor de uma ou mais medidas reclamadas pelo proletariado’ (OLIVEIRA, 2012, p. 50).

A posição dos organizadores de buscar influenciar através do poder eleitoral da classe trabalhadora, elegendo membros da classe ou de outras que estivessem dispostas a trabalhar também pelos interesses da classe, demonstra a posição política do Congresso, avaliada em torno da aprovação de leis que garantissem direitos aos trabalhadores. Entre as resoluções do Congresso, foi proposto e aprovado a fundação da Confederação Brasileira do Trabalho, que seria o dispositivo político e legal na luta dos trabalhadores que estrategicamente desenvolviam suas ações dentro de um campo de luta onde também atuavam os grupos dominantes (OLIVEIRA, 2012, p. 51). Continuando com base em Tiago Bernardon de Oliveira (2012), para podemos chegar às nossas conclusões sobre o Partido Operário da Paraíba, o autor salienta que possivelmente os organizadores do Congresso articularam a:

[...] constituição de uma entidade aglutinadora de elementos reformistas de vários matizes, incluindo aqueles que vislumbravam a concepção de uma sociedade de colaborações de classes, na qual houvesse lugar para melhores condições que fornecessem uma almejada dignidade aos trabalhadores, sem extirpar a relação de exploração do capital sobre o trabalho. Neste sentido, ainda que os organizadores priorizassem certo pragmatismo na construção de seus pleitos e na definição de suas estratégias, permitiam também acenar para tentativas de cooptação por membros da política tradicional,

favorecendo barganhas eleitorais e o reforço de práticas clientelísticas e personalistas (OLIVEIRA, 2012, p. 51).

Entre os que opinaram nesse sentido, estavam os representantes da classe trabalhadora da paraibana, por via do Partido Operário. As mesmas ideias de colaboração de classes proposto pelo Partido Operário da Paraíba (POP) faziam parte da proposta de atuação da SAOML, o que nos permite crer que o partido foi criado sobre as hostes da associação e apoiado pelo Estado. Isso fica mais claro quando analisamos as práticas do governador Castro Pinto junto às duas instituições. Nesse sentido, o POP possuía em sua constituição um caráter conciliatório entre a classe trabalhadora e o poder público.

Podemos ver a influência do governo no POP na comemoração do seu primeiro ano de existência. Como sempre, as manifestações públicas da classe operária paraibana sempre foram divulgadas nas páginas do jornal *A União*. Um dia antes da comemoração foi publicada uma nota sobre a programação:

A directoria do Partido Operário festejando a data anniversitaria do mesmo, resolve tornar festivo o dia de amanhã. Assim, logo às primeiras horas do dia, serão queimadas uma salva de tiros e vasta gyrandola. Ao meio dia, outra gyrandola fenderá os ares. A' 1 hora da tarde terá inicio a sessão magna, com uma conferencia pelo inteligente professor João Eugenio Brandão, sob o thema - O Progresso das Artes, das Lettras e das Sciencias. Finda a conferencia fallarão vários oradores. Uma enorme gyrandola anunciará o termino da sessão, depois da qual sahirá uma passeiata, precedida de harmoniosa banda musical, afim de cumprimentar ás sociedades operarias daqui. O préstito dissolver-há depois dos cumprimentos á Sociedade de Artistas e Operarios Mechanicos e Liberaes. Para essa festa não há convites especiaes. Esperamos o comparecimento do operariado em geral e das demais classes (A UNIÃO, 19/01/1913, p. 1, apud FIGUEIRÊDO, 2011, p. 55).

O Partido Operário da Paraíba convidou por meio da nota citada todas as classes a tomarem parte na programação dos festejos. A sociedade paraibana tomou conhecimento logo nos primeiros horários do dia das comemorações da data de fundação do partido. Além do professor João Eugenio Brandão, diversos oradores falaram na reunião, inclusive o Alfeu Rosas Martins que era oficial de gabinete do governado Castro Pinto. Não tivemos acesso ao seu discurso, o jornal *A União* apenas salientou que foram significativas as palavras pronunciadas pelo representante do governo (A UNIÃO, 22/01/1913, p.1, apud FIGUEIRÊDO, 2011, p.57). O encerramento das comemorações deu-se com uma passeata seguida por uma banda, onde o partido saiu cumprimentando as associações operárias da capital. O percurso teve fim em frente à sede da SAOML. Durante o dia de comemoração o partido buscou declarar ser o principal dispositivo de atuação da classe operária no estado.

A maneira como se procedeu a programação nos permite alegar a relação direta do partido com a SAOML e com os poderes públicos, o que nos indica que a perspectiva de atuação do partido estava atrelada a da SAOML; sendo assim, estamos falando de duas vozes com um único discurso. Segundo a comissão responsável pela organização, o programa havia sido cumprido de maneira honrosa entre os que tomaram parte do acontecimento. Dias depois, o POP noticiava que quem iria ocupar o cargo de presidente da instituição era o chefe de gabinete do Estado, o Alfeu Rosas Martins, que por algum motivo que desconhecemos, passou pouco tempo no cargo; ao renunciar assumiu o Francisco Gomes Faria (A UNIÃO, 22/01/1913, p. 1, apud FIGUEIRÊDO, 2011, p. 55). No entanto, a presença de um representante do governo na esfera maior do partido, mesmo que efemeramente, mostra a atuação interventora do Estado na instituição. Alvitramos, mais do que isso, somos da opinião de que o Partido Operário da Paraíba configurava-se como um braço político dos grupos dominantes que intervia com interesses políticos na formação de uma máquina eleitoral ao seu favor, o que permitia a negociação com a classe trabalhadora.

Somos dessa opinião pelas circunstâncias da criação do partido e das intervenções do governo. O partido foi fundado ainda no governo do João Machado Lopes; a oligarquia a quem ele representava estava se esfarelando em meio às disputas internas. A permanência no poder dependia de todo um arranjo político. Apesar de todos os esforços sabemos que não foi possível a manutenção da oligarquia alvarista no poder. Contudo, acreditamos que a criação do POP estava coadunada com o esforço do João Machado. Alguns dias depois de sua fundação, o mesmo criou através do Decreto n.523, de fevereiro de 1912, uma cadeira de ensino primário do sexo masculino na sede do Partido Operário. A determinação previa em seus artigos:

Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba, usando da attribuição que lhe confere o § 1.º do art. 36 da Constituição do mesmo Estado,

DECRETA:

Art. 1.º Fica creada uma cadeira do ensino primario do sexo masculino na séde da Sociedade do Partido Operario desta Capital.

Art. 2.º O professor será pago pelos cofres do Estado e terá o vencimento marcado na tabella annexa ao Decreto n. 241 de 26 de Agosto de 1905.

Art. 3.º Fica a cargo da referida Sociedade a fornecer casa e todo material necessario á montagem da Escola.

Art. 4.º Fica aberto o credito necessario para pagamento do professor, durante o exercicio (A UNIÃO, 09/02/1912, p. 2).

O governador Álvaro Machado ao criar uma cadeira de ensino primário na sede do partido, com seu financiamento, nos leva a duas considerações que podem ser falhas, porém

não é de total desacordo com o contexto de sua criação. A primeira: havia poucos dias da fundação do partido, qual o recurso que detinham para já ter uma sede? Sede essa que seria o lugar onde seriam ministradas as aulas. No nosso entendimento, o partido surge alijado com o governo; a criação das aulas mostra o interesse do oligárquico em alfabetizar a classe operária na capital, tornando-a sua futura eleitora. A segunda consideração está ligada aos interesses do oligárquico no poder, em meio ao contexto de disputa: a classe trabalhadora apresentava-se, mesmo com a limitada atuação nas eleições, como um possível grupo de eleitores para legitimação do poder da oligarquia, ou seja, estamos querendo dizer que o POP provavelmente foi pensado como um braço político (mesmo sendo considerado um braço pequeno) da preservação do poder das elites. Os frutos do partido talvez floresceram; não é à toa que o governo posterior ao de João Machado, o do Castro Pinto, que sofria ainda os abalos das disputas, também manteve relação com o POP.

Nesse sentido, o POP manteve uma visível ligação com o poder público, como também com a SAOML, que há tempo fazia esse papel de ligação entre a classe trabalhadora e o governo. As comemorações do Primeiro de Maio organizadas pela Sociedade de Artistas e Operário Mecânicos e Liberais expressavam nos discursos a política de colaboração de classes desenvolvida pelo Estado. Na comemoração do Primeiro de Maio de 1913, a SAOML enviou uma comissão ao governador Castro Pinto para convidá-lo a fazer parte do evento. O governado se encontrava no Liceu Paraibano quando recebeu a comissão. Após ser realizado o convite, a comissão recebeu a notícia do próprio governador que havia sido promulgado o decreto nº 635 de 28 de abril de 1913, que tornava a data feriado no estado (FIGUEIRÊDO, 2011, p. 64-65). A lógica da ação era de destituir qualquer caráter reivindicatório que a data pudesse ter nas manifestações na Parahyba do Norte, construindo assim uma ideia de festa-cívica.

O esforço de apropriação do governo paraibano tinha o nítido caráter de consagrar o Primeiro de Maio como dia de “festa do trabalho” e conciliação das classes, onde as comemorações não seriam mais uma paralisação, e sim, uma festa-cívica, que receberia o auxílio do governo. O significado de “festa do trabalho”, construído pelo Estado, estava ligado a uma noção de trabalho virtuoso que a classe operária deveria executar dentro da sociedade paraibana. O decreto que tornava feriado o dia Primeiro de Maio em todas as repartições públicas e privadas do estado tomava como exemplo a execução de apropriação do presidente da República Hermes da Fonseca, que decretou em 1912 que o dia passaria a ser considerado ponto facultativo nas repartições públicas, a princípio apenas nas municipais e,

posteriormente, também nas federais (ARÊAS, 1997-1998, p. 16). Ressaltamos que a orientação de como se deveria pensar a comemoração da data era reforçada com artigos publicados no jornal *A União*, que mostravam como a classe trabalhadora deveria se comportar na data e o seu significado.

Apesar do convite, o governador Castro Pinto não compareceu a solenidade programada pela SAOML, no entanto, se fez representado por: Alfeu Rosas Martins, chefe de gabinete do governador, Antônio Massa, chefe de polícia do estado e José Bezerra, prefeito da capital. Juntamente com o presidente da associação, Ulysses de Oliveira, e o orador oficial Minervino, os três representantes do governo realizaram discursos, reconhecendo a utilidade da associação no meio operário. O principal representante do governo entre os três era o Alfeu Rosas, que no final recebeu em nome de Castro Pinto um buquê de flores naturais da associação (O NORTE, 03/05/1913, p. 1).

As festividades do Primeiro de Maio de 1914 tomaram uma proporção maior que aquelas do ano anterior, o motivo para tal foi que o próprio governador do estado, Castro Pinto, esteve presente na sede da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais discursando sobre o significado da data e do seu empreendimento de torná-la feriado estadual em todas as oficinas de trabalho, pública e privada. O destaque para esse ano também foi a biblioteca com que a SAOML presenteou a sociedade paraibana; foi conferida ao presidente do estado Castro Pinto a honra de inaugurar e nomear a biblioteca, com o seguinte nome: Cardoso Viera (FIGUEIRÊDO, 2011, p. 68). Dias após as comemorações, foi publicada no jornal *A União* uma nota a respeito do discurso do presidente do estado acerca da inauguração da biblioteca. Estas foram as suas palavras:

[...] o operário já não significa uma atitude desvalorizada: é um homem constitutivo da nossa sociedade. Ele já não vale por um analfabeto: é uma cabeça pensante e que a cada dia vai-se integrando nos seus direitos. A classe vencerá pelo cultivo dos espíritos; o operário deve aprender para ser bom e forte, para ser digno, só assim alcançará o seu triunfo na Parahyba (A UNIÃO, 03/05/1914, p.1. apud FIGUEIRÊDO, p. 69).

Na segunda-feira, um dia após essa publicação do jornal *A União*, foi escrito no jornal *A Imprensa* uma notícia com o seguinte título “A Festa do Trabalho”, tornando público que a Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais tinha realizado com esplendor, no dia Primeiro de Maio, a festa do trabalho para o operariado da capital e que a associação recebeu grande assistência de todas as classes. Foi destacada também a presença do presidente do estado Castro Pinto que, como bom orador, fez ouvir com seu verbo vibrante a sua predileção

pela classe operária paraibana (A IMPRENSA, 04/05/1914, p. 2). Podemos perceber tais notícias como uma estratégia de controle social do mundo do trabalho, onde o governo buscou criar um discurso de que a classe dominante valorizava a classe operária, vendo-os como amigos do capital. A sua educação cívica, permitiria que a sociedade paraibana comemorasse a data com grande festejo, pois era dia de mostrar o comprometimento dos homens livres, que estavam se tornando trabalhadores, com o progresso e a ordem econômica do estado.

Salientamos esses dois anos de comemorações do Primeiro de Maio, para mostrar como o governo buscava por meio da data se relacionar com a classe trabalhadora. A posição de Castro Pinto em tornar o dia em feriado estadual mostra o superlativo da data para a classe trabalhadora. É obvio que o governador, utilizava esse mecanismo para diluir qualquer intenção de protesto. Chama-nos atenção também o seu discurso nas comemorações de 1914, segundo o próprio, a classe trabalhadora vinha se instruindo por meio das primeiras letras.

O governador Castro Pinto não se mostrou solidário com as condições de vida da classe trabalhadora apenas na ocasião do Primeiro de Maio. Com a conflagração da Primeira Guerra Mundial, o estado passou a vivenciar uma situação problemática: as exportações de algodão caíram e os gêneros alimentícios de primeira necessidade ficaram cada vez mais caros. Diante da situação, que provocava um perigo eminente de manifestações populares, o governador Castro Pinto publicava quase que diariamente, a partir de agosto de 1914, as medidas que estava tomando para controlar a crise.

Diante do aumento constante dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, o Partido Operário da Paraíba realizou uma reunião com a população pobre da cidade para discutir medidas para solucionar os problemas vigentes. Decidiu-se por um protesto pacífico pelas ruas da cidade contra as especulações que alguns comerciantes faziam com os seus produtos (A UNIÃO, 04/08/1914, p. 3). A pressão do partido não foi sob o governo, mas sob os comerciantes da cidade. Segundo o jornal *A União*, o órgão do governo estaria sempre do lado do povo na reivindicação e defesa de seus direitos, desde que as suas ações não se afastassem das boas normas do respeito à ordem, aos direitos da propriedade privada e dos princípios das autoridades (A UNIÃO, 04/08/1914, p. 3). Ou seja, o governador reconhecia a ação como legítima, desde que estivesse dentro da ordem. Devemos considerar também que quem liderou a manifestação foi o partido, que ligado a SAOML compreendia a via de ação conciliatória entre as classes, o caminho a ser praticado.

O movimento encabeçado pelo partido, que provavelmente contava com o apoio da SAOML, formou uma comissão para falar com o governador Castro Pinto a respeito da criação de uma medida viável para amenizar as precárias condições de vida da população no que tange a alimentação, que por sinal já era bastante deficitária. Em 18 de agosto de 1914, o jornal *A União* publicou na parte central de sua primeira página, uma notícia sobre a ação da comissão, com o título: “A carestia da vida. As medidas do poder publico. Continua a vigencia da comissão operaria nesta cidade”, onde dizia:

Sabemos, por nos havermos pessoalmente entendido com a comissão popular encarregada de reclamar perante os poderes competentes sobre a carestia da vida, que o commercio accedeu promptamente ás justas ponderações que lhe foram adduzidas no sentido de não exaggerar a percentagem dos generos de primeira necessidade.

Apesar d’esta acquiescencia que muito abona o honrado commercio d’esta praça, a comissão continúa permanentemente reunida para vigilar, como lhe cumpre, pela fiel execução da lei ultimamente votada pelo Conselho Municipal e respeitante ao momentoso assumpto.

Na precipitação do momento, o poder executivo municipal, empenhado como se encontra pela attenuação da crise reinante, tornou extensiva a diminuição de 50% no imposto relativo a todos os generos que transitam pelas nossas barreiras.

Como se vê o intuito d’esta providencia importa em lesão evidente para a economia do municipio e aquelle favor tributario deve entender-se exclusivamente com os generos comestiveis e com a producção da pequena industria imprescindivel ao nosso sustento quotidiano (A UNIÃO, 18/08/1914, p. 1).

Foram falados outros aspectos das decisões tomadas pelo prefeito da cidade para amenizar o problema. Segundo a folha, os pedidos da comissão foram atendidos. Salienta também que o prefeito, por meio de lei municipal, tinha dado o direito ao povo de vigiar a tabela dos produtos alimentícios que o próprio governo estabeleceu. Disse ainda que o prefeito reduziu os impostos sobre os produtos em 50% para facilitar o cumprimento da tabela. A medida se estendia às pequenas indústrias. A posição também tinha como objetivo preservar os empregos, para não agravar a crise. O órgão publicitário do governo, no final da notícia, louvava publicamente “á prudencia com que está agindo a comissão popular para tornar effectivas dentro da ordem e da melhor harmonia as medidas de salvação publica sabiamente tomadas pelos poderes constituídos do municipio d’esta capital” (A UNIÃO, 18/08/1914, p. 1), reforçando assim a ideia de harmonia entre as classes, publicitando que o caminho da prudência, ou seja, das reivindicações na forma da lei, garantiria à classe trabalhadora direitos necessários à sobrevivência, uma vez que teria como mediador o próprio governo.

A medida tomada pelo prefeito, em conjunto com os comerciantes, advinha das determinações do próprio governador Castro Pinto. O governador, para tentar prevenir o agravamento da crise que se manifestava por causa da guerra, realizou várias reuniões com os membros dirigente do poder para tomar decisões administrativas em defesa do estado. As reuniões tinham como principal motivo a discussão de medidas para frear o agravamento da crise, com particular atenção para o valor dos gêneros alimentícios nas praças comerciais do estado. Em uma dessas sessões, publicadas no jornal *A União*:

O sr. Presidente do Estado, em breves termos concisos, expoz a situação prementissima em que nos encontramos, por mingua de numerario, decrescimo da nossa exportação e reflexo da crise mundial que aqui faz repercutir os seus desastrosos effeitos.

Tratando-se de questões urgentes que não podiam e nem deviam ser remoradas, significou s. exc. aos seus convidados as seguintes deliberações já tomadas administrativamente: suspensão de todos os trabalhos de obras publicas; prohibição telegraphica a todos os municipios do Estado de exportarem generos cereaes; redução das paginas e tiragem da Imprensa Official; suspensão temporaria da secção de obras da mesma imprensa.

Já se vê que as prudentes medidas em pratica por s. exc., mereceram pelo seu acerto e oportunidade a plena approvação de toda a assembléa. Isto feito, passou-se á discussão de varios cortes extra-orçamentarios, que desaffoguem o thesouro da sua asphyxiada situação.

Como medida geral deliberou-se a suspensão de varias despesas que não estão previstas no orçamento actual.

Assentadas estas economias, expoz s. exc. aos representantes do commercio que alli se achavam, a exorbitancia dos preços de generos de primeira necessidade produzidos pelo paiz, pedindo o conselho d'aquelles senhores para um modo equitativo de respeitar os direitos do commercio sem prejuizo das classes consumidoras.

Era este um dos pontos principaes da reunião convocada e esse problema parece-nos sensatamente resolvidos com a seguinte deliberação, proposta pelo cel. Murillo Lemos, socio da casa Paiva Valente & C.^a desta praça: reunirão com a maior presteza possivel os representantes dos srs. Lemos & C.^a, Pereira, Almeida. & C.^a, Paiva, Valente & C.^a, F. H Vergara & C.^a, secundados pela Associação Commercial, para calcularem, como importadores que são, uma tabella semanal de preços proporçionaes ao custo de aquisição dos generos de primeira necessidade (A UNIÃO, 07/08/1914, p. 1).

O jornal expunha para a sociedade paraibana que o governador estava tomando as medidas necessárias para o controle da crise, pois essa era “attitude de defesa por parte do Estado aos altos interesses publicos, aos seus mesmos funcionarios e ás classes laboriosas” (A UNIÃO, 07/08/1914, p. 1). Nesse sentido, o governador assumiu o discurso e a postura de protetor das classes menos favorecidas, alertando que estava tomando as medidas necessárias, o que indicava a não necessidade de revolta. A crise que começou em 1914, talvez tenha sido o momento mais crítico para o governador Castro Pinto manter a sua legitimação no seio da

classe trabalhadora. O que tudo indica é que as manifestações que ocorreram em protesto foram prudentes na maneira de agir.

Ainda com relação à carestia de vida, foi realizado um *meeting* na praça Pedro Américo. A causa do movimento foi a suspensão dos trens da *Great Western*. O ocorrido, segundo os organizadores do protesto, acentuava a crise, pois elevava os preços dos produtos alimentícios. Falaram sobre a questão no comício Octavio Novaes e o professor Abel da Silva, mostrando aos presentes o inconveniente gerado pela diminuição dos trens. Uma grande quantidade de gente escutou os dois oradores; a população saiu em passeata, logo após as falas, em direção à residência do governador Castro Pinto. De acordo com o relato do jornal *A União*, o governador recebeu os manifestantes e, por meio do professor Abel da Silva, tomou conhecimento do movimento. Os manifestantes queriam que o governador enviasse o seguinte telegrama ao Ministro da Viação e Obras:

<< Ministro Viação – Rio – Povo parahybano grandemente prejudicado intermittencia trens *Great Western* pede restabelecimento trafego diario evitar encarecimento generos, difficuldades transacções commercio capital com interior Estado. Generos primeira necessidade supercotados virtude diminuição trens. Povo calmo confia patriotismo governo federal, pedindo instrucções directas urgentes commissão fiscal *Great Western*>> (A UNIÃO, 09/09/1914, p. 1-2).

Os próprios manifestantes redigiram o telegrama a ser enviado. O governador após escutar as demanda dos manifestantes, respondeu da seguinte forma, segundo o jornal *A União*:

S. exc., respondendo ao orador, começou agradecendo aquella prova de confiança do povo parahybano; referiu-se a uma manifestação popular de ha cerca de um mez, a respeito da carestia dos generos alimenticios, louvando a attitude das classes naquella occasião, o que deu lugar a se provêr de remedio a uma situação muito critica sem se sahir da lei e da ordem; ahi estava a tabella de preços organizada pela Prefeitura Municipal, sem ter sido até hoje infringida mesmo pelos que mais avessos a principio se mostravam; o que prova ser de bom alvitre se procurar os meios suasorios para a solução dos problemas difficeis e urgentes.

Continuando, o sr. Presidente deu arrhas de seu espirito democratico, mesmo quando agia policitacamente, na qualidade de correligionario disciplinado, o que muitas vezes lhe porporcionava desgostos e contrariedades; que não obstante ser esta a pauta de sua vida publica não querendo, por indole e por educação, sahir do nivel e do seio do povo de sua terra, elle collocava acima d'esse sentimento o da justiça, isto é, o sentimento de respeito ao direito de cada um; se contra os proprios interesses coletivos, a *Great Western* pudesse invocar em seu favor a lei escripta e a fé dos contractos, quem tinha de ceder era o povo.

Esperava e estava certo de que o povo parahybano havia de dar mais uma vez as provas inconcussas de seu amor á ordem publica, de seu respeito ás

leis vigentes e da noção exacta da inviolabilidade constitucional do direito de cada um, nacional ou estrangeiro, particular ou empresa, mesmo quando a sympathia não advogasse junto ás classes sociaes o acto da pessoa ou empresa em antagonismo apparente com os interesses geraes.

A *Great Western*, apreciando-se a questão *prima facie*, sem exame detido e madura reflexão do caso, allegaria em seu favor a precariedade no mercado de carvão de pedra em deposito no nosso paiz e a quasi extinctão do trafego nas suas linhas, em virtude de se ter paralisado tanto a importação como a exportação dos generos de commercio (A UNIÃO, 09/09/1914, p. 1-2).

O governador começou respondendo que havia a pouco tempo conseguido deliberar a favor do movimento encabeçado pelo Partido Operário da Paraíba. Aproveitou a oportunidade para enaltecer como se procedeu a manifestação na forma da lei, e que as medidas tomadas estavam sendo executadas sem serem burladas. Segundo ele, essa seria uma prova de que o melhor caminho para conseguir o estabelecimento de direitos era alvitrar, por meio do convencimento, as melhores soluções para os problemas. Com isso, estava buscando legitimar a sua ação de proteção aos interesses da população. Continuou, proferindo diversas palavras que se direcionavam aos interesses coletivos, chamando a atenção dos presentes nesse sentido, pois segundo o próprio nem sempre isso era feito, pedindo que quando isso acontecesse o povo continuasse respeitoso às leis. Reconhece um “aparente antagonismo de classes”, pedindo que quando os interesses gerais não fossem atendidos que não fossem violados os direitos constitucionais. Em toda a argumentação, Castro Pinto buscou mostrar que estava trabalhando em favor dos interesses gerais, mas que provavelmente o pedido dos manifestantes não seria atendido, pois a *Great Western* apoiava a sua decisão na *prima facie*, o que lhe dava o aparente consentimento para a sua decisão.

O discurso de Castro Pinto estava estabelecido nas orientações do regime oligárquico, não obstante que ao mesmo tempo em que dizia estar disposto a resolver os problemas da população, não podia ultrapassar as barreiras privatistas das relações econômicas do mundo capitalista. Dentro desse contexto, a solução para os manifestantes estava em segundo plano, por isso, o claro aviso da impossibilidade de resolver a questão posta. Após a fala do governador o professor Abel da Silva, mostrou-se em nome da manifestação convencido com as sua palavra, e assim juntamente Octavio Novaes aconselhou a todos que fosse dissolvido às manifestações. Logo se retiraram todos da frente da casa do governador.

Para encerramos as observações sobre a política de colaboração de classes também desenvolvida por Castro Pinto; apontaremos outro ponto sobre o Partido Operário da Paraíba. O partido desejava ampliar as aulas fornecidas desde o decreto promulgado por João Machado, para tanto almejava criar uma escola noturna em benefício dos seus associados,

mas encontrava-se impossibilitado pelas condições financeiras, assim, o projeto foi custeado pelo diretor da instrução pública do governo, Manuel Tavares. O prédio da escola ficava Rua Barão da Passagem, na esquina da Rua Carioca, que recebeu o nome de Escola Castro Pinto (A UNIÃO, 24/07/1915, p. 1).

Como podemos ver, os governos de Álvaro Machado e de Castro Pinto estabeleceram uma política de colaboração de classes, o que dava nesse espaço de disputa à classe trabalhadora a possibilidade de uma atuação mais moderada, no entanto, não menos conquistadora de direitos. Os governos através de seus discursos de aproximação começaram a perceber a classe trabalhadora como um grupo de legitimação e apoio eleitoral, mesmo que limitado. Assim, na intenção de conquistar direitos sociais, a classe trabalhadora tinha que lidar com os argumentos, ideias e meios utilizados pelas oligarquias na preservação de seu poder personalista e patrimonialista.

Os diferentes projetos e formas de luta e de reivindicação são produtos dos conflitos de classes, constituintes do processo de fazer-se da classe operária. A opção de ação reformista da classe trabalhadora paraibana representada pela SAOML e POP compreende a dinâmica complexa das experiências vivenciadas pela própria classe. Essa dinâmica conflituosa, de embates e negociações construíram caminhos de ligação da classe trabalhadora com os grupos dominantes, como o inverso também aconteceu. O Estado não é um ente que paira sobre a cabeça dos trabalhadores, e sim, é produto do conflito dos interesses antagônicos. As deposições, as escolhas, as relações e as posições da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais possivelmente responderam aos seus interesses. Na medida em que compartilhava dos discursos do Estado abriam-se as oportunidades de garantir reformas para a melhoria da condição de vida da classe trabalhadora, por menores que fossem.

Dentro do contexto do regime oligárquico, com a sua configuração fechada e repressora, a opção de luta mais viável que se apresentava para a SAOML era as práticas de negociação, com priorização em reformas e conquistas de direitos por caminhos legais. Para encerrar, a nossa observação sobre a posição e relações da classe trabalhadora, trazemos para o espaço outras falas do discurso pronunciado por João da Mata na comemoração do trigésimo oitavo aniversário da associação⁶¹.

⁶¹ Tratamos de parte desse discurso no segundo capítulo, no ponto: Ser associado.

A fala de João da Mata foi transcrita na íntegra pelo jornal *A União*. O tema de seu discurso foi “A ação do Operariado”. Em suas palavras, buscou mostrar para os presentes que a ação da classe operária para ser eficiente tinha que levar em consideração alguns pontos, que foram destacados em sua fala. Ao comentar sobre diversos assuntos inerentes à classe trabalhadora, alertou sobre o perigo da ignorância, da falta de instrução, de ações violentas desprovidas de eficiência, atentando para como a ação deveria ser pensada, em busca de melhorias para a classe trabalhadora. Segundo João da Mata, o acúmulo de direitos alcançados pelas vias legais formaria uma nova sociedade, tão almejada pela classe trabalhadora. Assim, a posição de atuação da classe trabalhadora deveria conter elementos de várias ordens, vencendo o tradicionalismo e incrementando reformas sociais.

Pedia para isso que a classe trabalhadora buscasse os “meios licitos a vosso triumpho” (A UNIÃO, 15/09/1919, p. 1), a associação podia desenvolver “o espirito de solidariedade, de cooperação, de obediencia e de respeito á liberdade. Respeito á auctoridade social e respeito á liberdade de outrem” (A UNIÃO, 15/09/1919, p. 1), sendo assim uma conciliação com a liberdade, “realizada pela justiça, dil-o um mestre, é o direito” (A UNIÃO, 15/09/1919, p.1). Continuou dizendo:

E o operario tem necessidade urgente e imperiosa de instrução.
Precisa-a, para expurgar suas doutrinas de exageros imperfeições, ingenuidades, utopias e sonhos de mudanças repentinas de scenario social.
Necessita-a para, pelo conhecimento melhor das cousas, saber limitar suas aspirações ao justo, ao razoavel, ao possivel.
Exige-a, para esse deleite espiritual dos que se não limitam á bruta materialidade da vida, e para comprehensão de seus direitos.
Pede-a, para o nivelamento ideal das classes humanas, que não é possivel sem o aplainamento intellectual.
E ainda tem della mester para efficiencia e beneficio da associação, que a todos deve aproximar (A UNIÃO, 14/09/1919, p. 1).

Na percepção de João da Mata, a instrução evitaria possíveis atuações fora do sistema jurídico, que legitimava no contexto de exploração capitalista uma forma de luta de caráter mais reformista. Desta maneira, o orador condenava os excessos do movimento tido revolucionário, sendo partidário de reivindicações por vias legítimas do direito. A ordem jurídica permita uma ação política reformista para a classe trabalhadora, o que contornava o movimento reivindicatório com o caráter justo, diferentemente seria por meio abruptos à ordem, pois tornava a reivindicação injusta e insensata.

O que o orador estava expondo na sessão do trigésimo oitavo aniversário da Sociedade de Artistas e Operário Mecânicos e Liberais, era a posição da associação no movimento

direcionado à conquista de direitos para os seus associados, que quando garantidos por lei se estendia a toda classe trabalhadora. Nesse sentido, o discurso de colaboração de classe apresentado pelos governos era compreendido pela associação como uma posição viável para garantir melhores condições de vida para a classe trabalhadora. Assim, a via escolhida, a posição tomada e as relações mantidas pela associação contribuíram para a construção de experiências traçadas numa luta por reformas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse trabalho, acreditamos que ficou claro o nosso interesse em perceber o associativismo mutualista na capital da Parahyba (1881-1910), tendo como foco as relações sociais que os sujeitos históricos desenvolveram dentro desse espaço institucional. A importância em analisar as organizações da classe trabalhadora esteve em compreender as propostas de vida e ações da mesma. O locus da iniciativa dessas pessoas reais que atuaram por meio das associações estava em conquistar direitos negados em uma sociedade solidificada na exclusão.

No decorrer de todo o trabalho sempre veio em mente a atual conjuntura do Brasil, no que tange a ameaça de direitos já tão precários. Quem tem direito no Brasil? Quem tem acesso à educação de qualidade? Quem tem acesso à saúde? Quem tem direito a ter pelo menos uma refeição diária nesse país? Quem tem direito a moradia? E ainda, quais são os direitos da classe trabalhadora? Bom, se vivemos hoje em um contexto de incertezas, imagina com quantas incertezas os protagonistas desse trabalho tinham que lidar. Assim, as associações mutualistas eram percebidas pela classe trabalhadora como um caminho possível para amenizar tais incertezas. A luta por dias melhores permitiu à classe trabalhadora criar um horizonte de expectativas menos incerto, as experiências de solidariedade, reciprocidade e cooperação eram compartilhadas de uma maneira a conquistar o que a sociedade excludente lhe negava: o direito de uma vida com o básico para a sobrevivência.

Para a concretização do trabalho, tivemos que lidar com uma documentação relativamente variada, mas dispersa e fragmentada. Para superar esse obstáculo, buscamos nos apoiar na historiografia sobre o tema, como também nos trabalhos que tratam dos assuntos necessários para a construção de nossa escrita. Foi essencial aprender a recortar e a costurar na medida certa todas as documentações que possuíamos em mãos, por isso a necessidade de acessar a maior quantidade possível de documentos que nos pudesse oferecer as vozes ou a presença da classe trabalhadora.

A cultura associativa contribuiu para a formação da classe trabalhadora na capital da Parahyba. Nas sociedades mutualistas os trabalhadores amarraram os nós de seus interesses comuns. Foram fundadas diversas associações entre os anos de 1881 e 1930, algumas a partir de ofícios específicos e outras pluriprofissionais. Tais organizações compartilharam valores inerentes à vida associativa, como as leis estatutárias que previam um conjunto de regras a

serem seguidas, orientavam os critérios de entrada e eliminação de sócios, garantiam os direitos sociais dos membros e os deveres a serem seguidos - participação nas sessões, pagamento de taxas, respeito aos seus companheiros e a instituição-, ou seja, cobrava-se uma participação ativa. Tais elementos erigiram e reforçaram os laços de solidariedade entre os membros da associação.

As associações participavam da vida diária da sociedade paraibana, por meio da exposição de suas atividades nos jornais da época, para os membros e os não membros. Alguns momentos inerentes à cultura associativa eram publicados e algumas pessoas – geralmente membros das elites e de outras associações – eram convidadas a tomar parte de maneira direta nas manifestações, como nas comemorações da data de fundação, pois se configurava como momento de mostrar e criar a memória da instituição. As comemorações da data de fundação e do Primeiro de Maio, tornaram-se data certa no calendário de atividades anuais da associação. Apesar de não termos como foco esses rituais, sabemos que eles faziam parte da construção da identidade de classe dos trabalhadores envolvidos nas associações.

A maior parte das associações que existiram na capital da Parahyba foi fundada a partir da década de 1910, e como observamos a sua maioria surgiu do seio da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais (SAOML), fundada em 11 de setembro de 1881. Dentre todas as associações foi sobre essa, a SAOML, que conseguimos o maior número de informações, por isso, no terceiro capítulo centramos a nossa análise em suas atividades.

A primeira associação mutualista que conseguiu estabilizar as suas atividades foi a SAOML, a mesma construiu uma cultura associativa que reverberou pelas primeiras décadas do século XX. A instituição buscou representar a classe trabalhadora da capital. Por meio dela, esses sujeitos sociais estabeleceram uma relação dinâmica, uniram suas forças, resolveram problemas inerentes as suas vidas, partilharam projetos, e diante disso, construíram um espaço de proteção que contribuiu para a formação de uma identidade de classe. Estamos falando de um espaço construído por ações de pessoas que tinham interesses comuns, e se não os tinham, buscaram estabelecer. Diante de sua realidade permeada por diversos interesses e fatores, a classe trabalhadora representada pela SAOML fez a opção de desenvolver uma luta reformista e de negociação. Os governos oligárquicos criaram um discurso de colaboração de classes, que dava a associação pela via legal o caminho a ser trilhado nas suas conquistas. Sabemos que a opção deu-se em meio ao conflito de classes.

Dessa maneira, devemos considerar no mínimo dois grupos com interesses antagônicos nessa relação conflituosa. De um lado estavam as facções oligárquicas que procuravam dentro do seu grupo meios para manter e fortalecer o seu poder da maneira mais conveniente aos seus interesses, do outro lado, temos a classe trabalhadora representada pela SAOML que se envolveu no processo de luta em busca de algumas reformas sociais. Nessa relação histórica de luta de classes, existiram obviamente pressões de baixo para cima, que se configuraram como as tentativas da classe trabalhadora para melhorar as suas condições de vida, e também pressões de cima para baixo, através de aparatos institucionais.

As experiências históricas e sociais vivenciadas pelos membros da SAOML contribuíram para formação de uma identidade de classe. O horizonte de expectativas dos associados construiu-se no trajeto seguido na caminhada associativa. As rotas escolhidas pela instituição nos permitiram conhecer as suas posições e relações. Por fim, devemos ressaltar que diante da complexidade do tema, o que nos importou foram as ações humanas. Por isso, para encerramos as nossas considerações, apresentaremos um desses sujeitos sociais que tivemos a oportunidade de conhecer através da documentação.

Nos documentos da SAOML encontramos o senhor Manoel Luís Dias Paredes, um dos primeiros membros da associação. Segundo, Eliete Gurjão (1994), Waldir Porfírio (2003) e Faustino Neto (2013), o Manoel Paredes na década de 1930 compunha o quadro do movimento social na Parahyba como um dos mais antigos, com quase 90 anos de idade. Provavelmente, Manoel Paredes nasceu na década de 1850 – não temos como levantar o lugar de seu nascimento –, e atuou nas organizações associativas na capital paraibana.

Em sessão do dia 09 de agosto de 1883, seguindo os costumes da Sociedade, Manoel Parede foi proposto como sócio e aceito unanimemente pelos que estavam presentes na reunião (LIVRO DE ATAS, 09/08/1883, p. 41). Ao se tornar componente da SAOML passou a construir nas relações com os outros membros experiências de cooperação e solidariedade que ultrapassaram os limites temporais do século XIX e o regime monárquico. As características dessas experiências foram erigidas com base nos princípios de ajuda, amparo e companheirismo, uma vez que um dos acordos realizados no juramento era que a partir daquele momento deveria realizar ações em prol da classe trabalhadora artística; identificando o seu interesse com o de todos, unindo as forças na luta pela sobrevivência, na mesma proporção deveria ocorrer o inverso, onde o todo se preocuparia com o novo membro.

Como sabemos, os sócios podiam expor suas ideias e necessidades particulares e coletivas nas reuniões da Sociedade. A primeira vez em que a documentação registrou a voz de Manoel Paredes foi na sessão do dia 4 de fevereiro de 1890, na ocasião a pauta da discussão foi sobre a entrada de cigarreiros na associação. Em meio ao debate, Manoel Paredes se posicionou favorável à entrada de cigarreiros, pois em sua concepção existia algo de artista nessa profissão. Esse foi um debate muito importante, pois demonstra a definição social da instituição de representar a classe trabalhadora artística. No final desse ano ele foi eleito orador oficial da Sociedade, para o ano de 1891. O papel de orador era de extrema importância, pois tinha a função de expor o programa da associação e de criar estratégias discursivas para unir os membros.

Em diversas sessões do ano de 1891, Manoel Paredes pediu para os membros unirem-se, pois segundo o mesmo a união seria o caminho para as vitórias. Na sessão do dia 10 de maio de 1891, o orador Manoel Paredes fez um “[...] animadissimo discurso e pedindo desculpa pediu ainda em nome do Padroeiro que não nos separamos porque nesse cazo e ridicularizar o Senhor do univerço desde que em nome delle e que se reúne esta Sociedade” (LIVRO DE ATAS, 10/05/1891, p. 57). Nota-se a estratégia simbólica adotada por ele para unir os membros e incentivar a participação na Sociedade. Nas reuniões, o discurso configura-se como um dos momentos em que os associados construíam a sua cultura associativa.

Então, no espaço do mutualismo Manoel Paredes construiu suas experiências. Nas décadas de 1920 e 1930, esse sujeito histórico continuou na frente de luta por dias melhores para a classe trabalhadora. Ele é lembrado nas memórias de um contemporâneo seu, o Severino Ribeiro, militante do Partido Comunista do Brasil na Parahyba do Norte, como um dos membros da primeira diretoria do partido no estado, que foi fundado em 25 de março de 1922. O seu cargo era o de secretário político da agremiação e como tal tinha a função de organizar o partido dentro do estado (PORFÍRIO, 2003, p. 26-27). Para tanto, se presume que Manoel Paredes deveria ter conhecimentos da ideologia do partido, para poder repassá-la para os possíveis filiados e administrar as ações políticas em favor dos interesses da classe. A sua cultura associativa, formada em anos de experiências organizacional, dava-lhe legitimidade para assumir o cargo de secretário político do partido.

É possível que Manoel Paredes nunca tenha se desvinculado da SAOML e mesmo inserida nela, manteve outras relações. Atuou nos movimentos sociais da década de 1930 e foi vítima da repressão policial. Segundo Eliete Gurjão (1994, p.146), a classe trabalhadora na

Paraíba do Norte que há muito se movimentava em defesa de seus interesses não usufruiu dos direitos trabalhistas legalizados a partir de Vargas, que eram uma conquista das reivindicações da classe. A legislação trabalhista no estado atingia apenas a um pequeno grupo que trabalhava em empresas de maior porte, como a Great Western e a Empresa de Tração, Luz e Força, ficando fora boa parte da classe trabalhadora. Pela dificuldade de praticar o que estava na teoria para a maioria dos trabalhadores, a:

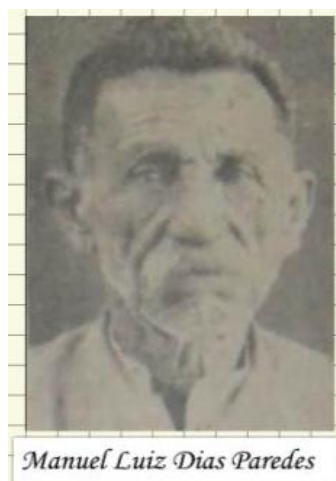
[...] vida do trabalhador urbano da Paraíba; todavia não diferia muitos daquelas a que estavam submetidos os trabalhadores rurais. Organicamente vinculados à estrutura rural, continuavam [...] subordinados objetiva e subjetivamente às relações clientelistas. Todavia, melhor situados, como participantes de uma vida urbana dotada de certo grau de comunicação com o mundo exterior e prenhes de expectativas favoráveis quanto aos desdobramentos do movimento de 1930, os operários da capital partiram para uma ação mais efetiva de mobilização de sua classe (GURJÃO, 1994, p. 146).

Em meio a essa contradição da não aplicabilidade da legislação para todos os trabalhadores, a classe partiu para ação mais efetiva, o que culminou em greves nos anos de 1930. As reivindicações pela aplicação das leis trabalhistas tiveram seu apogeu no ano de 1935, e a partir daí as movimentações passaram a ser tratadas com repressão policial. As greves que ocorreram no mês de novembro desse ano, onde estavam presentes também até os ferroviários da Great Western, passaram a ser vistas como um perigo eminente para a ordem da sociedade paraibana. O acontecimento decisivo para a suspensão dos direitos constitucionalmente instituídos foi o mal sucedido levante Comunista de novembro de 1935. O levante que ocorreu no Nordeste, precisamente em Natal e Recife, foi controlado com o apoio da força policial da Paraíba.

Em meio aos acontecimentos, Vargas decretou estado de sítio e estado de guerra em todo território nacional. Os efeitos dessa atitude foram sentidos na Paraíba que já vivenciava um contexto de crise. Assim, o governador da Paraíba Argemiro de Figueirêdo, como justificativa à ameaça comunista e a preservação da ordem, utilizou-se da violência das forças policiais para atingir os seus interesses, realizando prisões arbitrárias. A investigação dos envolvidos nas greves desse período, como também dos possíveis envolvidos com o levante comunista de Natal e Recife, foi realizada pelo delegado da Delegacia de Ordem Polícia e Social DOPS-PB, o Praxedes Pintanga. Em sua concepção aqueles que professavam o comunismo no estado eram vistos como perturbadores da ordem (GURJÃO, 1994, p. 164; NETO, 2013, p. 237).

Então, parece que já podemos trazer o Manoel Paredes para o cenário de repressão descrito. Um dos investigados pelo delegado Praxedes Pintanga, foi o próprio Manoel Paredes, que nesse período já tinha quase 90 anos. Foi acusado pelos autos do inquérito como associado ao Comitê Regional Comunista (CRC) e responsabilizado pela suposta tentativa da rebelião em João Pessoa no dia 26 de novembro de 1935. Segundo o processo, o Manoel Paredes, era um dos principais nomes envolvidos com o levante comunista do estado, pois sua residência, que ficava situada na Avenida Pedro II, nº 1195, era ponto estratégico para as confabulações do partido. Sendo por meio dessa acusação preso em janeiro de 1936 (NETO, 2013, 241-246). Segue abaixo a imagem:

FIGURA IV
IMAGEM DE MANOEL LUIZ DIAS PAREDES



Fonte: NETO, 2013, p. 245.

Os autos do inquérito foram formados por depoimentos dados pelos próprios acusados da confabulação do levante comunista na Paraíba, deve-se salientar que os inquiridos falaram por meio de tortura. Segundo o advogado dos acusados, o Horácio de Almeida, os mesmos estavam sofrendo espancamentos e diversas ameaças na prisão (NETO, 2013, p. 241). Apesar do questionamento da veracidade do relatório policial não ser o nosso objetivo ao citar esse acontecimento, visto que o mesmo foi construído a partir das ações já pronunciadas, devemos alertar que alguns autores já o questionaram (GURJÃO, 1994; NETO, 2013). O nosso objetivo em trazer esses acontecimentos que fogem à temporalidade demarcada pela dissertação é a dinâmica histórica das relações sociais vivenciadas na luta de Manoel Paredes. As suas experiências associativas começaram a ser construídas ainda no século XIX, no entanto, não ficaram restritas a esse período, repercutindo em suas vivências no século XX, dentro e fora da SAOML.

Os sujeitos sociais inseridos na Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais desenvolveram práticas associativas que extrapolaram as relações internas da associação. O caso do Manoel Paredes é emblemático e nos mostra que alguns membros passaram a agir em instituições distintas da associação, não só como espaço institucional, mas também com outras formas de atuação. Encerramos salientando que os valores compartilhados dentro da SAOML contribuíram para a formação de uma identidade de classe operária na cidade da Parahyba, onde os seus integrantes passaram a si ver e agir como classe unida em prol da superação dos obstáculos da vida.

REFERÊNCIAS

Arquivos:

Arquivo Privado Maurílio de Almeida

Jornais:

- A União- 12 de janeiro de 1902 – 17 de dezembro de 1902
- A União- 17 de fevereiro de 1903 – 29 de dezembro de 1903
- A União- 06 de janeiro de 1906 – 29 de junho de 1903
- A União- 13 de julho de 1907 – 23 de outubro de 1907
- A União- 11 de janeiro de 1910 – 06 de dezembro de 1910
- A União- 02 de julho de 1911 – 26 de novembro de 1911
- A União- 06 de janeiro de 1912 – 12 de junho de 1912
- A União- 02 de julho de 1914 – 19 de dezembro de 1914
- A União- 02 de janeiro de 1915 – 29 de setembro de 1915
- A União- 01 de janeiro de 1916 – 17 de dezembro de 1916
- A União- 18 de janeiro de 1917 – 29 de julho de 1917
- A União- 03 de janeiro de 1918 – 27 de agosto de 1918
- A União- 04 de janeiro de 1919 – 18 de dezembro de 1919
- A União- 04 de janeiro de 1921- 14 de maio de 1921
- A União- maio e setembro de 122
- A União- 11 de setembro de 1925 – 18 de setembro de 1925
- A União- maio e setembro de 1929
- A União- 12 de agosto de 1927 – 11 de setembro de 1927
- A União- 06 de janeiro de 1928 – 21 de setembro de 1928
- A União- 24 de outubro de 1929 – 08 de novembro de 1929
- A União- 09 de janeiro de 1930 – 12 de setembro de 1930

Diário da Parahyba- março e maio de 1885

Diário da Parahyba- outubro de 1886

Arquivo Eclesiástico da Paraíba

Jornal A Imprensa- maio de 1914

Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)

Jornal O Norte – maio de 1913

Arquivo Privado da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais

Documentos referentes à Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais:

Livro de atas (1881-1892).

Balancete de receitas e despesas – 30/12/1981.

Ofício em caminhado a Antônio Delfim Neto, Secretário de Planejamento da Presidência da República – 04/06/1982.

Plano de aplicação subvenção do governo Federal - 25/08/1898.

Ofício da Secretária de Planejamento da República endereçado a associação – 14/10/1982.

Ofício de Luiz Carlos R. Teixeira, Secretário do Governo do Estado da Paraíba, endereçado a associação – 16/09/1983.

Documentos referentes à Sociedade União Operários Beneficentes:

Estatuto-1967.

Balancete de receitas e despesa-13/12/1980.

Relações de inquilinos- 1980.

Relatório de atividades – 12/1980 a 12/1981.

Documentos referentes à União Gráfica Beneficente Paraibana:

Requerimento do sócio Roberto Moreira Soares -13/02/1929.

Requerimento da sócia Anália F. Soares - 31/03/1929.

Requerimento de José C. de Andrade – 02/08/1929.

Requerimento do sócio Henrique Gomes de Figueiredo - 11/12/1929.

Documento referente à União Beneficente de Artistas e Operários de Patos:

Estatuto – 08/11/1931.

Circulares de diversas associações entre 1927 e 1929:

Associação Beneficente dos Sargentos do Exercito
 Associação dos Carteiros da Paraíba
 Centro Proletário Alberto de Britto
 Centro dos Chauffeurs da Paraíba
 Circulo de Operários e Trabalhadores Católicos São José (Cajazeiras)
 Sociedade Beneficente Familiar Barreirense
 Sociedade “União Beneficente dos Proletários”
 Sociedade Beneficente “Providência do Lar”
 Sociedade União Beneficente das Senhoras
 Sociedade União Operaria Beneficente
 Sociedade Italiana de Beneficência XX de Setembro
 Sociedade União Beneficente de Operário e Trabalhadores
 Sociedade Beneficente 2 de Setembro
 Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba
 Liga Protetora dos Alfaiates
 Liga Protetora dos Sapateiros Paraibana
 Liga Protetora dos Metalúrgicos
 Liga Protetora dos Pintores
 União Artistas e Operários de Itabaiana
 União dos Retalhistas
 União Gráfica Beneficente Paraibana
 União Beneficente dos Estivadores
 União Operaria Beneficente Sucursal em Alagoa Nova-
 União Beneficente dos Artistas e Operários
 União Beneficente das Classes Trabalhadora de Itabaiana
 Loja Maçônica Branca Dias
 Loja Maçônica sete de setembro
 Loja Maçônica Padre Azevedo
 Grande Loja Simbólica Escocesa Soberana

Outros:

Folhas avulsas do Conselho Nacional de Serviço Social, que contem os nomes das associações em atividade na década de 1980.

Fontes da Internet:

Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro de 2016.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6461.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro de 2016.

Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século XIX

Jornais:

A Pinça-07/03/1892

A Pinça-22/04/1892

GAZETA ARTISTICA- 08/07/1894

GAZETA ARTISTICA-16/08/1894

O ARTISTA-17/06/1893

O ARTISTA-20/10/1895

O BRADO ARTISTICO- 17/10/1883

UNIÃO TIPOGRAPHICA-01/01/1894

UNIÃO TIPOGRAPHICA-14/01/1894

Diario da Parahyba- 15/05/1888

O PARAHYBA- 19/04/1892

O PARAHYBA- 20/04/1892

O PARAHYBA- 21/04/1892

O PARAHYBA- 22/04/1892

O PARAHYBA- 23/04/1892

O PARAHYBA- 24/04/1892

O PARAHYBA- 25/04/1892

O PARAHYBA- 26/04/1892

O PARAHYBA- 27/04/1892

O PARAHYBA- 28/04/1892

O PARAHYBA- 29/04/1892

O PARAHYBA- 30/04/1892

O PARAHYBA- 01/05/1892

O PARAHYBA- 03/05/1892

O PARAHYBA- 05/05/1892

Disponíveis em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html> . Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

Provincial Presidential Reports (1830-1930): Parahyba do Norte

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, pelo 1º vice-presidente Felisardo Toscano de Brito, em 03 de agosto de 1866.

Relatório apresentado à assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, pelo 2º o vice-presidente barão de Marau em 05 de agosto de 1867.

Relatório apresentado à assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, pelo 1º vice-presidente Assis Carvalho, em 29 de julho de 1868.

Mensagem do presidente Walfredo Leal, em 01 de setembro de 1907.

Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em: 12 de dezembro de 2015.

Bibliografias

ADHEMAR JÚNIOR, Lourenço da Silva. **As Sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)**. Tese de Doutorado em História – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

_____. Oligarquias em sociedades de socorros mútuos. **Revista Mundos do Trabalho**. V. 2. Nº 4, 2010, p. 78-108.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. João Pessoa: 4ª ed. Editora Secretaria da Educação e Cultura, Diretoria Geral da Cultura, 1994.

_____. **Cidade de João Pessoa: roteiro de ontem e hoje**. João Pessoa: Editora Gráfica Santa Marta, 2005.

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. **Irmãos de cor e de fé: irmandades negras na Parahyba do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, 2008.

AMADO, Vanderley A. **Engajamento nos Movimentos Sociais: A origem do “Zé Pião”, movimento de oposição sindical dos trabalhadores da construção civil de João Pessoa**. João Pessoa: Dissertação de Mestrado em Psicologia Social – UFPB, 1988.

ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925)**. In: Ó, Alarcon Agra do. **A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural**. João Pessoa, ed: Idéia, 2003, p. 79-132.

ARAUJO, Edna Maria Nóbrega; MENESES, Joedna Reis de. **Tessituras da Modernidade**. In: ABRANTES, Alômia; MARTINHO NETO, Guedes dos Santos (orgs). **Outras Histórias: cultura e poder na Paraíba (1889-1930)**. João Pessoa: Editora Unversitária/UFPB, 2010, p.11-39.

ARÊAS. Luciana Barbosa. **As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930)**. **Revista História Social**. Nº 4/5. São Paulo, 1997-1998, p. 9-28.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. **A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e continuidade**; In: FREITAS, Marcos Cezar (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: 6 ed. Contexto, 2005.

_____. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. Anos 90 - **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. Nº 8, Porto Alegre, 1997, p. 91-99.

_____. Os Desafios Atuais da História do Trabalho. Anos 90 - **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. V. 13, Nº 23/24, Porto Alegre, 2006, p. 87-104.

_____. “Nós, filhos da Revolução Francesa”, a imagem da Revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX. **Revista Brasileira de História**. V.10, Nº 20, São Paulo, 1991, p. 233-249.

_____. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?. **Revista Brasileira de História**. V. 12, Nº 23/24, São Paulo, 1991/1992, 111-124.

_____. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandade, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**. V. 2, Nº 4, 2010, p. 12-22.

_____. Sociedade de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe trabalhadora. **AEL: Sociedade Operária e Mutualismo**. V. 6, Nº10/11, Campinas, 1999, p. 41-66.

_____. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.

BILHÃO, Isabel. Dia do trabalho ou do trabalhador? Disputas e transformações do Primeiro de Maio ao longo dos anos 1920. In: **I Seminário Internacional Mundos do Trabalho: Histórias do Trabalho no Sul Global**, 2010, Florianópolis.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CABRAL, Valdenisio Alves. **Comerciários de João Pessoa: novo sindicalismo, conflitos de classe e cultura política**. João Pessoa: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, 2014.

CAPPELLI, Vittorio. A propósito de imigração e urbanização: correntes imigratórias da Itália meridional às “outras Américas”. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, V. 33, nº 1, 2007, p. 7-37.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. **Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República**. Salvador, FFCH-UFBA, Tese de Doutorado, 2008.

_____. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). **Revista Mundos do Trabalho**. V. 2, Nº 4, 2010, p. 40-77.

_____. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). In. BATALHA, Claudio H. M; CORD, Marcelo Mac (orgs). **Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2014, p. 47-82.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **Prática Política e Transformações no Cotidiano dos Trabalhadores em João Pessoa, na Década de 1930**. Recife: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

_____. **As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

_____. Cotidiano de trabalhadores urbanos na Parahyba moderna. In. OLIVEIRA, Tiago Bernardon (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p.141-158.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: 2.ed., Editora da Unicamp, 2001.

CORD, Marcelo Mac. **Andaime, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880**. Tese (Doutorado em História) – UNICAMP, São Paulo, 2009.

_____. Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: mutualismo, cidadania e a reforma eleitoral de 1881 no Recife. In: . BATALHA, Claudio H. M; CORD, Marcelo Mac (orgs). **Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2014, p. 153-191.

_____. Artífices, associativismo e cidadania: a reforma eleitoral de 1881 no Recife. In: **XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011, p. 1-17.

CURY, Cláudia Engler; MORAIS, Maday de Souza; SILVA, Michele Lima da. A instrução na Paraíba oitocentista: Perspectivas acerca das instituições escolares e da cultura material escolar. **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil**. Anais. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

DEL ROIO, José Luiz. **A história de um dia 1º de Maio**. São Paulo: Ícone, 1998.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do Trabalho**. João Pessoa: Editora Manufatura, 2004.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Educação e Trabalho na Paraíba: A Escola de Aprendiz e Artífices. **Saeculum: Revista de História**. Nº 3, jan-dez, João Pessoa, 1997, p. 69-79.

FERREIRA, Almiro de Sá. **Profissionalização dos Excluídos: a Escola de Aprendiz Artífices da Paraíba (1910-1940)**. João Pessoa, Editora eletrônica: Manoel F. Linhares, 2002.

FERNANDES, Irene Rodrigues. A Economia Paraibana da fase do Isolamento relativo (1585-1930). In: BARACUHY, Laura Helena, FERNANDES, Irene Rodrigues (orgs.). **Atividades Produtivas na Paraíba**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1999.

FIGUEIRÊDO, Márcio Tiago Aprígio de. **O 1º de Maio na Paraíba (1913-1930)**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, 2001.

FONSECA, Pedro Cezar Duarte. Gênese e precursores do desenvolvimento no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política** – Departamento de Economia da PUCSP, SP, Vol15, n. 2 (26), 2004, p. 225-256.

GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOHIET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista e

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultura, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, pp. 22-23.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1994.

HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. **Coleção de Ramate de Males**. Nº 5, 1985, p. 95-119.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário?. **Revista Brasileira de História**. V. 5, Nº 10, São Paulo, 1985, p. 208-321.

HOBBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: Novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Mundo dos trabalhadores. Novos estudos sobre história operária.** São Paulo: 6. Ed., Paz e Terra, 2015.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Revistas Eletrônicas da PUC-SP.** n° 16, São Paulo, 1998, p. 25-38.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar.** Rio de Janeiro: Record, 1993.

LINS. Lindericy Francisco Tomé de Souza. **Um dia, muitas Histórias... Trajetória e concepções do Primeiro de Maio em Fortaleza da Primeira República ao Estado Novo.** Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. **O sonho do futuro assegurado (o mutualismo em São Paulo).** São Paulo: Ed. Contexto, 1990.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **A perserverança dos caixeiros: O mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917).** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

_____. Estatutos de Sociedade Mutualistas e a História Social do Trabalho: Conjectura em Torno da Sociedade Beneficente Poteção e Auxílio da Cia. União Mercantil (Fernão Velho, 1876/1879). **Revista Crítica Histórica.** Ano I. N° 1, 2010, p. 226-241.

MADEIRA, Maria T.C. **O novo sindicalismo e o movimento dos Professores de 1° e 2° Graus da Paraíba.** João Pessoa: Dissertação de Mestrado, MSS-UFPB, 1986.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Singos em confronto? O arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba.** João Pessoa: Editora A União, 1978.

MARTINHO NETO, Guedes dos Santos. Poder político na Primeira República: tradição oligárquica e prática pessoalista. In. ABRANTES, Alômia; MARTINHO NETO, Guedes dos Santos (orgs). **Outras Histórias: cultura e poder na Paraíba (1889-1930).** João Pessoa: Editora Unversitária/UFPB, 2010, p.11-39.

MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Normas de Menezes. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre.** João Pessô: Editora Universitária/UFPB, 1999.

MELLO, José de Arruda Octávio Mello. **Os italianos na Paraíba – da capital ao interior.** João Pessoa: Editora A União, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na história: novos estudos.** Belo Horizonte-MG: Argvmentvm, 2009.

NETO, Faustino Teatino Cavalcante. **“A ameaça vermelha”: O imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937).** Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. “O surgimento de uma nova força social: o sindicalismo cutista”. **Saeculum: Revista de História.** n° 4/5, jan-dez. 1998-99. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.

OLIVEIRA, José Luciano Agra de. **Uma contribuição ao Estudo sobre a relação transporte e crescimento urbano: o caso de João Pessoa-PB**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal da Paraíba, 2006.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Mobilização operária na República excludente: Um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento Operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX**. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

_____. Algumas Considerações sobre ações de governos estaduais e movimento operário em três capitais brasileiras (1906-1917). **Revista História Social**. nº 13, Campinas-SP, 2007, p. 59-77.

_____. Pela reforma, contra a revolução: Notas sobre o reformismo e colaboracionismo na História do movimento operário brasileiro da Primeira República. **Revista Crítica de História**. Ano III, nº 5, 2012, p. 26-59.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros**. In. O Primeiro de Maio na França (1890): nascimento de um rito operário. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1988.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Origens do 1º de Maio no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1981.

_____. As pesquisas Regionais e a História operária Brasileira. Anos 90 - **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. V. 3, nº 3, Porto Alegre, 1995, p. 129-153.

_____. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados e de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo. **Cadernos AEL**. V. 14, nº. 26, 2009, p. 257-344.

_____. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. Anos 90 - **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. V. 5, nº 8, Porto Alegre, 1997, p. 62-78.

_____. **“Que a união operária seja nossa pátria!”: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações**. Porto Alegre: Ed. Univesidade/UFRGS, 2001.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. A Institucionalização da instrução pública e particular na Província da Parahyba do Norte (1821-1840). In: PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; FERRONATO, Cristiano (orgs.). **Temas sobre a instrução no Brasil Imperial (1822-1889)**. João Pessoa: UFPB, 2008.

PORFÍRIO, Waldir. **Bandeiras Vermelhas: A presença dos comunistas na Paraíba (1900-1960)**. João Pessoa: Ed. Textoarte, 2003.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Trabalho e disciplina (Os homens pobres nas cidades do Nordeste: 1889-1920). In: Hardman, Francisco Foot et alii (Org.). **Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências**. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 1986, p. 134-149.

RALLE, Michel. A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910). **AEL: Sociedade Operária e Mutualismo**. V. 6, nº10/11, Campinas, 1999, p. 15-38.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A gangorra do poder** (Paraíba – 1889/1930). João Pessoa: UFPB, 1989.

RODRIGUES, José Alberto. **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**. Editora: Difusão Europeia, 1968.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Movimentos Sociais e Meio de Comunicação: Paraíba 1917-1921. João Pessoa, Texto **UFPB/NDIHR**, nº 3, 1983.

SÁ, Ariane Norma de Menezes. **Escravos, libertos e insurgentes: Paraíba (1850-1888)**. 2 ed. João Pessoa: UFPB, 2005.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Relações produtivas, acidentes de trabalho e processos de reabilitação profissional no Brasil: o caso do CRP-João Pessoa**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planeta de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária Inglesa**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1987.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antonio L. N. e Sergio S. São Paulo: 2ª ed, Editora da Unicamp, 2012.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo História: A atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)**. Fortaleza: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2008.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro, JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora. In: Ferreira, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **A formação das tradições 1889-1945**.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiência da prática associativa no Brasil. **Topoi**. V. 9. Nº 16, 2008, p 23-39.

_____. O ethos mutualista: valores, costumes e festividades. In. BATALHA, Claudio H. M; CORD, Marcelo Mac (orgs). **Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2014, p. 193-219.

ANEXO I

**LISTA DE OBRAS LEVANTADAS PELA HISTORIADORA SILVIA REGINA
FERRAZ PETERSEN**

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. A situação da criança trabalhadora no mercado informal em João Pessoa. **Política e Trabalho, Revista de Sociologia da UFPb**, João Pessoa(16) set. 2000.

ANDRADE, José Cristovão de. **Reestruturação produtiva e condições de trabalho -um estudo dos trabalhadores da indústria de fiação e tecelagem de algodão de Campina Grande- Paraíba**. João Pessoa, PPG em Sociologia da UFPb, 2001. Dissertação de mestrado.

ARAÚJO, Lindemberg Medeiros de. **Trabalho e saúde na indústria da construção civil de João Pessoa (PB)**. João Pessoa, PPG em Sociologia da UFPb, 1995. Dissertação de mestrado.

ARAÚJO, Maria de Fátima S. de. **Saúde e reprodução da força de trabalho**. João Pessoa, Mestrado em Sociologia da UFPb, 1983. Dissertação de mestrado.

BARBOSA, João Batista. **Santa Cruz e o Jornal do Povo — Uma contribuição à história das lutas sociais na Paraíba**. João Pessoa, Gráfica Santa Marta, 1985.

BARBOSA, Maria do Socorro Borges. História e memória: lembranças das lutas dos trabalhadores do bairro de Mandacaru- JPA (1978-1990). Programas e Resumos. **XX Simpósio Nacional de História/ANPUH**. Florianópolis, 25 a 30 de julho de 1999.p. 223.

BEZERRA, Sânia Maria R. **Emprego doméstico feminino na estrutura sócio-econômica de João Pessoa - PB (1983)**. João Pessoa, Mestrado em Sociologia da UFPb, 1984. Dissertação de mestrado.

BUONFIGLIO, Maria Carmela e outros. **Trabalhadores, tecnologia e organização do trabalho no setor industrial da Paraíba**. João Pessoa, Editora Universitária, 1994.

CABRAL FILHO, Severino. **Entre a arte e a tecnologia: velhos padeiros, sua memória, seu trabalho, sua história**. João Pessoa, PPG em Sociologia da UFPb, 1996. Dissertação de mestrado.

CABRAL FILHO, Severino. Entre a arte e a tecnologia - velhos padeiros: sua memória, seu trabalho, sua história. Programas/ Resumos/Informações. **XIX Simpósio Nacional de História/ ANPUH**. Belo Horizonte, 20 a 25 de julho de 1997. p. 281.

CABRAL FILHO, Severino. Mundos do trabalho, mundos da vida: a experiência de padeiros artesanais. **Tempos Históricos**. Unioeste, Mar. Cândido Rondon/ EdUnioeste (5/6): 131-157. 2003/2004.

CAVALCANTI, Senyra Martins. **Representações sociais do analfabetismo e da participação política entre os trabalhadores analfabetos da construção civil de João Pessoa**. João Pessoa, PPG em Sociologia da UFPb, 1998. Dissertação de mestrado.

CHAGAS, Waldeci Pereira. Organização e resistência dos trabalhadores paraibanos (1930-1945). UFPE. Cadernos de Resumos. **XVIII Simpósio Nacional de História/ ANPUH**. Recife, julho de 1995. Silvia Regina Ferraz Petersen 298 Cad. AEL, v.14, n.26, 2009.

CUSTÓDIO, Tânia Valéria de Oliveira. **O sentido do trabalho no olhar de um segmento operário: o caso dos serventes de obra**. João Pessoa, PPG em Sociologia da UFPb, 2003. Dissertação de mestrado.

GAREIS, Maria da Guia Santos. Movimentos comunitários e partidos políticos: a experiência das SABs de Campina Grande. Programas e Resumos. **XVII Simpósio Nacional de História/ ANPUH**. São Paulo, 18 a 23 de julho de 1993. p. 105.

GONÇALVES, Regina Célia. **Vidas no labirinto. Mulheres e trabalho artesanal: um estudo sobre as artesãs da Chã dos Pereira - Ingá - PB**. João Pessoa, PPG em Sociologia da UFPb, 1996. Dissertação de mestrado.

GONÇALVES, Regina Célia. Na urdidura do labirinto: um estudo sobre a memória de artesãs. Programas/Resumos/Informações. **XIX Simpósio Nacional de História/ ANPUH**. Belo Horizonte, 20 a 25 de julho de 1997. p. 273.

GONÇALVES, Regina Célia e BEHAR, Regina Maria Rodrigues. Atividades pré- industriais na Paraíba: o mundo do artesanato textil. Programas e Resumos. **XVII Simpósio Nacional de História/ ANPUH**. São Paulo, 18 a 23 de julho de 1993. p.130.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Mapeamento dos movimentos sociais na Paraíba: 1900-1980. **Política e Trabalho, Revista de Sociologia da UFPb**, João Pessoa (1-4) abril 1985.

LEMOS, Niedja de Almeida Brito e outros. **Cidade-fábrica de Rio Tinto**. João Pessoa, UFPb, Curso de Arquitetura e Urbanismo, 1981.

LIMA, Jacob Carlos. Industrialização restrita e condição operária: os têxteis da Paraíba. **Política e Trabalho, Revista de Sociologia da UFPb**, João Pessoa (8-10), jul. 1994.

MANARIN, Odirlei. Foz do Iguaçu: terra dos ex-operários da construção de Itaipu (1986-1993). **Comunicação apresentada na 3ª Jornada Nacional de História do Trabalho. GT Mundos do Trabalho-ANPUH. UFF**, Niterói, RJ, 22 a 25 de agosto de 2006.

MORICE, Alain. Reestruturação política do mercado habitacional e rotatividade da mão de obra na construção civil de João Pessoa- Pb. **Política e Trabalho, Revista de Sociologia da UFPb**, João Pessoa (7), abril 1989.

MATOS, Vera Sylvia de. **Liberdade condicional: trajetórias e experiências de costureiras domiciliares**. João Pessoa, PPG em Sociologia da UFPb, 2000. Dissertação de mestrado.

MOTA, Marileide da Silva. **A reestruturação produtiva e suas consequências na organização do trabalho: um estudo sobre a indústria calçadista na Paraíba**. João Pessoa, PPG em Sociologia da UFPb, 2000. Dissertação de mestrado.

MOURA, Maria do Carmo. **A ilusão do emprego seguro; a percepção do desemprego por ex-trabalhadores de um Banco Estatal**. João Pessoa, PPG em Sociologia da UFPb, 2002. Dissertação de mestrado.

NASCIMENTO, Maria de Fátima. **O próximo e o distante: histórias e estórias de um bairro e uma fábrica de João Pessoa**. João Pessoa, Mestrado em Sociologia da UFPb, 1993.

NASCIMENTO, Rogério Humberto Z. **O mestre revoltado: vida, lutas e pensamento do anarquista Florentino de Carvalho**. João Pessoa, PPG em Sociologia da UFPb, 1996. Dissertação de mestrado.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. **A questão democrática no sindicalismo cutista no Estado da Paraíba**. João Pessoa, PPG em Sociologia da UFPb, 1996. Dissertação de mestrado.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. O Partido dos Trabalhadores na Paraíba: construção e trajetória do partido no estado. Livro de Resumos. **XXI Simpósio Nacional de História/ ANPUH**. Niterói, 22 a 27 de julho de 2001. p. 145.

OLIVEIRA, Maria Elzenita B. A. de. **Trajetórias ocupacionais e reprodução da força de trabalho urbano**. João Pessoa, Mestrado em Sociologia da UFPb, 1989. Dissertação de mestrado.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. “A CUT somos nós...” (a experiência- CUT e a questão da participação e o imaginário dos militantes que atuam na Paraíba). João Pessoa, PPG em Sociologia da UFPb, 1994. Dissertação de mestrado.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Sobre os militantes da CUT-PB: caracterização e mudanças. **Política e Trabalho, Revista de Sociologia da UFPb**, João Pessoa (11) set. 1995.

PORFÍRIO, Waldir. Bandeiras vermelhas. **A presença dos comunistas na Paraíba (1930-1960)**. João Pessoa, Textoarte, 2003.

REZENDE, Maria Viviana Vasconcelos. **Assistência à saúde: um problema para o ‘novo sindicalismo’**. João Pessoa, Mestrado em Sociologia da UFPb, 1993. Dissertação de mestrado.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Ante projeto: Televisão e operários em João Pessoa. **Textos de Cultura e Comunicação**. Salvador, UFBa 1(1): 45-48. 1980.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Movimentos sociais e meios de comunicação. Paraíba, 1917-1921. João Pessoa, **Textos UFPb-NDIHR**, 1(3):2-70.1983.

SÁ, Ariane Norma de Menezes. A formação do mercado de trabalho livre na Paraíba (1850-1888). **Programas e Resumos**. São Paulo, 18 a 23 de julho de 1993. p. 37. SILVA, Lorena Dantas da. **O corpo como mercadoria: estudo sobre deficiências físicas e trabalho na Grande João Pessoa**. João Pessoa, PPG em Sociologia da UFPb, 2002. Dissertação de mestrado.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Os comunistas e a democracia: a nova política do Partido Comunista Brasileiro na Paraíba (1954-1964)**. Recife, PPG em Ciência Política da UFPE, 2002. Dissertação de mestrado.

SOARES, Guilbergues Santos. Heróis de uma revolução anunciada ou aventureiro de um tempo perdido - a atuação das organizações de esquerda em Campina Grande- 1964- 1974. **Programas/ Resumos/ Informações. XIX Simpósio Nacional de História/ ANPUH**. Belo Horizonte, 20 a 25 de julho de 1997. p. 232.

VALE, Eltern Campina. “E a fábrica Rio Tinto atendeu os trabalhadores”: a experiência operária na Tecelagem Lundgren (Paraíba, 1959-1964). **Comunicação apresentada na 3ª**

Jornada Nacional de História do Trabalho. GT Mundos do Trabalho-ANPUH. UFF, Niterói, RJ, 22 a 25 de agosto de 2006.

VIEIRA, Maria do Socorro de S. **Estado e políticas sociais: a estruturação do Sistema Nacional de Emprego na Paraíba- SINE/PB.** PPG em Sociologia da UFPb, 1994. Dissertação de mestrado.

ANEXO II

Lista de sócios da Sociedade de Artista Mecânicos e Liberais (1881-1892)

Nomes	Profissões
Agostinho C. Lacerda Lima	
João Ramos da Silva	
Manoel Tertuliano Correia	
Manoel dos Anjos Custodio	
Moscal Avelino Passos Oliveira	
Manuel Gomes de Souza	
Inocência da Costa	
Manuel Tertuliano	
Manuel Lucas de Oliveira	
Marcial João Antônio	
Antônio Firmino de Oliveira	
José Correia do Nascimento	
Antônio Ribeiro de Araújo	
José M. da Silva	
Manoel Rodrigues de Carvalho	
João Alves da Luz Filho	
José Francisco de Souza	
Felinto Ribeiro da Silva	
João Ramalho da Silva Coelho	
João José da Penha	
Luís Rodrigues de Souza	
Atalino Carvalho	
Avelino Ribeira das Neves	
Albuquerque	
Olímpio Candido Carneiro	
José Arcaje Mararo	
José Otaviano de Oliveira	
Carlos Francisco dos Santos	
Salvino Lopes	
Manoel Joaquim dos Santos	
José Bernardino	
Manoel Paulo de Nogueira	
Abílio da Boa Morte	Pintor
Manuel Ângelo Custodio	
Sipriano	
Felisardo Leal de Lima	
José Pereira Neves Baia	
Luís da França Torres	
Samuel Ribeiro	

Alexandre	
Claudio Francisco do Nascimento	
João Alves da Lus Filho	
Francisco Martins	
João Alves da Silva	
Luiz Frederico	
Virgulino Paiz	
Joaquim Alves de Oliveira	
Fausto Almeida	
Vital da França Gonçalves	
Francisco do Nascimento	
Francisco Augusto dos Santos Lima	
Franklei Francisco Mouro	
Guilhermino Ferreira da Crus	
João Fernandes da Silva Melo	
Alípio Efhezimo Ferreira Cruz	
Pedro Alcantra Neves	
João Domingos Baptista da Crus	
Felos de Belle	Sócio honorário
Vicente Ferreira dos Santos	
Victo José Rodrigues	
Avilino Gomes Bezerra	
Tertuliano José dos Prazeres	
Joaquim Luiz dos Santos	
Pedro Alexandrin	
Luiz Moureira	Artista Macânico
Manoel Fernandes de Oliveira Rozas	Contista Tipografo
João Balbino Francisco de Lyra	Artista Marcineiro
Antônio Jurubeba	
Hangel de Souza	
Secundino Brandão	
Avelino José dos Passos	
Leôncio Pereira da Silva	
José do Nascimento	
João Pocidonio	
Raphael de Carvalho	
Salvinio Lopes de Vasconcellos	
Leôncio Bernardino Lima	
Francisco Caetano	
José Raimundo Xavier	
Rodolpho Baptista	
Fausto João de Almeida	
Manoel Pereira de Sousa	
João da Costa	
José Francisco do Nascimento	
Manoel Gomes de Sousa	

Manoel Joaquim do Nascimento	
João José Paiz	
João Môcco	
Antônio Magalhães	
Antônio Palino	
José Honorário	
Vicente Felinto dos Santos	
Felinto Armando de Oliveira	
Bento de Lucena	
Joaquim Leopoldino de Oliveira	
José Francisco do Sacramento	
Agapito Gil	
João José Santana	
João Germiniano de Lima	
José Clementino da Costa Ferreira	
Otávio José dos Prazeres	
José Monteiro das Neves	
Umbelindo Fillipe Santiago	Pedreiro
Claudino Francisco do Nascimento	
José Liberto de Figueiredo	
Joaquim Santos Rosa	
Pedro de Andrade	
Joaquim dos Santos Rosas	
Dalvino	
Alexandre Freire da Boa Morte	
Fasto João Germano	Pintor
João Alves da Luz	Ferreiro
Manoel Pereira da Silva	Marceneiro
Tertuliano Marques da Silva	Pedreiro
Antônio Pedro de Alcantra	Marceneiro
José Ferreira da Costa	Funileiro
Avelino Selestino dos Santos	Cerimeiro
Felinto Santiago de Oliveira	Marceneiro
Carolino Castro	Sapateiro
José Clementino Cirne	Alfaiate
Avelino Gomes Bezerra	Pedreiro
Manoel Luís Dias Parêdes	
Joaquim João Rozendo	
Vintime Lopes da Silva	
Antônio Justo Correia	
Francisco Penha	
José Lunna	
Benjamin Carneiro do Nascimento	Carpinteiro
Antônio Alves de Farias	Cabelereiro/Barbeiro
Manoel Lucas de Oliveira	
Valdivino José Coelho Serrão	

Rozendo Martins da Encarnação	
João Ramos	
José Joaquim dos Santos Anna	
Umbelino Phelipe Santiago	
José Marcos Candido Lima	
Luiz Vicente dos Rosários	
José Ribeiro dos Santos	
Leôncio Pereira de Oliveira	
José Ribeiro Guimarães	
Capilulimo Ramos	
Manuel Paulo	
José Macal Pinheiro Lima	
Antônio Ferreira da Silva	
Joaquim Lourenço	
Pedro Pasto Vasconsello	
Pedro Pinto	
José dos Santos	
João Lins	
Inês Viera	
Francisco Tavares dos Santos	
Bento Pereira Lucena	Sapateiro
José da Bahia	
Firmino dos Santos	
Cassiano Flipoteto	
Antônio Joaquim das Neves	Oficial de Torneiro
Vicente Gomes Jardins	
José Cunha	
Diogo Coelho	
Valdivino Cerrão	
Rosendo Martins da Encarnação	
Fernando Correia da Silva	
Luis Vicente Rosário	
Manuel Tertuliano Correia	
Cipriano Izidrio Lucena	
José Arcanjo Moróro	
Francisco Pedro do Nascimento	
João Domingos Portista dos Santos	
D. Abaldi	Sócio Honorário
Joaquim Lourenço das Mercês	
Marcial José	
Alberto Carneiro de Britto	Instrutor de Carpintaria
João Rozas	Sócio Honorário
José Canuto dos Santos	
Dr. Lima	
Dr. Pedro Luís	
Dr. Antônio Hortencio	

Marcio Nobrega	
Adolpho Ferreira Nobrega	
Manoel Roberto das Neves	
Francisco Junior Rodrigues	
Francisco Viera	
Sergio de Amaral	
Jeronimo Pereira de Oliveira	
Amancio Ferreira Nobrega	
Adelino José Gomes Carvalho	Artista Pintor
Joaquim F. A. Santiago	Cigarreiro
João Travassos de Arruda	Artista-mestre de música

ANEXO III

Administrações das sociedades referente ao quadro das associações na Parahyba do Norte (1881-1931)

Sociedade de Artista e Operários Mecânicos e Liberais (1902-1903)	
Presidente	Antonio Vicente Magalhães
Vice-Presidente	Manoel Lopes de Mello
1º Secretario	Ulysses Bonifacio de Oliveira
2º Secretario	João Filgueiras Telles
Orador	Liberato José de Souza
Thesoureiro	Joaquim Vicente Torres
1º Conselheiro	Pedro de Alcantara Correia das Neves
2º Conselheiro	Francisco Targino
1º Procurador	João Gustavo
2º Procurador	Argemiro Gomes dos Santos
Zelador	João Fernandes de Britto
Sociedade de Artista e Operários Mecânicos e Liberais (1903-1904)	
Presidente	Augusto Borba.
Vice-presidente	Antonio Vicente Magalhães.
1.º Secretario	Jorge Evangelista dos Santos.
2.º Secretario	Severiano Correia Lima.
Orador	Honorio de Freitas Feitosa.
Thesoureiro	Francisco José das Neves.
1.º Procurador	João Gustavo do Nascimento (reeleito).
2.º Procurador	Vicente Ferreira do Nascimento.
1.º Conselheiro	Pedro A. Correia das Neves (reeleito).
2.º Conselheiro	José Honório de Almeida.
Zelador	José Justino de Barros.
Comissão de Justiça	João Filgueiras Telles Irineu Vellozo de Figueiredo Vicente Rattacasso João Eduardo Lins
Comissão de Finanças	Manoel Maria de Figueiredo Luiz Hortencio Miguel Sabello João Guimarães
Comissão de Socorros	Rodolpho Segismundo Francisco F. da Bôa Morte Augusto dos Santos
Sociedade de Artista e Operários Mecânicos e Liberais (1911-1912)	
Presidente	Benevenuto Pimentel

Vice-Presidente	Honorino Feitosa
1º Secretario	Amancio Gomes da Silveira
2º Secretario	João José Chaves
Orador	Joaquim Vicente Torres
Thesoureiro	Manoel Maria de Figueirêdo
Bibliothecario	Francisco Targino de Assis
Sociedade de Artista e Operários Mecânicos e Liberais (1914-1915)	
Presidente	Ulysses de Oliveira
Vice-Presidente	José Rodrigues Correia Lima
1º Secretario	Sizenando Costa
2º Secretario	Francisco Salles de Albuquerque
Orador	Honorino Feitosa
Thesoureiro	Severiano Correia Lima
Archivista	Luiz Gonzaga
Sociedade de Artista e Operários Mecânicos e Liberais (1916-1916)	
Presidente	Joaquim torres
Vice-Presidente	Francisco Salles
1.º Secretario	Francilino Tavora
2.º Secretario	Josué de Almeida
Orador	Osorio Paes
Thesoureiro	Severiano Correia Lima
Archivista	Manuel Ribeiro de Mello
Sociedade de Artista e Operários Mecânicos e Liberais (1919-1920)	
Presidente	Francisco Placido de Assis
Vice-Presidente	Gaudencio Perciliano Pessôa
1.º Secretario	Antonio Bento Monteiro
2.º Secretario	Severino Ribeiro de Mello
Orador	Idalino Francisco Xavier
Thesoureiro	José Menino da Silva
Archivista	João Baptista do Nascimento
Sociedade de Artista e Operários Mecânicos e Liberais (1922-1923)	
Presidente	Francisco Placido de Assis
Vice-Presidente	Manuel Alves
1.º Secretario	João Fausto
2.º Secretario	José Cavalcante
Orador	Minervino Feitosa
Thesoureiro	Saviano Costa
Archivista	Hermenegildo Dias da Silva
Sociedade de Artista e Operários Mecânicos e Liberais (1928-1929)	

Presidente	Francisco Dionyalo da Silva
Vice-presidente	Manuel Dias Paredes
1.º Secretario	Manuel Baptista da Silva (reeleito)
2.º Secretario	Esmerino Ferreira da Silva
Orador	Severino de Luna (reeleito)
Vice-orador	Miguel Bernardo de Oliveira
Thesoureiro	Francisco Bisco de Miranda
Vice-thesoureiro	Manuel Bernardo Carreiro
1º Procurador	Laurentino Ferreira
2º procurador	Maximino Martins
Sociedade Italiana de Beneficência XX de Setembro (1890)	
Presidente	Hermenegildo Di Lascio
Vice	Vicente Cozza
Secretario	Domingo Griza
Vice	Pasquale Chiacchio
Thesoureiro	Benedetto V. Dalia
Vice	Pasquale Sette
Orador	Antonio Iorio
Conselheiros	Vicente Yelpo, Felice Antonio Latorraca e Gennaro Sorrentino
Zelador	Antonio Caiaffo
Vice	Rosario Di Lorenzo
Centro Artístico e Operário (1907-1908)	
Presidente/ diretor	João Albino
Secretario	Raul Leal
Tesoureiro	Henrique de Barros (reeleito)
Armazenario	Theodoro Guimarães
Conselheiros	Valerentino Cavalcanti, Carlos das Neves, José de Luna e José Thomaz
Ficais	Alberto de Britto, Joaquim de Mello, José Honorio e Joviniano Fernandes
Sociedade Instrutiva e Beneficente União Caixeral (1910-1911)	
Presidente	Coralio Ramos
Vice-presidente	Getulio Cavalcante
1º e 2º Secretario	Augusto Simões e João Honorato da Silva
Tesoureiro	Hermillo Cunha
Orador	Antonio Ramos
Sociedade Auxiliadora de Senhoras (1911-1912)	

Presidente	Candida Soares
Vice-Presidente	Drusilla Gomes
1º e 2º Secretaria	Esther Vianna e Analia Leite
Tesoureiro	Candida de Carvalho
Procuradora	Maria Emilia
Associação dos Empregados no Comércio da Paraíba (1914-1915)	
Presidente	coronel José Nunes Ferreira
Vice-presidente	Dr. Octavio Mesquita
1º e 2º Secretario	Oswaldo Gouveia de Carvalho e Miguel S. Bastos Lisboa
Tesoureiro	Luiz Dalia
Vice-tesoureiro	Arthur Paiva
Orador	Ildfonso Bezerra dos Santos Lima
Vice-orador	João Candido Duarte
1º e 2º Bibliotecario	Manuel Godofredo de Oliveira e Leonel Celso Duarte
Diretoria Fiscal	Coronel Joaquim Coimbra, Dr. Clemente Rosas e Coronel Frederico Falcão
Associação dos Empregados no Comércio da Paraíba (1915-1916)	
Presidente	João de Souza Vasconcellos
Vice-presidente	Eliezer d'Alva de Oliveira
1º e 2º Secretario	F. A. Bezerra Junior e Miguel Madruga
Tesoureiro	Heronildes Cunha
Bibliotecarios	Arthur Villarim e d. Ubaldina Campello
Diretoria Fiscal	Miguel Basto (compunha a vaga de 2º secretario em 1915)
União Gráfica Beneficente Paraibana (1928-1929)	
Poder Legislativo	
Presidente	Severiano Correia Lima
1º Secretário	Waldemar Trigueiro de Britto
2º Secretário	José Horacio Cavalcante
Poder Executivo	
Presidente	Manoel dos Anjos Pereira
Vice-presidente	João Cancio da Silva
1º Secretário	Manoel Salustiano Aranha
2º Secretário Tesoureiro	Antonio Francisco da Cruz
Tesoureiro	Porfirio Pinto Ribeiro
Orador	Antonio Delphino Bandeir
Arquivista	Manoel Caetadno da Silva
Comissão de finanças	Joaquim Theodoro d'Almeida, Samuel de carvalho Serrano e George de Oliveira

União Gráfica Beneficente Paraibana (1929-1930)	
Poder Legislativo	
Presidente	Porfirio Pinto Ribeiro
1º Secretário	José Arnaldo de Andrade
2º Secretário	Alavaro de Medeiros Aranha
Poder Executivo	
Presidente	João Cancio da Silva
Vice-presidente	Manuel dos Anjos Pereira
1º Secretário	Antonio Francisco da Cruz
2º Secretário	George de Oliveira
Tesoureiro	Severiano Correia Lima
Orador	João Francisco de Macedo
Arquivista	Roberto Moreira Soares
Comissão de finanças	Severino Rodrigues Chaves, José Gama Prado e Waldomiro Ferreira Leite
Comissão de sindicância	João Eustachio de Souza, Samuel de Carvalho Serrano e João Dias Cardoso
Comissão de socorro	Malaquias de Salles, Manoel Caetano da Silva e Adaucto Carneiro Cavalcante
União dos Retalhistas (1927-1928)	
Presidente	J. F. de Moura e Silva
1º e 2º Vice-presidente	Joaquim Cavalcanti e Emygdio Costa
1º e 2º Secretario	Pedro Baptista e Manuel das Neves
Orador	Leonel Pinto de Abreu
Vice-orador	João Cancio da Silva
Tesoureiro	André Urbano
Bibliotecario	João Soares
Comissão de Finanças	José Montenegro, Apollonio de Britto, Francisco das Neves, Severino Velho de Mendonça e José Baptista Guedes.
Comissão de Sindicancia	Severino Moura, Gabriel Elias, Hermenegildo A. Pereira, Francisco das Chagas Baptista e Alfredo Chaves
Comércio da Parahyba	
Diretor	Joaquim Cavalcanti
Redator-chefe	Leonel Pinto de Abreu
Gerente	Apollonio de Britto
Tesoureiro	Francisco das Neves
União dos Retalhistas (1928-1929)	
Presidente	Delfino Costa
1º Vice-presidente	João Cancio da Silva

2º Vice-presidente	Pedro Baptista
1º Secretário	Henrique Chalegre
2º Secretário	Walfredo Silva
Orador	Arthur Villarim
Vice-orador	João Belisio
Tesoureiro	Francisco Alves de Araujo
Bibliotecário	Apollonio Britto
Comissão de sindicância	João Soares de Araujo, Theodosio Vicente Ferreira, José Baptista Guedes, André Urbano e Alfredo Chaves
Comissão de finanças	J. F. de Moura e Sila, F.C. Baptista Irmão, José Vicente Montenegro, Manoel Fernandes e Francisco José das Neves
União dos Alfaiates (1928-1929)	
Mesa da Assembleia	
Presidente	Heminegildo Dias
1º Secretário	Sebastião Bezerra
2º Secretário	Carlos de Oliveira
Diretoria	
Presidente	Antonio Angelo Custodio
Vice-presidente	José Maria do Nascimento
1º Secretário	João Caldas
2º Secretário	Augusto Alves de Souza
Orador	Brancides Martins de Freitas
Tesoureiro	Manoel Martins de Oliverira
Comissão de sindicância	Francisco Rodrigues, Pedro Rodrigues Lopes e Aurelio Luiz Rocha
Comissão de socorro	Isaias Soares, Carlos de Hollanda e José Theiphanes da Silva
Comissão de finanças	Octavio Santiago, Renato Carneiro da Cunha e Antonio Videres
União dos Alfaiates (1929-1930)	
Mesa da Assembleia	
Presidente	Antonio Angelo Custodio
1º Secretário	Sebastião Bezerra
2º Secretário	Carlos de Oliveira
Diretoria	
Presidente	Alvaro Rodrigues Golzío
Vice-presidente	Severino Gomes Irmão
1º Secretário	José Semeão dos Santos
2º Secretário	José Baptista do Nascimento
Orador	Brancides Martins de Freitas
Tesoureiro	Manoel Martins de Oliveira
Comissão de sindicância	Aurelio Luiz Rocha, Julio Baptista das

	Neves e José Teophilo da Silva
Comissão de socorro	Carlos de Hollanda, Luiz André Pereira e Herlado Soares da Silva
Comissão de finanças	Octavio Santiago, Aurino de Luna Freire e Esperidão Brandão
União de Artistas e Operários de Itabaiana (1929-1930)	
Presidente	Joaquim viera de Abreu
Vice-presidente	Danciano Alves de Lima
1º Secretário	Severino Fagundes de Oliveira
2º Secretário	Luiz Martins de Carvalho
Orador	Francisco de Martins de Carvalho
Tesoureiro	José Juvino Dantas
Vice-tesoureiro	José Vicente Barbosa
Comissão fiscal	Epitacio Gomes Ferreira, José Bitú do Nascimento, Manoel Barbosa. José Mariano Arco-Verde e Virginio Francisco de Oliveira
Comissão de socorro	Germano Cordeiro de Araujo, João Monteiro da Costa, João Tiburcio dos Santos, Alipio Rodrigues de Mello e João Augusto da Silva
União Beneficente das Classes Trabalhadora de Itabaiana (1929-1930)	
Presidente	Danciano Alves de Lima
Vice-presidente	José Bitú do Nascimento
1º Secretário	Luiz Martins Carvalho
2º Secretário	Antonio Petronilo Cavalcanti
Orador	Joaquim Viera de Abreu
Tesoureiro	Severino Fagundes de Oliveira
Vice-tesoureiro	José Francisco de Oliveira
Comissão fiscal	Epitacio Gomes Ferreira, José Juvino Dantas e João Tiburcio dos Santos
Comissão de socorro	Adaucto Dantas Bulhões, Antonio Bitú da Silva e Manoel Francisco da Silva
Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos S. José de Cajazeiras (1929-1930)	
Presidente	José Reis
Vice-presidente	Domingos Fiorito
1º Secretário	Perdro Gonçalves da Silva
2º Secretário	João Alves
Tesoureiro	Firmino Barbosa
Vice-tesoureiro	Francisco Dantas Braga
Bibliotecário	Addon de Souza Rolim
Diretor Geral	Padre Hildebrando Leal
Comissão de sindicância	Dr. Ferreira Junior, Chrispiniano Lustosa, João Andriola, Dr. José Guimarães Braga,

	Anacleto de Souza e Manoel Candido Araujo
Assistência eclesiástica	Padre Gervasio Coêlho
União Operária Beneficente (1919-1920)	
Presidente	Isidrio Placido Ramalho
Vice-presidente	Manuel Maria de Figueirêdo
1º e 2º Secretario	Josué de Almeida e Manuel Salustiano
Orador	Professor João Falcão
Tesoureiro	João Canelo da Silva
Arquivista	Antonio
Mesa da Assembleia	
Presidente	Camillo Ribeiro (reeleito)
Vice-presidente	Manuel Lopes
1º e 2º Secretario	Antonio Angelo e Oscar de Amorim Fialho
União Operária Beneficente (1922-1923)	
Presidente	Miguel Freire Marinho(reeleito)
Vice-presidente	João Evangelista Teixeira
1º Secretário	Gerson Porphiro de Britto
2º Secretário	Severino de Luna Freire
Orador	José Fassonario Junior
Vice-orador	Jorge Muniz de Medeiros
Tesoureiro	José de Souza Lima(reeleito)
Vice-tesoureiro	Alfredo Cezar V. de Mello
Procurador	Maximino Martins d Oliveira
Comissão de sindicância	José Rodrigues Chaves, Adilia R. Maia (reeleito), Gentil Bartholomeu de Paiva, Marly Nunes Leite e Antonio Galdino da Silva
Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba (1917-1918)	
Presidente	Dr. Flávio Marója
1º Vice	Dr. Walfrêdo Guedes Pereira
2º Vice	Dr. José de Seixas Maia
1º e 2º secretários	Dr. José Teixeira de Vasconcellos e Dr. Lauro Wanderley
Orador	Dr. Oscar de Castro
Thesoureiro	Dr. José de Souza Maciel
Bibliothecario	Dr. Antonio d' Avila Lins
Comissão de Revista	Dr. M. Velloso Borges, Dr. Tito de Mendonça e Dr. Mario Neves Coutinho

União Beneficente dos Estivadores (1929-1930)	
Directoria efetiva	
Presidente	Antonio Moreira Cardoso
Vice	João José Ferreira
1º e 2º Secretario	Ubaldo Gaudencio Alves (reeleito) e Manoel Janoario Marques (reeleito)
Thesoureiro	Marcellino João Baptista
Orador	Miguel Gomes da Silva
Zelador	André Pedro do Nascimento
Diretoria de Honra	
Presidente	Cel. João Guedes Cavalcante
Secretario	Cel. João José Vianna
Orador	Tem. Francisco Pedro de Figueiredo
Sociedade Beneficente dos Operários do Saneamento da Paraíba (1928-1929)	
Poder Legislativo	
Presidente	Seraphim Barbosa Meneses
Vice-presidente	Luiz Fernandes Cavalcante
1º e 2º Secretario	Antonio do E. Santo e Manuel de Souza
Poder executivo	
Presidente	Francisco Pereira de Senna
Vice-presidente	Luiz Raposo Marinho
1º e 2º Secretario	Severino Simeão de Oliveira e Manuel Mendes da Cruz
Orador	Mauro Gouvêa Coêlho
Tesoureiro	Vigilio Silvino Ferreira (reeleito)
Arquivista	Antonio de Mello
Comissão de Finanças	Antonio Caetano, José Farias e João Baptista Gomes
Sociedade Beneficente Familiar Barreirense (1928-1929)	
Assembleia	
Presidente	João Dionisyo da Silva(reeleito)
Vice-presidente	Pedro Fernandes Xavier
1º e 2º Secretario	Francisco Pereira de Senna e João Camello de Mello (reeleito)
Diretoria	
Presidente	Francisco Dionysio da Silva
Vice-presidente	Manuel Dias Paredes
1º e 2º Secretario	Manuel Baptista da Silva (reeleito) e Emerino Ferreira da Silva
Orador	Severino de Luna (reeleito)

Vice-orador	Miguel Bernardo de Oliveira
Tesoureiro	Francisco de Bispo de Miranda
1º e 2º procurador	Laurentino Ferreira e Maximimo Martins
Sociedade Beneficente dos Proletários Infantis (1928-1929)	
Presidente	José Peixoto da Silva
1º 2º Secretario	Osiel Peixoto da Silva e Severino Gelnio Xavier
Tesoureiro	José Queiros
Orador	Raymundo Dantas
Sociedade “União Beneficente dos Proletários” (1929-1930)	
Assembléia Geral	
Presidente	João Bellizio de Araujo (reeleito)
Vice	Francisco de Lima
1º e 2º Secretario	Alfredo Amaro da Costa e Josué Soares
Directoria	
Presidente	José Francisco da Silva
Vice	Francisco Bezerra Assumpção
1º e 2º Secretarios	Severino A. Carvalho (releito) e Sebastião de Vascocellos.
Orador	Pedro Gomes da Silva
Thesoureiro	Pedro Pereira da Silva
Arquivista	Constantino dos Santos
Commissão Fiscal	João Minervino do Nascimento, Ignacio Elias da Rocha e Joaquim Alves da Rocha
Associação dos Guarda-Livros da Paraíba (1929-1930)	
Presidente	Bel. Francisco A. Bezerra Junior.
Vice	Bel. Severino Bezerra de França
1º e 2º Secretario	Daniel M. Barbosa e Miguel Madruga
Orador	José Boris Dantas
Thesoureiro	Aureliano Bezerra de Oliveira
Bibliothecario	Manoel A. de Carvalho Junior
Associação dos Empregados no Comércio de Campina Grande (1930-1931)	
Presidentea	Tercino Marcellino de Oliveira
Vice-presidente	José Lopes Guimarães
1º e 2º Secretario	Porphyrio Catão e Zulamar Ferreira
Tesoureiro	Olintho d’ Oliveira
Vice-tesoureiro	Antonio Rapôso
Orador	José Maciel

Vice-orador	professor Manuel de Almeida Barreto
Diretoria Fiscal	Cassino Soares(reeleito), Pedro do Egyto e Luiz Lyra
Comissão de contas	Christino Pimentel, Adauto Luna e Lourival Godoy (reeleito)
Centro Proletário Alberto de Britto (1930-1931)	
Presidente	Manuel dos Anjos Pereira
1º e 2º Secretario	Aldo Gama e Mario Ferreira
Tesoureiro	Malaquias Salles
Orador	Francisco Marques
Sociedade Beneficente “Providência do Lar” (1929-1930)	
Assembleia Geral	
Presidente	Benjamin Ferraz Daltro
Secretario	Odenor Nacre Gomes
Directoria	
Presidente	João Francisco de Macedo
Vice	Francisco Modesto Filho
1º e 2º Secretarios	Altino Francisco de Macedo e Lauro Solano da Silva
Orador	José de Souza Aguiar
Thesoureiro	Adolpho Eduardo Lins
Procurador	Manoel Caetano da Silva
Comissão de Finanças	Cancio da Silva, João Hermogenes de Oliveira e José Simões.
Comissão de Syndicancia	Francisco Roberto de Farias, Roberto Moreira Soares e José Arnaldo de Andrade.
Comissão de Socorro	Idalino Xavier, Antonio Francisco da Cruz e Lucas Evangelista dos Santos.
União Operária Beneficente - Alagoa Nova (1929-1930)	
Presidente	Theodoro Guimarães
Vice-presidente	José Sabino de Oliveira
Secretario relator	João Gomes da Silva
Secretário auxiliar	Sebastião Leite
Orador	Luiz Alexandre
Tesoureiro	Lourival Alves
Arquivista	Alfredo Ramos
Liga Protetora dos Metalúrgicos (1929-1930)	
Assembleia	
Presidente	Pedro Lopes da Costa

1º e 2º Secretario	Antonio da Rocha e Manoel Mathias
Diretoria	
Presidente	Balbino Joaquim Ferreira
Vice	Manoel Jose Ramos
1º e 2º Secretario	João Gomes Cardozo e João Noronha
Orador	José Barduino da Silveira
Tesoureiro	Bellarmino Ferreira
Procurador	Adauto Diaanizia do Nascimento
Liga Protetora dos Pintores (1929-1930)	
Presidente	Antonio Poggi
Vice-presidente	Augusto Nunes Pereira
1º e 2º Secretario	Severino F. do Nascimento e Elias Candido de Carvalho
Orador	Idalino Francisco
Thesoureiro	João Fernandes e Silva (reeleito)
Associação dos Carteiros da Paraíba do Norte (1929-1930)	
Presidente	Severino Francisco de Tolêdo (reeleito)
Vice-presidente	Antonio Ginot de Aguiar
1º e 2º Secretario	Laurentino Coriolano de V. Mello e Ignacio C. de Lacerda Lima (reeleito)
Orador	Leonel José de Almeida
Tesoureiro	João Evangelista Pessoa da Costa
Bibliotecario	Archanjo Augusto de H. Cavalcante
Comissão de Sidicancia	José da Silva Lisbôa, Gil da Gama Furtado e Odilon Gomes de Mello.
Liga Protetora dos Sapateiros Paraibanos (1929-1930)	
Presidente	Severino Ramos da Silva
Vice-presidente	Francisco Roberto de Farias
1º Secretário	Bianor Cavalcante
2º Secretário	Francisco Paulo dos Santos
Orador	Orlando Xavier
Tesoureiro	Pedro Joaquim da Silva
Arquivista	Sandoval de Oliveira
Comissão de finanças	Bhetholdo Dias Barretto, José Clemntino Araujo e José Baptista do Nascimento
Comissão de sindicância	Manoel Calixto, João Gonsalves e Vicente Serafim Viega
Comissão de socorro	José Peixoto da Silva, Gabriel Viera dos Santos e Caetano Correia de Britto
Sociedade União Operária e Trabalhadores (1929-1930)	
Mesa da Assembleia	

Presidente	Augusto Santa Rosa
Vice-presidente	Rosimiro Bezerra
1º Secretário	João Rodrigues de Senna
2º Secretário	João Camello de Mello
Diretoria	
Presidente	Miguel Freire Marinho
Vice-presidente	João Evangelista Teixeira
1º Secretário	Gerson Porphiro de Britto
2º Secretário	Severino de Luna Freire
Orador	José Fassonario Junior
Vice-orador	Jorge Muniz de Medeiros
Tesoureiro	José de Souza Lima
Vice-tesoureiro	Alfredo Cezar V. de Mello
Procurador	Maximino Martins d Oliveira
Comissão de sindicância	José Rodrigues Chaves, Adília R. Maia, Gentil Bartholomeu de Paiva, Marly Nunes Leite e Antonio Galdino da Silva